LISBOA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O BAIRRO COMO CATALISADOR DE URBANIDADE DA CIDADE

Critérios de urbanidade como efeito multiplicador

Doutoramento em Urbanismo

Jorge Manuel da Silva Nicolau

Orientadores:

Professor Doutor Arquiteto Carlos Jorge Henriques Ferreira
Professora Doutora Maria Manuela Mendes

Constituição do Júri:

Presidente Doutor Pedro Conceição Silva George,
Professor Associado,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Vogais: Doutor Miguel Corominas Ayala,
Professor Catedrático,
Universitat Politécnica de Catalunya.

Doutora Margarida Sousa Lobo Howell,
Professora Associada Aposentada,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Doutora Cristina Soares Gomes Cavaco,
Professora Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Doutor Luís Alberto Torres Sanches Marques de Carvalho,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Doutor Carlos Jorge Henriques Ferreira,
Professor Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Manuela Ferreira Mendes,
Professora Auxiliar,
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Tese especialmente elaborada para a obtenção de grau de doutor
Documento definitivo

Fevereiro 2017

Resumo

A partir da análise do Bairro Padre Cruz, localizado na cidade de Lisboa, pretende-se fazer uma reflexão crítica sobre a cidade contemporânea em torno da dialética cidade-bairro, das políticas e dos modelos de intervenção urbana, bem como dos resultados dessas políticas, realçando a importância do bairro, nomeadamente a sua memória e identidade, enquanto reserva física e mental da cidade atual.

Este bairro, situado na freguesia de Carnide, foi edificado entre 1958 e 1962 como bairro de realojamento, ao abrigo do programa "Bairros das Casas Desmontáveis", também conhecidos por "Provisórios do Estado Novo". Durante a sua história sofreu diversas operações de loteamento, também elas de realojamento e está, neste momento, a ser alvo de uma nova operação de regeneração urbana, que tem como objetivo a demolição do seu núcleo central, "o Bairro das Alvenarias", que esteve na sua génese.

Nesta investigação foram delimitadas cinco fases da história do bairro, marcadas por realidades sociais, políticas e económicas diferentes. A primeira e a segunda coincidem com a sua origem, durante o período do Estado Novo; a terceira, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 com a construção de dez edifícios de cinco pisos na zona norte, conhecidos por tipologia HR; a quarta, na década de 90 ao abrigo do Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) e do Programa Especial de Realojamento (PER), com a construção de um novo núcleo habitacional e última está em curso.

Esta pesquisa procurou responder a duas questões: se a morfologia e a tipologia de cada uma destas fases potencia o sentido de identidade dos seus residentes e se o desenho urbano é um elemento fundamental para a criação de urbanidade. Neste contexto foi utilizada como metodologia de investigação o estudo de caso ou análise intensiva. Foram mobilizadas uma série de técnicas de recolha e análise de informação com o objetivo de construir um discurso urbano, tendo em conta os diferentes tipos de narrativas urbanas e sociais. Deste modo, associado às diferentes fases construtivas, foi possível apreender diversos comportamentos de sociabilidade em função da morfotipologia imposta pelas distintas operações de loteamento.

Uma das principais conclusões deste estudo permite afirmar que o desenho urbano e a morfotipologia do edificado influenciam o relacionamento interpessoal, podendo fomentar ou inibir as relações de vizinhança e o sentido de identidade dos seus residentes.

***Palavras-chave**:Bairro, Desenho Urbano, Urbanidade, Identidade e Bairro Padre Cruz*

Abstract

Through the analysis of the Bairro Padre Cruz, located in Lisbon, we intend to make a critical reflection about the current city, around on the dialectic city-neighbourhood policies and urban intervention models, as well as the results of those policies, highlighting the importance of the neighbourhood, namely their memory and its identity, as physical and mental reserves of the current city.

This neighbourhood, located in the parish of Carnide, was built between 1958 and 1962 as a rehousing neighbourhood under the program "Neighbourhood's of demountable houses", also known as "Provisional of the New State". Throughout history has undergone several rehousing allotment operations being at the moment, the subject of a new urban regeneration operation, which aims to demolish its central core — "the Masonry neighbourhood", the genesis of Bairro do Padre Cruz.

For this research, we have defined five phases of the neighbourhood history, marked by different social, political and economic realities. The first and second phases coincide with its origin, during the "Estado Novo" (New State); the third, right after the April 25th 1974 revolution (1974/1975), with the construction of ten buildings of five floors in the north of neighbourhood, known as HR typology; the fourth, in the 90s under the Intervention Program of Medium Term (PIMP) and the Special Rehousing Programme (PER), with the construction of a new housing project, and the last is in progress.

With this investigation we intend to answer two main questions: whether the morphology and typology of each these phases enhances the sense of its resident's identity and if the urban design is a key element to the urbanity creation. In this context we used, as a research methodology, the case study or intensive analysis. Different techniques were mobilized to collect and analyse the information, allowing building an urban speech, focusing on the different types of urban and social narratives. In this case, associated with the different construction phases was possible to learn different behaviours of sociability depending on morph-typology imposed by different allotment operations.

One of our main conclusions suggest that the urban design and the building's morph-typology influence the interpersonal relations and can either promote or inhibit neighbourly relations and the sense of its resident's identity.

Keywords: *Neighborhood, Urban Desigh, Urbanity, Identity and Padre Cruz Neighborhood*

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores, o Professor Doutor Arquiteto Carlos Jorge Henriques Ferreira e Professora Doutora Maria Manuela Mendes, porque defenderam e acreditaram neste projeto desde a primeira hora. Ao Carlos Ferreira, pelos constantes debates e trocas de ideias, em que a controvérsia gerou pontos de vista interessantes, por vezes, em espaços menos convencionais, mas que enriqueceram este trabalho e à Manuela Mendes, por quem tenho um apreço muito especial, pela sua pronta disponibilidade e contributos, muitas vezes em cima do acontecimento.

A um grupo de pessoas que conheci durante todo este percurso que, para além das relações de amizade criadas, permitiram gerar sinergias a partir das quais foi possível desenvolver outros projetos, em diferentes áreas disciplinares e que resultaram em diversos eventos e publicações, nomeadamente, a Graça Índias Cordeiro, a Fátima Freitas, a José Luis Crespo, a Teresa Sá, entre outros.

Ao Professor Carlos Alho, por me ter desafiado para esta aventura, a todos os meus colegas de doutoramento, com especial incidência ao José Costa Pina, ao Luís Silva (ficará para sempre na memória a famosa *Pension Picasso* em Barcelona) e ao António Marques.

Ao CIAUD e à FAUL, aos seus órgãos de gestão e funcionários pelo apoio dado e condições criadas, que permitiram a participação em diversos eventos, nomeadamente, na organização de seminários, na participação em conferências nacionais e internacionais e na publicação de artigos, em livros e revistas científicas.

À Freguesia de Carnide, pelos dados e informações fornecidas, à 3N - Sociedade de Construções, pelas condições que me proporcionou, e à população do Bairro Padre Cruz, com quem tive o privilégio de partilhar uma grande parte da minha vida e a quem dedico esta tese.

Dedicatória

À Luísa Nicolau, minha “namorada”, que me apoiou incondicionalmente e incentivou a continuar, numa fase complicada que coincidiu com este trabalho académico. Aos meus filhos Joana e Pedro, pela tolerância e carinho demonstrados.

Aos meus pais que, com dificuldades permitiram que eu não fosse mais um dos muitos alunos que saíam da Escola Primária do Bairro Padre Cruz para iniciar a sua atividade profissional aos dez anos de idade, e que permitiram que eu continuasse a estudar, contrariamente ao que aconteceu com a maioria dos meus colegas de carteira.

Aos meus sogros e amigos da Moita do Norte, por quem tenho muita consideração, por serem verdadeiros amigos e a quem tenho dado pouca atenção nos últimos anos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO **19**

CAPÍTULO 1 **25**
O BAIRRO COMO CATALISADOR DE URBANIDADE DA CIDADE

1.1 O Bairro na Cidade: Pertinência da Investigação 25
1.2 Objetivos da Investigação 37
1.3 Breves Considerações sobre a Estratégia Metodológica 40

CAPÍTULO 2 **43**
A CIDADE E O BAIRRO EM QUESTÃO

2.1 A Escala da Cidade: O Discurso Urbano 44
2.2 A Escala do Bairro: Aproximações Teóricas 49
2.3 O Bairro no Contexto das Políticas Urbanas (Panorama Internacional) 53
2.4 O Bairro no Contexto das Políticas de Habitação (Panorama Nacional) 59
2.4.1 A Cidade entre a Monarquia e a 1ª República 60
2.4.2 A Cidade entre a 1ª República e o Estado Novo 62
2.4.3 A Cidade do Estado Novo 66
2.4.4 A Cidade entre Planos 68
2.4.5 Da Cidade dos Planos à Cidade dos Bairros 92
A "Cidade" de Kruz Abecassis (1979-1989) 97
A Cidade da Nova Estratégia Urbana (1990-2002) 102
Uma "Nova" Cultura de Cidade 106
2.4.6 Síntese conclusiva 110

CAPÍTULO 3 **113**
A CIDADE PROVISÓRIA : REINVENÇÃO DA CIDADE A PARTIR DO BAIRRO

3.1 O Território como Narrativa 114
3.2 Escalas e Tempos da Intervenção Urbana 118
3.3 Síntese conclusiva 128

CAPÍTULO 4 **131**
O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

4.1 Estratégia Técnico-Metodológica: Justificação e Pertinência 131
4.2 Estudo de Caso: Razões de uma Escolha 140

CAPÍTULO 5 **147**
FREGUESIA DE CARNIDE: O LUGAR DA MEMÓRIA

5.1 De “Sitio de Carnedi” a Freguesia de Carnide 147

5.2 Caracterização Física e Social 151

CAPÍTULO 6 **169**
BAIRRO PADRE CRUZ: UM LABORATÓRIO NA CIDADE

6.1 Caracterização Social e Física 170

6.1.1 Caracterização Social 169

6.1.2 Caracterização Física 175

A sua Génese — “O Bairro da Quinta da Penteeira”: 175
Projeto urbano como elemento segregador

Fase II do Bairro Padre Cruz: 178
Um novo experimentalismo urbano e uma nova tipologia na cidade

O “Bairro Novo” (habitação social): 189
Urbanismo em Contexto de Democracia

6.2 Zona das “Alvenarias”: O Território, Desenho Urbano e a Identidade 195

6.3 A Dimensão Social do Espaço Urbano 201

6.4 As Intervenções mais Recentes no Bairro Padre Cruz: 211
Urbanismo em Contexto de Cidade Negociada

CONCLUSÕES E PERSPETIVAS **227**

BIBLIOGRAFIA 237

ANEXOS 246

I Guião das Entrevistas
II Tabela da Narrativa Social
III Tabela do Discurso Urbano
IV Documentos que instruem o processo de atribuição de casas
V Escritura do Terreno
VI Atas da Assembleia Municipal
VII Polícia Municipal — Mapas dos Realojamentos
VIII Entrevista Arq.ª Maria Rosa Leitão
IX Realojamento de Inquilinos (Anais)

Índice de Figuras

1 | A Cidade Entre Bairros **26**

2 | Carta dos BIP/ZIP **27**

3 | Ruas de Lisboa **32**

4 | O “novo e o velho” — Freguesia de Carnide: Entre o passado e o presente e o presente **38**

5 | **“**A cidade fragmentada” — Freguesia de Carnide: As novas urbanizações **39**

6 | Vila Cabrinha, em Alcântara **64**

7 I PGUEL - 1948 **69**

8 | Programa das Casas Económicas: Localização dos Estudos de Conjunto **71**

9 I Os Bairros de Casas Económicas **72**

10 | Os Provisórios do Estado Novo **74**

11 | Os Bairros das Casas Desmontáveis **75**

12 | A Cidade em Transformação **79**

13 | PDUL 59 **82**

14 | Plano Diretor (PDUL 66) - 1966 **88**

15 | PDUL 66 — Aprovado em 1977 **91**

16 | Carta dos PIMP/PER **105**

17 | Visão Estratégica de Lisboa 2012 **108**

18 | Estrutura Orgânica do GAPIP do Bairro Padre Cruz **109**

19 | O território: A Ponte entre o passado e o futuro **114**

20 | A cidade e o território **116**

21 | Os bairros da cidade tradicional **119**

22 | Os bairros da cidade genérica **121**

23 | Evolução do tecido urbano de Lisboa **123**

24 | Freguesia de Carnide 1904/1911 **126**

25 | A cidade multifacetada **127**

26 | Ortofotomapa da freguesia de Carnide (2012) **129**

27 | Desenho da Investigação **132**

28 | Diagrama das Fases da Análise Empírica **133**

29 | Diagrama das Fases da Análise Empírica: Condições de validação das hipóteses **134**

30 | Análise do discurso urbano **138**

31 | As Freguesias do Termo de Lisboa **141**

32 | A Freguesia de Carnide: localização e caracterização **149**

33 | A Vila de Carnide em 1904 **152**

34 | A Freguesia de Carnide 1979 **158**

35 | A Freguesia de Carnide atual **159**

36 | As novas morfologias urbanas **160**

37 | Os percursos: localização das imagens **161**

38 | A Vila de Carnide em 1904: O território como narrativa **163**

39 | O território como narrativa: Cronologia Urbana de 1297 à atualidade **166**

40 | Bairro Padre Cruz: Localização e caracterização **169**

41 | O Bairro das Casas Desmontáveis da Quinta da Penteira (1958-1959) **177**

42 | Brochura dos elementos gráficos do projeto **180**

43 | O Bairro Padre Cruz Fase II — "As Alvenarias" (1959-1962) **181**

44 | Orientação solar do bairro **184**

45 | A morfologia do lugar e a estrutura urbana do bairro **186**

46 | O bairro e a *Unité d'habitation de Marseille* **188**

47 | A morfotiplogia do "Novo Bairro" **192**

48 | "Os Provisórios do Estado Novo" **196**

49 | O Território como elemento gerador de Identidade **199**

50 | Bairro Padre Cruz — Imagem de conjunto **203**

51 | Diagrama de Gehl: Os sentidos e a comunicação **207**

52 | Rua das "Alvenarias": Corte esquemático **209**

53 | Rua do "Bairro Novo": Corte esquemático **210**

54 | GJP Arquitetos:
Proposta de Urbanização para o "Bairro das Alvenarias" (2006) **213**

55 | Proposta de Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz — Proc. n.º 8/URB/2009 **214**

56 | Proposta de Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz — Versão Final (2010) **215**

57 | Fases da operação de Regeneração Urbana **216**

58 | Perfis Transversais do Loteamento **217**

59 | Inicio do novo loteamento do Bairro Padre Cruz - Fase A0 **218**

60 | Idem, Fase A1 **218**

61 | Ilha do Borneo, Amsterdão - Reconversão urbana da zona portuária **220**

62 | Oerliger Park, Grün Stadt, Zürich - Reconversão urbana de zona industrial **221**

63 | Eco-Bairro Västra Hammen, Malmö, Suécia **221**

64 | Eco-Bairro Copenhaga (TaglKaj) **222**

Índice das Tabelas

I | Quadro dos PIMP/PER: Famílias Alojadas **104**

II | População residente nas freguesias do Termo de Lisboa **142**

III | Freguesia de Carnide: Variação da população e do número de fogos (1620-2012) **154**

IV | Tabela comparativa dos indivíduos residentes por Grupos Etários — Bairro/ Freguesia/Concelho **171**

V | Comparação percentual dos indivíduos residentes por classe etária — Bairro/ Freguesia/Concelho **172**

Índice de Gráficos

I | Concelho de Lisboa: variação da População Residente (1900-2011) **143**

II | Freguesias do Termo de Lisboa: Variação da População Residente (1900-2011) **143**

III | Freguesia de Carnide: Variação da População Residente e número de fogos (1620-2011) **155**

IV | Freguesia de Carnide: População Residente (%) **156**

V | Idem, Escolaridade / Atividade Económica: Gráfico comparativo; Concelho/ Freguesia **157**

VI | Bairro Padre Cruz: Gráfico comparativo do nível de Escolaridade; Concelho / Freguesia Bairro **173**

VII | Idem, Atividade Económica **174**

Lista de Siglas e Acrónimos

AAP	Associação dos Arquitetos Portugueses
BIP/ZIP	Bairros/Zonas de Intervenção Prioritárias
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CIAUD	Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design
COOPALME	Cooperativa de Habitação
DSUO	Departamento de Saneamento Urbanismo e Obras
EPUL	Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
FAUL	Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
GABIP	Gabinetes de Apoio a Bairros e Zonas de intervenção Prioritária
GEBALIS	Gestão do Arrendamento Social em Bairros Bairros Municipais de Lisboa, EM
GEU	Gabinete de Estudos Urbanos
GTH	Gabinete Técnico de Habitação
GTL	Gabinetes Técnicos Locais
INH	Instituto Nacional de Habitação
INETI	Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial
IGAPH	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
MOPC	Ministro das Obras Publicas e das Comunicações
PDUL	Plano Diretor de Urbanização
PDM	Plano Diretor Municipal
PEL	Plano Estratégico de Lisboa
PEH	Plano Estratégico de Habitação
PGUEL	Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa
PIMP	Programa de Intervenção a Médio Prazo
PER	Programa Especial de Realojamento
PLH	Programa Local de Habitação
PPP	Planos e Projetos Prioritários
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PRU	Planos de Reabilitação Urbana
PSP	Polícia de Segurança Pública
PRODAC	Associação de Produtividade na Autoconstrução
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RECRIA	Regime Especial de Comparticipação de Imóveis Arrendados
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
SGAL	Sociedade de Gestão do Alto do Lumiar, Sa.
UNOR	Unidades de Ordenamento

INTRODUÇÃO

O presente trabalho académico, intitulado *O bairro como catalisador de urbanidade da cidade: critérios de urbanidade como efeito multiplicador*, enquadra-se no curso de doutoramento em urbanismo e insere-se na linha de investigação "O Bairro e a Cidade em Questão", no âmbito do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. É o culminar de um percurso de investigação desenvolvido nos últimos cinco anos, aliado a uma prática profissional de trinta anos, que está na origem desta dissertação.

Este trajeto profissional e académico divide-se em dois momentos principais. O primeiro enquanto desenhador projetista, entre 1983 e 1986, na concepção e construção, a custos controlados, de Bairros de Habitação Social, em colaboração com o Fundo de Fomento de Habitação (FFH)[1] e Cooperativas de Habitação, entre as quais a COOPALME, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 220/83, trabalho desenvolvido sobre alçada de Léon Palm, Arquiteto de origem belga com experiência nesta área (já estava reformado quando se instalou em Lisboa). Durante este período foram construídos parte do Bairro da Bela Vista, Arrentela e Vale de Figueira em Setúbal; Bairro da Quinta das Sapateiras em Loures; Bairros da COOPALME, no Algueirão, Casal de São Brás e Quinta da Falagueira na Amadora. Foi uma fase muito importante, não só porque se estava perante um ciclo de grande expansão urbana, com a construção de Bairros Sociais a custos controlados, mas, sobretudo, pela participação direta no processo, onde foi possível assistir à sua implementação, bem como às negociações constantes entre as partes. O conceito orientador era construir muito a baixo custo e, nesse aspeto, o trabalho direto com Léon Palm foi importante, porque permitiu perceber os limites e as potencialidades da racionalidade do projeto.

A segunda fase inicia-se em 1996 até à atualidade, como colaborador da 3N-Sociedade de Construções, Lda. Este período subdivide-se em dois momentos: o primeiro até 2006 e o segundo até à atualidade. No primeiro, a atividade profissional incidia fundamentalmente na reabilitação física de edifícios, ao abrigo dos programas RECRIA, em colaboração com os Gabinetes Técnicos Locais da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente, com os do Bairro Alto, da Mouraria, de Alfama e de Carnide. As competências incidiam na

[1] Posteriormente Instituto Nacional de Habitação (INH) e presentemente Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

elaboração de relatórios patológicos sobre o estado dos edifícios, na produção dos respetivos Cadernos de Encargos, propondo soluções arquitetónicas para a reabilitação dos imóveis e executando depois os respetivos trabalhos. Foram também realizadas diversas obras municipais, dentro desta área, como a Recuperação e Reabilitação do Bairro Estrela de Ouro, na Graça, e a Recuperação dos Balneários de Santos-o-Velho, entre outras.

Na segunda fase, a partir de 2006, o principal área de trabalho centrou-se na realização de obras de conservação, à escala do edifício em muitos dos bairros que tinham sido construídos nas décadas de oitenta e de noventa ao abrigo dos programas de habitação social e de realojamento, em diversos bairros da área metropolitana de Lisboa, promovidas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e outras no próprio concelho, em bairros sobre administração da GEBALIS — Gestão de Bairros Municipais de Lisboa, nomeadamente, no Bairro da Bela Vista, Bairro da Flamenga, Bairro Padre Cruz, Alta de Lisboa, Bairro Dr. Bensaúde e Bairro da Quinta das Salgadas.

A nossa atividade transporta-nos diariamente para a dimensão social dos edifícios e para a vida que se gera dentro destes núcleos habitacionais, das suas interações socioespaciais e das relações que se desenrolam no espaço público que os rodeia. São intervenções que incidem, na maior parte das vezes, dentro dos fogos, em contacto direto com o residente. Por outro lado, as galerias e os acessos verticais de muitos destes prédios de habitação coletiva, que supostamente deveriam ser espaços de sociabilização, estão trancados, para evitar o vandalismo. As pessoas não vivem os espaços públicos, não sociabilizam e acabam por ser reféns do seu próprio medo.

Esta última experiência profissional coincide com a conclusão do curso de Arquitetura (a nossa formação inicial era na área das engenharias de sistemas e das matemáticas aplicadas). Com base no conhecimento empírico associado a anos de experiência profissional, foi possível perceber que existia uma certa relação entre a interação socioespacial e a morfotipologia de determinados bairros. Existiam bairros que atendendo à sua morfologia urbana e tipologia do edificado promoviam o reforço do sentido de identidade dos seus residentes, ao contrário de outros.

Foi esta uma das principais razões que levou a escolher como estudo de caso o Bairro Padre Cruz, sendo de realçar que na zona que corresponde à fase das “Alvenarias” o relacionamento interpessoal entre os residentes é distinto da dos residentes das outras fases do bairro. Este aspeto é visível nas

relações de vizinhança e no sentido de unidade e cumplicidade partilhados pelos residentes desta área específica, com uma morfotipologia completamente distinta das restantes, quer em termos de desenho urbano quer em termos de edificado.

A estereotipia associada ao termo bairro, nomeadamente quando se adiciona a palavra realojamento, é algo que se pretende desocultar. Cada bairro é singular, independentemente do seu aspeto físico e das características sociais da sua população, que frequentemente tolda o pensamento e a ação. Enquanto técnicos, tende-se a tomar a parte pelo todo, o que impede ver o que está para lá do "invólucro". Esta análise superficial pode precipitar o desenrolar de um determinado tipo de intervenções urbanas cujos resultados podem ter um impacto diferente do inicialmente pretendido. Também neste aspeto, o Bairro Padre Cruz é um caso de estudo interessante.

Outro motivo que esteve na origem desta escolha tem a ver com o crescimento da cidade de Lisboa nos últimos cem anos, não sendo completamente percetível uma lógica integrada de desenvolvimento urbano, para além dos preconizados pelos Planos Gerais de Urbanização e Plano Diretor Municipal (PDM). Logo, parece que se está perante uma cidade fragmentada, sem um discurso urbano coerente, em que algumas das grandes intervenções surgem descontextualizadas e fora de tempo.

A morosidade dos processos de loteamento, bem como o prazo de execução das obras, levam a que muitas operações urbanas demorem mais de trinta anos a ficarem concluídas. Daí que, se iniciem com uma determinada realidade socioeconómica e terminem com uma outra completamente diferente, existindo desta forma um desfasamento, entre a fase concetual do projeto e a realidade existente. Este desfasamento temporal entre fases (de projeto, início e desenvolvimento da construção e conclusão), leva a que tanto a morfologia como a tipologia dos novos traçados urbanos e do seu edificado surjam dissociados tanto das existências físicas como da nova realidade social e política.

Os ritmos de intervenção vão variando em função das estratégias de cada novo executivo da edilidade lisboeta, o que cria pontos de rutura, promovendo a descontinuidade urbana que é visível. Neste sentido é possível identificar, quando se percorre a cidade, diferentes períodos de gestão política associados a novas tipologias de edificado e a novas urbanizações. Assim sendo, parece faltar uma narrativa urbana e social, que sirva de elo de ligação entre o passado e o presente, independentemente das políticas urbanas que se

pretendam implementar, preservando a sua identidade, que permita projectar a cidade para o futuro, assente na memória coletiva e no território como palimpsesto.

Quando nos referimos a "critérios de urbanidade como efeito multiplicador" (subtítulo da dissertação), entendemo-los como princípios orientadores, resultantes de todo o percurso de investigação. Não são aqui definidos como uma unidade quantificável ou mensurável, mas como dimensão qualitativa de uma urbanidade existente e também projetada. Trata-se de uma série de procedimentos que poderão ser incluídos nos programas e projetos, que permitam antecipar e modelizar modos de conduta e relações sociais (NUNES, 2011: 277). Tais princípios estão associados a uma metodologia de análise, que será útil não só a arquitetos e urbanistas, mas a todos aqueles que se interessem por esta temática.

Em termos de estrutura, a dissertação desenvolve-se, para além da introdução e da conclusão, em seis capítulos organizados em três partes distintas.

A primeira parte, que abrange os capítulos 1 e 2, remete para o enquadramento teórico do problema, tendo como base a dialética bairro-cidade. No primeiro capítulo, é reforçada a pertinência do tema em torno do qual se desenvolve toda a problemática teórica que esteve na origem desta dissertação. Na sequência desse enquadramento analítico, é formulada a pergunta de partida, a partir da qual são definidas as hipóteses que orientam a pesquisa levada a efeito. Por outro lado, é também explicada, nesse primeiro capítulo, a estratégia metodológica seguida, nomeadamente, as ações realizadas e os resultados esperados.

No segundo capítulo, é feita uma reflexão crítica sobre a cidade atual, conferindo-se um lugar de destaque ao conceito de bairro. Faz-se uma incursão ao nível da análise etimológica do termo e à sua evolução, evidenciando-se a relevância que esta unidade urbana passou a assumir no contexto da cidade contemporânea, com efeitos relevantes na (re)atualização da identidade e da memória coletiva. De forma complementar, faz-se alusão às políticas de regeneração urbana que estão a ser implementadas em vários países, sobretudo aos seus objetivos. Estas refletem uma mudança na escala de intervenção — da cidade como um todo, para o bairro em particular; processo que se iniciou a partir da década de sessenta do século passado. Em virtude de o caso de estudo se tratar de um bairro de promoção pública, construído ao

abrigo de legislação específica, procedeu-se ao levantamento e análise de alguma documentação de suporte produzida nos últimos cem anos.

A segunda parte, que abrange os capítulos 3 e 4, reflete o espírito de inovação da tese, quer na sua conceção quer na sua implementação. A inovação verifica-se não só na metodologia de análise do problema, mas sobretudo no modo como se processa a operacionalização. Para tal foi necessário cruzar o olhar do arquiteto/urbanista e o das ciências sociais. Estes capítulos deixam transparecer a dimensão física e cultural da intervenção urbana que se irá refletir na análise do discurso urbano. Esta forma de abordagem no estudo da cidade, é uma ferramenta fundamental para qualquer arquiteto ou urbanista que pretenda intervir em territórios consolidados.

O capítulo 3 versa sobre a importância do lugar na consolidação da memória coletiva, emergindo o bairro como reserva física e mental da cidade, estabelecendo elos de ligação entre um passado e um presente em constante mudança. O bairro assume-se como elemento de transição que amortece as alterações da estrutura física e social da cidade. Faz-se ainda alusão à noção de limite, sendo necessário operar uma reflexão sobre limites e delimitações da própria cidade e do bairro. Esta redefinição de limite, associado ao sentido de mudança, faz sentido se entendermos diferentes escalas de observação da cidade e, desta forma, são propostas três escalas: a macroescala (escala da cidade), a mesoescala (escala da freguesia) e a microescala (escala de bairro), cujos limites variam em função da posição relativa do observador. A partir destas diferentes escalas, é possível encontrar uma “narrativa urbana” que permita compreender as especificidades e singularidades do bairro escolhido.

Estas duas últimas escalas foram determinantes para a investigação, no estudo de uma narrativa urbana alargada (mesoescala), a partir da qual foi possível entender o território em toda a sua dimensão e as implicações que teve no Bairro Padre Cruz.

O capítulo 4 apresenta o desenho de investigação, sendo aqui explicado em detalhe as várias fases referentes à operacionalização da metodologia de investigação, não só ao nível da recolha de informação, mas também de análise, nomeadamente do discurso urbano.

Os capítulos 5 e 6 resultam da interação teoria-empiria. No primeiro, faz-se uma aproximação ao caso de estudo, incidindo a investigação sobre o território da Freguesia de Carnide (mesoescala), e o segundo sobre o Bairro Padre Cruz (microescala). Em ambos os casos, foi feito um reconhecimento territorial pedonal, que teve como objetivo a obtenção de registos fotográficos

de elementos relevantes do território, principalmente, físicos e simbólicos, bem como a observação da vida quotidiana que se desenrola no espaço público.

No capítulo 5 faz-se ainda uma breve caracterização do edificado e da população da freguesia. O estudo da micro e da mesoescala permite compreender, não só, a evolução socioespacial de Carnide, com base na morfotipologia do seu território, mas também as implicações que teve na consolidação da identidade e da memória coletiva deste bairro.

A partir da análise do Bairro Padre Cruz e das suas diferentes fases construtivas, foi possível retirar algumas conclusões que permitem relacionar a morfologia e tipologia de cada uma das fases (Fase II e IV) com o reforço do sentido de identidade dos seus residentes, assim como sobre a importância do desenho urbano na criação de urbanidade. A partir destas conclusões, apresenta-se uma reflexão prospetiva sobre as implicações que a operação urbana em curso poderá ter no futuro, assim como a coerência do discurso político atual. A finalizar, são lançadas algumas pistas reflexivas para futuras pesquisas a desenvolver no âmbito desta linha de investigação.

CAPÍTULO 1
O BAIRRO COMO CATALISADOR DE URBANIDADE DA CIDADE

1.1 O Bairro na Cidade: Pertinência da Investigação

> *"Em todos os casos, a micro-linguagem do urbanismo é imperativa e limitadora. Não só o habitante não participou de sua elaboração: tal é, em nossa sociedade, a situação dos usuários diante da maior parte dos sistemas semiológicos constituídos. Mais ainda, está privado da liberdade de resposta. O urbanista monologa ou discursa; o habitante é forçado a escutar, sem compreender sempre. Em resumo, está frustrado em toda a atividade dialética que a localização urbana deveria oferecer-lhe".*[2]

Uma vez que o cenário deste estudo se localiza na cidade de Lisboa, importa relembrar que Lisboa foi, é e será sempre uma cidade de bairros. Lisboa foi o bairro de Alfama e da Madragoa, ganhou dimensão com o plano de urbanização do Bairro Alto (século XVI/XVII), expandiu-se para o Bairro do Rato (século XVII/XVIII), Bairro de Campo de Ourique (século XIX) e, posteriormente, com o plano de melhoramentos de Ressano Garcia, cresceu para as Avenidas Novas (1904).

A queda da monarquia e a implantação da República, em 1910, permitem que os novos ideais socialistas que se vão difundindo por toda a Europa e América do Norte, desde finais de oitocentos, passem a ser considerados prioritários pela nova governação do país[3]. A necessidade de habitações condignas para a classe operária, que vivia em condições miseráveis, associadas à "Cidade Industrial" (VILAÇA, 2001), afetava fundamentalmente as duas principais cidades do país, Lisboa e Porto (TEIXEIRA, 1992). Este problema é encarado durante o governo de Bernardino Machado[4], que prepara a primeira proposta de lei para a construção de bairros de "casas económicas", o Decreto n.º 4137 publicado a 25 de abril de 1918. No entanto, malgrado todo o esforço desenvolvido para a criação de regulamentação específica, é no

---

[2] CHOAY, Françoise - **O Urbanismo - Utopias e realidades**. 6ª Edição. S. Paulo: Perspectiva, 2007 [1965]. p. 55,.

[3] Este assunto tinha sido abordado por diversa vezes nas últimas décadas do século XIX por alguns deputados, como Hintz Ribeiro e Fontes Pereira de Melo, para a resolução do problema da habitação, contudo foi sempre recusado pelo poder político pelo seu cariz social.

[4] Bernardino Machado é destituído em 12 de dezembro de 1917 pela Junta Revolucionária de 1917, sendo o governo assumido por Sidónio Pais.

período do Estado Novo que a ideia de "Bairros operação", enquanto unidade de planeamento, ganha outra dimensão com a construção dos bairros de casas económicas (FERREIRA, 2012:50). A expansão urbana da cidade, durante o século XX irá ser pautada pela construção destes novos bairros, que tentam resolver o problema da falta de habitação. São bairros com morfologias e tipologias diferentes, que variavam em função das políticas habitacionais (BATISTA, 2001), de “novos” conceitos urbanos e de correntes estéticas associadas. No entanto, tiveram a sua origem numa mesma “realidade produtiva”, a da Cidade Industrial, associada ao *zonamento funcional*.

As grandes transformações socioeconómicas que se têm vindo a verificar, desde finais da década de oitenta do século passado, põem em causa estas estruturas urbanas, que pela sua especificidade terão de ser encaradas, em termos urbanos, de forma diferente. São bairros, na sua maioria de promoção pública, alguns camarários, com um tecido social que varia em função dos seus rendimentos.



Figura 1 | A cidade entre bairros — Fotografia tirada do Rio do Tejo sobre a encosta do Vale Escuro
Fonte: Elaboração própria, 2008

Estamos perante uma cidade desigual, descontínua, fragmentada, configurando-se como um arquipélago (VIAVERDE, 1994) onde coexistem, lado a lado, situações sociais e urbanísticas contrastantes: os condomínios privados, os bairros clandestinos, os bairros de barracas e os bairros de promoção pública [Figura 1]. Esta realidade põe em causa os princípios da democracia porque promove a exclusão social (BURGEL, 2006). Os bairros de promoção pública, devido à sua localização periférica, à morfologia e tipologia do projeto e à homogeneidade da população residente, de entre outros fatores, acentuam a situação de marginalidade dos seus habitantes. Se é verdade que numa primeira fase as pessoas se sentem realizadas (GUERRA, 1984), porque conseguem satisfazer uma necessidade primária e a concretização de uma

aspiração de longa data — a da habitação — não é menos verdade de que, a curto prazo, começam-se a sentir excluídas e marginalizadas. O relatório da consulta pública da Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritárias (BIP/ZIP) permite constatar esta situação. Muitos destes bairros requerem, hoje, especial atenção, quer pelas condições degradantes em que se encontram quer pelas particularidades da sua população (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2010).

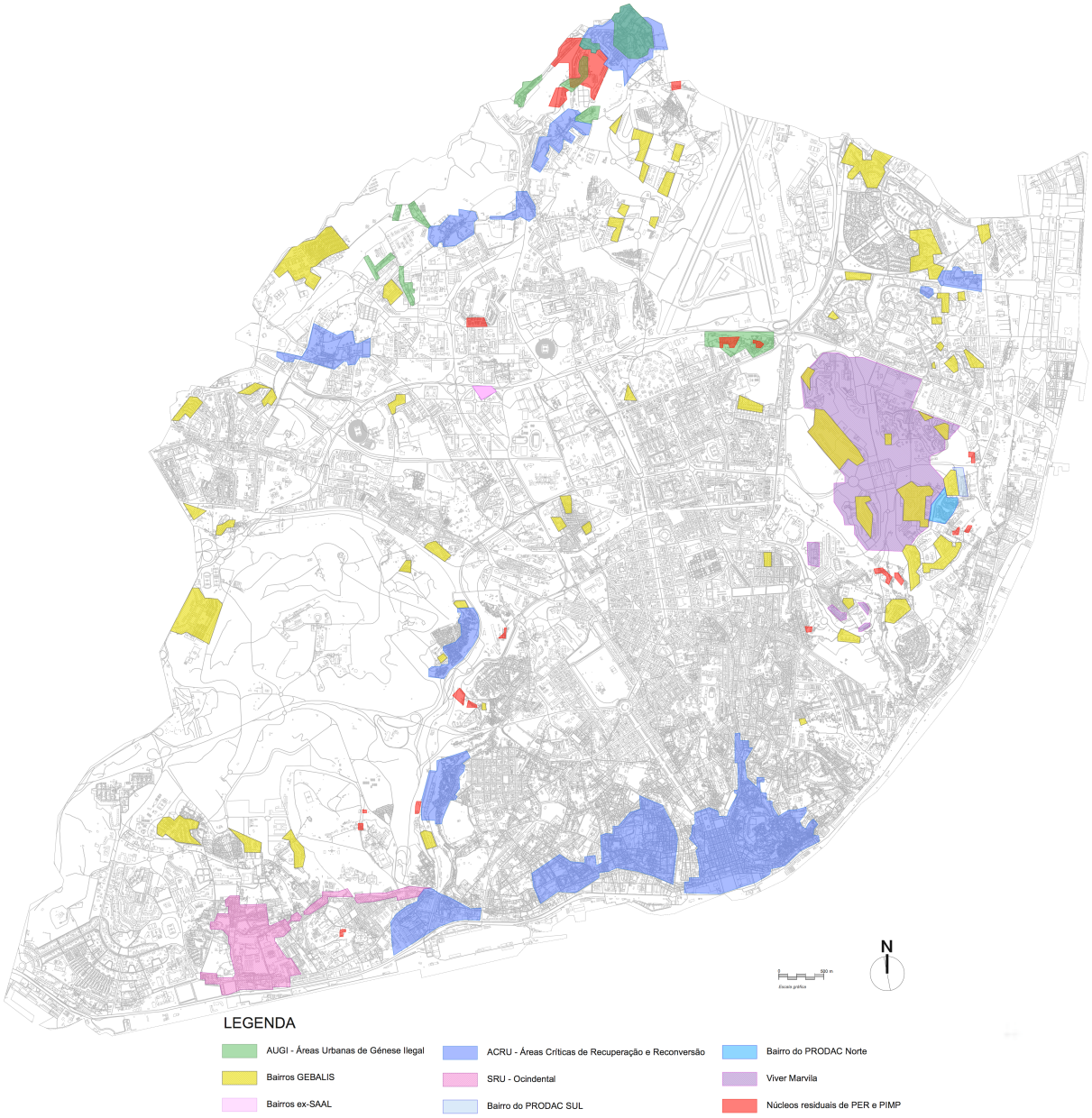


Figura 2 | Carta dos BIP/ZIP - Delimitações municipais
Fonte: Adaptado a partir de CML - Relatório dos BIP/ZIP, 2010, p. 8

Na imagem [Figura 2], encontram-se delimitados todos os bairros e zonas de intervenção prioritária (BIP/ZIP), que estão a ser objeto de observação

específica por parte da edilidade, tendo em vista a resolução dos seus problemas. Para além das políticas e dos programas que têm vindo a ser desenvolvidos, quer pelo governo central[5] quer pela edilidade na implementação dessas políticas, na tentativa de tornarem a cidade mais inclusiva, é fundamental que as mesmas possam ser implementadas de uma forma coerente, negociada, preservando a identidade e a memória coletiva destes bairros de Lisboa (NICOLAU, JORGE MANUEL DA S.; MENDES, MARIA MANUELA, 2015). Não basta recuperar fisicamente os edifícios e o espaço público existente, melhorando o seu aspeto visual. É necessário intervir ao nível do tecido social, recuperando-o e reconstruindo-o economicamente. São razões não apenas de coesão social, mas também de competitividade/ atratividade económica (MEEGAN, 2001).

O novo "Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017" vem confirmar esta linha de atuação e reforçar mais uma vez a importância do mote "Lisboa Cidade de Bairros". Com efeito, a *"(...) Cidade de bairros é uma grande mais-valia no reforço da coesão social e territorial de Lisboa. Por isso, queremos rejuvenescer os bairros e fomentar este espírito nas novas urbanizações da cidade."*[6]

Efetivamente, a requalificação/regeneração urbana passa pela requalificação física e social destes bairros, mas, paralelamente, pelo reforço do sentido de identidade dos seus residentes. É necessário que se perceba qual deverá ser o seu "papel" na estrutura produtiva e de consumo da cidade pós-industrial, (MOULAERT, 2005, THIBERT, 2007). Não basta "renová-los", é importante que se tente promover a sua "integração urbana", passe a redundância, tendo em conta as suas especificidades físicas e sociais: a sua história, a sua memória coletiva e consequentemente a sua identidade.

Este conceito integrador não será possível se se mantiver o *status quo* de uma cidade dual, em consequência das políticas urbanas levadas a efeito. Se por um lado existiu sempre uma atitude paternalista face aos bairros de promoção pública, não é menos verdade que estas políticas criaram uma cidade desigual, ao concentrá-los na periferia ou em terrenos menos "nobres", permitindo a construção de condomínios privados no centro da cidade.

---

5 Foi da responsabilidade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), organismo público, a elaboração do Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, que está na origem do Plano Local de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, implementado via programa BIP/ZIP.

6 Programa de Governo da Cidade de Lisboa 2013/2017, p.21

Passados quarenta anos sobre a implementação da democracia, ainda vivemos sob o estigma da segregação social. A classe média não aceita, de bom grado, a construção de um bairro social nas proximidades da sua zona de residência, ou numa outra zona "nobre"/central da cidade. Protesta, porque não entende como é possível alguém que (segundo ela) não paga impostos, ter uma habitação num local onde ela, que paga os seus impostos, não o consegue pelo elevado custo da edificação por metro quadrado. Esta hipocrisia social denominada por *Nimby (not in my backyard)* tem sido um dos entraves a uma política integradora de regeneração urbana assente no consenso e compromisso de todos os atores que atuam no espaço urbano (AGIER, 2011).

As políticas nem sempre têm por base um modelo de desenvolvimento urbano que permita a sua implementação, a partir da "unidade de bairro". Nesse sentido, o projeto urbano é estruturante, não imposto (*top-down*), porque é a partir dele que é possível materializar essas políticas, no âmbito de uma cidade negociada (BOURDIN, 2011, MERCIER, 2003). A pergunta que se coloca neste contexto é se fará sentido, em pleno século XXI, continuar a falar de "Bairros Sociais"[7]? Pensamos que não, antes de mais, todos os bairros são sociais. Daí que seja fundamental que esta conotação negativa, associada a "Bairro Social", desapareça. Por outro lado, é necessário perceber que modelo de desenvolvimento urbano deve ser preconizado para a cidade de Lisboa. Que cidade pretendemos ter no futuro e para quem? Uma cidade segregadora, "só para alguns", ou uma *civitas*, em que todos sejam cidadãos de pleno direito, que vivam a cidade em toda a sua plenitude, com urbanidade, como refere Alain Bourdin (2011), *"(...) a coesão social passa pelo conhecimento dos outros, pelo seu reconhecimento e participação num projeto comum, mesmo que limitada ou ténue. Interage ainda com a solidariedade "orgânica" de Durkheim, portanto, com a complementaridade entre indivíduos (...)"* [8].

Os bairros são unidades físicas que "marcam" o território da cidade e que fazem parte da sua morfologia social e urbana. Percebe-se pelo discurso que existe uma vontade técnica e política, em assumir o "bairro" como uma unidade estruturante. Esta ideia foi manifestada publicamente por João Seixas (2010)[9], ao referir que *"o conceito de bairro é a base de identidade de Lisboa (...)"*. No

[7] O termo de "bairro social", embora tenha sido "abolido" da legislação, continua a ser utilizado pelos políticos, técnicos e população em geral para "classificar" os bairros de promoção pública destinados a pessoas desfavorecidas.

[8] BOURDIN, Alain - **O Urbanismo Depois da Crise**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011. p.85

[9] Coordenador executivo do estudo sobre *Qualidade de Vida e Governação na Cidade de Lisboa.* Esta opinião foi expressa na sessão pública extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa, realizada no Teatro Aberto, em 9 de novembro de 2010.

entanto, pese o facto de estarmos perante uma ideia aceite unanimemente pela audiência, conforme referido pela jornalista Inês Banha, no seu artigo publicado no *Diário de Notícias*, no dia 10 de novembro de 2010, existem opiniões divergentes, quanto ao conceito associado à palavra "bairro". Para Jorge Gaspar, segundo a autora do mesmo artigo, o "bairro" é polissémico[10] e cada um tem uma origem distinta — *"(...) falar do bairro de Chelas é muito diferente que falar do de Campo de Ourique ou do Bairro de Alfama (...)"* — há que ter em conta que nem todos os bairros de Lisboa são iguais. Por outro lado, o arquiteto Silva Dias entende que a palavra bairro tende a desaparecer, pela conotação negativa que a mesma tem vindo a adquirir, por indiciar separação.

De forma complementar, Margarida da Conceição (2012) refere que o conceito de bairro incide sobre realidades físicas muito distintas entre si. Na sua origem o seu significado remetia para a área habitacional apartada, que ao crescer se vai tornando parte da cidade, o que ainda hoje é comum entendê-lo desta forma. Mas o peso do conteúdo sociológico da definição "bairro" é ainda significativa e, por vezes, quase independente, quer da sua definição morfológica quer dos seus próprios limites físicos. Por esta razão, a palavra bairro surge quase sempre associada a outro vocábulo, substantivo ou adjetivo, que lhe esclarece o sentido.

Em termos de desenvolvimento e planeamento urbano, há sempre uma certa carga ideológica associada a este conceito. Importa entender o bairro como uma forma de organização concreta do espaço e do tempo (LEFEBVRE, 1978 [1970]:200), com a sua história, identidade e memória coletiva, que se insere numa estrutura urbana mais abrangente, a da cidade. Efetivamente existem bairros diferentes, com características específicas — físicas, sociais e históricas.

A cidade são os seus bairros, independentemente de ser a freguesia a estrutura base da divisão administrativa, porque são eles que a identificam. Segundo Rego Mendes (1993), *"Conhecer as freguesias de Lisboa é conhecer a cidade através de muitas cidades que ela encerra. Os bairros, velhos e novos, melhores ou piores, contêm características que os afirmam como conjuntos com forte personalidade"*[11]. Daí que seja importante perceber a cidade atual em toda

---

10 CONCEIÇÃO, Margarida Tavares, A POLISSEMIA DA PALAVRA BAIRRO; http://www.estudoprevio.net/artigos/29/dossier-bairros-margarida-tavares-da-conceição

11 Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, durante a presidência do Dr. Jorge Sampaio (1989-1997), CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília - **PELAS FREGUESIAS DE LISBOA - O termo de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Educação, 1993.

a sua dimensão, *macroescala*, mas, sobretudo, na sua singularidade *microescala*, porque a singularidade são os seus bairros.

A análise dos bairros deverá ser efectuada a partir do cruzamento de duas abordagens: uma física e outra social. A primeira deverá incidir na sua morfologia e tipologia urbana[12] e na sua localização — de como interagem entre si e com a cidade em geral. Em relação à segunda, é necessário compreender a sua dimensão e a escala humana do bairro. Neste estudo, teremos de recorrer, obrigatoriamente, a uma análise multidisciplinar, cruzando as perspetivas da geografia, da sociologia, da etnografia urbana, da história, da literatura, entre outras.

Os bairros transportam em si a identidade e a memória da cidade, que se encontra registada no seu património físico e social. Neste contexto, Christine Boyer (1996) refere que a cidade é o espaço de diferentes modelos físicos, visuais e mentais pelos quais o ambiente urbano é representado. Esta sua apreensão e compreensão resultam do estudo abrangente de elementos e de conceitos produzidos pelas diferentes áreas do conhecimento, dos quais se realçam a literatura, a música, a arquitetura, a história e a pintura, mas também a geografia. Para conhecer a cidade, é necessário calcorreá-la, vivenciá-la nos seus aspetos simbólicos e apreender o sentido de uma espécie de narrativa urbana, que nos permite identificar diferentes períodos da sua história, nomeadamente, a cidade tradicional enquanto obra de arte, a cidade moderna como cidade panorama, e a cidade contemporânea como cidade espectáculo. A cada uma destas "cidades" estão associados diferentes tipos de bairro.

A mesma linha de raciocínio é desenvolvida por Tim Sieber (2008:52), quanto ao simbolismo associado à "paisagem urbana", em que as ruas surgem como elemento fundamental do cenário, pelo foco de atração que representam. Elas funcionam como uma espécie de diagnóstico sobre a qualidade de vida urbana. O elemento "rua" ganha importância à escala de bairro — *"a rua é entendida como um recorte empírico que permite encontrar uma multiplicidade de pontos de vista e de objectos, um recorte etnográfico possível para a exploração e o conhecimento da vida urbana contemporânea a partir de baixo e de dentro"*[13] — daí que exista uma relação direta entre as características da rua

[12] A morfologia urbana é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação do tempo (Lamas, 2004). A tipologia diz respeito às características específicas do edificado construído.

[13] SIEBER, Tim - RUAS DA CIDADE E SOCIABILIDADE PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DE LISBOA. In CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric- **A RUA — espaço, tempo e sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 47-64.



Legenda

1 Alfama *(elaboração própria, 2007)*
2 Encosta do Castelo *(idem)*
3 Chiado *(idem)*
4 Calçada da Ajuda *(idem, 2008)*
5 Bairro do Caramão da Ajuda [1944] *(idem, 2008)*
6 Bairro do Padre Cruz - Fase I [1959], Casas Desmontáveis *(arquivo CM Lisboa, 1965)*
7 Bairro Padre Cruz - Fase II [1962], Casas das "Alvenarias", zona das "casas altas" *(elaboração própria, 2012)*
8 Bairro de Telheiras [1990]; *(idem)*
9 Bairro Padre Cruz - Fase IV [1998] *(idem)*

Figura 3 | Ruas de Lisboa
Fonte: Elaboração própria (2016)

e do bairro — a imagem visual da rua está, muitas vezes, associada à imagem de um determinado bairro [Figura 3].

Este "olhar" sobre a envolvente urbana, a partir "de baixo e de dentro", tem sido o objeto de estudo do arquiteto e urbanista norueguês Jan Gehl (2009 [1971]). A sua análise do espaço público verifica-se à "escala do bairro" e incide especificamente na observação das pessoas, na forma de como o espaço influencia as sociabilidades e as atividades sociais. Dessa observação, conclui que a *"vida que se desenrola entre os edifícios"*[14], quando o espaço público o proporciona, é muito mais interessante do que qualquer combinação de betão armado, porque estimula as condições favoráveis ao relacionamento humano.

No âmbito da etnografia urbana portuguesa, importa salientar o trabalho de investigação de Graça Índias Cordeiro (1997), sobre o Bairro da Bica. As relações interpessoais e culturais, que se desenvolveram dentro deste bairro lisboeta, não só vêm reforçar a importância da rua (neste caso as Escadinhas da Bica) como a definem como *"(...) um ponto estratégico de encontro, observação e conversas (...) um "ponto de convívio" que parece integrar-se no espaço doméstico da casa - ou a casa parece estender-se por sobre a rua (...) "*[15]. Neste, como em muitos outros bairros tradicionais da cidade, a rua funciona como uma estrutura híbrida, em que o espaço público é assumido, muitas vezes, como o prolongamento do espaço privado. Assim, é na microescala da cidade e mais concretamente na escala de bairro que a rua ganha preponderância enquanto espaço de manifestação coletiva.

Pela abrangência do conceito de bairro associada à evolução da palavra, mas sobretudo pela dialética existente quanto à sua delimitação, entendemos que a unidade mínima de intervenção é a unidade de bairro. Consideramos unidade de bairro uma parte do bairro ou o bairro em si, dependendo das suas características específicas. Existem bairros na cidade de Lisboa que, pela sua dimensão, ou porque foram alvo de diversas operações de loteamento, apresentam características diferentes tanto em termos físicos como sociais. Podemos referir, a título de exemplo, alguns casos, como o Bairro de Alvalade, o Bairro de Benfica, o Bairro Padre Cruz, entre outros.

O bairro é uma unidade da vida urbana, não só física mas também simbólica, na medida em que *"(...) o cidadão tem a impressão de ultrapassar*

---

14 GEHL, Jan - **Life between Buildings: Using Public Space**, Island Presss ,1971

15 CORDEIRO, Graça Índias - **Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica**. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p.192

um limite quando vai a um outro bairro (...)" (GEORGE, 1983:76). O bairro tem uma identidade própria, assente numa memória coletiva que o singulariza na cidade *"(...) tem um nome que lhe confere uma personalidade (...)"*. A mesma linha de raciocínio é seguida por Graça Índias Cordeiro (2001), que os entende como lugares, no verdadeiro sentido antropológico do termo, precisamente porque têm nome, história e identidade própria. O bairro é uma *"unidade sociológica relativa (...) mas que é necessária"* (LEFEBVRE, 1978 [1970]:195), fundamental para a estruturação da cidade — uma cidade sem bairros é como uma cidade sem ruas, não existe, embora possa haver tecido urbano. Parece-nos que o conceito de Aldo Rossi (2001 [1966]: 88) tem um outro alcance, porque para além da morfologia social, o bairro pode também ser caracterizado por uma certa função ou paisagem urbana. Daí que baste que cada um destes elementos se verifique para fixar o "limite"[16] do bairro.

Na análise da unidade de bairro há que ter em atenção três dimensões-chave: o primeiro é a sua morfotipologia urbana, o segundo incide no estudo da composição social da população e o terceiro, nas relações interpessoais que se geram dentro do bairro. Quando estivermos perante bairros com uma mesma morfologia e com uma forte identidade social, resultante das relações interpessoais que se geram diariamente, criando uma cultura de bairro, então, a unidade de bairro coincide com o bairro em si — a forma urbana coincide com a unidade sociológica.

No lançamento da *Carta Estratégica de Lisboa 2012*, o arquiteto Manuel Graça Dias referiu a importância de se relacionar o planeamento urbanístico com as dimensões sociais de inclusão do território e da coesão social. Segundo ele, este trabalho só seria possível através da revivificação dos bairros mais periféricos e do reforço da identidade dos seus residentes. Assim, coloca-se, desde já, uma primeira questão: De que modo o Bairro se assume como um elemento catalisador de urbanidade na cidade?

Pela sua singularidade, a unidade de bairro ganha cada vez mais preponderância na cidade atual, não só enquanto estrutura urbana, mas fundamentalmente como espaço físico que atravessa o quotidiano das pessoas, como salienta Teresa Sá (2012: 24). É a microescala da cidade, a cidade à escala humana; é a identidade e a memória coletiva.

Para Jordi Borja (2003: 53), a revalorização da vida urbana deu lugar a uma revalorização paralela do bairro como espaço público e de uso coletivo,

[16] A noção de limite será abordada no Capítulo 3.

com as suas festas, as suas tradições e a sua vida associativa. Por analogia e usando o raciocínio defendido por Jane Jacobs (2007 [1961]:123), quando defende que um bairro *"(...) bem sucedido é aquele que se mantém razoavelmente em dia com os seus problemas, de modo a que eles não o destruam. Um bairro mal sucedido é aquele que se encontra sobrecarregado de deficiências e problemas e cada vez mais inerte diante deles (...)"*, podemos supor que uma cidade bem sucedida é aquela que interage positivamente com os seus bairros, preservando a sua memória e identidade coletiva gerindo de forma equilibrada os seus problemas, sem deixar que estes a arruínem. Sendo Lisboa uma cidade de Bairros, pretende-se que este estudo nos esclareça de que modo a unidade de bairro possa ser um elemento catalisador de urbanidade da cidade.

O termo catalisador é utilizado com bastante frequência nas reações químicas. Trata-se de uma substância que permite acelerar ou retardar uma reação, sem ser consumida durante o processo, ou seja, mantém-se intacta do início ao fim do ciclo. Entendemos assim que os bairros devem funcionar como catalisadores de urbanidade da cidade, nas transformações que a mesma vai sofrendo ao longo dos tempos, sem que com isso percam a sua identidade[17].

Ao utilizarmos o conceito de urbanidade, pretendemos fazê-lo não no sentido defendido por Simmel (SIMMEL, 2001 [1903])[18] ou Park (1987 [1940])[19], em que a cidade, para além do espaço urbano é o estado de espírito de todo o homem moderno, levando-nos a uma discussão teórica que sai fora do âmbito desta tese, mas sim, de uma forma objetiva e pragmática, conjugando as visões de Hanna Arendt (2006), que defende que a urbanidade é virtude da singularidade, mas ao mesmo tempo, permite criar o novo a partir da memória coletiva. Reforça-se a necessidade de apropriação de um espaço e de um tempo através da partilha, tal como é defendido por CHOAY (2009 [1994]), em que a urbanidade traduz a relação recíproca entre a forma de um tecido urbano e a forma de convivência social[20]. Estes dois conceitos de urbanidade

---

17 A imagem de uma cidade está muito ligada à imagem dos seus bairros. Um caso concreto é a cidade de Barcelona que, antes da intervenção que sofreu aquando dos Jogos Olímpicos em 1992, era considerada uma cidade insegura e com bastante criminalidade. A revitalização/regeneração urbana da zona portuária das Ramblas, do Bairro do Raval, de entre outros, permitiu alterar essa imagem negativa de insegurança que se tinha sobre a cidade, contudo, os bairros não perderam a sua identidade.

18 SIMMEL, George - **A metrópole e a vida dos espíritos**. Oeiras: Celta Editora, 2001 [1903].

19 PARK, ROBERT E. - A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento urbano no meio urbano. (1987 [1940]).

20 Segundo Choay, a intervenção de Haussmann em Paris foi feita com urbanidade, mais concretamente urbanidade Haussmanniana.

permitem-nos realçar, pela sua singularidade, a importância da unidade de bairro enquanto palco desta memória coletiva que se reflete na memória da cidade.

A palavra urbanidade deriva do latim, *Urbanitas,* e tem dois significados: a qualidade do que é da cidade e a forma de conduta dos cidadãos dentro da urbe — relacionar-se com urbanidade.

Se pensarmos que a formação de identidades assenta numa duplicidade de processos: o relacional e o cultural (COSTA, 1992); sendo o primeiro, o resultado do relacionamento entre pessoas e o segundo o dos valores simbólicos do lugar, então é possível relacionar de uma forma direta a urbanidade com a identidade. Para Kevin Lynch (1960), os modelos formais de legibilidade que os habitantes utilizam para interiorizar as cidades onde vivem, como os caminhos, as margens, os limites, os bairros e os marcos simbólicos reforçam o conceito de identidade.

Através do estudo das referências identitárias e da urbanidade (vivência do social no urbano), pretendemos relacionar a forma do desenho urbano com o sentido de identidade dos habitantes. Neste contexto e em complementaridade com a primeira questão, emerge a seguinte: *De que modo a morfologia e a tipologia urbana dos bairros de Lisboa poderão influenciar a identidade dos seus residentes?*

A investigação, como já foi referido anteriormente, pretende relacionar a dimensão *social* e a *urbana*, tendo-se delineado as seguintes respostas provisórias às questões enunciadas.

Na resposta à segunda questão, procurar-se-á confirmar ou infirmar a Hipótese 1**:** A morfologia e a tipologia dos bairros de Lisboa, nomeadamente do Padre Cruz, potencia a relação de vizinhança e o sentido de identidade dos seus residentes.

A hipótese 2 é a resposta provisória à primeira questão: O desenho urbano é um elemento fundamental para a criação de urbanidade da cidade.

Na primeira hipótese iremos aferir se a morfotipologia potencia a relação de vizinhança e consequentemente, o reforço do sentido de identidade dos residentes. Relacionando assim, de uma forma direta e objetiva, o espaço físico com o social.

A segunda, tem por base os trabalhos Jan Gehl (1971, 2010) e pretende relacionar o desenho urbano com a utilização do espaço público praticada pelos seus residentes.

Como salienta Richard Rogers, no prefácio que fez numa das últimas publicações de GEHL (2010: IX), as cidades são como livros, podem ser lidas e Gehl entende a sua linguagem. As ruas, o andar a pé, as praças e os parques são as gramáticas da cidade.

1.2 Objetivos da Investigação

Em cidades como Lisboa, onde as malhas urbanas se foram sobrepondo ao longo dos tempos, começa a ser difícil encontrar referências territoriais que nos permitam ter um fio condutor na ligação com o seu passado urbano. A cidade de hoje é o resultado das sucessivas intervenções levadas a efeito desde a sua origem.

É difícil ao cidadão comum, em geral, e aos técnicos, em particular, aperceberem-se das sucessivas transformações de que o tecido urbano vai sofrendo ao longo dos tempos. Por um lado não temos uma visão abrangente da cidade, e por outro, o conjunto do edificado evolui de forma relativamente lenta. Daí que tenhamos uma imagem redutora do espaço físico que nos rodeia — a cidade são os edifícios. No entanto, a cidade é muito mais do que a soma de critérios políticos e administrativos que a definem enquanto tal.

De uma forma geral, o urbanista projecta a cidade a uma macroescala, redefinindo-a e criando novos *layouts*. As novas redes viárias vão destruindo as antigas azinhagas e fazendo desaparecer a identidade física do território, isolando muitos dos antigos núcleos históricos e quebrando a sua relação com os bairros que os rodeiam. Por seu turno, o arquiteto projeta o edifício à sua imagem, muitas vezes descontextualizado do espaço físico e social onde está inserido.

"Vivemos em cidades, ou não cidades cada vez mais feias, que nem por isso funcionam melhor; muitos técnicos se têm proposto salvá-las, em muitos casos à custa de novas lacerações no seu tecido, típicas de quem trata um órgão sem perseguir o organismo; outros (novos) técnicos se propõem agora

explicar melhor o que acontece nas cidades e que precisam os homens que elas sejam, mas deixam eles a cidade sem forma, sem vulto".[21]

Como salientava Nuno Portas (2007 [1969]), há quarenta anos, é importante uma mudança de óptica na análise do espaço urbano, porque só através da educação permanente e do projeto urbano é possível inverter a situação. Esta preocupação com a realidade urbana continua a ser bastante evidente nos bairros construídos desde então, muitos deles, anteriormente isolados, convivem hoje com novos aglomerados urbanos, com morfologias e tipologias completamente diferentes, sem qualquer ligação entre si. São intervenções perfeitamente visíveis, em que o "rural" se mistura com o "urbano" e onde não é percetível qualquer relação entre os novos bairros construídos e os antigos núcleos rurais.

Por outro lado, atendendo à data de edificação de muitos destes bairros construídos em épocas distintas — uns camarários, outros com fundos públicos e outros ainda de promoção privada — com programas, modelos e realidades económicas diferentes, produziram um tecido urbano bastante heterogéneo, descontínuo, com características específicas (processos construtivos e morfologias e tipologias completamente diferentes), que, pela degradação física e social em que se encontram, necessitam hoje de ser intervencionados. Daí que estejamos perante tipos e ritmos de intervenção diferentes, em função da especificidade de cada bairro.



Figura 4 | "O novo e o velho" — Freguesia de Carnide: entre o passado e o presente
Fonte: Elaboração própria, 2011

O problema que se coloca incide essencialmente no tipo de modelo (se é que poderá existir um modelo) e nas políticas urbanas de intervenção a seguir, de modo a termos um projeto urbano mais homogéneo, integrador e

[21] PORTAS, Nuno - **A cidade como arquitectura**. 3ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2007 [1969]. p.15

potenciador da identidade, que consiga conciliar as várias disciplinas, seguindo a tradição do *urban design* (COLIN, 1978; KRIER 1991 [1975]; KRIER,1999; LYNCH, 2007 [1981]; ROSSI, 2001 [1966]) , e das novas correntes urbanas , no contexto da cidade negociada (HEALEY, 1992; HEALEY , 1997; JP CITIES 2013).

Como referimos anteriormente, a urbe está em constante transformação. Importa escutar o território e perceber aquilo que tem para nos dizer (SABATÉ, 2004). Por vezes, a nossa percepção é redutora e pouco abrangente; somos pragmáticos e monodisciplinares na sua análise, o que nos torna "autistas", logo incapazes de ter uma visão multidisciplinar sobre a sua evolução. Através da narrativa urbana, conceito que será explicado no capítulo 3, é possível interpretá-la, a partir do cruzamento de uma diversidade de perspetivas, tanto na vertente física como social, levando à compreensão da cidade atual.

Para Jordi Borja (2003), a urbanização não é cidade, a cidade é o reflexo da vida dos seus cidadãos; é intercâmbio, comércio, cultura, ética e estéticas urbanas e é o espaço público por excelência. Os bairros são peças fundamentais em toda esta estrutura urbana e simbólica. Daí que seja necessário encontrar vários ritmos, tempos e processos de intervenção, atendendo à conjugação entre 3 dimensões: o social, o território e o projeto urbano (CORBOZ, 1983).



Figura 5 | "A cidade fragmentada" — Freguesia de Carnide: as novas urbanizações
Fonte: Elaboração própria, 2011

Tendo como contexto a cidade de Lisboa, mais concretamente a freguesia de Carnide e o Bairro Padre Cruz, nos últimos cinquenta anos, pretende-se fazer uma reflexão crítica sobre a evolução da cidade contemporânea, com especial incidência na dialética Cidade-Bairro. Salienta-se a importância estratégica da unidade de bairro como entidade fundamental na regeneração física e mental da cidade de Lisboa. Realça-se o sentido da cidade provisória em constante mudança.

Este estudo incide em grande medida sobre a narrativa do território, o que nos leva a um caminhar pela cidade, na procura de elementos físicos (património histórico, museus, caminhos e azinhagas) e simbólicos (toponímia, obras literárias, testemunhos orais, iconografia, pintura e festividades).

Paralelamente, o bairro é entendido como reserva física e mental da cidade. O bairro é a unidade de ligação entre um passado e um presente, que amortece a transição entre as alterações da estrutura física e social da cidade, onde se ensaia a sua memória coletiva. A partir destes dois níveis de análise e atendendo ao sentido provisório da cidade, pretende-se desenvolver uma visão crítica sobre o papel do bairro na cidade contemporânea, percebendo as suas vulnerabilidades, os seus desafios e potencialidades.

Na sequência dos trabalhos realizados no domínio da regeneração urbana, nomeadamente no Canadá[22], na Holanda[23], em França[24], em Inglaterra[25], na Dinamarca e na Catalunha[26], pretende-se que os resultados desta investigação permitam delinear um conjunto de recomendações —Critérios de Urbanidade para futuras intervenções na cidade ao nível do desenho urbano e da tipologia do edificado.

1.3 Breves Considerações Sobre a Estratégia Metodológica

Em termos metodológicos, o trabalho de pesquisa desenvolvido inclui, componentes teóricas sobre questões conceptuais ligadas à temática em análise e um trabalho empírico em torno do Bairro Padre Cruz, na freguesia de Carnide. Este trabalho está integrado no Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, numa linha de investigação intitulada *o Bairro e a Cidade em Questão.* Este pesquisa beneficiou ainda do estabelecimento de uma parceria de trabalho com a Junta de Freguesia de Carnide, o que se afigurou de crucial importância para o desenrolar de toda a investigação.

---

22 Trabalhos desenvolvidos por Guy Mercier (2008) e Joel Thibert (2007).

23 (Gruiss; Visser; Kleinhans, 2006).

24 Noveau contract de la ville — LOI n° 2014-173 du 21 février 2014 de programmation pour la ville et la cohésion urbaine) e a política para os bairros do século XXI, os Eco-Quartier ou Les Quartiers Durables VILLE, OBSERVATOIRE DE LA - Les quartiers durable: Nouvel enjeu de la ville de demain? **Les Cahiers de L'Observatoire de la Ville 2**. (2007)..

25 Fundação Príncipe Carlos - Urbanismo participativo.

26 La lei de barris de Catalunya, Oriol Nel (2008).

Em relação ao método utilizado, pareceu-nos mais adequado na aproximação ao objeto de estudo, a adopção do método qualitativo ou de estudos de caso ou análise intensiva. Neste contexto, estuda-se em profundidade e de forma intensiva o Bairro Padre Cruz; indivíduos, ou um fenómeno; mobilizando-se para o efeito uma variedade de técnicas (análise documental, cartográfica, estatística, observação e entrevistas); tentando apreender semelhanças, particularidades, diferenças, sendo que o principal objetivo é obter uma ampla compreensão do fenómeno em análise (ALMEIDA, 1982, YIN, 2005). No capítulo 4, serão explicados de forma aprofundada as razões desta escolha, bem como, os procedimentos mobilizados em termos de técnicas de recolha e análise de informação.

CAPÍTULO 2
A CIDADE E O BAIRRO EM QUESTÃO

Neste capítulo, apresenta-se uma reflexão em torno da cidade atual, com o intuito de enquadrar o problema em análise; a cidade não é aqui encarada no seu conceito formal, enquanto base da civilização associada à vontade dos homens (LYNCH, 2007 [1981]), mas naquilo em que a cidade se transformou com a revolução industrial e que Lefebvre (2010 [1968]) define como "a problemática urbana". Daí que todo o processo de industrialização surja como indutor de uma realidade urbana, que se encontra hoje ultrapassada, mas que, pela sua inércia física e social, ainda induz a sociedade atual.

Evidencia-se ainda a mudança de escala, que se começou a verificar a partir de finais da década de sessenta do século passado, no que diz respeito à análise dos "problemas urbanos", transferindo-se a análise da escala da cidade para a escala do bairro. O bairro surge como unidade estruturante da cidade, associado à sua identidade e memória coletiva. Numa primeira fase (1925-1954), o projeto urbano surge como forma racional de organização da cidade, imposto (*top-down*), na implementação de políticas urbanas, muitas vezes conotado com diferentes correntes ideológicas, como foi o caso do Movimento Moderno, associado à cidade capitalista ou a governos totalitaristas (MARIA MONTANER, 2009). No entanto, nas últimas décadas, tem-se assistido a uma inversão na implementação dessas políticas, também via projeto urbano, mas em que o mesmo surge de forma negociada (*bottom-up*), e onde o cidadão é parte integrante do problema.

Por último, salienta-se a importância que a unidade de bairro teve no desenvolvimento e expansão da cidade de Lisboa. A matriz ocupacional teve como base esta estrutura urbana, que foi variando em função dos governos e das políticas associadas. Esta investigação incide principalmente sobre o século XX, quer na leitura e análise da legislação produzida e de alguns autores de referência quer nos projetos associados a essas políticas. Pretende-se, ainda, compreender a forma como aqueles foram implementados e qual o seu reflexo na cidade contemporânea.

2.1 A Escala da Cidade: O discurso urbano

O discurso sobre o ideal urbano não é novo e tem as suas origens na Grécia antiga. Os diálogos de Platão, em *A República*, mostram-nos a sua visão utópica sobre a *polis*, *Cidade Estado Grega*. É a Platão que é atribuída a conceção dicotómica da estrutura das classes da sociedade (a dos proprietários e a dos não possuidores), contrariamente ao que muitos marxistas referem[27]. Para Platão, a cidade ideal é uma sociedade perfeita, a fundar através do discurso e segundo as suas próprias ideias, uma república que não existe em parte alguma.

Aristóteles, discípulo de Platão, tem uma visão antagónica relativamente ao seu mestre, muito mais lógica. Para ele, o homem, pela sua natureza, está destinado a viver em sociedade. A cidade é um facto da natureza, é a mais perfeita e mais completa das comunidades. Na sequência desta visão aristotélica da cidade, surge *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho (1483)[28], onde é discutida a questão metafísica original do cristianismo. O Reino de Cristo é a cidade de Deus. A história do cristianismo é assim refletida na história de três cidades. As duas primeiras surgem aquando do pecado original, confundem-se no caos humano e vão até Abraão, época em que começa a separação. Na segunda, Santo Agostinho descreve a história da cidade de Deus, reconfigurada em Israel e que vai até à morte de Cristo. A terceira é a separação da Cidade de Deus da Cidade do Mundo e que tem o seu auge no Império Romano. Esta forma dialética de entender a cidade, entre o sagrado e o profano, o bom e o mau, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres, é uma constante do pensamento urbano. Esta visão antagónica sobre o que é a cidade é partilhada por Thomas More, considerado por muitos autores como um dos maiores humanistas do Renascimento. A *Utopia* (2009[1516]) reflete a sua visão crítica da sociedade europeia do século XVI, ao recriar uma ilha-reino imaginária que supostamente seria a sociedade perfeita.

A Revolução Francesa e os seus ideais iluministas, de finais do século XVIII, levam ao surgimento de uma nova área do conhecimento, a sociologia, cujo principal objetivo seria, numa primeira fase, o de tentar resolver os problemas sociais. Compete ao homem e não a Deus este desígnio. A

---

[27] SIMON, Pierre-Jean – **História da Sociologia,** Rés, Porto, p. 35

[28] SANTO AGOSTINHO, **A Cidade de Deus**, tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira, vols. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991 (vol,I: livro I a VIII), 1993 (vol.II: livro IX a XV), [1442].

emergência da análise científica das relações sociais no contexto do espaço urbano contribuiu para o aparecimento da Sociologia, não só na Europa, mas também nos EUA. Aqui, a sociologia urbana ficou incontornavelmente ligada à Escola de Chicago, nomeadamente aos trabalhos de Robert E. Park[29].

O trabalho desenvolvido por Ebezener Howard[30], em 1898, surge na sequência do debate ideológico que se verificava em finais de oitocentos, em torno da questão urbana e mais concretamente do estado degradante e das condições sórdidas em que viviam as pessoas, nos chamados bairros de lata (*slums),* associados à cidade industrial e, neste caso concreto, a cidade de Chicago[31]. Este livro de Howard, que é considerado uma das obras programáticas com maior influência no urbanismo moderno, está na origem do movimento cidades-jardim. Na sequência deste movimento nasce, em 1899, a "Garden City Association" que se disseminará pela maior parte dos países europeus e que terá implicações diretas no planeamento urbano da primeira metade do século XX.

A crise do ideal social na Arquitetura Moderna reflete-se fundamentalmente no fracasso do seu ideal urbano. Esta contestação, que vem desde os finais do século XIX, é vista pela literatura marxista como uma mostra do caráter ideológico e superestrutural da arquitetura, que se acentua com o Movimento Moderno. Textos como *Per* una *Critica Dell'ideologia Architectónica*[32]*,* de Manfredo Tafuri (1972 [1969]), criticam esta corrente urbana por ser um instrumento ideológico do capital e colocam as bases para uma refundação do urbanismo que evite sonhos utópicos e proporcione os instrumentos necessários para a mudança histórica que o proletariado há-de protagonizar. O ideal de Simmel, refletido na sua obra literária *A Metrópole e a Vida Mental* (1903), traduzido por Tafuri em várias línguas, influencia a forma de pensar deste arquiteto italiano.

---

29 Este sociólogo urbano que foi o *leader* e organizador do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago entre 1918-1934, trabalhou durante 11 anos como jornalista (1887-1898) em diversas cidades americanas. Durante esse período escreveu em diferentes periódicos, sobre os problemas da vida quotidiana que afetavam muitos bairros de emigrantes, sobre os quais ele escrevia. Será sobre a cidade que incidirá o seu trabalho ulterior de sociólogo, enquanto laboratório privilegiado para o estudo do homem novo criado pelas sociedades industriais modernas (SIMON, Pierre-Jean - **História da Sociologia**. Porto: RÉS, 1994.)

30 HOWARD, Ebzner - **Garden Cities of To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform**. MIT Press (MA), 1965 [1898].

31 O lema *Chicago – Urbs in Horto* (a Cidade no Jardim - (1830), as teorias de Edward Relph, os livros *Progress and Poverly* de Henry George GEORGE, Henry - **Progress and Poverty — An Inquiry into the Cause of Industrial Depressions and of Increase of Want with Increase of Wealth: The Remedy**. N.Y.: Doubleday, Page & Co., 1879. e o *Looking Backward* de E. Bellamy , que aborda a utopia socialista da sociedade americana no ano 2000, levam-no a conceber um projeto sobre a comunidade ideal.

32 Este ensaio de Tafuri foi publicado pela 1ª vez em janeiro de 1969, na revista "Contropiano".

O mesmo raciocínio é seguido por Henri Lefebvre e Manuel Castells. Na obra *O Direito à Cidade* (2010 [1968]), Lefebvre propõe-se desautorizar o conhecimento e a prática do urbanismo ao uso, propondo um novo modo de entender a cidade e de atuar sobre ela. O seu maior interesse radica no desejo de redefinir o estatuto do urbanismo e do desenho urbano nas suas relações com as restantes ciências urbanas. Em *La Question Urbaine* (1972), Castells trata de precisar o objeto da sociologia urbana, de explicar o modo como a realidade social conforma o espaço, e clarifica como é que se pode atuar positivamente nesta conformação do espaço. Em ambos os autores, a perspetiva marxista é utilizada com o objetivo de proporcionar fundamentos em direção às reivindicações urbanas, fixando metas utópicas difíceis de alcançar, quer para o urbanismo quer para o desenho urbano. Também Choay (2007 [1965]) denuncia esta dimensão utópica na obra *L'Urbanisme, Utopies et Realités*.

Esta visão "utópica" do urbanismo, bastante contestada pela sociologia urbana, é, contudo, assumida e entendida como um desafio. Os arquitetos Colin Rowe (1978) e Robert Venturi (1972) conhecem e aceitam essa componente e tratam de colocá-la ao serviço da construção formal da cidade. O ensaio de Rowe (1978), *Collage City,* inicia uma identificação da dimensão utópica da forma urbana, clarificando assim o papel que a utopia e a tradição podem desempenhar no projeto urbano. No entanto, Rowe distingue na utopia duas virtualidades: por um lado o seu uso prescritivo e carente da crítica — a racionalidade imposta — e, por outro, a sua componente metafórica, que é a capacidade de referências — imagens que alimentam a transformação da realidade. Através desta segunda possibilidade, Rowe propõe recuperar o uso da utopia para dar forma à cidade, libertando-a dos seus exageros e perigos. Operação similar é realizada na análise da tradição, evitando assim o seu entendimento como cópia artificial do vernáculo. A "collage" supõe o uso consciente desta dialética, e a aceitação do papel metafórico e inovador da forma urbana que está acima de qualquer finalidade impositiva.

Por outro lado, a proposta de Venturi apresenta-se mais neutral, supõe uma procura sobre a importância do simbolismo na perceção do espaço urbano, acima da aceitação dos gostos populares ou da utilização dos mecanismos de persuasão simbólica. Na obra *Learning from Las Vegas* (1977 [1972]), propõe uma chamada ao realismo e à modéstia nas atuações urbanas, uma atenção ao contexto em que se desenvolvem e uma renúncia àquele desenho urbano total que propunha o Movimento Moderno.

Anteriormente, a investigação parecia dirigir-se à identificação do papel que a arquitetura desempenhava na construção da cidade ou na prática do urbanismo. Agora a atenção centra-se nos instrumentos operativos disponíveis para levar a cabo essa construção: *Planning and Urban Design* na tradição anglo-saxónica e *Plano e Projeto Urbano* na tradição continental. Este posicionamento fez com que os resultados das atuações adquirissem perfis identificados com cada uma dessas tradições, ainda que os antecedentes do *Urban Design,* característico da tradição anglo-saxónica, remontem ao início do século e ao trabalho desenvolvido por Raymond Unwin (1909) — *Town Planning in Pratice*. A formalização deste instrumento urbanístico concretiza-se nos anos 70 e pressupõe, antes de tudo, a assunção dos conteúdos sociais característicos do espaço urbano, superando a sua mera consideração visual ou perceptiva. Daí que a globalização, identidade cultural, realidade e virtualidade surjam como aspirações que orientam as novas perspetivas urbanas. A disciplina parece encontra-se numa encruzilhada, perante os novos problemas urbanos e, consequentemente, a ter de responder a questões desconhecidas e pouco experimentadas.

Françoise Choay, em *O urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia* (2007 [1965]), faz uma análise das diferentes correntes urbanas, desde os pré-urbanistas aos urbanista, realçando duas visões, de entre outras que ela identifica, que tentam dar resposta a esta encruzilhada: a *culturalista* e a *progressista*. Estas duas linhas de pensamento rapidamente deixaram de ter legitimidade, mas seria um erro admitir que a forma e a técnica não conseguem por si só encontrar meios para a resolução dos problemas urbanos. Passou então a ter-se uma atitude mais modesta, baseada na convicção de que a complexidade do fenómeno urbano exige diferentes saberes, na certeza de que não há uma solução global e definitiva. Trata-se, isso sim, de ir remediando carências urbanas, endereçando problemas em função de novas necessidades do homem — a ANTRÓPOLIS (CHOAY, 2007 [1965]).

Este noção de desenvolvimento urbano, com origem em Patrick Geddes (1904;1915)[33], surge como oposição à corrente progressista, e opõe-se à aplicação dos conceitos urbanos resultantes do IV Congresso Internacional de

[33] Sir Patrick Geddes (1954-1932) foi sociólogo, geógrafo e pioneiro em *town planner*. Os livros *City Developement (1904)* e *Cities in Evolution (1915)* são obras de referência que refletem o seu pensamento sobre o planeamento urbano. É dele o conceito de "região", "conurbação" e "megalópole", sendo considerado o criador do planeamento regional (MELLER, 1990; WELTER 2002)

Arquitetura Moderna (CIAM) — A Carta de Atenas[34] — cujos resultados poderiam ter sido diferentes se aplicados em função do tecido social, em zonas com forte identidade. Segundo Choay (2007 [1965]), Geddes entende que existe uma necessidade absoluta e concreta em integrar o homem no movimento de planificação urbana. Esta alteração de paradigma, humanista, sobre a forma de atuar na cidade, que tem como principais seguidores como Lewis Mumford (1998 [1961]), Jane Jacobs (2007 [1961]), Kevin Lynch (2007 [1981]) e Aldo Rossi (2001 [1966]), teve como consequência uma mudança de escala na análise do espaço urbano — da cidade em geral, para o bairro em particular. A *Carta do Novo Urbanismo*, aprovada no IV Congresso realizado em 1996, na cidade de Alexandria, no Estado da Virgínia, América do Norte, bem como na *Nova Carta de Atenas* (1998-2003)[35], pretendem refletir esta mudança.

A *Carta do Novo Urbanismo* estabelece princípios associados à formação do espaço regional, da cidade e do bairro. A intenção é de organizar sistemas regionais, articulando áreas urbanizadas centrais com as cidades menores, em setores bem delimitados do território, evitando a ocupação dispersa. Esta "carta" é constituída por 27 princípios; os primeiros até ao nono referem-se à Metrópole e às Cidades (grandes e pequenas), e os seguintes, até ao décimo sétimo, dizem respeito ao Bairro — definindo os critérios para a sua planificação. Quanto à *Nova Carta de Atenas*, verifica-se uma mudança de estratégia em relação à anterior. Existe uma inversão na abordagem dos problemas urbanos, em que a imposição da "tirania" do projeto, como elemento racional do desenho, é substituída pela necessidade de uma "cidade negociada", ao serviço dos cidadãos, onde estes são chamados a intervir na resolução dos seus problemas. Paralelamente a uma mudança filosófica, ao propor uma visão coerente da cidade que pode ser atingida pelo urbanismo e pelos urbanistas em colaboração com outros profissionais.

34 A *Carta de Atenas* defendia uma visão pragmática sobre o desenvolvimento das cidades, assente em critérios racionalistas e funcionalistas.

35 A *Nova Carta de Atenas* foi adotada pelo Conselho Europeu de Urbanistas no Congresso Internacional, realizado na cidade de Atenas, em maio de 1998.

2.2 A Escala do Bairro: aproximações teóricas

> *"(…) os bairros são regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, regiões essas em que o observador penetra ("para dentro de") mentalmente e que reconhece como tendo algo de comum e de identificável. São sempre passíveis de de identificação do lado interior e, também, do exterior, no caso de se poderem notar com diferenças de indivíduo para indivíduo. A maioria dos cidadãos estrutura deste modo a sua cidade, cujos elementos importantes são as vias ou os bairros."*[36]

De origem controversa, o termo *bairro* tanto pode ter tido origem no árabe, *barri*, ou *barrí,* que significa exterior ou subúrbio, como no latim *barrium* que quer dizer travessa ou divisória, formando-se, a partir desta palavra, o adjetivo *barriu* — o que está do lado de fora, arrabalde ou subúrbio. Segundo o dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* (2002: 489), a origem da palavra bairro remonta a 968, onde era considerada uma porção de território povoado nas cercanias de uma cidade. Em 1611, o termo evolui para "partes em que se divide uma cidade ou vila", para facilitar a orientação das pessoas e possibilitar uma administração pública mais eficaz. Ainda no século XVII, o termo *bairro* é assumido como divisão administrativa da cidade de Lisboa[37], *Bairro Fiscal,* e de outras cidades europeias. A palavra tem o mesmo significado em três línguas distintas, português, castelhano e francês (quartier) (LAFFONT, 2010:62). O termo *bairro* esteve também associado a uma autoridade policial (séc. XVII), *regimento dos bairros* (ANDRADE 1966 : 27) citado por (LAFFONT, 2010:62).

No Brasil, em finais do século XVIII, é a partir da estrutura de bairro que se organizam os corpos de milícias que ajudam a manter a ordem no seio da colónia. Esta situação só é possível graças às relações de obediência e de solidariedade dos habitantes de cada bairro (LAFFONT, 2010: 63)[38]. O conceito de bairro ultrapassa o da organização urbana da urbe, servindo também, como uma estrutura de controlo física e administrativa da cidade.

A partir de finais do século XIX, o crescimento das cidades e a sua reorganização administrativa levam a que, formalmente, o termo bairro perca algumas das suas funções anteriormente atribuídas, nomeadamente, políticas e

---

36 LYNCH, Kevin - **A Imagem da Cidade**. S. Paulo: Martins Fontes, 1980 [1960]. p. 52

37 No recenseamento à população de 1970, as freguesias estavam organizadas por Bairro Fiscal.

38 Citando a obra de (PRADO JUNIOR : 304, 308, 310 sq.) 1963

de policiamento, fiscais e administrativas, no entanto, ainda se mantém o termo *bairro fiscal*.

Com a revolução industrial e com as novas formas de planeamento urbano, o conceito de bairro, enquanto estrutura urbana fundamental na organização física e administrativa da cidade, perde toda a sua importância. Bairro é o termo que se usa para se designar uma zona específica da cidade, geralmente associado à sua morfotipologia, mas, sobretudo, como elemento diferenciador dos seus residentes — bairro histórico, bairro operário, bairro social, Bairro Provisório, Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritários (BIP/ZIP, entre outros. Foi assim em Portugal durante a ditadura, quando os bairros municipais eram distribuídos pela cidade em função das características específicas dos seus habitantes. E foi assim noutros países da Europa. Os bairros sociais eram construídos nos subúrbios ou em terrenos menos nobres da cidade, afastados do seu centro urbano.

No entanto, à medida que as cidades vão crescendo e a sua área construtiva se vai expandido, os seus limites urbanos tornam-se cada vez mais difusos, dando origem a grandes áreas metropolitanas. Alguns dos bairros, outrora isolados, encontram-se hoje absorvidas pela urbe. Daí que seja necessário encontrar uma "unidade mínima de intervenção urbana" que permita uma ação continua no espaço urbano, que permita manter a coesão territorial e social.

Kevin Lynch (2007 [1981]) levanta o problema da dimensão das cidades, referindo que o bairro é uma peça fundamental na sua estrutura mental. A noção de bairro demonstrou ser útil como arma de controlo. Os defensores do bairro salientam a sua importância no controlo do espaço residencial, na sua economia e serviços públicos (o bairro administrativo).

"A homogeneidade física e social planeada é certamente defensável ao nível do bairro social mais pequeno e "verdadeiro", uma vez que melhora a coesão social, a adequação, o controle e o sentido, sem prejudicar seriamente o acesso a ninguém. Mas é mais perigoso à escala comunitária(...)"[39].

Jane Jacobs, no seu livro *The Death and Life of Great American Cities*, publicado em 1961, refere a importância dos bairros ao nível social, porque criam nos seus habitantes o sentimento de personalidade coletiva cuja ausência é catastrófica. Este raciocínio é também defendido por Pierre George (1983) quando afirma que a unidade de bairro é a base da vida urbana; a

[39] LYNCH, Kevin - **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007 [1981]. p. 236

memória da cidade esteve desde sempre vinculada à memória dos seus bairros, tornando-os num elemento chave para o seu desenvolvimento e expansão.

"As pessoas inconsciente ou conscientemente sempre "demarcam" seus bairros, a partir de marcos referenciais que elas, e certamente outras antes delas, produzindo uma herança simbólica que passa de geração, identificam como sendo interiores ou exteriores a um dado bairro (...)"[40]

Esta citação de Souza (1989) que vem reforçar a importância da unidade de bairro, como elemento simbólico na estruturação espacial do bairro na cidade, surge de forma complementar às ideias preconizadas por Lefebvre (1978 [1970]), em que o bairro surge como a essência da realidade urbana, criticando contudo a *"ideologia de bairro"*. Segundo ele, o *"(...) único procedimento científico para compreendê-lo, para defini-lo, determinando os seus limites e o seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos (...)"*[41], isto é, o limite de bairro tende para o limite da cidade. Já Amos Rapoport (1978) tem uma visão menos abrangente, porque entende que os bairros existem quando existe uma coincidência entre a sua dimensão física e social ou quando há um esquema socioespacial significativo para as pessoas, podendo os seus limites serem claros ou difusos. Este ponto de vista transporta-nos para uma outra questão, que é a definição do limite.

Se se abstrair do conceito de bairro, por definição, ligada ao limite físico, então poder-se-á encontrar vários "bairros" dentro do mesmo bairro, da mesma forma que é possível encontrar várias "cidades", a que chamamos bairros, dentro da mesma cidade. Daí que se entenda que a *unidade de bairro* é o elemento mínimo de intervenção na escala da cidade, ligando uma narrativa urbana, territorial e social, como fatores potenciadores da sua identidade.

Os bairros tradicionais são urbes elementares que estão na génese da cidade (SOLÀ-MORALES, 1997: 23), e que, na cidade tradicional, reproduzem todas as suas características — físicas, económicas, sociais e culturais, o mesmo não se podendo dizer da cidade moderna, onde o bairro urbanizado corresponde à concentração de uma categoria socioprofissional (RÉMY, 2004 [1992]). É impossível pensar em cidades como Lisboa sem as associar aos seus bairros (Bairro Alto, Alfama, Mouraria, Bairro de Alvalade), o mesmo

---

40 SOUZA, M.J.L de - O bairro Contemporâneo: Ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. nº 51 (1989), p.139-172.p.50

41 Lefebvre citado por RAMOS, Aluísio W. - ESPAÇO-TEMPO NA CIDADE DE SÃO PAULO: Historicidade e Espacialidade do "Bairro " da Água Branca. **Revista do Departamento de Geografia**. Vol. 15 (2002), p.67-75.

acontecendo com Barcelona (Bairro Gótico, Bairro do Raval, Bairro de Gracia), com Paris (Quartier Latin, Luxembourg, Montparnasse), e com Florença, Siena, entre outras cidades.

Solà-Moralles (2009 [1996]), no seu texto *Contra el Modelo de Metropolis Universal*, que serviu de base à conferência realizada em Barcelona, em 1996, no Congresso Internacional da UIA, defende que é importante encontrar valores de urbanidade nas cidades, que permitam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Salienta também a importância que o bairro tem na escala da cidade.

Para Léon Krier (1999), o bairro urbano constitui a expressão construída de uma comunidade de interesses coletivos e individuais, sendo a componente base de qualquer cidade verdadeira. À semelhança da Carta do Novo Urbanismo, também Krier propõe regras para a criação de bairros: *"O tamanho do bairro é definido pela capacidade de movimento quotidiano do peão."*[42], por outro lado, o bairro reforça a identidade dos seus residentes, quer através do processo relacional (relação de vizinhança) quer através do processo cultural pelo simbolismo dos seus equipamentos e pelas interações quotidianas dos seus cidadãos.

Estamos perante uma mudança de escala de intervenção na cidade, em que a mesma deixa de ser vista como um todo, dividida por zonas (zonamento), em que a estrutura de bairro, enquanto conceito de desenvolvimento urbano ligado à cidade tradicional, foi completamente erradicada pelo movimento moderno, sem outro significado que não seja o de alojar pessoas, para uma outra em que o bairro é assumido como uma unidade importante da estruturação urbana, pela sua identidade e memória coletiva.

Na conclusão desta breve incursão sobre sobre a problemática teórica, convém referir que é importante que o arquiteto "volte ao terreno de jogo", dado que a maior parte dos trabalhos de investigação, levados a efeito na área da regeneração urbana, está a ser produzida por geógrafos e por sociólogos urbanos. Não se pretende com o desenho resolver os problemas sociais, pretende-se estudar a cidade enquanto unidade material, percebida pelas consciências que a habitam (CHOAY, 2007 [1965]:48). A proposta do planeamento feita a *priori*, objetivada, tratada como um modelo, é substituída por uma proposta a *posteriori* e que decorre do conhecimento do ponto de vista do habitante. Uma das primeiras aplicações práticas desta nova atitude urbana foi o trabalho desenvolvido por K. Lynch (2007 [1981]), que recorre a um grupo

[42] KRIER, Leon - **Arquitectura - Escolha ou Fatalidade**. Lisboa: Editora Estar, 1999. p.128

de cidadãos para desenhar um esboço da cidade onde vivem. Lynch consegue, desta forma, obter uma imagem formal da cidade — dos elementos físicos e simbólicos que a identificam — tendo como ponto de partida o cidadão que a habita[43].

No entanto, como refere Choay (2007 [1965]:49), os trabalhos de Lynch limitam-se às significações mais imediatas, mais elementares. É lógico que Lynch se serve dos valores simbólicos do lugar, colocando o problema da morfologia urbana em termos de significações. Daí que à perceção física do espaço seja importante adicionar a vivência humana desse mesmo espaço, tentando promover uma interação constante entre os cidadãos e o ambiente construído. Contudo, esta relação só se verifica se se entender, para além da sua dimensão física, a dimensão social e cultural do espaço urbano, sendo esse o ponto fundamental desta investigação — *"Now, after many years, a great deal of Knowledge has been amassed on the connection between physical form and human behavior."*[44]

2.3 O Bairro no Contexto das Políticas Urbanas

Breve incursão no Panorama Internacional

Muitos dos problemas sociais e urbanos que afetam, hoje, as nossas cidades são o resultado das práticas urbanas produzidas entre as décadas de 30 e 70 do século passado, resultantes de uma visão pragmática sobre a forma de fazer cidade, a régua e esquadro, promovida pela Carta de Atenas (1933).

Assim sendo, desde os finais da década de sessenta do século XX, com a crise do urbanismo moderno e com a degradação urbana dos bairros periféricos, em países como Inglaterra, Holanda e França, adoptaram-se políticas na área da regeneração urbana, que tiveram como objetivo a requalificação física, social e económica de bairros e de zonas degradadas da cidade.

A Holanda tornou-se num dos países pioneiros nesta área, porque a sua política de solos permitiu e continua a permitir uma ação dinâmica com intervenções diretas no edificado e na implementação de novas teorias

---

43 Este estudo compara três cidades americanas; Boston, New Jersey e L.A.

44 GEHL, Jan - **Cities for People**. Copenhaga: Island Press, 2010. *p*ág. X — *"Agora, depois de muitos anos, uma grande parte de conhecimento foi acumulado sobre a relação entre forma física e o comportamento humano".* (Tradução livre)

urbanas. Alguns bairros, construídos a seguir à Segunda Guerra Mundial, ou foram demolidos ou sofreram restruturações radicais (KLEINHANS, 2004). Estas políticas que tiveram o seu início na década de 70, do século XX, têm vindo a ser aperfeiçoadas. A partir de 1997, as Políticas Nacionais de Regeneração Urbana (*The National Urban Renewal Policy*) têm tido como principal objetivo promover a mistura social (*social mixing*), a sua coesão (*social cohesion*) e o seu equilíbrio (*social balance*), bem como o seu rejuvenescimento, que passa pela integração de pessoas mais jovens (GRUIS, 2006). Este aspeto é de particular importância porque permite que o bairro tenha diferentes rirmos de vida e que reatualize as suas referências identitárias. Na aplicação destas políticas urbanas, é feito um levantamento exaustivo do parque habitacional e do tecido humano, percebendo-se assim quais as habitações a requalificar ou a demolir. A revitalização económica do bairro e a sua atratividade são fundamentais para a sua integração urbana e, nesse sentido, é incentivado o desenvolvimento das atividades comerciais locais.

Em França, nos finais da década de setenta e início dos anos oitenta, foi criado o *Contract de Ville* pelo Governo Francês. Este projeto era implementado por períodos de oito anos, findos os quais era feita uma avaliação dos resultados. De uma forma resumida, pode-se referenciar o período entre 1981-1988, como *DSQ (Developement Social des Quartiers)*; 1988-1996: *DSU (Developement Social Urbain)*; em 1996, é feito um balanço dos resultados obtidos e é lançado o *Pacte de relance de la politique de la ville*. Este novo contrato visa uma nova política de aproximação territorial. Em 2006, surge o *Noveau Contract de Ville* e, em dezembro de 2007, são publicados *"Les Cahiers de L'Observatoire de la Ville n.º 2"*, intitulados *Les quartiers durables: Nouvel enjeu de la ville de demain?*. Esta publicação pretende ser uma reflexão sobre a cidade do amanhã e sobre a importância que os Eco-bairros terão no futuro da cidade, tendo em vista a construção de uma sociedade mais integradora, na qual o bairro surge como um elemento fundamental, pela sustentabilidade urbana e social que o conceito implica. É importante salientar que este conceito surge nas cidades do norte da Europa, principalmente, na Dinamarca e na Suécia, sendo posteriormente “adotado” em França, como caso de estudo em termos de sustentabilidade urbana.

No Reino Unido, com a eleição do primeiro-ministro Tony Blair, é criada, em 1998, a Unidade de Exclusão Social do Gabinete Oficial para a Exclusão Social. Esta comissão ficou encarregada de elaborar um relatório sobre os

bairros degradados — o *National Strategy for Neighbourhood Renewal: A Framework for Concertation*, publicado em 2000. Trata-se de um documento estratégico que, para além do levantamento que faz da situação existente, à data, levanta questões de ordem técnica e política. Permite ainda identificar as implicações e os impactos que estes bairros têm na cidade ao nível da exclusão social, com reflexos na economia, na segurança e na saúde pública. É um documento que está dividido em duas partes: a primeira explica o porquê das razões de uma estratégia nacional para a resolução do problema e a segunda, como deverá ser implementada essa estratégia. Para além disso, inclui sete anexos[45], cada um deles dedicado a um tema específico, e que pretendem ser a parte operativa de todo o processo. Este documento é mais do que um relatório, é similar a um programa de governo e é uma ferramenta de trabalho que pretende reunir toda a sociedade em torno de um problema comum, o da exclusão social, fazendo realçar a importância do bairro na cidade atual.

"The job of renewing and revitalising poor neighbourhoods has consistently been a top priority for this Government. In my first speech as Prime Minister, I set out our new approach to social exclusion. Eighteen months ago, John Prescott and I launched the Social Exclusion Unit's (SEU's) report on deprived neighbourhoods, which set out a powerful analysis of what had gone wrong. It made clear that these neighbourhoods suffered from serious multi-faceted problems that would require action on all fronts (...) My vision of Britain is of a nation where no-one is left out or left behind, and where power, wealth and opportunity are in the hands of the many, not the few. Investing in that vision is an investment in the future of our whole country, and is in everyone's interests."[46]

Nesta mesma linha de ação, que se estrutura em torno da renovação/ regeneração urbana de bairros degradados, na sua grande maioria de

---

45 Annexe A: Summaries of policy Action Team Reports; Annex B: Ethnic minority social exclusion; Annex C: Targets and measurement ; Annex D: Local strategic partnerships; Annex E: What could be done now?; Annex F: Consultation on public services in deprived areas; Annex G: Domestic and international best practice.

46 Tony Blair, In BRITAIN, G.; UNIT, S.E. - **Bringing Britain together: a national strategy for neighbourhood renewal**. Stationery Office, 1998. pág. 5 — *"O trabalho de renovação e revitalização de bairros pobres tem sido consistentemente uma prioridade para este Governo. No meu primeiro discurso como primeiro-ministro, eu defini uma nova abordagem para a exclusão social. Dezoito meses atrás, John Prescott e eu lançámos o relatório da Unidade de Exclusão Social em bairros desfavorecidos, que permite uma análise poderosa do que não tinha sido bem feito. É claro que estes bairros sofrem de graves problemas, muito diferenciados, que requerem ação em todas as frentes (...) A minha visão da Grã-Bretanha é de uma nação onde ninguém é deixado de fora ou deixado para trás, e onde o poder, a riqueza e oportunidade estejam nas mãos de muitos, e não de poucos. Investir nesta visão é investir no futuro do nosso país, o que é do interesse de todos."* (Tradução livre)

promoção pública, enquadram-se também as políticas canadianas que, desde a década de setenta do século passado, têm vindo a ser implementadas (THIBERT, 2007). O social mixing[47] é a ação a partir da qual se promove a diversidade social e cultural. É uma solução geralmente proposta para resolver problemas de segregação e de exclusão social (THIBERT, 2007: 6). No entanto, passadas duas dezenas de anos, verificou-se que os resultados obtidos não foram os esperados. Alguns bairros construídos ao abrigo destas políticas têm vindo a ser intervencionados e muitos projetos revistos, porque se assiste, cada vez mais, a um agravamento da segregação social.

O problema que se coloca é o de como adequar a teoria (políticas urbanas) ao projeto. Como poderá o projeto urbano promover a *social mixing*, já que se trata de uma das prioridades do governo? O trabalho de investigação desenvolvido por Thibert (2007) — *Inclusion and Social Housing Pratice in Canadian Cities: Following the paths from good intentions projects* — pretende responder a este problema. Nesse sentido, foram estudadas áreas urbanas, nas regiões de OTTAWA, MONTREAL e TORONTO, onde o *social-mixing* foi bem sucedido. A partir deste estudo foi possível avaliar as políticas, os processos de planeamento e os projetos dos bairros e retirar assim as devidas ilações quanto ao modelo de intervenção seguido.

Uma das conclusões que resultam deste relatório e que se enquadram dentro do âmbito desta investigação tem a ver com o modelo e a forma de intervenção — *"the importance of social mixing for social sustainability may vary depending on the way social housing is concetualized"*[48]. Assim, se a habitação social for projetada como residência permanente ou semipermanente, o principal objetivo do *social-mixing* é o de prevenir e proteger contra os males da segregação. No entanto, se for concebida como uma forma de habitação "provisória" ou como um lugar de "transição", de modo a incentivar a mobilidade social, então, deve ser planeada de modo a proporcionar possibilidades e oportunidades para diferentes tipos de negócios e deve permitir a mobilidade dentro de cada projeto. A finalidade da política pode ser a mesma, mas o resultado tenderá a ser diferente.

Também no Canadá e dentro da mesma área de intervenção, mas num contexto completamente diferente, o da cidade consolidada, ligada ao seu

---

47 Utilizamos o termo em inglês porque entendemos que "social mixing" é diferente de "mistura social".

48 THIBERT, Joel - **Inclusion and Social Housing Pratice in Canadian Cities: Following the Path from Good Intentions to Sustainable Projects**. Ontario: McGill University, 2007. p.45 — "A importância da "social-mixing" para a sustentabilidade social pode variar em função do conceito e da forma em habitação social é concebida". (Tradução livre)

casco histórico, é de particular importância referir a investigação desenvolvida por Guy Mercier (2008 [2003]), sobre o Bairro de Saint-Roque, na cidade do Quebec. Este trabalho intitulado *A Dimensión Cultural de la Renovación Urbana* faz uma análise da retórica do discurso urbano e incorpora o conceito de "Narrativas Urbanísticas", como forma desconstrutiva de interpretar o território do bairro/cidade — *"Una narrativa urbanística se define como lo que los atores sociales de la vida urbana están diciendo sobre la ciudad o el barrio en donde viven; en ese sentido, las narrativas urbanísticas son más de lo que han dicho o escrito los que toman decisiones (...)"*[49].

Esta abordagem concetual na análise do território pretende romper com os "antigos" modelos de intervenção, onde, sobre a batuta do "marketing" da cultura urbana se vão destruindo antigos bairros[50] e reconstruindo sobre eles novos equipamentos, levando à destruição do seu tecido social, por via de um processo de gentrificação (DÍAZ ORUETA, 2006).

As populações locais não são ouvidas quanto às formas de intervenção preconizadas pelos técnicos e políticos. Estamos perante um modelo de regeneração/renovação urbana que está a ser posto em causa, pela forma como é imposto e pelas implicações que têm ao promover a segregação social. Daí que o trabalho de Mercier seja pertinente, porque alterou o paradigma existente, ao inverter a situação: são os moradores do bairro ou da cidade e não os técnicos e políticos que identificam o problema, que dizem como gostariam de o resolver e que propõem a solução para o levar à prática.

O *urbanismo participativo* tem sido a "chave" para o desenvolvimento urbano deste início de século. A necessidade de tornar as cidades mais integradoras, sustentáveis, que permitam uma interação constante com o cidadão, leva ao desenvolvimento de um novo conceito, o *Neo-Urbanismo* (ASCHER, 2010), que se pretende mais reflexivo e adaptado a uma cidade mais complexa e dinâmica. O *"(...) projecto já não é apenas uma intenção traduzida no desenho. Ele é também um instrumento cuja elaboração, expressão, desenvolvimento e execução revelam as potencialidades e as limitações impostas pela sociedade, pelos atores em presença, os lugares, as circunstâncias e os acontecimentos."*[51].

---

49 MERCIER, Guy - DIMENSIÓN CULTURAL DE LA RENOVACIÓN URBANA: Un Análisis Retórico Del Urbanismo Contemporáneo. **INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO**. Vol. Vol. 16, n.º 1 (2008), p.83-117.p. 89

50 Estes bairros estão de certa forma ligados ao casco histórico, em zonas nobres da cidade.

51 ASCHER, François - **Novos Princípios do Urbanismo**. Lisboa: Livros do Horizonte, 2010. p.80

Esta forma de (re)pensar a cidade, na qual o projeto urbano surge como uma ferramenta essencial de negociação, sob a forma de intervir na cidade, tem vindo a ser seguida e implementada por algumas organizações internacionais e gabinetes de arquitetura e de urbanismo, de entre as quais se destacam a Prince's Foundation For The Built Environement e a JTP Cities[52].

Como referido no início deste capítulo, tem-se vindo a assistir a uma mudança de escala na intervenção urbana. Se, no século XX, o objeto de estudo era a cidade, no século XXI é o bairro, não tanto na dimensão administrativa, mas na sua cultura, identidade e memória coletiva. Percebe-se pela revisão da literatura que tal é um fenómeno transversal a diferentes modelos de cidade. No entanto, convém salientar que existem aspetos culturais ligados à vida de bairro que variam de país para país e de cidade para cidade (SIEBER, 2008), daí que as políticas urbanas a adoptar também sejam diferentes. Contudo, existem cidades que, pela sua afinidade histórica, cultural e social, transportam um determinado tipo de valores que são comuns entre si. Parece haver uma certa afinidade entre a cidade de Lisboa e a de Barcelona e a este respeito seria interessante fazer uma análise crítica, sobre quais têm sido os resultados práticos da *"Llei de barris"*, aprovada pelo governo da Catalunha em 2004, e perceber de que forma poderia ser implementada, ou não, em Lisboa, uma vez que o conceito de desenvolvimento urbano da capital é o mesmo — *"transformar Lisboa numa Cidade de Bairros"*.

A *"Llei de barris i àrees urbanas que requereixen atención especial"* pretende reforçar a importância do bairro como unidade de coesão territorial. Oriol Nel (2008), na época Secretário da Planificação Territorial, entendia que um dos principais problemas que afetavam a cidade de Barcelona tinha como causa a exclusão social que se verificava em vários dos seus bairros. Segundo ele, a segregação urbana actuava, através do "jogo" das rendas e das políticas do solo e da habitação. Nesse sentido, foi publicado, em julho de 2005, uma alteração à lei dos solos que incidiu em três pontos fundamentais: gerar solo para habitação acessível; encontrar critérios de sustentabilidade ambiental na área do urbanismo e estabelecer uma repartição equilibrada de competências, aumentando a autonomia local na área da gestão urbana. Defendia ainda um

[52] A primeira é uma organização sem fins lucrativos, ligada à família Real Inglesa. Um dos projetos de urbanismo participativo foi a elaboração de um Master Plan para a construção de dois bairros, um em Whitenape e outro em Hoe Lane, em North Badesley, em abril de 2009. Um dos arquitetos responsáveis pela implementação do processo é o Arquiteto urbanista Rob Krier, e o método aplicado é defendido por *Enquiry by Design.* A segunda, trata-se de um gabinete de consultores internacionais, de urbanismo e arquitetura, ligados à John Thompson & Partners, sediados em Londres, que viram nesta área uma oportunidade de negócio.

conceito de cidade diferente, assente numa comunidade de bairros — *"La Llei de barris: un projecte d'intervenció integral"*. Em termos tipológicos, a problemática tende a concentrar-se em três tipos de bairros: os núcleos antigos, os grandes polígonos de habitação dos anos setenta e oitenta e as novas áreas que surgem associadas a novos processos de urbanização marginal.

2.4 O Bairro no Contexto das Políticas de Habitação

Panorama Nacional

A situação política, económica e social que afeta o país em finais do século XIX, como consequência de um processo de industrialização e de transformação da sociedade portuguesa, tem repercussões no tecido urbano das cidades de Lisboa e do Porto. Foi um período que se iniciou com Mouzinho da Silveira e que se prolonga por quase todo o século XX. Este desenvolvimento repentino promove a proliferação de construções clandestinas, sem o mínimo de condições de salubridade. Numa primeira fase, ainda no tempo da monarquia, em pátios e vilas operárias, junto das zonas mais industrializadas e, posteriormente, já durante o século XX, até à década de noventa do século passado, em barracas, que ocuparam grandes áreas da cidade com um urbanismo informal.

A cidade de hoje acaba por ser o reflexo de diferentes políticas urbanas, praticadas por diferentes governos, com ideologias e estratégias distintas, mas com um mesmo objetivo, transversal a todos eles: resolver o problema da falta de habitação e criar melhores condições de habitabilidade às edificações existentes.

Desta forma e de modo a poder enquadrar-se o problema e compreender a cidade atual, ir-se-á, de uma forma sucinta[53], enunciar as políticas, os modelos de desenvolvimento e os planos de urbanização, desenvolvidos pela edilidade de Lisboa e pelo governo português, para a resolução do problema da

[53] Não é nosso objetivo estudar este assunto em profundidade uma vez que o mesmo já foi feito por outros investigadores tais como como TEIXEIRA, Manuel C. - As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. **Análise Social**. Vol. XXVII (115) (1992), p.65-89., BATISTA, Luís Vicente - Cidade e Políticas Sociais de Habitação: Armadilhas Conceptuais e Metodológicas. **Cidades e Territórios, nº 3**. ISSN 1645-0639. (2001), p. 71-81, SILVA, Carlos Nunes - **Políticas Urbanas Lisboa: 1926-1974**. Lisboa: Livros do Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0878-X., GUERRA, Isabel - Políticas de Habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. **CIDADES - Comunidades e Territórios**. Vol. 22 (2011), p.41-68. de entre outros.

habitação, nos últimos cem anos. A análise desta informação permite fazer uma leitura crítica da situação presente.

Uma vez que se está perante legislação produzida em diferentes temporalidades, tendo subjacente a imposição de determinado modelo de sociedade, através da implementação de políticas urbanas, subdividir-se-á este capítulo em função desses períodos, das políticas e dos planos de urbanização associados a essas políticas.

2.4.1 A cidade entre a Monarquia e a Primeira República

O desenvolvimento industrial, as transformações tecnológicas e os acontecimentos políticos, que culminaram com a implementação da República em 1910, estão na origem das grandes transformações políticas, económicas e sociais da sociedade portuguesa, nas últimas décadas do século XIX. Quando terminadas as guerras civis que se seguiram à implementação do constitucionalismo, surge *"(...) a época fontista dos empréstimos e das grandes obras, dos caminhos de ferro, da construção de novos bairros de se principiar a tratar do porto de Lisboa."*[54]. O investimento na ferrovia e na rodovia criou condições para o desenvolvimento do mercado interno, devido à facilidade de circulação e consequente desenvolvimento de unidades industriais na periferia dos grandes núcleos urbanos, como Lisboa e Porto, e ao declínio da manufatura tradicional (TEIXEIRA, 1992: 66).

Os reflexos na sociedade não se fazem esperar. Lisboa cresce e aumenta a sua área urbana, alargando para mais do triplo a extensão dos seus limites e seis ou sete vezes a sua superfície concelhia (FRANÇA, 2005). A cidade reestrutura e amplia todas as suas infraestruturas urbanas, das quais se destacam: as redes de distribuição de água, de electricidade e gás, que são todas renovadas e ampliadas. Em 1873, é concessionada pela Câmara

[54] COSTA, A. Celestino da - **Lisboa, A Evolução de Uma Cidade**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1951. pág. 27

Municipal de Lisboa o sistema de transportes da cidade[55] e, em 1882, inicia-se a implementação da rede de telecomunicações[56].

A população de Lisboa passa de 163.763 habitantes, em 1864, para 431.738, em 1911, ou seja, tem um acréscimo de 263%, mais do que duplicou (TEIXEIRA, 1992). Este facto teve como consequência um rápido crescimento urbano. Daí que nas últimas décadas de oitocentos, face ao grande aumento demográfico associado ao crescimento económico e a um precário e escasso parque habitacional, não era possível alojar a mão-de-obra que vinha da província para as indústrias recém formadas; os "pátios" e as "vilas operárias" surgem como solução de recurso para alojar todos estes trabalhadores.

Estas formas de apropriação territorial, com características morfo-tipológicas distintas[57], construídas sem qualquer plano e qualidade (principalmente os pátios), permitiam rendas extremamente baixas. São pequenas casas insalubres, de desagradável aspeto, sem luz e ventilação natural. Para além da falta de condições que oferecem, são um foco para a propagação de doenças, pela "promiscuidade dos espaços", associada à falta de higiene da população (PEREIRA, 1994, TEIXEIRA, 1992).

Começam, então, a ouvir-se protestos, ainda que tímidos, que atribuem ao Estado a responsabilidade para a resolução dos problemas originados por este repentino fluxo populacional, nomeadamente, de ordem económica, higiénica, sanitária e moral, que se torna visível, em particular nas suas habitações (TEIXEIRA, 1992).

A construção dos bairros operários parte da iniciativa privada, das próprias empresas industriais, ou de construtores promotores, que tiram bons rendimentos dos Pátios e Vilas. Será necessário esperar algumas décadas para a construção dos primeiros bairros de iniciativa oficial. Logo, as Vilas Operárias são, paralelamente a um interesse especulativo por parte de comerciantes e

---

55 *"O escritor Luciano Cordeiro de Sousa e seu irmão Francisco, diplomata, obtêm os direitos para a implantação de um sistema de transporte na cidade de Lisboa, denominado Viação Carril Vicinal e Urbana a Força Animal"*, In http://www.carris.pt/pt/historia/ (sítio acedido em 9 de fevereiro de 2015).

56 Data da concessão da exploração das redes telefónicas, de Lisboa e do Porto, à Edison Gower Bell Telephone Co. of Europe. In, http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/a-introducao-do-telefone-em-portugal-i/ (sítio acedido em 9 de fevereiro 2015).

57 Existe uma diferença morfotipológica entre Pátio e Vila operária. Os pátios operários têm como elemento centralizador ou de partida a fábrica, junto à qual se erguem as unidades habitacionais de um só piso, que na sua maioria são construídas em tabiques de madeira. Um dos exemplos é o Pátio do Vapor em Alcântara, posteriormente designado por Pátio do Madeira e na atualidade Pátio 18. São unidades residenciais que correspondem à primeira fase do surto industrial. As Vilas, pelo contrário, têm uma outra morfotipologia, obedecendo geralmente a um plano de construção. Embora de linhas simples têm uma outra qualidade arquitetónica e são edificadas, geralmente, junto a um espaço comum, ou numa rua.

industriais, uma tentativa de resolver os problemas atrás referidos, representando uma solução de compromisso entre o *habitat* rural e o urbano (PEREIRA, 1994). Na tentativa de resolução deste problema é criada legislação específica, ainda no tempo da monarquia.

"O Decreto de 31 de Dezembro de 1864 encarou pela primeira vez este problema e a atividade legislativa nunca mais parou. O Código Administrativo de 1876 atribuiu às Câmaras Municipais obrigações neste domínio. Em 1888 foi instituída a expropriação por zonas e, em 1901, um sistema de vistorias, admitindo-se também a possibilidade de expropriar (...)"[58].

Com a formação de um proletariado industrial, o movimento operário dava os primeiros passos e começava a organizar-se para resolver os seus problemas. Verifica-se, assim, um primeiro surto de associativismo em Portugal e é, neste quadro, que se formam algumas sociedades corporativas de construção e habitação. Entre elas a Companhia Comercial Construtora, que, em 1890, se lança na construção do bairro operário dos Barbadinhos, que, com a sua arquitetura simples e austera, traduz a penúria de recursos com que foi construído.

2.4.2 A cidade entre Primeira Republica e o Estado Novo

> *"O regime republicano, confrontado com a crescente vaga de movimentos sociais e de greves, viu-se obrigado a contemporizar com as classes operárias, que constituíam um segmento importante da sua base social de apoio. Neste contexto, a habitação tornou-se uma questão política importante."*[59]

Independentemente de todos os esforços promovidos pelo regime republicano, na publicação de legislação específica, tendo em vista a promoção da construção a baixo custo, como é o caso do Decreto-Lei n.º 4137 de 25 de abril 1918, que refere *"As questões sociais, interessando principalmente às classes proletárias, são hoje de palpitante atualidade em todos os povos cultos (...) Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala das casas económicas, com todas as*

[58] SILVA p.88

[59] TEIXEIRA p. 76

possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar e por isso gravemente nocivas à saúde dos que a habitam."[60], a Câmara Municipal de Lisboa, contrariamente ao que sucedeu com a Câmara Municipal do Porto, não demonstra qualquer interesse na aplicação deste diploma, apesar do péssimo estado e da precariedade de muitas habitações e de um grande número de barracas que se começavam a construir na "periferia da cidade" — arrabaldes.

Este documento é particularmente importante porque, para além de definir os critérios de financiamento e de quem os pode utilizar (cooperativas de construção, sociedades anónimas de habitação económica, associações de socorro mútuo, instituições de assistência e previdência, câmaras municipais e outras cooperações do Estado), impõe regras para a construção dos bairros ou grupos de casas. O *Título 1* (o Decreto-Lei está dividido por títulos) define também as regras para a expropriação de prédios rústicos (artigo 10.º) e de prédios urbanos (artigo 11.º).

Ao abrigo desta legislação específica, são atribuídas aos municípios verbas para a aquisição de terrenos e construção de casas económicas. Em 14 de abril de 1919, e na sequência do decreto-lei anterior, é publicado o Decreto--Lei n.º 5397, que visa providenciar o Ministério do Trabalho com uma verba de 250.000$00, para compra de terrenos e materiais destinados a encetar a construção do primeiro bairro com mil habitantes, o Bairro Operário do Arco do Cego, na Quinta das Cortes, ao Arco do Cego (FERREIRA, 1994).

O Governo da República tenta, com o lançamento desta empreitada, a resolução de dois problemas: a construção de um bairro operário para as classes mais desfavorecidas com as rendas que não poderiam ser superiores, à data da sua conclusão, a 8$00 mensais e, ao mesmo, tempo empregar os operários que *"à data da promulgação do presente decreto estão congestionando as obras públicas e não fazem parte de quaisquer quadros de pessoal do Estado "*[61].

Por outro lado, o mesmo decreto faz referência aos equipamentos e às infraestruturas necessárias que deverão equipar estes novos bairros, de modo a que proporcionem qualidade de vida aos seus residentes, salientando que

60 Decreto-Lei n.º 4137 de 25 de abril de 1818

61 Decreto-Lei n.º 5397 de 14 de abril de 1919

devem de ser equipados com *"lavandarias, balneários, campos de desportos, teatros, escolas profissionais, cantinas, casas de saúde e jardins."*[62]

Esta preocupação com a qualidade urbana pretende ser uma rutura com o passado recente. Os novos bairros são planeados com um certo empenho e grandiosidade, introduzindo uma nova tipologia no tecido da cidade.

Pretende-se, com esta nova morfotipologia, evitar o caráter lúgubre, típico dos bairros operários, constituídos por monótonos alinhamentos de casas uniformes e sem adornos, como é possível verificar na Figura 6, que representa uma vila em correnteza, com fachadas "despidas" e sem qualquer qualidade arquitetónica. É por isso que se projetam tipos variados de edifícios, se enriquecem as fachadas e se preveem equipamentos de utilização coletiva.



Figura 6 | Vila Cabrinha, Alcântara [1878-1892] — Propriedade da Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões (vila operária)
Fonte: Elaboração própria, 2010

A 26 de Abril de 1919, é aprovado o Decreto-Lei n.º 5443 que autoriza o governo a negociar, com a Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo de 10.000$00 destinado à construção de cinco bairros operários, três dos quais em Lisboa. Assim, para além do Bairro do Arco do Cego, cuja escritura é feita na mesma data, são constituídos também o Bairro da Ajuda, de Alcântara e o

[62] Idem

de Braço de Prata. Um dos objetivos deste decreto-lei é também de ajudar a promover o emprego.

A falta de experiência dos governantes e a grave crise económica que assolou o país, a seguir à guerra de 1914-18, estão na origem do golpe militar que provocou a queda da Primeira República e a ascensão da ditadura militar em 1926, com a implementação do Estado Novo em 1933. Durante sete anos, a instabilidade governativa levou a que as obras estivessem vários anos suspensas e, quando concluídas, as casas não são atribuídas a famílias operárias. Verifica-se assim que os bairros inicialmente destinados a um grupo populacional de baixo rendimento, rapidamente são ocupados por um grupo social com outro poder económico, dado o elevado valor da renda (180$00 para o Bairro do Arco do Cego), adulterando por completo o sentido inicial da operação.

Durante este período, as políticas de habitação da Câmara Municipal de Lisboa sofrem uma inflexão, por motivos políticos e económicos. Contrariamente ao que sucedera na Primeira República, a política habitacional do Estado Novo é agora dirigida fundamentalmente à classe média, sua principal base de apoio. Daí que toda a legislação produzida tenha como objetivo a promoção da iniciativa privada. O novo regime torna a dar aos senhorios os privilégios perdidos, nomeadamente, o da atualização das rendas congeladas durante a Primeira República. Por outro lado, permitem que os senhorios, na celebração de novos contratos de arrendamento, sejam livres de estabelecer novas regras (TEIXEIRA, 1992:79).

Assim sendo e durante o período da Ditadura Militar (1928-1932), as ações promovidas pelo município de Lisboa incidem, essencialmente, sobre a conservação e estabilidade do património habitacional da cidade que se encontrava em muito mau estado de conservação. Apesar disso, em agosto de 1930, é publicado o Regulamento Geral de Construção para a Cidade de Lisboa (SILVA, 1994:89), que tem como consequência uma melhoria dos edifícios construídos. Isto é, a edilidade “abandona”, de certa forma, a construção de bairros operários, deixando essa tarefa para a iniciativa privada. Porém, face ao grande aumento populacional da cidade, ao valor elevado das rendas, à repressão exercida sobre as obras clandestinas em bairros existentes, começa a surgir um grande número de bairros de barracas em zonas periféricas da cidade, nomeadamente, em Campolide, Sete Rios e Rego.

Assiste-se então a um agravamento da situação habitacional, com o crescimento de zonas urbanas informais na periferia da cidade, que criam dois

problemas aos poderes autárquicos, que, por um lado, perdem receitas porque são construções de génese ilegal e, por outro, são obrigados a gastar dinheiro na construção de infraestruturas urbanas, para dar resposta a essas construções.

O problema de Lisboa é o mesmo de outras regiões do país, já que existe uma convergência de ideias quanto a inviabilidade de aplicação do Decreto-Lei n.º 4137, de 1918, que estabelece o regime das casas económicas unifamiliares, para as classes menos abastadas, pelo valor das rendas praticadas.

Na sequência desta "contestação", o Governo introduz alterações ao decreto anterior, que se veem reflectidas nos Decretos, com força de lei, n.º 15289 de março de 1928 e n.º 16055 de outubro do mesmo ano, que pretendem estimular a iniciativa privada para a construção a baixo custo. Por outro lado, tornam mais célere a expropriação de terrenos e a atribuição de isenções fiscais por períodos de 10 a 15 anos, garantido assim um rendimento certo e fixo ao capital investido, estabelecido em 10%. Pretende-se, desta forma, pela redução dos custos de construção, a obtenção de rendas mais baixas.

Ao abrigo desta iniciativa legislativa, a Câmara Municipal de Lisboa, em ação individual ou em iniciativas conjuntas com o Governo e outras instituições privadas, promove a construção de alguns bairros, na zona oriental da cidade, dos quais se destacam, entre 1927-28, o Bairro da Rua Carvalho Araújo, o Bairro na Quinta do Calado à Penha de França, o Bairro da Calçada da Picheleira, o Bairro-Jardim, na Quinta do Guarda-Mor e o Bairro do Casal Vistoso.

2.4.3 A cidade do Estado Novo

O problema da habitação passa para um plano secundário, face às necessidades económicas e políticas do país. Conforme refere Nunes da Silva (1994:12), nos primeiros anos do Estado Novo, assiste-se ao lançamento das suas bases políticas, principalmente por via da produção legislativa, como, por exemplo, o Estatuto do Trabalho Nacional, a Lei do Condicionamento Industrial, os diplomas legais da nova política urbana (obras públicas), a Constituição Política, a Lei da Reconstituição Económica, entre outras. São também estabelecidas as bases da colaboração técnica e financeira. Por outro lado,

face à grave crise económica que o país atravessava e ao consequente elevado número de desempregados, é criado o Comissariado para o Desemprego, que estava incumbido da gestão do Fundo de Desemprego.

As novas políticas urbanas defendidas por Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas e, posteriormente, com a acumulação do cargo de presidente da Câmara Municipal de Lisboa[63], visam resolver o problema do desemprego, através de uma política de desenvolvimento urbano assente em mão de obra barata. Desta forma, é necessária a eliminação do monopólio privado do solo urbano que, segundo Duarte Pacheco, é um entrave à implementação dos grandes empreendimentos de obras públicas, necessários à cidade em particular e ao país em geral.

É importante salientar que, entre 1928 — data do golpe militar — e 1938, ano em que Duarte Pacheco assume a presidência da edilidade, assiste-se a um período de estagnação na gestão urbanística. A Câmara Municipal de Lisboa é governada por comissões administrativas que tentam, em parte, resolver os problemas herdados da Primeira República, nomeadamente, o da expansão da cidade de Lisboa, cuja área concelhia tinha sido alargada por decreto, alguns anos antes, o que implicava a elaboração de um plano de urbanização.

Todavia, continuavam por resolver os problemas da habitação, cujas obras de alguns bairros operários tinham sido suspensas por falta de verbas e, não menos importante, o estabelecimento de uma estrutura viária estruturante de acesso à cidade e dentro da própria cidade, bem como a construção de uma ponte sobre o Tejo, que permitisse a ligação entre as duas margens. É importante salientar que o acesso à cidade é feito pelas antigas azinhagas e a ligação entre margens, por via fluvial. A capital do país estava, de certa forma, “isolada” face ao contexto do país em geral..

É com Duarte Pacheco que a Câmara Municipal de Lisboa tem peso político e capacidade económica (verbas atribuídas pelo Estado Novo) para colocar em marcha uma verdadeira “revolução urbana da cidade”. A aprovação e implementação, em 1948, do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL - 1948), da autoria de E. de Gröer, é o início dessa “revolução”.

---

63 Duarte Pacheco é Ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 5 de julho de 1932 e 1 de janeiro de 1936. Dois anos depois, assume o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1 de janeiro de 1938). Volta a ser convidado por Salazar para reassumir a pasta de Ministro da Obras Públicas, o que acontece a 28 de maio de 1938. Portanto, entre 28 de maio de 1938 e 15 de novembro de 1943, altura da sua morte, acumula as duas funções.

Este plano que marcará definitivamente a política urbana da cidade, porque define uma estratégia de desenvolvimento a médio e a longo prazo. À cidade "contida" e contínua de Ressano Garcia, opor-se-á uma nova cidade, fragmentada, a dos Planos de Urbanização. Estamos perante um novo ciclo de crescimento urbano, desconetado do anterior.

2.4.4 A cidade entre planos

> *"Na base do novo processo estava a opção legalizada de a Câmara assumir a iniciativa e o exclusivo de urbanizar a área concelhia – e para isso logo começaram aquisições e expropriações de terrenos que, até 1951, deram ao município a posse de 35% da superfície total, ou seja 2800 ha, e a possibilidade consequente de comercializar 135 ha para os bairros programados, numa operação rentável (…)"*[64]

No ano de 1948, acontecem dois fenómenos importantes: a aprovação, por parte do município de Lisboa, do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL), e o Primeiro Congresso Nacional de Arquitetura. Estes dois acontecimentos dão inicio a uma nova fase do desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa que a marcará definitivamente no futuro.

Como já referido, o PGUEL de De Gröer marca o início de uma nova época de desenvolvimento e expansão da cidade, porque põe fim a um ciclo de indecisões sobre a estratégia de desenvolvimento urbano, que se iniciou em 1926, com a criação de uma comissão para estudar um plano de conjunto. Até então, os trabalhos desenvolvidos por J.C. Forrestier (1928) e, posteriormente, por A. Agache (1933), ambos urbanistas franceses, apontavam sistematicamente para uma solução de desenvolvimento pontual, assente no traçado existente e não numa situação de "rutura", como defendido por alguns novos arquitetos, tendo em vista uma reestruturação global da cidade (FRANÇA, 2005).

Sob a batuta de Duarte Pacheco, que assumira a presidência do município em 1932, é definida, pela primeira vez uma visão estratégica sobre o que deverá ser a cidade no futuro. São definidas linhas orientadoras às quais o plano deverá dar resposta.

---

[64] FRANÇA, José Augusto - **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura: Cidade de Lisboa**. 5ª. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. ISBN 972-24-0998-0. pág. 93

Como capital do Império, Lisboa deveria assumir-se como uma cidade cosmopolita, dotada de uma série de equipamentos que permitissem a sua operatividade. Neste contexto, De Gröer propõe uma estrutura radiocêntrica de desenvolvimento, em oposição à estrutura axial do Plano de Ressano Garcia (Baixa Pombalina/Campo Grande), com ligações ao norte e ao sul do país. Em termos genéricos, essa estrutura viária seria constituída por quatro circulares, todas elas radiais, que se articulassem entre si para formar uma nova malha urbana, que teria como mediatriz a Avenida António Augusto de Aguiar (FRANÇA, 2005).

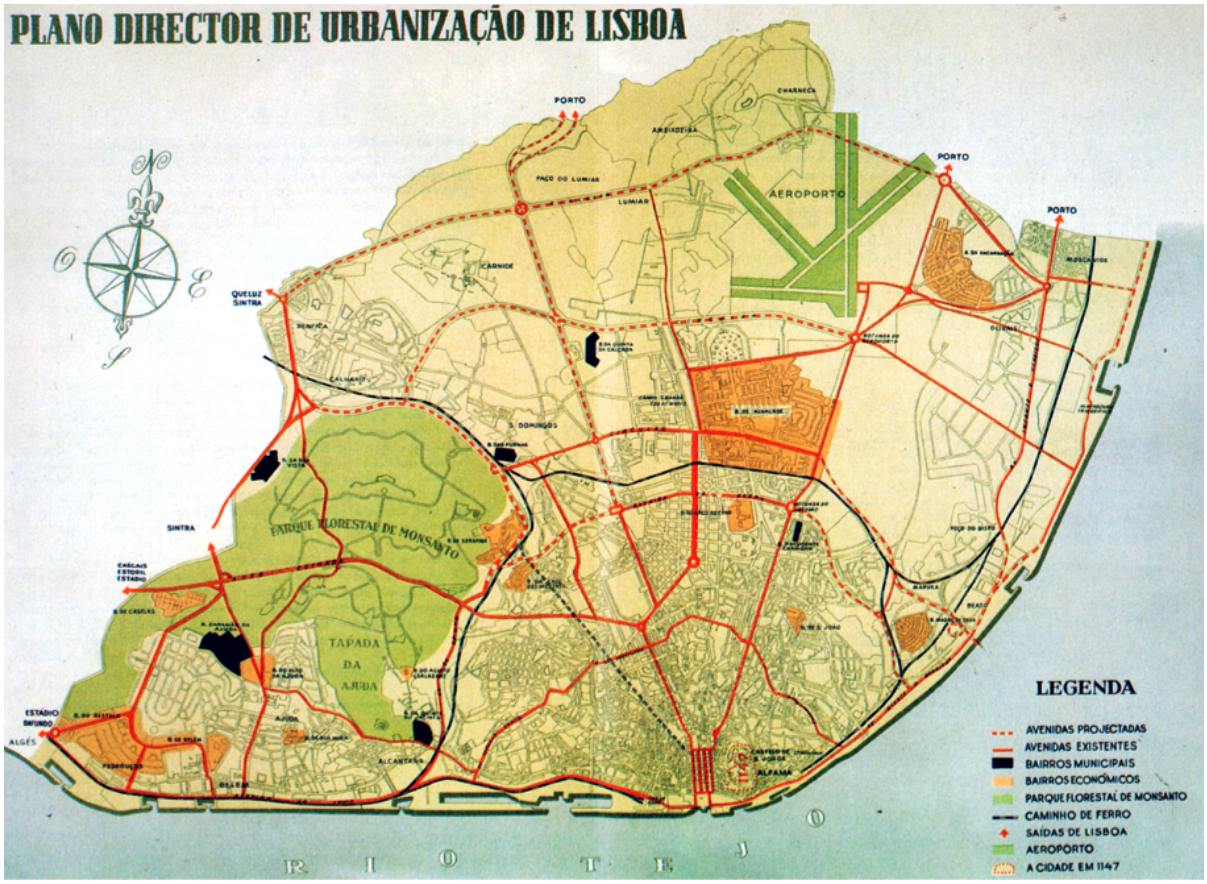


Figura 7 | Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL) - 1948.
Fonte: E. De Gröer, Câmara Municipal de Lisboa

Esta nova estrutura urbana [Figura 7] seria limitada a norte pela construção de uma estrutura verde principal, *green belt,* que teria a sua origem no Parque Natural do Monsanto, com ligação à várzea de Loures e às estruturas verdes secundárias existentes dentro da cidade, concretamente, o Campo Grande e o Parque Eduardo VII. Em termos concetuais, o território da cidade dividir-se-ia por diferentes zonas, cada uma delas associada a um determinado tipo de usos, em linha com o *zonamento funcional*.

A oriente da cidade seria instalada a zona industrial, junto ao rio, onde estava prevista a construção de uma ponte sobre o Rio Tejo (Poço do Bispo-Montijo), que permitiria a ligação ao sector industrial do Seixal e do Barreiro[65], e a sua ligação ao Porto de Setúbal, aproveitando a ferrovia existente.

Em termos habitacionais, o planeamento dos novos bairros será condicionado a esta nova lógica funcionalista de organização do espaço urbano. Os novos bairros operários serão construídos junto das estruturas industriais, reduzindo o tempo casa-trabalho e otimizando a rede de transportes. Quanto aos novos loteamentos, na sua grande parte de promoção privada, serão implantados dentro destas novas submalhas, mais periféricas, menos densas[66], criando uma "rutura" com o centro da cidade.

Por último, e provavelmente um dos aspetos mais importantes deste plano que, para além de refletir as influências do urbanismo francês da época, com referência às conclusões do então Congresso Nacional de Urbanismo e Habitação de França, ao trabalho desenvolvido por Raymond Unwin[67] e Barry Parker (1903; 1909), ao plano de Urbanização de Manchester, aprovado em em junho de 1945, da responsabilidade de R. Nicholas (SILVA, 1994), defende, em termos concetuais, uma ligação direta entre a política de solos, a habitação e a execução dos planos municipais.

No entanto, não obstante a atitude crítica de De Gröer e da legislação produzida para resolver o problema da habitação, não o consegue, porque o PGUEL continua a refletir a atitude segregadora do regime — *"Apesar das tão proclamadas características dos bairros tradicionais de Lisboa, o Plano Diretor apresenta uma proposta de estrutura urbana que divide o espaço de acordo com diferentes níveis de rendimento. Os bairros operários, por exemplo, são propostos ou mantidos, sempre ligados às zonas industriais (...) Em relação à habitação o plano diretor é coerente com a visão social da época e com a ideologia do regime (...)"*.[68]

---

65 No Seixal, seria construída a Siderurgia Nacional em 1954 e, no Barreiro, já existia a Companhia de União Fabril, desde 1909.

66 O plano propunha que as densidades populacionais fossem decrescendo do centro para a periferia.

67 Planeamento das cidades jardim de Letchowth e Hampstead e à obra *Town Planning in Pratice*, publicada em 1909. No entanto, a sua influência não se fica por aqui, porque Unwin (1901) recomenda o cooperativismo habitacional, argumentado que grupos de proprietários podem adquirir terra barata, a preços fundiários para a construção ficar mais económica. Numa Palestra realizada na Universidade de Manchester (1912) defendia a construção de cidades satélites, dependentes dos municípios, para a obtenção de empregos (HALL, 2009[1988]; p.125)

68 SILVA, p.20

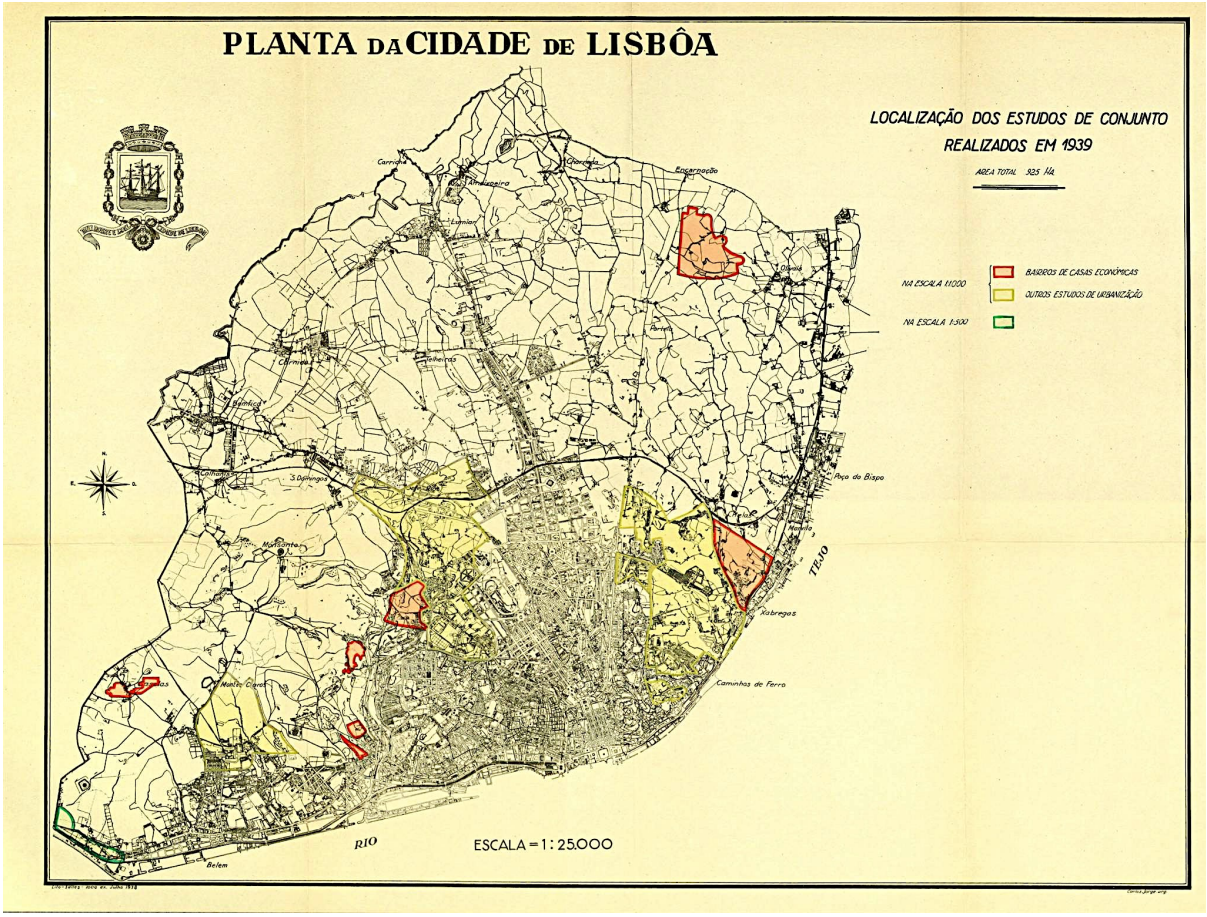


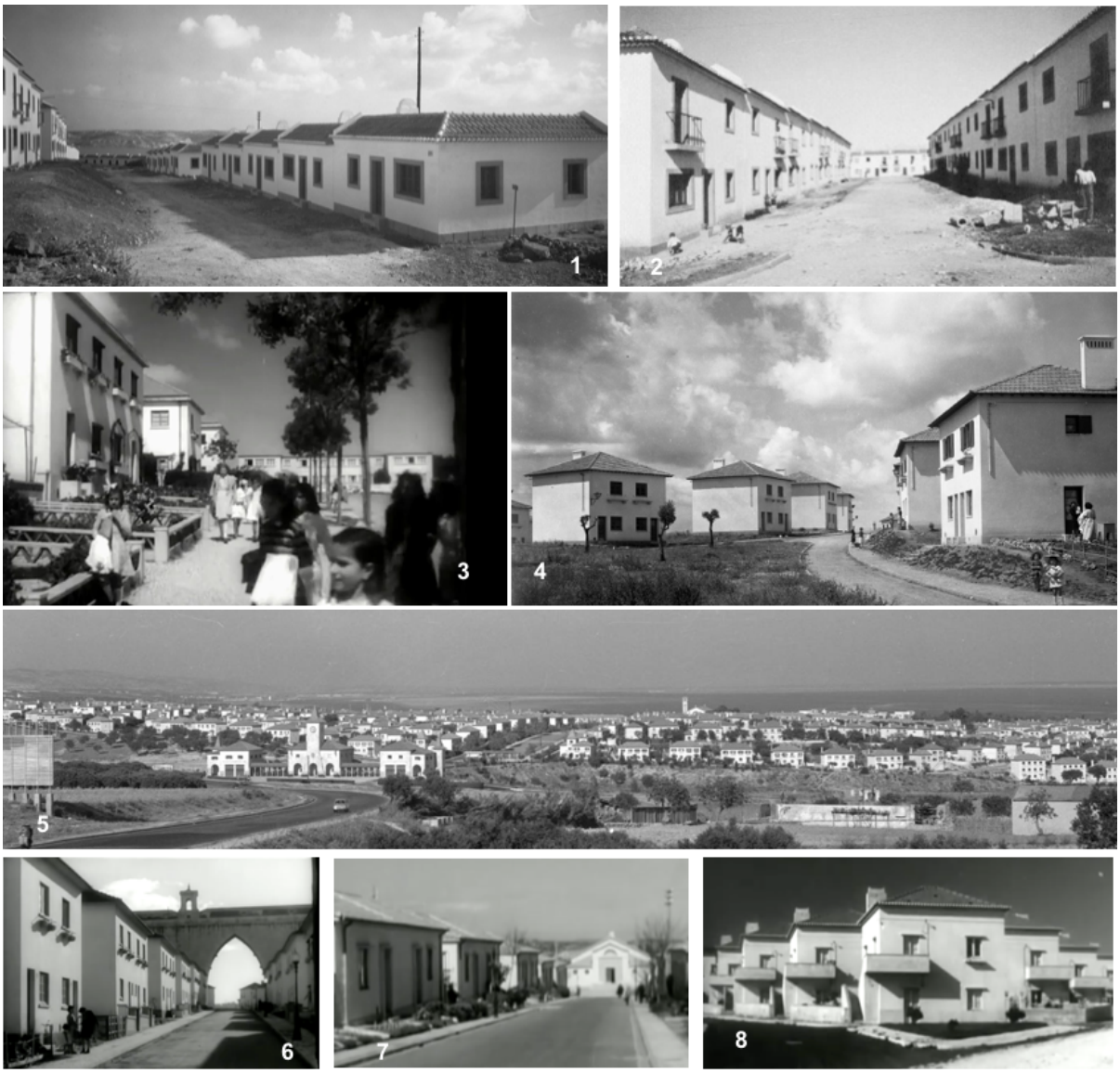
Figura 8 | Programa das Casas Económicas de 1933
Localização dos Estudos de Conjunto realizados em 1939. A vermelho bairros de casas económicas e a amarelo outros estudos de urbanização.
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa

O fracasso do *Regime das Casas Económicas*, aprovado em 1928[69], devido à falta de disponibilidade financeira do próprio Estado[70], leva à aprovação do Decreto-Lei n.º 23052 de 23 de setembro de 1933, que pretendia uma nova política social de habitação, que se afastasse do liberalismo e do socialismo. Em termos gerais, este novo decreto, denominado *Programa de Casas Económicas*, definia que competia ao Estado o financiamento, a aquisição de terrenos, a construção e a distribuição de casas, paralelamente à administração, até à sua total amortização. O Estado poderia também colaborar

[69] Decreto-Lei n.º 16055, de 22 de outubro. Segundo o preâmbulo deste Decreto-Lei, o seu objetivo seria o de facilitar a construção de Bairros com habitações independentes e ajardinados, semelhantes aos construídos em Inglaterra. Este documento legislativo é completado pelo Decreto-Lei n.º 16085, de 28 de outubro, que regulamenta a construção e venda das casa económicas.

[70] A Câmara Municipal de Lisboa, por si só, não tinha capacidade financeira para suportar as obras de planeamento, urbanização e construção dos bairros. Esta situação levou a um crescimento desorganizado de bairros clandestinos.

com os municípios. Numa segunda fase, o Estado limitaria a sua ação a tratar dos terrenos e da sua construção.



Legenda

1 Bairro do Caramão da Ajuda - Arq. Luís Benavente [1938-40], (*Arquivo Municipal Lisboa; Kurt, Pinto, 1948)*
2 Bairro do Caramão da Ajuda, *(idem, s/ autor, 1949)*
3 Bairro do Alto da Ajuda - Arq. Faria da Costa [1938-1940], *(Ribeiro, A. Lopes, Lisboa de Hoje e de Amanhã, 1948)*
4 Bairro da Encarnação - Arq. Paulino Montez [1940-46], (*Arquivo Municipal Lisboa; Kurt, Pinto, 1940)*
5 Bairro da Encarnação — Imagem de Conjunto, (*Arquivo Municipal Lisboa; Fernandes, Salvador A., 1940)*
6 Bairro da Calçada dos Mestres, Arq.os José L. Franco; Vasco L. Marques [1940-1943], *(Ribeiro, A. Lopes, Lisboa de Hoje e de Amanhã, (1948)*
7 Bairro da Serafina, *(Ribeiro, A. Lopes, Lisboa de Hoje e de Amanhã, 1948)*
8 Bairro de Caselas - Arq. Couto Martins [1944-1947], *(Ribeiro, A. Lopes, Lisboa de Hoje e de Amanhã, (1948)*

Figura 9 | Os Bairros das Casas Económicas (1933)
Imagens de alguns bairros e edifícios construídos ao abrigo deste programa
Fonte: Elaboração própria (2015)

A criação destes bairros [Figura 9] tinha como objetivo eliminar os bairros de lata. Para E. de Gröer, citado por Carlos Nunes da Silva (1994:142), *"Todos estão de acordo para reconhecer que um dos mais graves problemas da urbanização de Lisboa consiste em construir um número suficiente de casas baratas para a classe pobre (operária e média) e em sanear as suas habitações actuais".*[71]

Contrariamente, o problema da habitação irá agravar-se ainda mais com as grandes obras públicas realizadas, que tinham como objetivo preparar a cidade para a Exposição *Do Mundo Português* de 1940. A expropriação de terrenos por parte da Câmara Municipal de Lisboa, necessários para a implementação das novas infraestruturas e de equipamentos urbanos, levam à demolição de antigos núcleos habitacionais e de alguns bairros de lata. Estas operações têm de ser realizadas de uma forma célere, já que a cidade se encontra em acelerado estado de transformação. De modo a resolver este problema, é produzida nova legislação específica que permitirá o realojamento da população então desalojada. Mas é também uma excelente oportunidade de "higienização da população", muito ao gosto do regime.

Assim, o Decreto-Lei n.º 28912, de 12 de agosto de 1938, vem introduzir o conceito de realojamento provisório e parcelar dos habitantes dos bairros de lata. Um dos argumentos do Estado, para a publicação deste Decreto-Lei, era o de melhorar as condições económicas, sociais, técnicas e morais das famílias. Estes bairros, designados por Provisórios do Estado ou Bairros de Casas Desmontáveis, tinham como objetivo "ensinar" as famílias a viverem numa casa de renda económica. Estes bairros provisórios foram distribuídos pela periferia da cidade, como se pode atestar pela visualização da Figura 10.

"(...) queremos ir mais longe e mais fundo. Julga-se conveniente e mesmo necessário que se procure dar abrigo aceitável, em pequenas casas higiénicas de construção precária, a grande número de pessoas que nos grandes centros vivem em condições arrepiantes e que não podem ainda morar numa casa económica (...)"[72]

O programa consistia na construção de mil pequenas "Casas Desmontáveis", com estrutura de madeira e forradas a fibrocimento, produzidas e administradas pela CML. Para a construção destas habitações, a edilidade

[71] Actas da Comissão Administrativa da CML - Sessão de 8/12/1932

[72] Decreto-Lei n.º 28912, de 12 de agosto de 1938, pág.1198

recebia, por parte do governo, uma comparticipação de cinco mil contos, que correspondia a 50% do valor do investimento.

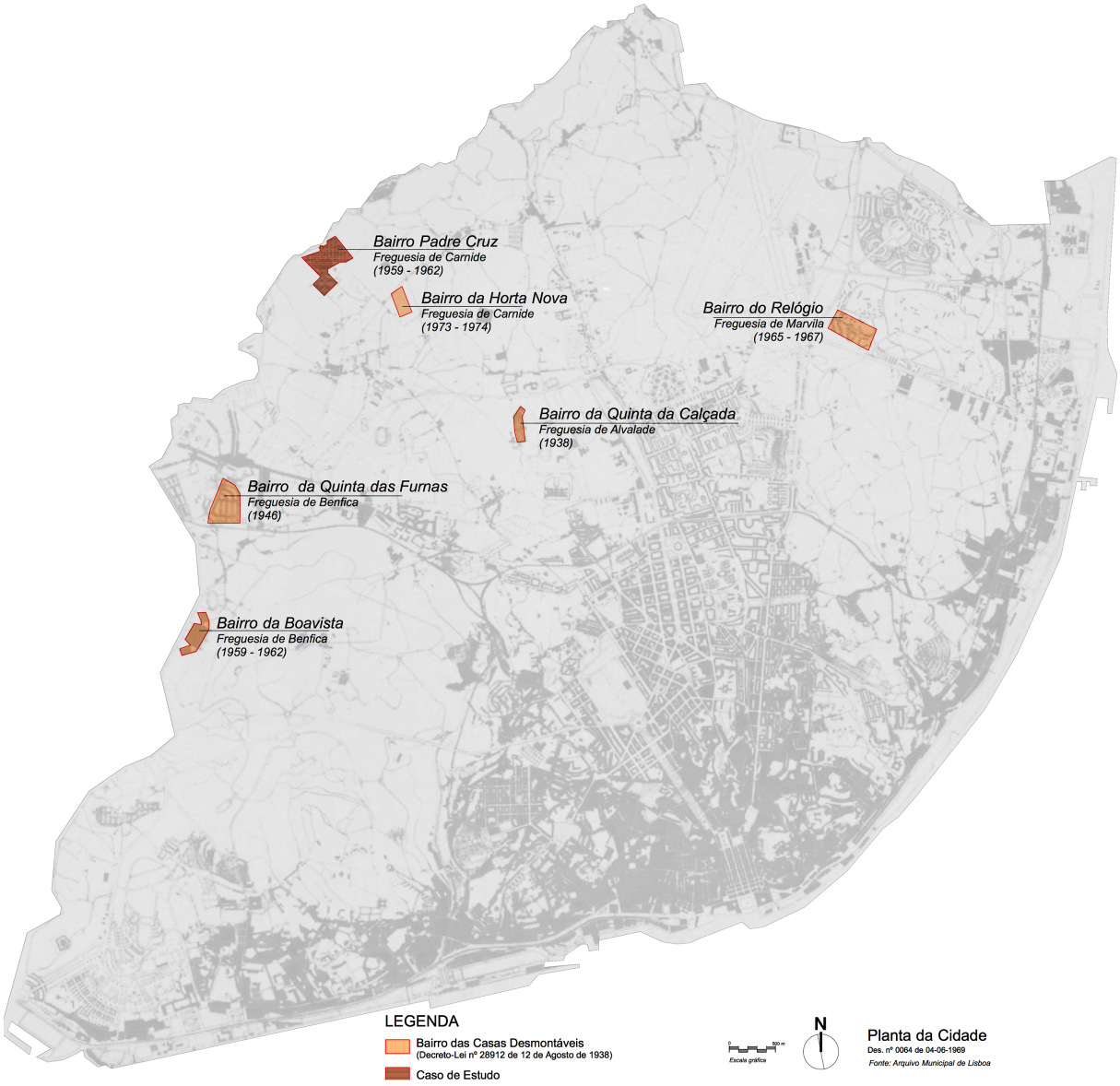
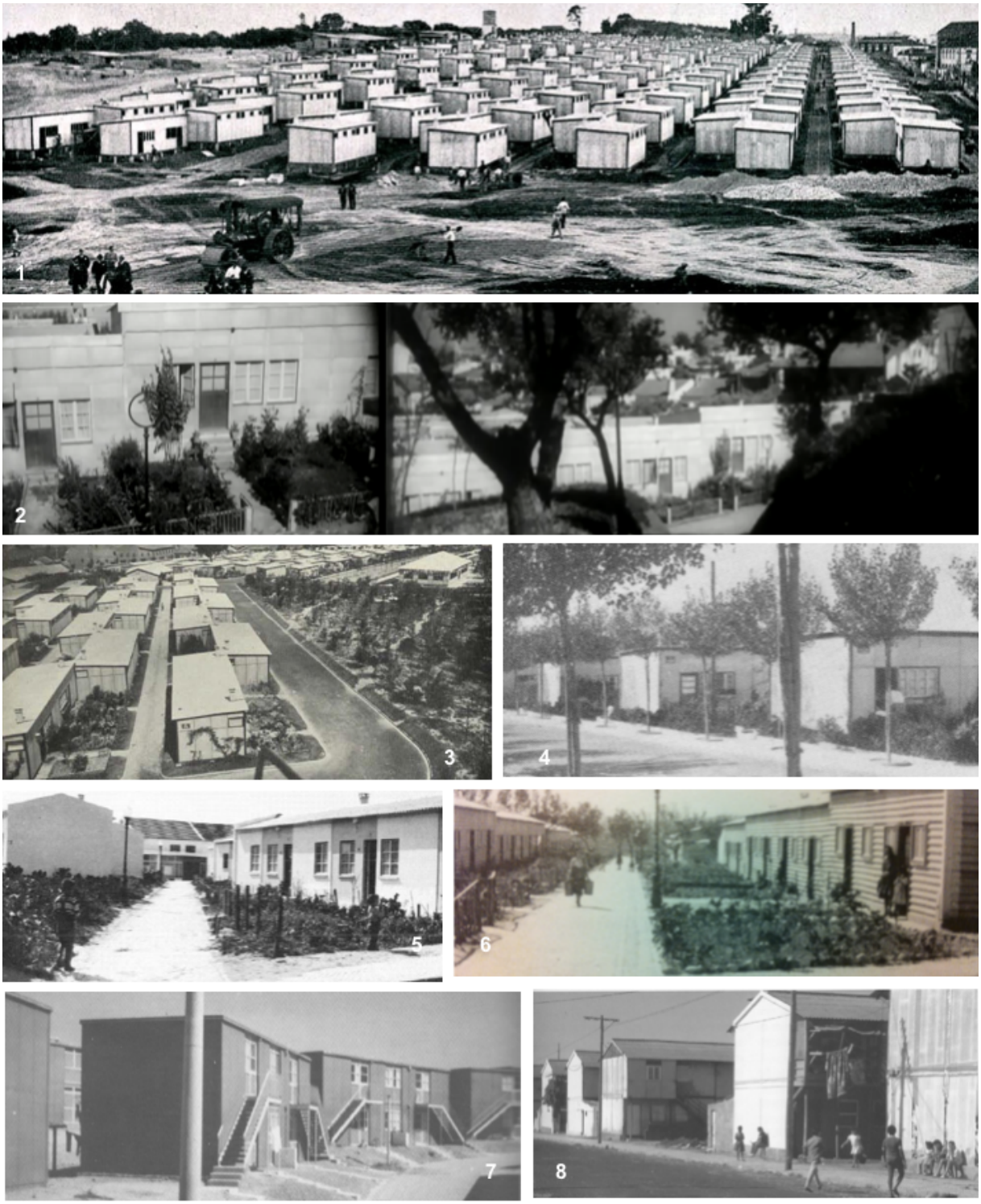


Figura 10 | Os Provisórios do Estado Novo
Localização dos bairros na cidade
Fonte: elaboração própria (2016)

A prioridade do realojamento incidia sobre os agregados familiares residentes em bairros de lata, nomeadamente os do "Bairro das Minhocas" e os do "Bairro da Bélgica", com localização mais central, que impediam as obras de urbanização em curso. Estes bairros eram considerados, pelo diploma, como os piores bairros existentes. O mesmo diploma, no seu artigo 12º, previa que os moradores residentes em bairros "de casas desmontáveis" poderiam ser obrigados a deixar as suas habitações, no prazo máximo de trinta dias, após a notificação camarária, caso a edilidade assim o entendesse. Na Figura 11 é



Legenda

1 Bairro do Quinta da Calçada, (*Arquivo Municipal Lisboa; Goulart, Eduardo, 1938)*
2 Bairro das Furnas, *(Ribeiro, António Lopes, Lisboa de Hoje e de Amanhã, 1948)*
3 Bairro da Boavista, *(In, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa o outro bairro - Os provisórios do Estado Novo, 1999, pág.13)*
4 Bairro da Boavista, (*Idem, pág.11)*
5 Bairro Padre Cruz, Fase II, (*Ibidem, pág. 46)*
6 Bairro Padre Cruz, Fase I, *(Ibidem, pág. 43)*
7 Bairro do Relógio, (*Ibidem, 60)*
8 Bairro da Horta Nova, (*Ibidem, pág. 53)*

Figura 11 | Os Bairros das Casas Desmontáveis
Fonte: elaboração própria (2016)

possível visualizar o tipo de bairros que foram edificados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 28912, bem como da precariedade dos materiais aplicados na sua construção.

Mais uma vez, este programa não foi solução, pois não só não conseguiu resolver o problema da habitação em Lisboa como o agravou. Dos mil e quinhentos fogos construídos, muitos tiveram que ser substituídos e as infraestruturas e os equipamentos necessários para assegurar o seu funcionamento revelaram-se inúteis e comprometeram, em alguns casos, o desenvolvimento futuro da cidade.

Pela especificidade do Programa das Casas Económicas[73], criado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 23052 de 23 de Setembro de 1933, cujo objetivo era o de transformar o ocupante em proprietário, poucos eram os trabalhadores que estariam em condições de poderem aceder a esse tipo de habitação, pelo elevado valor das rendas exigido. Devido desta situação, o governo teve necessidade de criar um novo programa que abrangesse a maior parte da classe trabalhadora. O Programa para famílias pobres[74], criado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 34486 de 16 de abril de 1945, tenta resolver esse problema. Estamos, portanto, perante um programa de transição entre o Programa das Casas Desmontáveis e o Programa das Casas Económicas.

Assim, foram construídos os seguintes bairros: Quinta do Jacinto – quatro fases (1946-1957); Caramão da Ajuda (1947-49); Bairro do Grilo (1957); Bairro do Grilo (Madre de Deus) (1961-62); Bairro da Quinta do Charquinho (1962-64); Bairro da Quinta das Pedralvas (1961-67); Bairro da Quinta das Mouras (1962-64); Bairro da Quinta de Santa Luzia (1966-67); Bairro da Boavista (1961-70) e Bairro do Casalinho da Ajuda (1968-70). Estes bairros tinham morfologias e tipologias diferentes, que variavam em função do tipo de famílias a que se destinavam (SILVA, 1994).

Estamos perante uma visão distorcida sobre o planeamento da cidade. A atitude segregadora do regime está patente na distribuição dos bairros pelo seu território, em função da classe social dos seus habitantes. O Decreto-Lei n.º

---

73 Decreto que define as políticas do governativas em relação à construção de casas económicas destinadas a famílias menos abastadas, moradias do tipo A e do tipo B. Segundo o diploma competia ao cidadão custear a sua própria habitação. No valor da renda estavam considerados também o valor da amortização da casa bem como algumas modalidades de previdência. Embora o governo entendesse que o valor da renda era moderado, reconhecia que não estava acessível às camadas mais modestas da população, mas que o caminho a seguir seria o do diploma a médio prazo.

74 O programa surge como um plano intermédio entre o Programa das Casas Económicas e o das Casas Desmontáveis, que, segundo o diploma, foi um êxito em Lisboa. Daí a necessidade do o alargar a todas as regiões do país, no entanto, o caráter provisório das habitações era mantido.

28912 de 12 de agosto de 1932 vem reforçar esta ideia. Não só porque promove a construção de habitações com tipologias diferentes, em função da classe social e da sua qualificação técnica, mas também porque classifica a zona de edificação desses bairros, em central, média e periférica. O critério para esta atribuição era a dos transportes urbanos, que, de certa forma, estavam relacionados com a sua localização, relativamente ao centro da cidade.

Os operários não qualificados viviam em bairros provisórios ou nos denominados bairros para famílias pobres, construídos junto à Estrada Militar, Bairro da Musgueira, Ameixoeira, Padre Cruz, Charquinho, Boavista, entre outros. Os trabalhadores qualificados (com maior poder económico) estavam localizados mais perto do centro urbano, nos chamados bairros de casas económicas, em espaços urbanos com qualidade, tais como, o Bairro da Encarnação, o Bairro do Alto da Serafina, o Bairro da Ajuda, o Bairro da Calçada dos Mestres, o Bairro de Caselas e do Alvito, o Bairro do Caramão da Ajuda e do Alto da Ajuda, o Bairro de Terras do Forno. Os quadros médios e superiores viviam em bairros construídos dentro do centro urbano, tais como: no Bairro de Alvalade[75], no Areeiro, no Quarteirão da 5 de Outubro, no Bairro do Arco do Cego, entre outros.

Por outro lado, o que está em causa, não é só a localização do bairro em relação ao centro administrativo da cidade, mas sobretudo a sua morfologia, tipologia e equipamentos urbanos.

"Os programas que se distinguiam pela qualidade dos acabamentos, dimensões, custos, equipamentos colectivos e aspetos formais, dirigiam-se a frações distintas da base social de apoio do Estado Novo. Todos ou quase todos os programas de habitação social neste período serviram sobretudo funcionários públicos e trabalhadores inscritos nos Sindicatos Nacionais. Nestes grupos fazia-se uma primeira distinção entre não-manuais e manuais, e, nestes, entre níveis superiores e inferiores, o que de resto estava conforme à conceção corporativista da política social (...)[76].

Com a morte de Duarte Pacheco, em 1943, ocorrem dois factos que marcarão definitivamente as políticas de habitação social e os planos de urbanização que se seguiram. Por um lado, a nomeação do Tenente-Coronel do exército, Salvação Barreto, para seu sucessor, que ocupará o cargo até 1959, cujas ideias políticas se aproximam das do governo e, por outro, a revogação

75 Bairro de casas de renda económica de Alvalade.

76 Idem, Ibidem, p. 131

do *Regime dos Centenários*, com a aprovação da Lei n.º 2030 de 22 de junho de 1948.

Duarte Pacheco era um político visionário que tinha uma visão estratégica geral sobre o desenvolvimento do país e, em particular, da cidade de Lisboa. Cedo percebeu que um dos grandes entraves ao desenvolvimento urbano da cidade era a inexistência de uma política de solos adequada, que permitisse a expropriação célere dos terrenos necessários à execução das grandes obras públicas de que a cidade tanto carecia. Daí que a Câmara Municipal de Lisboa nunca tenha conseguido implementar uma política de desenvolvimento urbano tendo em vista o seu crescimento e expansão, ou seja, nunca conseguiu implementar de forma adequada as políticas de habitação social definidas pelo Decreto-Lei n.º 23052, pela incapacidade de obter terrenos disponíveis para urbanizar. Ficavam-se pelas sucessivas “Comissões de Melhoramentos”.

A Exposição do Mundo Português de 1940 cria a oportunidade, de propaganda política, para a aprovação do Decreto-Lei n.º 28797 de 1 de julho de 1938, denominado “Regime dos Centenários”. Este decreto, muito contestado na altura pelos interesses instalados (famílias influentes), na sua maioria da área política do governo, acabou por ser aceite para o fim a que se destinava, permitia mostrar ao mundo a imagem de uma cidade moderna.

Desta forma, o município de Lisboa, num período de dez anos (1938-1948), pode expropriar mais de 30% da sua área concelhia e implementar, pela primeira vez, um Plano Geral de Expansão e Urbanização, e proceder à construção de grandes infraestruturas urbanas, como as circulares, o Aeroporto de Lisboa, a ponte sobre o Rio Tejo, a Cidade Universitária, o Hospital de Santa Maria, entre outros equipamentos, paralelamente à edificação de bairros camarários destinados à habitação social.

As imagens seguintes [Figura 12] ilustram, de uma forma geral, a grande transformação urbana que a cidade de Lisboa sofreu neste período — a velha cidade é arrasada para dar lugar a uma nova cidade, mais cosmopolita, um pouco à imagem do que Haussman fizera em Paris, cem anos antes. A primeira fotografia dá-nos a visão do Vale de Alcântara, atravessado pelo Viaduto Duarte Pacheco, aquando da construção da Avenida de Ceuta. As restantes, por seu lado, representam as obras de terraplanagem do Vale Escuro, para prolongamento da Avenida Morais Soares (Av. Afonso III), que permitirá ligar a Praça do Chile e a Graça à zona de Xabregas, bem como a construção da Av.



Legenda

1 Viaduto Duarte Pacheco — Construção da Av. de Ceuta no Vale de Alcântara.
2 Auto-estrada de Cascais (troço até ao Jamor)
3 Vale Escuro — Prolongamento da Morais Soares a partir do Alto de S. João (imagem do Vale Escuro sobre o Alto de S. João)
4 Idem, Imagem inversa, do Alto de S. João sobre o Vale Escuro
5 Demolição do Quartel da Cova da Moura e do Aqueduto — Construção da Av. Tenente Valadim (Av. Infante Santo) até Alcântara
6 Idem, Imagem inversa

Figuras 12 | A cidade em transformação

Fonte: RIBEIRO, António Lopes, Lisboa de Hoje e de Amanhã, 1948

Infante Santo[77], levando à destruição do Quartel da Cova da Moura e do Aqueduto existente. Nestas imagens, é possível testemunhar a destruição do edificado e de um vasto território carregado de memória, do qual hoje só restam alguns apontamentos, que passam despercebidos ao cidadão comum.

É no período em que Duarte Pacheco tem poderes políticos, entre 1932-1936 como Ministro das Obras Públicas e das Comunicações (MOPC) e, posteriormente, entre 1938-1943 (ano da sua morte), enquanto presidente da CML, que acumula com o cargo de MOPC, que são produzidas grande parte das leis sobre políticas de habitação social. De uma forma simplista pode-se dizer Pacheco que lança as "ferramentas" enquanto ministro (produção legislativa), de que irá necessitar enquanto presidente da CML. Efetivamente, existe uma relação direta entre as obras de expansão da cidade e a resolução do problema da habitação. Para se fazerem obras com esta envergadura, era necessário desalojar e realojar as populações que viviam nos terrenos a expropriar. Por conseguinte, era necessário encontrar uma solução para todos estes problemas.

Segundo o entendimento de Duarte Pacheco, referenciado nas ações que tomava e na legislação produzida na época, todo este processo deveria ser supervisionado pelo Estado numa relação estreita com o município. O município de Lisboa servia como tubo de ensaio para o resto do país. No entanto, embora se percebesse que existia uma ideologia de regime (FERREIRA, 1983), patente na legislação produzida sobre habitação social, havia um aspeto de fundo defendido por Duarte Pacheco, que competia à CML o controlo de todo o ciclo, desde a construção até à atribuição de casas (aspetos defendidos pelo PGUEL-1948), com base nos apoios financeiros do Estado. Contudo esta não era a visão que o governo de Salazar tinha para o problema da habitação social, porque entendia que esse papel deveria ser levado a efeito pela iniciativa privada ou seja, com uma política muito mais liberalizadora, de acordo com o Decreto-Lei n.º 23052 de 23 de setembro de 1933**.** Assim, quando Salvação Barreto é nomeado presidente da CML, em 1944, as linhas políticas para a habitação social aproximam-se ideologicamente das defendidas pelo governo e a revisão do PGUEL de 1948 irá refletir essa mudança.

[77] No filme *Lisboa de Hoje e de Amanhã*, António Lopes Ribeiro identifica esta via como sendo a Av. Tenente Valadim, contudo, não existe nenhuma avenida com esse nome. Pela descrição só poderá ser a Av. Infante Santo, pois é a única que liga a Basílica da Estrela a Alcântara. Do aqueduto que foi destruído resta um troço, o do Arco do Chafariz das Terras.

Independentemente dos limites físicos da cidade de Lisboa terem sido definidos em 1895 e redefinidos em 1903, com a inclusão de núcleos rurais limítrofes, a saber, Olivais, Encarnação, Charneca, Ameixoeira, Carriche, Carnide, Benfica, Buraca e Caselas (FRANÇA, 2005:93), só em 1948 é que toda esta vasta área rural foi definitivamente "apropriada", isto é, assumida pelo município como parte integrante da cidade.

Nesse sentido, o PGUEL-48, para além de um documento técnico, é acima de tudo um instrumento político de gestão territorial, que tem, como principal objetivo, a definição das grandes linhas estratégicas para o desenvolvimento e expansão da cidade. Todo o conceito assenta no *zonamento funcional*, como forma de actuação, organizando espacialmente todo o território, na sua macroescala[78]. Apesar disso, era limitado quando se tratava de trabalhar na microescala, de intervir dentro de cada zona definida pelo próprio plano.

O PGUEL de 48 era de certa forma limitado e já se encontrava ultrapassado em muitas das suas propostas, nomeadamente, no que dizia respeito aos índices de habitação propostos para determinadas zonas da cidade, mais reduzidos na periferia.

Por outro lado, assiste-se a um agravamento dos problemas da circulação rodoviária, que se tinha intensificado nos últimos anos face ao desenvolvimento económico da cidade. Havia que resolver o problema dos acessos, quer à nova ponte sobre o Rio Tejo quer na ligação a norte e aos concelhos limítrofes.

Por último, mas não menos importante, a própria conceção ideológica que se baseava no plano de Manchester (1945) e nos princípios da Cidade Jardim de Howard-R.Unwin (1903;1909), posta em causa pelas novas teorias urbanas do pós-guerra — a implementação de um urbanismo racionalista em detrimento de um urbanismo funcionalista — que começavam a influenciar alguns dos arquitetos portugueses. Aquando da aprovação do PGUEL, já existiam manifestações por parte de alguns Arquitetos, de entre os quais se destaca Nuno Teotónio Pereira, quanto aos conceitos urbanos e arquitetónicos seguidos pelo regime. Esta atitude crítica tem como resultado o 1.º Congresso Nacional de Arquitetura, realizado em 1948.

[78] É importante realçar que muitas obras previstas, aquando da sua aprovação do plano em 1948, já estavam a ser executadas, nomeadamente as grandes artérias (circulares) e o aeroporto, preparando a cidade para a grande exposição de 1940. A ideia era a de mostrar ao mundo uma cidade cosmopolita.



Figura 13 | PDUL 59
Conhecido como plano GEU. Este plano é bastante interessante pelo detalhe que apresenta, onde são visíveis as diferentes zonas propostas: as consolidadas, as urbanizadas e as de expansão (a ponteado).
Fonte: Arquivo da C.M. Lisboa

Em 1959, é apresentado o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (PDUL-1959)[79], da responsabilidade do Gabinete de Estudos Urbanos. Este plano, cujos trabalhos de revisão se iniciam em 1954, com a constituição de uma equipa multidisciplinar coordenada pelo Engº Luís Guimarães Lobato, que está na origem do Gabinete de Estudos Urbanos (GEU), da qual faziam parte

[79] A Lei 2099, de 14 de agosto de 1959, promulga as bases do PDUL e a Portaria n.º 17667 de 11 de abril de 1960 aprova as normas para a sua implementação e funcionamento, contudo o Plano não é aprovado.

arquitetos, engenheiros, sociólogos e historiadores, tinha como único objetivo a revisão do PGUEL-48, extinguindo-se após a sua conclusão. Em termos globais, segue a mesma linha de orientação proposta por E. de Gröer, como é possível verificar na Figura 13, em que mantém, de uma forma geral, a rede viária projetada no plano anterior, radiocêntrica. Ainda assim, é ao nível do desenho que se verifica um maior detalhe, uma outra escala, mais objetiva, a mesoescala.

O GEU, pelas suas características específicas (com um conjunto diferenciado de especialistas), consegue uma outra "leitura do território", mais racional, daí ter desenvolvido mais de 170 estudos de base (tanto para a Câmara Municipal de Lisboa como para particulares), incluindo estudos parcelares. Fica também encarregado da elaboração de outros planos integrados de urbanização, de transporte e de habitação. Trabalhando numa outra escala de intervenção, é perfeitamente natural que a equipa do GEU tenha encontrado incompatibilidade e proposto alterações, quer a nível rodoviário quer na redefinição dos índices habitacionais. Contudo, o conceito inerente é o mesmo.

Continuava a manter-se a carga ideológica do regime e uma tentativa de controlo, imposta de "cima para baixo", patente na revisão do plano e que incidiam especificamente no controlo/regularização da expansão urbana da cidade e nas políticas de habitação social, ao reforçar o seu sentido liberal. Esta política de actuação é traduzida pelo Decreto-Lei n.º 42454 de 18 de agosto[80], que o acompanha.

"O desenvolvimento de Lisboa verificado no último decénio, através do crescente aparecimento de novos núcleos industriais e do constante aumento da população, impõe que se estabeleçam as condições indispensáveis para a expansão ordenada da cidade, quer na direcção dos limites extremos da sua área administrativa, quer no tocante à fixação do número desejável dos seus habitantes em relação à população do país."[81]

---

80 *"O problema da construção de novas habitações e sobretudo de habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos torna-se cada dia mais premente (...) A recente publicação do diploma que mandou organizar o plano urbanístico da região de Lisboa veio tornar mais urgente a conclusão da rede das grandes artérias da cidade para estabelecer os meios de comunicações interurbanos (...) Os terrenos urbanizados serão na sua grande maioria utilizados para a construção de habitações em conformidade com o plano cuidadosamente estudado e em que se tiveram em conta as necessidades e os recursos da maior parte da população da capital. Destinam-se a ser distribuídas entre as entidades mais aptas a promoverem a construção de residências com marcado interesse social, ou seja: as instituições de previdência; o Instituto Nacional do Trabalho, pelo seu Fundo de Casas Económicas; serviços e instituições de interesse público (…)".*

81 Idem

Um dos aspetos mais significativos deste plano verifica-se a nível rodoviário, com a transferência da localização da ponte sobre o Rio Tejo, da zona do Poço do Bispo, para Alcântara, bem como das respectivas ligações, quer para norte quer para sul, com a construção de duas autoestradas, a do Estoril e a do Norte.

Em relação à habitação, este plano continua a tentar resolver o *déficit* existente, mas com meios operativos diferentes. Daí que, para além das alterações políticas já referidas, com a atribuição da responsabilidade da construção da habitação social à iniciativa privada (com a promoção e apoios públicos), impõe limites para a construção, dentro dos lotes ou dos quarteirões, o que é de certa forma incongruente, com os objetivos da lei.

O plano propõe a divisão da cidade em três tipos de zonas habitacionais: as zonas estabilizadas, as zonas urbanizadas, pertencentes a entidades privadas, e as novas zonas de expansão, detidas maioritariamente pela CML. Em relação às primeiras, devido à sua localização junto ao tecido urbano consolidado, não deveriam sofrer grandes alterações em termos de densidade populacional, o mesmo acontecendo com os terrenos urbanizados pela CML, no entanto, em relação às zonas urbanizadas que preenchiam a maior mancha da cidade, o problema colocava-se porque os índices eram, na sua maioria, calculados pelos valores mais elevados do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), levando a um aumento da densidade populacional (SILVA, 1994:158). Nesse sentido, o plano que previa uma população desejável de 1 200 000 habitantes para a cidade de Lisboa, impõe uma densidade média para cada uma das zonas, dentro das quais se deveriam enquadrar os limites construtivos.

Em 30 de março de 1959, França Borges, outro militar de carreira, assume a presidência da CML, em substituição de Salvação Barreto. As suas orientações políticas vêm reforçar as linhas seguidas pelo seu antecessor. Em termos de desenvolvimento urbano, a iniciativa privada é convidada a participar mais ativamente na resolução dos problemas da habitação. O governo ao reconhecer a incapacidade técnica e a falta de meios, por parte da edilidade, para pôr em prática e dar seguimento a todo um processo complexo, que é o da habitação, cria, ao abrigo do mesmo Decreto-Lei que aprova o PDUL-59, o Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (GTH), que substitui o extinto GEU. Este gabinete passa a ser o responsável pela aquisição dos terrenos, pela elaboração de todos os estudos necessários (urbanos e sociológicos), tendo como objetivo a execução dos planos de urbanização e os

respetivos projetos de arquitetura. Os primeiros planos produzidos pelo GTH, na sequência de alguns estudos já existentes, são os de urbanizar uma vasta zona, a sudeste da cidade, com cerca 740 hectares, que englobam Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas.

As linhas de ação estabelecidas por França Borges, quanto às grandes obras de urbanização, são hierarquizadas da seguinte forma: construções particulares, habitações de rendas acessíveis à população, habitações destinadas a famílias desalojadas em consequência das obras de urbanização e habitações destinadas a funcionários municipais (SILVA, 1994:151). No entanto, não obstante os esforços desenvolvidos por parte do município e do Governo para resolução do problema da falta de habitação para as classes operárias, quer através da atribuição de verbas quer na criação de condições favoráveis para implementação das políticas de habitação, tal não aconteceu. Dos 5029 fogos (pré-fabricados ou definitivos) construídos pela CML entre 1959 e 1966, definidos no programa de realojamento, apenas 495 fogos construídos, no Bairro Padre Cruz, tinham rendas mensais compreendidas entre os 100 e os 170 escudos (GONÇALVES, 1972:126). Estamos a falar de uma bairro provisório, de "Casas Desmontáveis", que supostamente teria rendas mais acessíveis.

Como grande parte da população residente[82] auferia salários muito baixos e não tinha capacidade financeira para residir nos novos bairros, construídos ao abrigo dos programas anteriores[83], a não ser que tivesse sido desalojada ou que fosse trabalhador municipal, só uma pequena minoria o conseguia e com ligações a corporações instituídas. Assiste-se a um crescimento informal da cidade nos seus limites periféricos e a um adensamento populacional das zonas centrais, de menor controlo urbano, junto ao núcleo histórico.

A partir do início da década de sessenta do século XX, surge a necessidade de proceder à revisão do PDUL-59, porque este plano já não se enquadra na nova realidade urbana. Havia a necessidade de criar um novo instrumento legislativo que desse resposta aos problemas existentes: uns

[82] Pessoas pobres que migraram do interior do país, para a cidade, afim de trabalharem na construção civil, na indústria e na zona portuária de Lisboa.

[83] Os sucessivos programas destinados à habitação social, promulgados pelo Governo de Salazar, destinavam-se a tentar enquadrar uma grande parte da classe operária nesses mesmos programas, conforme é referido nestes diplomas, daí o Programa para os Bairros das Casas Económicas, posteriormente, o Programa para os Bairros das Casas Desmontáveis, depois para os Bairros das Famílias Pobres e, por último, o Programa para os Bairros das Casas de Renda Económica.

emergentes, associados ao crescimento económico da cidade, como a terciarização, e outros consequentes, como o da habitação.

Em relação ao primeiro, o aumento do tráfego impõe que se redefina a estrutura rodoviária proposta nos planos anteriores, a fim de permitir uma melhor circulação, quer do centro para a periferia quer nas ligações norte-sul. Desta forma, surge a necessidade de se proceder à construção de um eixo distribuidor periférico que promova a ligação entre as novas estruturas rodoviárias então construídas ou em fase de construção; a ligação da autoestrada do Estoril, troço Lisboa-Jamor, inaugurado em 1942, à autoestrada do Norte, inaugurada em 1961, e a nova ponte sobre o Rio Tejo, cuja construção se iniciou em 1962. Foi proposto e redefinido o traçado da 1ª Circular. França Borges resolve alterar esta denominação em 21 de Setembro de 1968, com a publicação do *Edital n.º 222/68*, em que a via foi nomeada 2ª Circular.

Por outro lado, existia ainda a premência de melhorar a rede de transportes públicos da cidade e equipá-la com outros meios de transporte coletivos, como o metropolitano, consideravelmente mais rápido, de forma a descongestionar o tráfego automóvel, de e para o centro da cidade.

Em relação à habitação assiste-se ao agravamento do problema, devido à inadequação das políticas seguidas, geradoras de segregação — a cidade só para alguns. De facto, nunca se conseguiu dar uma resposta cabal a este problema.

"O afluxo a Lisboa de populações da província, com a mais variada formação rural ou mesmo urbana exige meios auxiliares de adaptação vivam ou não as pessoas na cidade ou nas zonas exteriores por ela influenciadas.

Verificam-se, por isso, problemas de integração, crise de habitação e vultosas deslocações (cerca de 52 000 pessoas dia) para o local de trabalho no centro urbano.

Pelo último censo, de 1960, a cidade tinha uma população de 817 000 habitantes, pertencentes a 246 000 famílias." [84]

França Borges pretendia que o responsável pela nova revisão do PDUL fosse Robert Auzelle, visto que, este urbanista francês já tinha produzido

[84] FERREIRA, Manuel dos Santos - O Desenvolvimento Comunitário de Lisboa. **Boletim do GTH**. Vol. 2, nº 11 — p. 68 a 108; 2º Semestre (1966), p.91-101.

alguns comentários[85] e apresentado algumas sugestões que, segundo ele, deveriam ser tidas em conta (CAMARINHAS, 2011).

Inicialmente, Robert Auzelle aceitou coordenar os trabalhos de revisão do PDUL-59, tendo para isso sugerido a integração de Ivan Jankovic, de Nicolau Tudela, e, principalmente, de José Rafael Nunes Botelho, seu antigo aluno no Instituto de Urbanismo de Paris (IUP), e que, na época, fazia parte da equipa que estava a executar o PU (Plano de Urbanização) da cidade do Porto. Auzelle contava que Botelho viesse a assumir a responsabilidade de todo o trabalho, todavia, o arquiteto e urbanista português acabou por declinar o convite, devido a suposta incapacidade em encontrar colaboradores qualificados, nomeadamente Arquitetos, para a execução do trabalho, como referiu na carta que endereçou ao urbanista francês (CAMARINHAS, 2011:259).

Robert Auzelle sugere, então, a contratação do seu colega urbanista Georges Mayer-Heine, responsável pelo Plano de Urbanização de Marselha, com o apoio do Eng.º Manuel Sá e Melo, antigo Diretor Geral dos Serviços de Urbanização. A implementação do plano acabará por ficar a cargo de uma Repartição de Planeamento da CML, dirigida pelo Arqº Nicolau Tudela, que, em colaboração com o GTH, irão desenvolver as soluções apresentadas pelo novo Plano.

Em termos concetuais, o projeto apresentado por Mayer-Heine, em 1966, aprofunda o trabalho desenvolvido pelo anterior plano. Introduz algumas alterações rodoviárias no traçado proposto, adequando a estrutura viária à nova realidade urbana, como é possível verificar na comparação entre planos. Mas a sua maior inovação está na introdução do conceito de Unidades de Ordenamento (UO), como forma de implementação das políticas urbanas do novo plano. Este conceito surge na sequência das novas teorias preconizadas pela Carta de Atenas e enquadra-se perfeitamente no zonamento funcional.

As Unidades de Ordenamento (comerciais e administrativas, industriais e residenciais) são atribuídas a diversos setores da cidade, tendo em consideração as infraestruturas urbanas existentes ou projetadas (rede viária, espaços verdes, equipamentos públicos ou privados, de entre outros). São unidades autónomas, com vida própria, que se vão desenvolvendo gradualmente em função das necessidades habitacionais, mas com um volume

[85] Efetivamente, é logo após a apresentação do PDUL-59, em 1958, que surgem algumas criticas em relação ao plano apresentado. Nesse sentido, o presidente da edilidade pede a opinião de vários peritos sobre o plano, nomeadamente, os arquitetos Raul Lino, Carlos Ramos, Faria da Costa e Ivan Jankovic (associado do urbanista francês Robert Auzelle, encarregado do Plano Diretor da Cidade do Porto de 1962).

máximo de construção permitido. As Unidades de Ordenamento Residencial, para além da habitação, incluíam também serviços complementares: espaços comerciais, culturais e administrativos, constituindo um *Centro Cívico.*

Para além destas características, este novo Plano Geral de Urbanização apresenta uma singularidade em relação aos anteriores, nomeadamente, o desfasamento temporal entre a sua apresentação ao governo de então, ainda em período de ditadura, e a sua publicação dez anos depois, já após o 25 de abril de 1974.

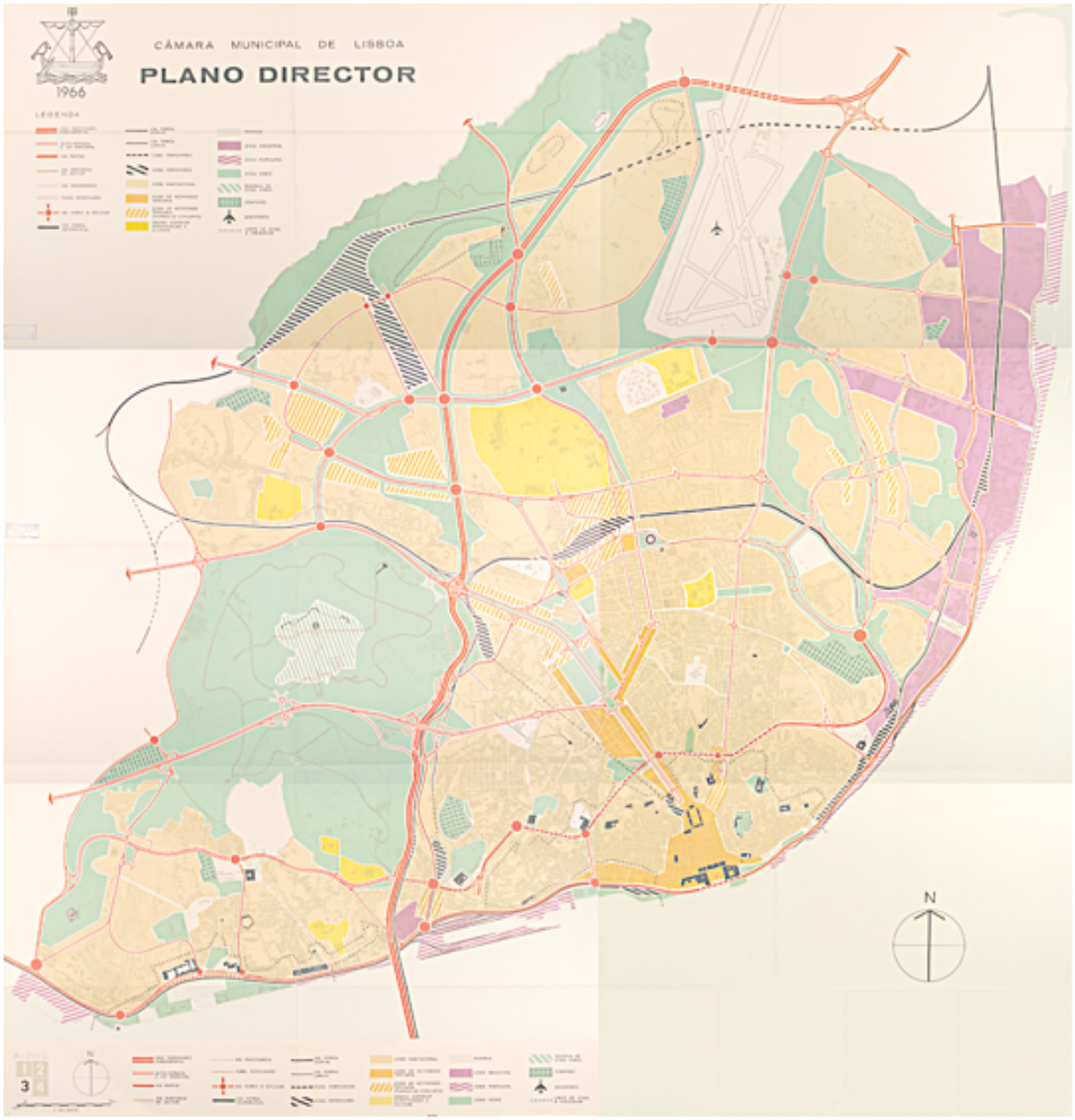


Figura 14 | Plano Diretor de 1966 (PDUL 66).
Fonte: Arquivo da C.M. Lisboa

O PDUL fica concluído em 1966 e é apresentado formalmente ao governo, em 1967 [Figura 14]. No entanto, segundo a Portaria 274/71 de 11 de fevereiro de 1977, que o aprova dez anos mais tarde, só foi submetido à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes em 1972, ou seja, cinco anos depois. Este Ministério, através do Parecer n.º 3569, de 11 de Fevereiro desse mesmo ano, dá o seu aval e a consequente homologação ministerial, em 9 de novembro de 1971, mas impõe condições para a sua aprovação.

O Regulamento do Plano deverá ser revisto e só será aprovado se estiver de acordo com o Art. 14º do Decreto-Lei n.º 560/71 de 17 de dezembro. Ora este decreto refere o seguinte:

"Sem prejuízo de mais profunda revisão, já em curso, da legislação sobre urbanização, entende o governo ser urgente estabelecer medidas tendentes a aperfeiçoar e a simplificar os actuais sistemas de trabalho neste domínio.

Assim, pelo presente diploma pretende-se definir mais claramente a hierarquia dos planos de urbanização e conferir aos planos sujeitos à aprovação do Ministério das Obras Públicas um carácter mais geral e menos rígido.

Por outro lado, atribui-se aos municípios mais latos poderes para a aprovação dos planos de urbanização de pormenor, referentes a setores urbanos integrados em planos gerais ou parciais já aprovados.

Usa-se desta oportunidade, ainda, para tornar obrigatória a audiência dos interessados, mediante aviso público (...)".[86]

Infere-se, portanto, que ou o Governo estava com falta de recursos humanos e técnicos para proceder a uma correta avaliação do plano ou existiam divergências políticas quanto à sua implementação. Logo, há um desfasamento temporal entre a apresentação formal ao governo do PGUL-66 e a publicação da portaria que o homologa. O problema parece ser essencialmente de natureza política, porque o que está em causa é o regulamento do plano e não o plano em si, enquanto peça técnica, mas com reflexos económicos, obviamente.

Neste contexto, importa salientar o artigo apresentado em 1967, pelo então diretor dos Serviços Centrais e Culturais da CML, Dr. Henrique Martins Gomes, no IV Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios, realizado em Barcelona, intitulado *Das Atribuições Municipais no Direito Administrativo Português*. Este artigo, publicado aquando da apresentação do PDUL-66, só poderá ter uma leitura — a política — porque confronta os direitos e deveres dos municípios e de outras entidades de interesse geral com as do

[86] Decreto-Lei n.º 560/71 de 17 de dezembro, artigo 14º

Estado, sobre as funções que compete a cada um. Esta redefinição de funções, independentemente da responsabilidade direta do Município ou do Estado, terá de ser obrigatoriamente financiada pelo segundo.

"As necessidades coletivas podem ser satisfeitas pelo Estado, entendendo-se essa designação no seu sentido lato, e por empresas ou associações particulares (...) se é certo, relativamente a determinadas necessidades coletivas públicas, também chamadas sociais, é de reconhecer que só o ente público está apto a dar-lhes satisfação (...) Não há necessidades coletivas cuja natureza imponha que seja o Município a entidade pública que deva satisfazê-las, por se tratar de carências peculiares dos povos da respectiva circunscrição. Por isso não poderá rigorosamente afirmar-se que a prossecução destes ou daqueles interesses haja de pertencer ao Município porque respeitam à vida local ou deva estar ao cargo do Estado por interessarem à generalidade dos cidadãos, dado que tudo o que é de interesse local é, também, imediata ou imediatamente nacional, e vice-versa." [87]

Atendendo ao período em questão e perante a falta de recursos financeiros, técnicos e humanos para proceder a uma correta avaliação dos planos submetidos para apreciação[88], o governo acaba por adiar a sua promulgação.

A guerra do Ultramar, iniciada em 1961, veio retirar meios operativos ao governo para proceder a essa análise, já que não existe outra explicação para tão grande desfasamento temporal. E, nesse sentido, de modo a simplificar todo o processo tendente à aprovação dos planos de urbanização, aprova, no mesmo dia, o Decreto-Lei 561/71, que regulamenta, de uma forma objetiva, os procedimentos e os documentos que devem instruir o processo.

Os Planos Diretores de Urbanização de Lisboa (PDUL) de 1966 e de 1976 são muito semelhantes; para além da redefinição pontual da rede viária em diversas zonas da cidade, tendem a perspetivar a cidade como um todo. No entanto, quer no plano de 1966 [Figura 14] como no anterior, PDUL-59 [Figura 13], existiam bairros provisórios, de realojamento, construídos pela edilidade, como o da Quinta da Boavista, Quinta da Calçada e Bairro Padre Cruz, que não se encontravam representados, ou se o estavam (caso da Boavista), apareciam dissimulados no desenho. Parece haver uma tentativa clara de "esconder o

[87] GOMES, Henrique Martins - DAS ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS NO DIREITO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS. Ibid.Vol. Vol. 2, nº 13 (1967), p.159-210.

[88] Não era unicamente Lisboa que pretendia aprovar o seu Plano Diretor, existiam outros municípios com as mesmas intenções.

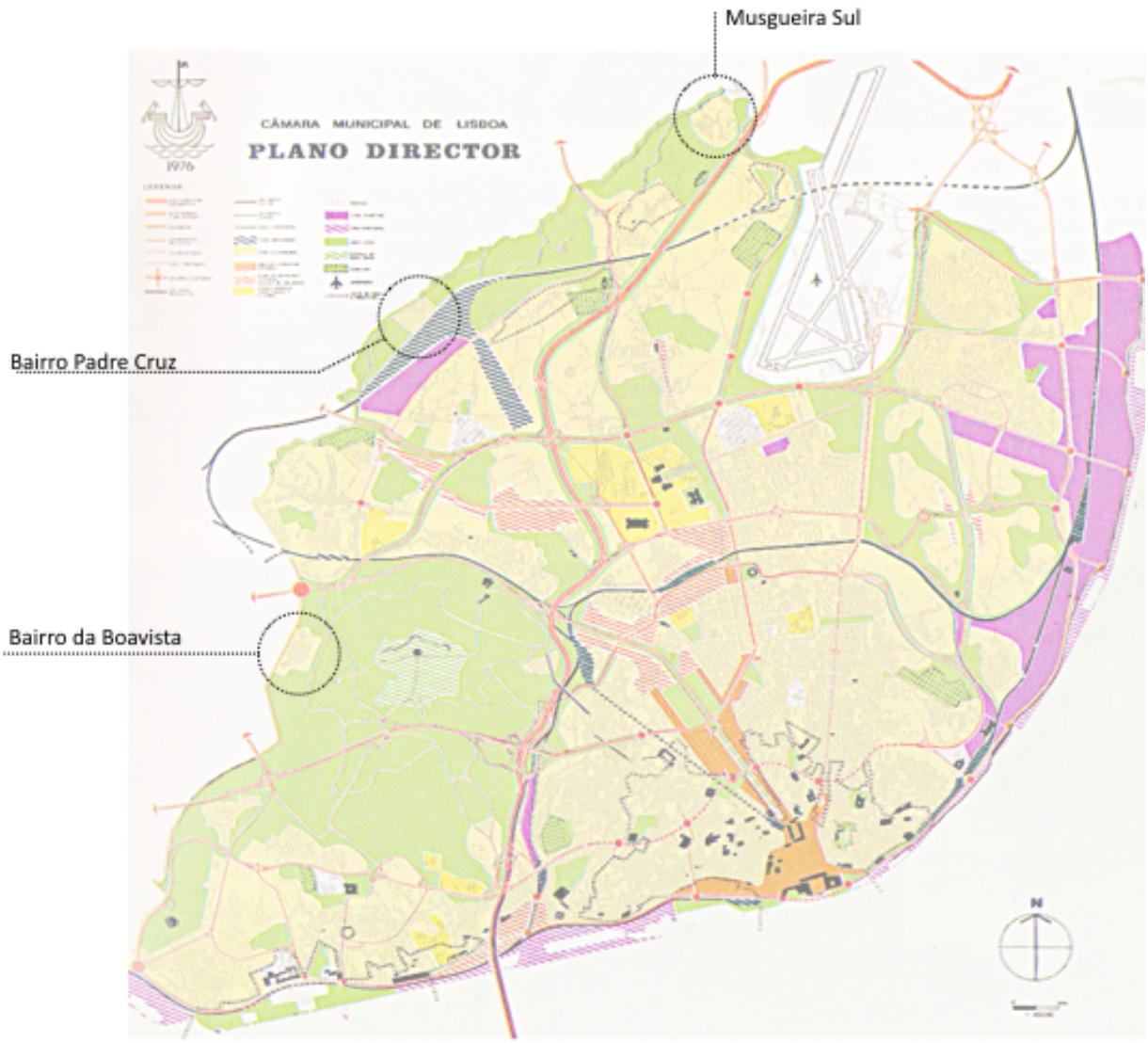


Figura 15 | PDUL66 aprovado em 1977.
Fonte: Arquivo da C.M. Lisboa

problema"; é como se estes bairros não existissem. A cidade monumental não quer reconhecer a cidade informal[89]. No Plano Diretor de 1976 esses bairros estão devidamente assinalados, como é possível verificar na Figura 15.

Em 31 de dezembro de 1971, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 613/71 é constituída a EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa. Esta empresa, dotada de uma autonomia financeira e administrativa, tinha como

[89] Embora os planos sejam praticamente idênticos, existem ligeiras diferenças a nível de representação gráfica. Na carta aprovada em 1977 (imagem da direita), já depois do 25 de abril de 1974, estão assinalados alguns bairros (de casas desmontáveis), como o Padre Cruz e o da Boavista que já existiam aquando da apresentação do PDUL em 66, para além de outros núcleos urbanos, como a Musgueira Sul, onde crescia o urbanismo informal.

principal objetivo a de auxiliar o município no estudo, desenvolvimento e execução de empreendimentos urbanísticos, para além de poder executar obras de renovação urbana (*Artigo 1º*). É extinta formalmente quarenta e um anos depois, em 28 de novembro de 2012[90], porque, segundo o presidente da edilidade, António Costa, a *"(...) função essencial para a criação da EPUL está esgotada, ou seja, a urbanização da Cidade (...)".*[91]

Não pondo em causa os motivos que levaram à sua extinção, de facto a EPUL, pelo trabalho desenvolvido em Lisboa, na construção de novos bairros, ao abrigo de Planos Especiais de Realojamento, no pós 25 de abril de 1974, ou de outras operações, como na área da regeneração urbana, ficou muito aquém daquilo que poderia ter sido enquanto Empresa Pública (EP), criada especificamente para o efeito. No Decreto-Lei n.º 613/71, lê-se no *Artigo 2º, ponto 2,* que *"(...) caso assim o governo, a Câmara Municipal de Lisboa e outros municípios interessados o entendessem, poderia estender a sua área de intervenção para outros concelhos limítrofes da área metropolitana (...)"*, contudo, a EPUL ateve-se ao território de Lisboa. Desta forma não é difícil perceber por que é que o problema da habitação se foi agravando.

2.4.5 Da cidade dos Planos à cidade dos Bairros
de 25 DE Abril DE 1974 a 2012

> *"1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.*
> *2. Para assegurar o direito à habitação, incube ao Estado:*
> *a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social (…)"*[92]

---

90 A CML aprova a extinção da EPUL em 5 de dezembro de 2012, com os votos favoráveis da maioria liderada pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, mas com os votos contra do PCP. A Assembleia Municipal de Lisboa retifica a extinção, em 28 de maio de 2013, mas é necessária a abstenção do PSD para a viabilização da proposta. Não existiu uma concordância em relação a este assunto, dos órgãos municipais.

91 SILVA, Graciosa; BANHA, Inês - Extição da EPUL anunciada por António Costa. **Diário de Noticias**. (20 de Novembro 2012).

92 Decreto de 10 de Abril de 1976 — Constituição da República Portuguesa, *Artigo 65.*

O 25 de abril de 1974 marca uma viragem do rumo na vida de todos os portugueses, não só porque chega ao fim uma ditadura de 48 anos, mas, fundamentalmente, porque permite aos cidadãos participar democraticamente nos destinos do país e da cidade. É um ponto de viragem que gerou grandes transformações urbanas na cidade de Lisboa, com reflexos diretos na qualidade de vida das pessoas, não só na habitação mas também em todas as outras infraestrutura, equipamentos e transportes.

A nova cidade vai-se sobrepondo, aprofundando-se as desigualdades entre a cidade monumental e a cidade informal, um pouco à imagem de Brasília, cujo planeamento urbano se baseou na exclusão de classes (MARIA MONTANER, 2009).

Esta morfotipologia de cidade é política e tecnicamente assumida. Joel Sant'Ana, arquiteto responsável pela chefia da Repartição de Planos Habitacionais e do Setor de Realojamento, desde 1961, escreveu o seguinte:

"Não queremos aqui discutir a eficácia dos métodos adoptados, nem tampouco é esta a sede própria para fazê-lo. Fomos criticados (e muitas foram as criticas), pois os tipos de intervenção e actuação então seguidos eram diferentes, se bem que correctíssimos, porque diferente era também a distribuição do produto final, executado segundo esquemas legalmente definidos e decorrentes, como se disse, da existência de um documento regulador. Daqui derivava toda uma gama tipológica e de categoria de edifícios a serem distribuídos por entidades que pagavam um produto que, depois de edificado, era entregue aos seus associados, localizados nos mais diversos extratos socio-económicos.

Um aparente "stato quo" parecia então encontrar-se estabelecido no tocante aos bairros clandestinos: os existentes, degradavam-se cada vez mais, com o consequente agravamento das condições sub-humanas de sobrevivência das suas populações e o aparecimento de barracas era controlado.

A data do 25 de Abril alterou este "establishment" e assistiu-se então a uma autentica invasão da cidade (...)"[93]

Esta inflexão de rumo político cria a oportunidade para uma outra mudança no que diz respeito à habitação. É, neste contexto, que o bairro se assume como elemento fulcral na estrutura urbana. A necessidade da resolução de um problema colectivo, como o da falta de habitação, por parte dos

[93] SANT´ANA, Joel - História de um grupo de trabalho. **Boletim GTH**. Vol. Vol. 6 nº 39/40 (1980), p.244-245.

moradores dos bairros pobres, das “Casas Desmontáveis”, leva-os a associarem-se e a reivindicarem, junto do poder local, o direito à habitação.

Quando se fala de bairros, não se pretende referir exclusivamente aos formais, mas também aos informais, os bairros de génese ilegal. Todos eles, devido às características específicas da sua população, foram desenvolvendo, ao longo dos tempos, formas culturais próprias, a partir de uma codificação simbólica de experiências de vida e de um meio de expressão localmente partilhado (COSTA, 1999). Assim as políticas urbanas que se seguirão terão como protagonista o Bairro na estrutura urbana da cidade.

Para além dos variados problemas herdados pelos novos governos, que se seguem à implantação da democracia, o problema da habitação é um dos mais complexos, em termos técnicos e financeiros. São poucos os municípios do país (provavelmente apenas Lisboa e Porto, numa primeira fase) que estão equipados com meios técnicos capazes de dar resposta urgente ao problema, no entanto, não têm capacidade financeira para o implementar.

A falta de habitação agrava-se ainda mais com a descolonização portuguesa, pelo retorno a Portugal de muitos milhares de portugueses. Só no distrito de Lisboa fixam-se cerca de 166.872 pessoas, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 1980), para além dos emigrantes africanos e outros que se instalam no país. Esta situação leva recrudescimento do número de bairros de génese ilegal, que se vão construindo nos limites físicos da cidade, fundamentalmente, em terrenos pertencentes ao exército, como os adjacentes à Estrada Militar e que afectam particularmente as freguesias de Benfica, Carnide, Lumiar e Ameixoeira. Agrava-se ainda mais o problema em outros bairros de barracas e provisórios do Estado Novo, como o da Boavista, Quinta da Calçada, Padre Cruz, Bairro da Horta Nova, Bairro do Relógio, Musgueira Norte, Musgueira Sul, entre outros que proliferam pela cidade[94].

Atendendo à urgência da situação, em 6 de agosto de 1974, é criado o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), integrado no Fundo de Fomento à Habitação (FFH), por despacho do Ministro da Administração Interna e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, o Arq.º Nuno Portas, na vigência do II Governo Provisório. Este serviço, constituído por equipas técnicas multidisciplinares (arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, e

94 As características específicas destes aglomerados urbanos, quer pela sua localização quer pela sua morfotipologia, permitiam o desenvolvimento de anexos (arquitetura parasita) que ia ocupando todo o terreno livre. As necessidades habitacionais eram tantas que cada vez que se realojava uma família, outra ocupava imediatamente o seu lugar.

outros), tem como principal objetivo o de apoiar, através das Câmaras Municipais, as iniciativas das populações mais carenciadas, tendo em vista o apoio à autoconstrução.

É um período muito fértil em termos de discussão e ação coletivas, onde o conceito de urbanismo imposto de cima para baixo, prepotente, sujeito à tirania do traço, muito ao gosto do movimento moderno[95], é substituído por uma outra corrente, a do "urbanismo participativo", que orientou os ideais dos *Team Ten*[96]*,* na década de sessenta, e que está, de certa forma, na origem das políticas de regeneração urbana. Os grupos SAAL ou brigadas SAAL, como também eram conhecidas, promovem a criação de grupos ou associações, junto dos residentes dos bairros, para, em colaboração, tentarem dar resposta aos problemas habitacionais.

Esta experiência inovadora, mas efémera, foi seguida com interesse por revistas internacionais da especialidade, devido ao experimentalismo urbano, que se estava a desenvolver em Portugal. Em 1976, a revista *l'Architecture d'Aujourd'hui (AA)* organiza uma mesa redonda, coordenada por Bernard Huet, na qual é discutido o processo SAAL— *Architectes, quel avenir?* (publicada no n.º185 (Mai-Jun 1976)[97]. Nesse evento, em que estiveram presentes os arquitetos Filipe Lopes, Gonçalo Byrne, Raúl Hestnes Ferreira, Manuel Vicente, Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas (PORTAS, 1979), discutiu-se a importância que este projeto teve na sociedade portuguesa, não só em termos urbanos, mas também em termos sociais. Para o arquiteto Filipe Lopes o *" (...) SAAL teve a grande vantagem de não vir responder a uma solicitação da população mas de a ter provocado. Ele foi o catalisador para uma organização popular face a uma administração herdada do fascismo (...)".*

---

95 A Carta de Atenas e os ideais do movimento moderno surgem associados aos ideais de Corbousier, refletidos no MODULOR — o homem tipo como base das necessidades humanas e universais. São definidas quatro funções: habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito. A cidade é projetada a régua e a esquadro, onde o património histórico e cultural não tem qualquer significado. Identificadas todas as necessidades do homem "moderno" é possível conceber uma cidade à sua imagem. A higiene, a organização espacial (zonamento) e a "ordem", em oposição à "desordem" da cidade tradicional são os elementos fundamentais na criação das novas cidades.

96 No Xº Congresso dos CIAM, realizado, em 1956, na cidade de Dubrovnik na antiga Jugoslávia. Aldo Van Eyck, George Candilis Jacob Bakema, Alison e Peter Smithson (*Team Ten*), entram em rutura com as ideias defendidas em congressos anteriores, pondo em causa os processos de pensamento arquitetónico. Este conflito que já se vinha agudizando nos últimos congressos, reflete-se no manifesto de Dorn (1954). A cidade estava em transformação, era necessário entender todas as comunidades como uma entidade particular restrita. A análise deve recair na estrutura humana e nas suas trocas e movimentos. Por outro lado, era necessário modificar velhos tecidos urbanos e edifícios tendo em conta uma nova realidade social. O urbanista deixou de ser um reformador social para se para se tornar num técnico do terreno Santiago (2007).

97 Esta entrevista foi publicada três anos mais tarde na revista *Cidade/Campo, n.º 2*, em maio de 1979

Em Lisboa, no período de 1974 a 1976, as brigadas dos SAAL intervieram nos seguintes locais: Quinta da Calçada, Quinta das Fonsecas, Quinta do Alto, Tarujo, Casal Ventoso, Sete Moinhos, Bairro da Liberdade, Curraleira, Embrechados, Bairro 14 de Junho, Bairro Associação 18 de Maio (Outurela) e Pedrouços (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2007).

Com o fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC), o país entra na "normalidade" e as brigadas SAAL acabam por se transformar num movimento quase autónomo e independente do poder político instituído, daí que haja a tentativa de controlar a sua ação. A extinção dos SAAL, em 27 de outubro de 1976, por Despacho Ministerial designado por "extinção do SAAL", acaba por pôr fim a um processo de extrema importância, pela sua conotação ideológica (ligada ao partido comunista português) e às correntes marxistas do urbanismo participativo, defendido por Manuel Castells (1972) e Henry Lefebvre (2010 [1968]).

O despacho de 27 de outubro considerou o seguinte:

"(...) algumas brigadas SAAL se desviaram, de forma evidente, do espírito do despacho que as mandava organizar, actuando à margem do Fundo Fomento de Habitação (FFH) e das próprias autarquias locais (...) às Câmaras Municipais não foi facultada a possibilidade do seu contributo, nem ao FFH foi solicitada a ajuda técnica conveniente para este tipo de operações, nem os terrenos se conseguiram com a celeridade que o processo impunha, nem o número de fogos construídos até esta data tem qualquer significado."[98].

O processo SAAL[99] foi uma das experiências mais importantes realizadas no país, em termos urbanos, com implicação direta na vida dos cidadãos. Durante o período de tempo em que foi implementado, cerca de dois anos, desenvolveu mais de 150 operações em todo o território nacional. Teve especial incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se encontravam os casos mais problemáticos e, quando foi extinto, apoiava a construção de 2.259 habitações. Os seus responsáveis previam, com base no trabalho desenvolvido, o início de mais 5.741 fogos até Março de 1977 (PEREIRA, 2014:29).

No período que se segue ao PREC e até à atualidade, há que considerar três momentos importantes na história urbana da cidade de Lisboa que irão alterar a sua morfotipologia, com impactos diretos na vida dos seus cidadãos e

98 Diário da República n.º 253, (I Série, Suplemento de 28-10-1976), p. 2460 (1-3)

99 Para informação complementar, consultar *VI Conselho Nacional do SAAL - Livro Branco do SAAL (1974-1976), FAUP,*

no seu desenvolvimento futuro, tanto na micro como na macroescala. São momentos distintos e bastante particulares, pelo tipo de intervenções levadas a efeito, mas que, de certa forma, se complementam, na produção de uma narrativa social e urbana que caracteriza a cidade atual. O primeiro momento e, provavelmente, um dos mais importantes, mas também mais controverso, inicia-se com a governação de Nuno Kruz Abecassis, entre 1979 e 1989, devido às grandes intervenções físicas e com a introdução de projetos que geraram na altura alguma polémica. O segundo abrange duas governações, a de Jorge Sampaio (1989-1995) e a de João Soares (1995-2002), e o terceiro, com a governação de António Costa, de 2007 ao presente[100].

"A CIDADE" DE KRUZ ABECASSIS (1979-1989)

Durante os dez anos em que geriu o município de Lisboa, com governos de coligação CDS/PPD (o primeiro mandato com maioria absoluta e o segundo com maioria relativa), exerceu uma governação predominantemente polémica, com decisões políticas que se prolongaram para além do seu mandato. As críticas vinham de todas as áreas e de quadrantes políticos diferentes. No entanto, Nuno Kruz Abecassis conseguiu sempre impor os seus pontos de vista, quer em termos urbanos, com intervenções no espaço público e no edificado da cidade, quer em termos socioculturais, na devolução simbólica da cidade aos seus cidadãos, com a reintrodução das Marchas Populares de Lisboa.

A cidade de Lisboa, em particular, e o país, em geral, beneficiam da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (1986) e dos fundos comunitários que são injetados na economia do país para a sua modernização. São anos de transição entre uma cidade oprimida, em termos urbanos, assente numa linguagem conservadora e o ressurgimento de uma outra cidade, neoliberal, baseada numa estratégia de desenvolvimento económico onde predominam novas tipologias de edifícios como os centros comerciais, os edifícios de escritórios, os hipermercados, os hotéis e o imobiliário de luxo (SISTI, 2009).

---

100 Não se dará grande ênfase à presidência do município entre 2004 e 2007, devido à existência de uma forte alternância governativa entre Santana Lopes (2004-2005), Carmona Rodrigues (2004;2005-2007) e Marina Ferreira (2007).

Algumas destas novas construções introduzem uma linguagem pós-moderna, iconografia e de rutura, como é o caso do Centro Comercial das Amoreiras do arquiteto Tomás Taveira, inaugurado em 1985, em Campo de Ourique. Este projeto marcou definitivamente a imagem da cidade e, rapidamente, se transformou num novo ícone ao abrir espaço para um outro tipo de narrativa urbana: fora de contexto para uns e muito oportuna para outros.

"As Amoreiras marcam uma rutura na vida de Lisboa (...) O centro comercial tem uma gestão profissional, já preocupada com o mix (...) Por outro lado, o complexo inclui, além do comércio, escritórios e habitação, algo também inovador para a época"[101].

Mas a polémica não foi só em torno desta obra, seguem-se outros projetos, localizados em bairros tradicionais da cidade, como é o caso da requalificação da Praça do Martim Moniz[102]. Na sequência do concurso público lançado pela EPUL em 1980, com o objetivo estratégico da regeneração urbana daquela zona da cidade, são apresentadas diversas propostas, das quais se destacam as dos arquitetos Tomás Taveira, Silva Dias e de José Lamas em colaboração com Carlos Duarte. A proposta vencedora é a de José Lamas que, segundo o autor, foi *"(...) adulterado logo de início e desfigurado antes de ser abandonado pela autarquia."*[103]

O projeto inicial previa que fosse assumida a morfologia tradicional e que o novo edificado mantivesse uma inter-relação dialética com a envolvente urbana. O plano organizava-se em função de três elementos estruturantes: a praça, uma avenida e um anel de circulação. A partir deles, desenvolver-se-iam todos os outros espaços urbanos, de entre os quais se destacava uma rua comercial coberta (LAMAS, 2000:471). No entanto, em vez de uma rua comercial, foram construídos dois centros comerciais: o Centro Comercial da Mouraria (1989) e o do Martim Moniz (1991). Apesar destas opções, José Lamas refere que este foi um momento importante da época pela inflexão dos conceitos sobre a forma urbana e o desenho da cidade.

---

101 Teresa Barata SALGUEIRO In, HENRIQUES, Ana; SOARES, Marisa - A polémica passou de moda, o shopping subiu de estatuto. **O Público**. (26 Outubro 2010).

102 Esta zona tinha sido demolida na década de 40, do século passado, para ser reconvertida, segundo o plano elaborado por Faria da Costa em 1943, mas, por falta de verbas, foi abandonado, tornando-se num espaço expectante, elemento charneira, entre duas "cidades distintas", a informal (árabe/medieval) e a formal (pombalina).

103 LAMAS, José - **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2000.

A “praça” do Martim Moniz era um dos espaços mais importantes da cidade devido ao comércio ambulante, mas também um dos mais degradados e dos mais decadentes. Comerciantes de várias nacionalidades, indianos, chineses, africanos e portugueses, vendiam os seus produtos em barracas que se acomodavam umas sobre as outras, sem quaisquer condições, uma autêntica feira ao ar livre, frequentada por uma diversidade de pessoas. Mas para que a intervenção se pudesse realizar, este espaço público “marginal” teria de ser desocupado.

Esta situação gerou um “braço de ferro”, não só entre os vendedores ambulantes e a edilidade, mas também da população local que se viu privada de uma das suas principais fontes de rendimento. Uma parte destes vendedores acabou por ocupar as galerias das novas zonas comerciais, mas os outros foram “acantonados” na Praça de Espanha, junto ao Instituto Português de Oncologia (IPO), num espaço reservado para o efeito. Segundo os vendedores ambulantes esta medida foi uma forma encontrada pela edilidade de os controlar, ou seja, de os agrupar numa só zona da cidade.

Houve outras intervenções, levadas a efeito no espaço público e no edificado, que marcaram negativamente a gestão de Kruz Abecassis e que foram objeto de várias críticas, por parte da opinião pública, em geral, e dos Arquitetos em particular. A demolição do cinema Monumental[104], em plena Praça Duque de Saldanha; a polémica intervenção no Chiado[105], mais especificamente na Rua do Carmo, e o fim anunciado do Teatro Eden[106] são alguns dos exemplos desta atitude liberal, “fora da lei”, como referiram alguns políticos da época. A Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP) criticava aquilo a que chamava de “construções clandestinas na cidade”, chegando a dar uma conferência de imprensa para denunciar esta situação e chamando à atenção para:

“A construção de um pavilhão para ginástica no Convento de São Francisco, junto à Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, as alterações introduzidas na

---

104 1º Cine-Teatro da Cidade de Lisboa, inaugurado em 1951, da autoria do arquiteto Raúl Rodrigues Lima. Demolido em 1984 para dar lugar ao Centro Comercial Monumental.

105 A intervenção levada a efeito reconverteu a Rua do Carmo (de circulação automóvel), numa rua exclusivamente pedonal. A polémica gerada não foi em torno da reconversão, mas do tipo de reconversão (colocação de floreiras, de bancos e de candeeiros ao longo de toda a sua extensão), pela forma como foi feita. O *Diário de Lisboa*, de 17 de outubro de 1986, comentava desta forma a intervenção *“ Rua do Carmo: uma intervenção polémica e um labirinto para os peões”.*

106 Projeto original do arquiteto Cassiano Branco, obra de referência da arquitetura modernista portuguesa da década de 30 do século passado, considerado imóvel de interesse público, foi desativado em 1989. Esta sala de espetáculos foi reconvertida numa unidade hoteleira, segundo projetos dos arquitetos Frederico Valssassina e George Pancreach, em 1995.

Rua do Carmo, sem a autorização do Instituto Português do Património Cultural, e que não foram acompanhadas por um Arquiteto e a construção da sede de um banco privado na Rua Augusta, em plena baixa Pombalina, com andares a mais (...)"[107]

No caso do Chiado, a controvérsia manteve-se por muitos anos, visto que, uma das críticas mais pertinentes, tinha a ver com o novo *layout* da Rua do Carmo e pelo constrangimento que criava à circulação de veículos prioritários. Mais tarde, aquando do Incêndio do Chiado, em agosto de 1988, esta preocupação veio a confirmar-se pelas consequências negativas que teve no combate às chamas, ao dificultar e impedir o acesso de viaturas dos bombeiros, na Rua do Carmo.

No entanto, para além de todo o pragmatismo em torno da sua gestão, a ação de Nuno Abecassis incide tanto na macroescala (escala urbana), como na microescala (escala de bairro) sem esquecer a sua dimensão social. É na sua gestão que são implementados os Planos de Reabilitação Urbana (PRU)[108], na sequência do qual são constituídos o Gabinete Local de Alfama e da Mouraria, em 1986[109]. Estas duas ações piloto serão as precursoras de outros Gabinetes Técnicos Locais (GTL), que se implementarão noutros bairros/núcleos históricos da cidade, nomeadamente, o do Bairro Alto/Bica[110], em 1988, e de outros, como o da Madragoa, o dos Olivais Velho, o de Carnide, o do Paço do Lumiar, o da Ameixoeira/Rua do Lumiar e o sector dos Pátios e Vilas, já na gestão do presidente Jorge Sampaio.

São unidades técnicas, constituídas por equipas multidisciplinares (Arquitetos, engenheiros, sociólogos, historiadores e assistentes sociais), um pouco à imagem das brigadas SAAL, que surgem na sequência do movimento social que se cria em torno do direito à habitação condigna e do sentido de pertença que os moradores dos bairros históricos de Alfama e da Mouraria manifestaram e que, pela sua "visibilidade", teve uma forte repercussão na Comunicação Social (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 1997).

---

107 Associação dos Arquitetos Portugueses In, RIBEIRO, Nuno - Câmara Municipal de Lisboa promove tolera e sanciona clandestinos. **Diário de Lisboa**. (17 de Outubro 1986).

108 Despacho Ministerial 4/SEUH/85 de 22 de janeiro.

109 Estes Gabinetes Técnicos Locais foram criados ao abrigo de legislação específica, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 794/76 de novembro *(Lei dos solos)*, que permitem classificá-las como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, nos termos do disposto nos *artigos 27º e 41º*. As áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística de Alfama e Mouraria são delimitadas, respectivamente, pelos Decretos Regulamentares n.º 60/86, de 31 de outubro e 61/86, de 3 de novembro.

110 O Decreto Regulamentar 32/91 de 6 de Junho amplia a sua área de intervenção.

Os Gabinetes Técnicos Locais revelaram-se peças fundamentais na reabilitação e regeneração urbana, pelo conhecimento físico e social do território onde estavam inseridos (COSTA, 1996). São interlocutores e atores ao mesmo tempo, apresentando soluções e criando sinergias entre a comunidade local, as suas coletividades e os parceiros em geral (promotores e investidores).

Foi ainda no segundo mandato de Abecassis que se iniciou o plano de recuperação do Chiado, após o incêndio, tendo sido convidado o Arquiteto Siza Vieira para proceder à sua coordenação. Em 1984, na qualidade de presidente da edilidade, assina um protocolo com um grupo privado, a SGAL — Sociedade de Gestão do Alto do Lumiar, Sa., na sequência do concurso público internacional, para a elaboração e construção do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar (PUAL). Esta parceria público-privada pretendia implementar uma nova experiência urbana, de realojamento e de edifícios para venda, como forma integrada de resolver o problema da habitação, uma espécie de *social mixing*. Porém, este plano só viria a ser aprovado definitivamente pela Assembleia Municipal a 16 de julho de 1997, e rectificado pelo Governo a 24 de setembro de 1998, em reunião de Conselho de Ministros — Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/98, publicado no Diário de República de 27/10/98[111].

Em 1988, firma um acordo político com o Partido Socialista, na pessoa de Vasco Franco[112], para erradicação das cerca de 20.000 barracas, ao abrigo dos Programas de Intervenção a Médio Prazo (PIMP)[113], assinado, em 11 de junho 1987, com a Secretaria de Estado da Construção e da Habitação, como forma de resolver o problema do alojamento precário, que afeta especialmente a cidade de Lisboa, como é reconhecido no documento assinado. Nesta situação, encontravam-se também muitos bairros municipais, os denominados "Provisórios do Estado Novo".

Este acordo foi de particular importância por marcar o início de uma nova fase política da governação da Câmara Municipal de Lisboa. Nesta tentativa de

---

111 http://sgal.altadelisboa.com/altadelisboa/sgal/, sitio acedido em 14.02.2015 às 11h35m

112 Eleito vereador pelo PS em 1982, responsável pelo pelouro da habitação, manifestou ao presidente Abecassis o seu desagrado perante a situação que se vivia: *" (...) Considerando absolutamente inadmissível que a capital do país continuasse a albergar milhares de famílias em alojamentos precários e bairros de barracas defendi em 1985 através de documento subscrito com o então Presidente da Câmara que a CML reclamasse do Governo a assinatura de um protocolo de financiamento para a construção da habitação destinada à erradicação de barracas"*. In, COSTA, Isabel Dias; SUBTIL, Manuel Jorge - **Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização**. Lisboa: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2013. *p.6*

113 Decreto-Lei n.º 366/85 de 11 de setembro e Decreto-Lei n.º266/87 de 6 de junho.

acabar com a "habitação informal", Vasco Franco terá um papel preponderante, enquanto Vice-Presidente do Município e responsável pelo Pelouro da Habitação, nas governações seguintes, acabando com um problema que afetou a cidade de Lisboa durante mais de um século. Este vereador reconhece a importância da governação de Abecassis na resolução deste problema, ao referir, uma década depois, que *"Embora todos estes bairros tenham sido demolidos na década de 90, é preciso dizer que o primeiro sinal foi dado ainda no tempo do Engº Nuno Abecassis. Foi nesse período que se verificou a demolição de grande parte do Bairro das Furnas e foi ele que realojou as primeiras famílias da Boavista e do Relógio."*[114]

A CIDADE DA NOVA ESTRATÉGIA URBANA (1990-2002)

> *"(…) no início da década de 90, a Câmara Municipal eleita teve de "começar do zero" na área da Administração Urbanística. Não dispunha de planos atualizados, não existiam estudos sistemáticos sobre a cidade e sobre os problemas urbanos, as estruturas técnicas estavam envelhecidas e desfalcadas de técnicos qualificados, os equipamentos e meios de trabalho eram antiquados ou inexistentes, e a administração urbanística estava publicamente desacreditada."*[115]

A eleição de Jorge Sampaio para Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 17 de dezembro de 1989, representa uma viragem política na governação da autarquia. O município de Lisboa passa a ser governado por uma coligação de esquerda, contrariamente ao sucedido na governação anterior. A política exercida por Jorge Sampaio foi a antítese da seguida pelo seu antecessor, muito mais discreta e focalizada na organização e restruturação técnica e administrativa do município. Sampaio foi um presidente que privilegiou o diálogo em detrimento do confronto e que lançou as bases para uma nova forma de gestão urbana, mais dinâmica e participativa. Para a coligação de esquerda era necessário dar uma nova orientação política à

---

114 Vasco Franco, In GEBALIS - **Lisboa o outro Bairro: Os provisórios do Estado Novo**. Lisboa: Cidades & Municípios Editora, Lda, 1999. p.5

115 SOARES, Luís Filipe - Lisboa — As Bases do Novo Planeamento da Cidade (1990-1994). **Finisterra**. Vol. XXIX, n.º 57 (1994), p.147-156.

cidade e à administração urbanística central (SOARES, 1994:148), aproximando-a dos cidadãos e dos agentes económicos.

É importante referir que, desde a aprovação do PDUL de 1977, que a cidade de Lisboa não tinha nenhum instrumento de gestão que se adequasse à nova realidade urbana. Se se considerar que o PDUL-77 fora concebido vinte anos antes (PDUL-66), e que a sua revisão se iniciou, logo a seguir à publicação do PDUL de 1959, concluir-se-á que o município esteve a ser gerido com base num documento concebido trinta anos antes, numa outra realidade política e socioeconómica. Havia necessidade, portanto, de criar novos instrumentos de gestão urbana que possibilitassem a implementação de novas políticas, que permitissem reabilitar a cidade e inverter o ciclo em que se encontrava (a cidade perdera 18% da população numa década), nomeadamente, na estabilização do tecido urbano consolidado, com a revalorização da função habitacional, no enquadramento do terciário e das atividades económicas como elementos estruturantes (SOARES, 1994:149).

A nova estratégia de desenvolvimento proposto para a cidade de Lisboa assentava na realização simultânea de três tipos de planos: o Plano Estratégico de Lisboa (PEL), o Plano Diretor Municipal (PDM) e Planos e Projetos Prioritários (PPP). O primeiro PEL ficou concluído e foi aprovado pela edilidade em junho de 1992, e o segundo ficou pronto em setembro de 1993 e aprovado em 1994. Simultaneamente, realizaram-se 22 planos de pormenor, considerados prioritários para a cidade (SOARES, 1994:149). Este novo modelo de gestão urbana levou a criar uma nova estrutura técnica, diretamente dependente da presidência, a Direção de Planeamento Estratégico (DPE).

Paralelamente, foi dada continuidade à implementação das políticas de habitação social, que vinham da governação anterior, com a construção de novos bairros, ao abrigo dos programas PIMP. Este plano, que era dirigido exclusivamente para a cidade de Lisboa, devido à "(...) dimensão do problema habitacional do concelho (...)"[116], mostra-se insuficiente. É importante referir que, independentemente do apoio financeiro que a autarquia recebia por parte do governo por cada fogo construído, a aquisição de terrenos para a sua construção (só alguns, uma vez que a maioria era camarária), bem como as despesas de urbanização eram por si suportadas.

Vasco Franco, na qualidade de Vereador do Pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa afirma que *"(...) perante a manifesta insuficiência*

116 In, "Protocolo de Acordo do Plano de Intervenção a Médio Prazo", assinado em 11 de junho de 1986, entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Secretaria de Estado da Construção e da Habitação.

do PIMP para afastar definitivamente da cidade a chaga social que as barracas representam, começamos a reclamar do Governo um novo programa, considerando que apenas um investimento público significativo (...) poderia permitir o acesso dos mais desfavorecidos à habitação. (...) Só em meados de 1993 o Ministério das Obras Publicas resolveu apresentar o Programa Especial de Realojamento - PER .” [117]

Total de famílias/alojamentos recenseados

Programa	Alojamentos Registados na base de dados	Agregados Registados na base de dados
PER 1993	10.030	11.129
PER Pós 1993	12.763*	13.596*
PIMP inicial 1987	9.698*	9.698*
PIMP 1994 (por realojar)	**4.054***	**4.272***
SPR	1.768	1.843
TOTAL	**18.416****	**19.711****

** o total de alojamentos e de agregados resulta da soma dos valores assinalados com * ou seja não inclui os dados do PER inicial e do PIMP inicial, importando referir o global de agregados e de alojamentos recenseados e registados nas BD(s).

Tabela I | PIMP/PER — Total de famílias/alojamentos recenseados

Fonte: COSTA, Isabel Dias; SUBTIL, Manuel Jorge - Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização. Lisboa: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2013.

Perante a pressão política exercida pelos dois maiores municípios do país, Lisboa e Porto, bem como pela opinião pública em geral, o governo aprova o Decreto-Lei 163/93 de 7 de maio. Este documento cria o Programa Especial de Realojamento nas áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, com o objetivo de erradicar as barracas existentes. O Estado concede financiamentos bonificados, até 50% do valor total do investimento, para a aquisição e urbanização de terrenos, bem como para a construção de habitação a custos controlados. O financiamento seria assegurado pelo Instituto Nacional de Habitação (INH) e pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPH), em partes iguais.

É um programa que se distingue do anterior pela sua abrangência e conceção. Podiam concorrer a este programa, para além dos municípios, as

[117] Vasco Franco citado por COSTA

cooperativas de habitação[118]. Contrariamente ao anterior, não tinha como objetivo o do realojamento, mas a promoção de habitação social para residência permanente ou arrendamento. Na Tabela I é possível quantificar o número total de fogos construídos pelo município de Lisboa, ao abrigo dos dois programas de realojamento e na Figura 16, a sua distribuição pelo território.

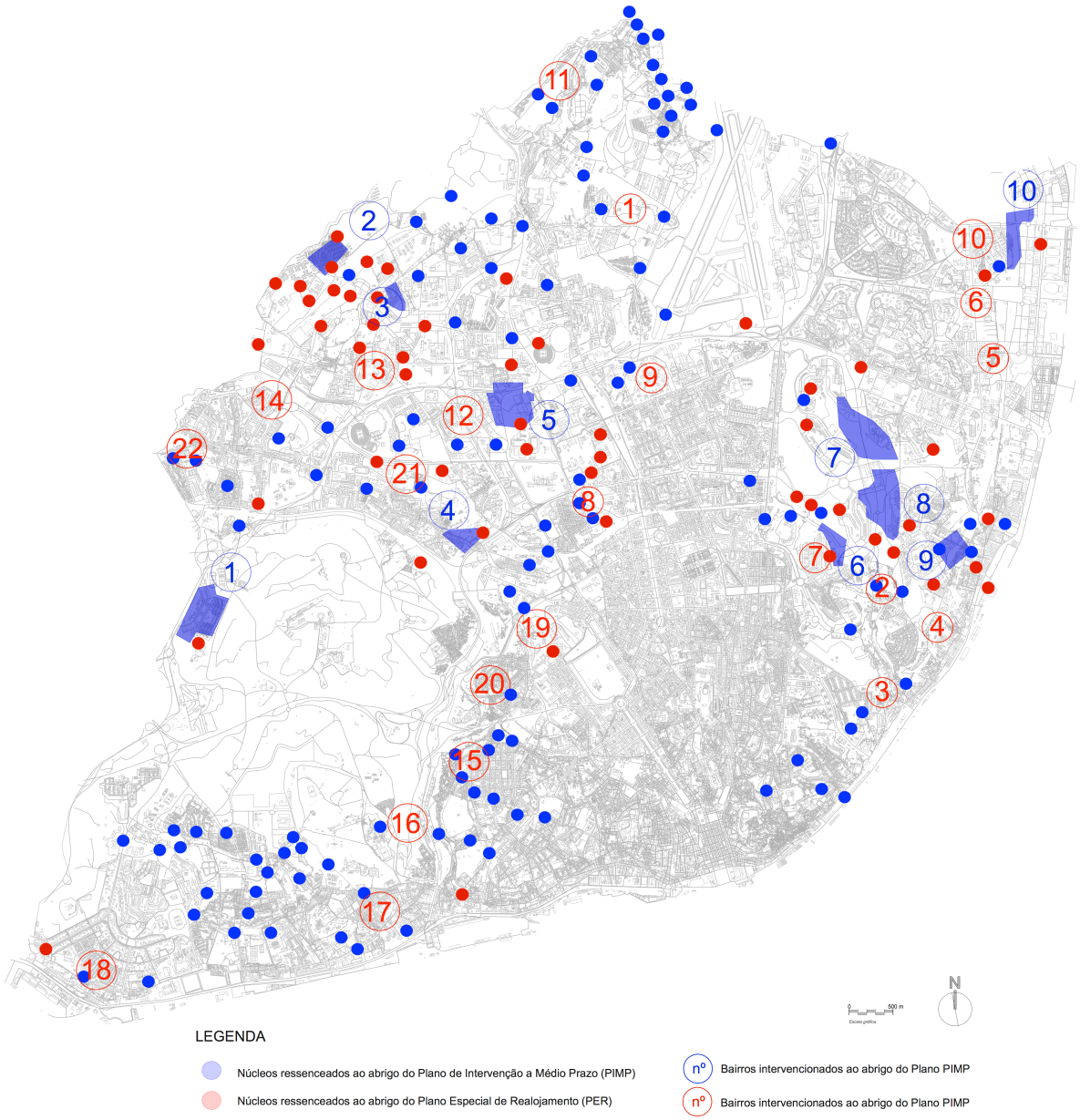


Figura 16 | Carta dos PIMP/PER

Fonte: Adaptado de CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Revista n.º 1 do Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional, 1997

[118] Em 15 de novembro de 1993, a Câmara Municipal de Lisboa concorre ao programa, em carta enviada pelo então presidente Jorge Sampaio ao seu homólogo do INH, o Engº. Carlos Botelho.

Percebe-se, pela sua abrangência, que estas operações urbanas tiveram um grande impacto na morfotipologia da cidade.

A governação de João Soares (1995-2002) dá continuidade às políticas definidas pelo seu antecessor, aproveitando toda uma estrutura organizacional que por ele foi implementada, nomeadamente com a aprovação do PDM em 1994. É durante a sua gestão que se iniciam grandes projetos urbanos, como a "Alta de Lisboa" e o "Parque das Nações", bem como o prolongamento da rede do metropolitano e a construção de novas avenidas e viadutos, mas o seu grande objetivo é o da erradicação das barracas que afetava uma grande parte do território da cidade — *"Fruto do esforço e empenho numa política concertada de demolições e de construção de novas habitações, assumimos o compromisso de acabar com as barracas até final deste mandato, numa lógica de realojamento em habitação social condigna (...)".* [119]

UMA NOVA "CULTURA" DE CIDADE (2007-2012)

> *"Cada zona da cidade tem características próprias. Tem uma cultura, tem uma história, tem uma identidade e isso deve ser valorizado. Não queremos uma Lisboa toda igual e homogénea. Pode haver o tal bairrismo que pode ter componentes mais agressivos e individualistas, mas também tem componentes positivos, uma certa competição, um certo brio, porque é disso que se trata: das pessoas se identificarem e terem orgulho no seu bairro. A partir do momento em que uma comunidade tem orgulho no seu bairro, o bairro está salvo."*[120]

Se é verdade, que até final da década de noventa do século passado, se assistiu à expansão e consolidação do tecido urbano, não só pela construção de novos bairros ao abrigo das políticas anteriormente referidas, mas também de outros empreendimentos, fruto do crescimento acelerado do mercado imobiliário, que se tornou num dos setores mais influentes da economia nacional (GUERRA, 2011), promovendo um outro tipo de mercado que não o da habitação social, não é menos verdade que esta realidade também criou situações contrastantes, como foi aludido no Capítulo 1.

---

119 João Soares, In GEBALIS, p.3

120 Helena Roseta, entrevista realizada por Fátima Freitas no Centro Cultural de Carnide, em outubro de 2010

Acresce que a facilidade de acesso ao crédito para a aquisição de habitação própria, com taxas de juros acessíveis, bem como a dinâmica do sector da construção civil, criou um parque habitacional excedentário (GUERRA, 2011), que inviabilizou, em parte, o mercado da reabilitação urbana. Embora tenha existido, por parte dos diversos governos, um esforço na produção de legislação específica na área[121], têm-se verificado insuficientes para deter a degradação progressiva do património edificado (VILAÇA, 2001).

Quando António Costa assumiu a presidência do município, em dezembro de 2007, encontrou uma autarquia endividada, com graves problemas urbanos e sociais, com destaque para a degradação física de vários bairros municipais sobre a gestão da GEBALIS, bem como de outras zonas da cidade, e um aumento da pobreza e da exclusão social, nesses mesmos espaços. A tudo isto não era alheia a crise socioeconómica que o país atravessava.

A este propósito, Costa manifestou, na altura, que o *"(...) caos em que Lisboa caiu resolve-se com mais "Rigor", não é preciso mais dinheiro, mas uma melhor gestão (...)"*.[122] Daí que a política governativa implementada se focalize em três vectores fundamentais: i) a reorganização técnica e administrativa, ii) o saneamento financeiro e iii) a transformação de Lisboa numa cidade mais atrativa, socialmente equilibrada, inclusiva, inovadora e virada para o mundo, capaz de competir com as suas congéneres europeias e mundiais, ou seja, uma cidade preparada para o futuro (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2009). Também Oriol Nel (1999) considera que *"(...) para aquel que quiere intervenir en la gestión de los asuntos urbanos el futuro no es sólo un ejercicio estimulante, sino una obligación".*[123] A Figura 17 mostra os eixos de actuação fundamentais que estruturam a Visão Estratégica do Município de Lisboa, um dos quais é "Lisboa Cidade de Bairros".

Nesse sentido, o acordo que fez com a Arq.ª Helena Roseta[124], em 8 de setembro de 2008, foi importante, porque a arquiteta fica com a coordenação do Programa Local de Habitação (PLH), em colaboração com os pelouros do Urbanismo e do Património. Importa referir que o PLH está na origem dos programas BIP/ZIP.

Estes programas são um instrumento político de gestão pública municipal que têm como objetivo a regeneração de bairros e de zonas degradadas da

---

121 Desde 1976, foram criados vários programas: PRID, RECRIA, REHABITA, RECRIP e o SOLARH

122 In, http://jornalpraceta.no.sapo.pt/jpEleicoes2007Programas.html sitio acedido em 16.02.2015

123 NEL, ORIOL - Reflexiones sobre futuro de la ciudad. **La ciutat sostenible, "Urbanitats", 9**. (1999).

124 Concorreu à presidência do município pela lista "Cidadãos por Lisboa"



Figura 17 | Strategic Vision for Lisbon 2012
Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Arqº Manuel Salgado 12 Fev. 2008

cidade, dinamizando a sociedade local para esse fim, nomeadamente, juntas de freguesia, associações locais, coletividades e organizações não governamentais, incluindo a população em geral, ou seja, o programa pretende fomentar a cidadania ativa, na procura de uma solução negociada para a cidade, em termos urbanos (BOURDIN, 2011).

Ao abrigo destes programas, são criados os Gabinetes de Apoio aos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritários (GABIP). Estas estruturas locais têm como objetivo a promoção, o envolvimento e uma articulação efetiva de todas as partes interessadas, públicas e privadas —*stakeholders* — incluindo a população residente, na recuperação destes bairros e zonas degradadas. O primeiro GABIP a ser constituído foi o do Bairro Padre Cruz, em 2010, pelo *despacho 118/P/2010*, publicado no Boletim Municipal n.º 844, de 22 de abril, cujo modelo de implementação e estrutura organizacional se apresenta.

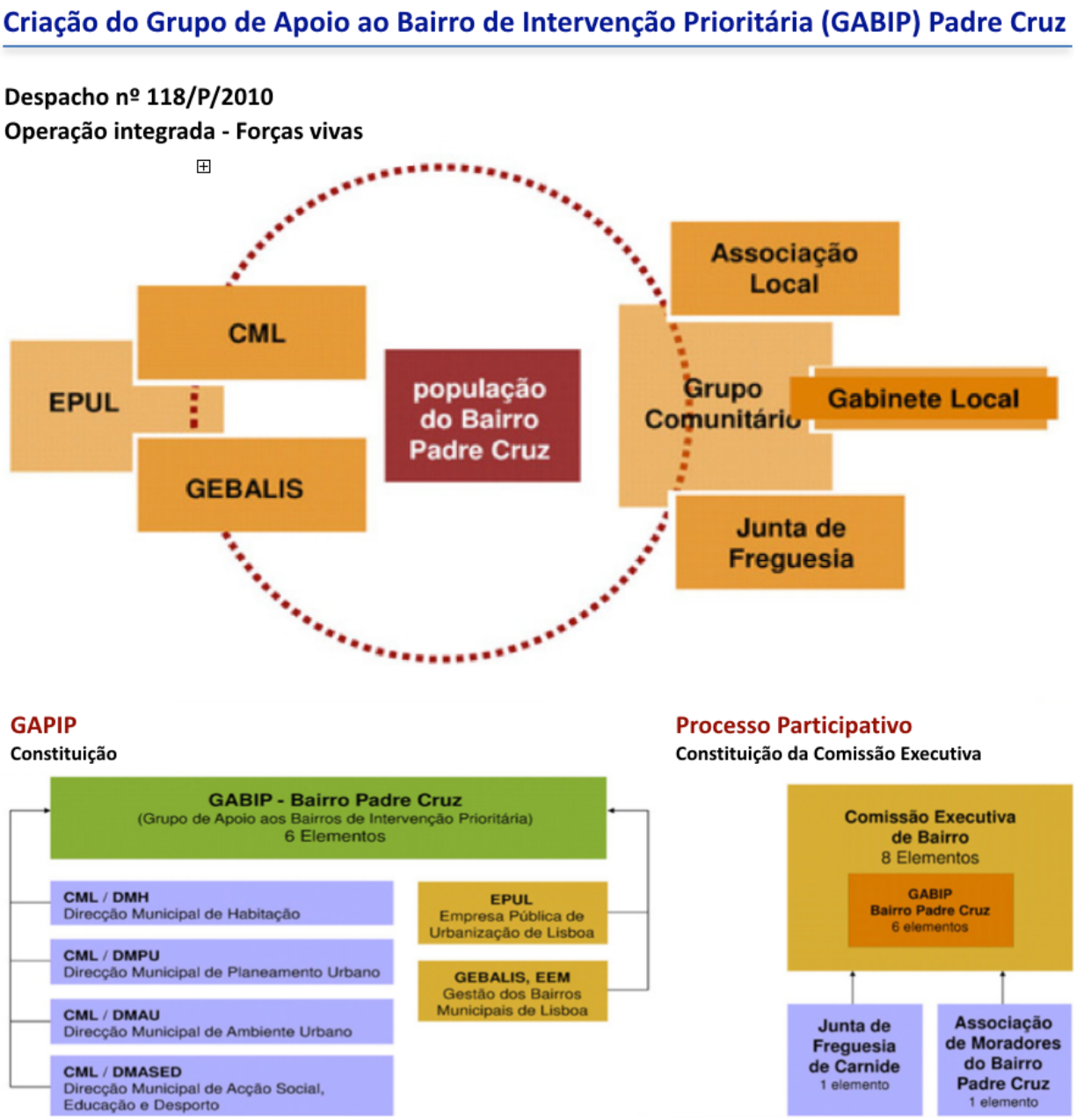


Figura 18 | Estrutura orgânica do GABIP Bairro Padre Cruz

Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/municipio/projetos-cofinanciados/bairro-padre-cruz/gabip, (sitio acedido em 17.02.2015)

Esta forma racional de intervir na cidade, mais humanizada, numa relação dinâmica entre estrutura física e social, que Helena Roseta põe em prática, tem como inspiração o trabalho desenvolvido por Jaime Lerner, em Curitiba, enquanto perfeito da cidade. Estamos perante intervenções rápidas e cirúrgicas no tecido urbano enquanto forma eficaz de resolver os problemas. O conceito de Acupuntura Urbana (LERNER, 2003), associado a outros conceitos como o do planeamento participativo insere-se no contexto de promoção uma

sociedade mais democrata e participativa (HEALEY, 1992), refundada no sentido de comunidade de bairro como doutrina de planeamento (TALEN, 1999), sintetizam as políticas urbanas desta equipa governativa de António Costa.

2.4.6 Síntese conclusiva

O desenvolvimento urbano da cidade de Lisboa, em finais do século XX, surge obviamente como consequência das sucessivas operações de loteamento, praticadas por diferentes governos inspirados por correntes ideológicas diversas e que sustentaram tais políticas, cujos resultados estão plasmados na imagem da cidade atual.

Estas são ações levadas a efeito de forma reactiva, com soluções avulsas (VILAÇA, 2001), como atesta a quantidade de legislação produzida, para tentar resolver problemas pontuais. Como refere Vasco Franco, *"(...) invariavelmente, os ciclos de grande intervenção da Câmara Municipal de Lisboa em matéria de habitação foram determinados por medidas de natureza excepcional, no plano político e no plano legislativo. Foi assim no período da ditadura, em que legislação especial estabeleceu a criação do Gabinete Técnico de Habitação e, mais tarde, da EPUL; foi assim no período revolucionário após o 25 de Abril, com o programa SAAL; foi assim mais recentemente, com a adopção dos programas PIMP e PER, para erradicação de barracas (...) e 1994, (...)".*[125]

Na viragem de século, percebe-se, pelas políticas de gestão urbana que estão a ser implementadas, que se pretende uma abordagem diferente na gestão física e social da cidade. A tentativa de encontrar soluções negociadas e não impostas, como até então, tendem a envolver, para além dos políticos e dos técnicos, os cidadãos e as diferentes organizações públicas e privadas que operam a nível de bairro, como estruturas basilares de todo o processo. Contudo, mais uma vez, está a agir-se reativamente, já que foi necessário chegar a uma situação de rutura, para que se começasse a implementar esta nova forma de gestão: a de entender a cidade na sua diversidade em que a *unidade de bairro* se assume como entidade estruturante em todo o processo — *"O desenho, por si só, será com certeza suficiente para provocar mudança*

[125] Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional, Boletim n.º1, Lisboa, 1997

social, mas comprovadamente a forma física dos lugares inibe determinadas atividades enquanto favorece outras".[126]

Esta mudança de paradigma que se verifica, ao nível do poder político, poderá ter virtualidades acrescidas, constituindo mais uma oportunidade para que os técnicos possam repensar a cidade atual, na qual o desenho urbano não se assuma tanto como causa, mas como consequência de todo um processo de planeamento da cidade contemporânea.

[126] BALULA, Luís - Dialéticas Espaciais na Cidade Contemporânea: o poder integrador do desenho urbano. **Cidades, Comunidades e Territórios**. Vol. 15 (2007), p.55-62. p.61

CAPÍTULO 3

A CIDADE PROVISÓRIA : a reinvenção da Cidade a partir do Bairro

> *"La ciudad es el nacimiento de la historia, el olvido del olvido, el espacio que contiene el tiempo, la espera con esperanza. Con la ciudad nace la historia, la historia como hazaña de la libertad (...) Una ciudad que se conquista coletiva e individualmente frente a los que se apropian privadamente de la ciudad o de sus zonas principales (…)".*[127]

Este capítulo procura fazer a transição entre a problemática teórica e a parte empírica desta investigação, relacionando o lugar e a memória do lugar como elementos geradores de identidade, e o tempo como consolidante de todo o processo.

Pretende-se salientar a importância das escalas de observação no estudo da cidade e reforçar o seu sentido provisório, em constante transformação, em que o bairro surge como a sua reserva física e mental. A cidade de Leonardo Benévolo (1998) é aquela em que a forma corresponde à organização social e as suas características e singularidades só podem ser conhecidas pela vivência diária, habitando-a, em vez de serem reconstruídas num estirador.

Um dos objetivos deste trabalho é relacionar a morfotipologia da cidade com o sentido de identidade e realçar a importância do lugar na consolidação da memória coletiva, em que tempo surge associado a diferentes escalas de observação (SECCHI, 2009), logo, é necessária uma visão abrangente e multidisciplinar do espaço urbano, quer na sua dimensão física quer social. O território surge assim como peça fundamental de todo o processo, pois a sua análise possibilita uma leitura, embora relativa, da história urbana da cidade, permitindo perceber a sua evolução e dessa forma atuar em conformidade.

[127] In, BORJA, JORDI - **La Ciudad Conquitada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003. p. 26

3.1 O Território como Narrativa

"As formas da cidade, a sua função real e as ideias e valores que as pessoas lhes atribuem contituem um fenómeno único. Como tal a história da forma da cidade não pode ser descrita apenas através da descoberta da difusão do padrão das ruas se em grelha se retangular. Deve-se descobrir — por dedução, se não houver melhores fontes — porque razão as pessoas criaram as formas que criara (...)".[128]

O território, como o conhecemos hoje, é o resultado acumulado das sucessivas transformações a que tem estado sujeito ao longo dos séculos. Umas ocorrem por ação da natureza e outras pela intervenção direta do homem. É o livro sobre o qual se reinscreve a história da cidade, o palimpsesto (CORBOZ, 1983).

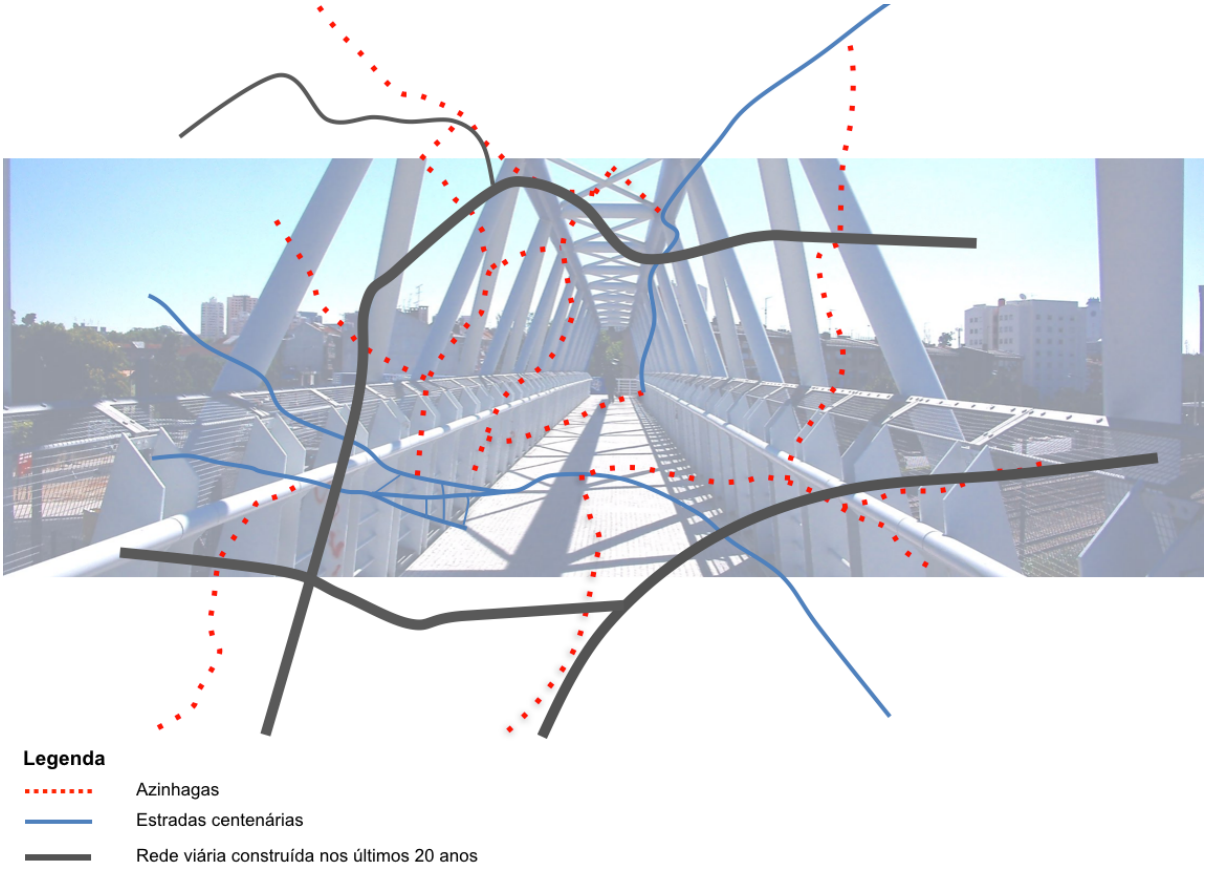


Figura 19 | O Território: a ponte entre o passado e o futuro
Fonte: Elaboração própria (2010)

[128] LYNCH, Kevin - **A Boa Forma da Cidade**, Lisboa, Edições 70, 2007 [1981], p.39

A Figura 19 representa simbolicamente a cidade de hoje, que se foi construindo, assente nos antigos caminhos (linhas a azul) e nas velhas azinhagas (linhas ponteadas a vermelho), que foram moldando o território, as suas gentes e a sua história. A ponte significa o elo de ligação, entre o passado e o presente, alicerçado numa memória coletiva que é a memória da cidade e que nos caracteriza enquanto cidadãos, reforçando o nosso sentido de identidade. .

A cidade é intensa, é densa, mas não contínua. Tem uma história e uma narrativa que foram passando de geração em geração, narradas pelo seu património físico e social, visíveis quando a percorremos a pé, de lés-a-lés, com um olhar atento como se de um “peddy-paper" se tratasse[129].

As publicações de Carlos Gil (1998) e de José Cardoso Pires (1997) são particularmente interessantes porque se complementam. O registo fotográfico de toda a cidade, a partir de um voo de balão, a baixa altitude, mostra o quanto a cidade é dispersa, antagónica, e das "pequenas cidades”, ou bairros, que a constituem na sua globalidade. Das suas formas, das suas cores e das vivências sociais que estes ambientes urbanos permitem ou proporcionam e que se potenciam pela sua singularidade. Cardoso Pires fala-nos da cidade real: *”Esta Lisboa é a que tanto quanto possível foge ao roteiro turístico (...)”*[130], da cidade que se relaciona entre si *"O que me interessou foi chamar a articulação das faces de Lisboa: uns azulejos que se reflectem nas calçadas, as calçadas que entram no metropolitano (...)”*[131], em suma, da cidade de todos nós.

Não menos interessantes são as obras de Eça de Queirós (1888), de Norberto Araújo (1940) e de Fernando Pessoa (1992 [1925])[132]. A primeira faz-nos retroceder no tempo, até finais do século XIX, e viver, através do romance o fascínio da Lisboa antiga e dos seus arredores[133]: das suas quintas, dos seus palacetes e das "novas centralidades" que a cidade incorporava enquanto

---

129 Deambulando pela literatura de Eça de Queirós (1888) em Os Maias, de Fernando Pessoa (1992 [1925]) em *What the tourist should see*, de Norberto de Araújo (1940) em *Peregrinações a Lisboa*, de José Cardoso Pires (1997) no *Livro de Bordo* e mais recentemente Carlos Gil (1998) com *Lisboa em voo de balão*, de entre muitos outros que retratam a “(…) sua Lisboa (…)“, descrevendo-a como ninguém através da escrita ou da fotografia.

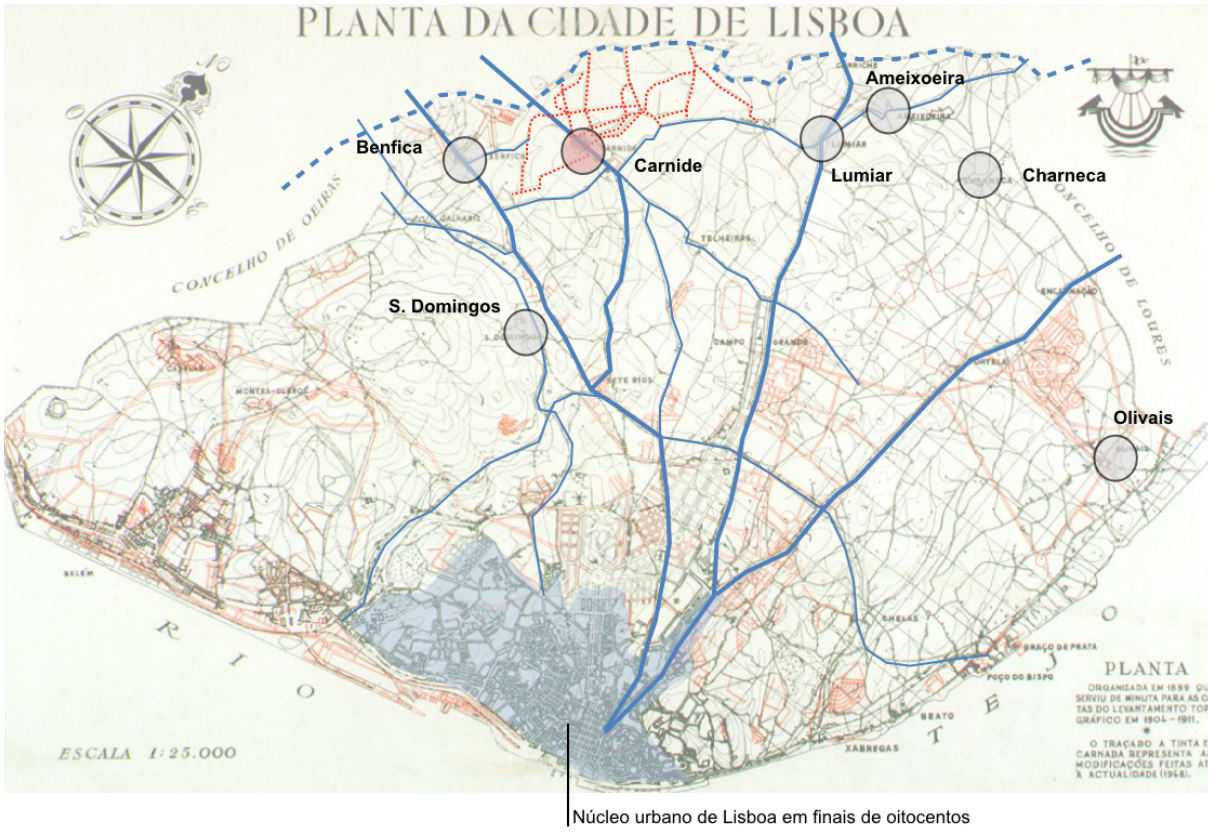
130 SILVA, Rodrigues da, "Lisboa Em Livros. Cidade, minha cúmplice. In, **Jornal de Letras**, Lisboa 19 de novembro, 1997

131 Idem

132 Este guia, publicado em edição bilingue pelos Livros Horizonte em 1992, pensa-se que foi escrito por volta de 1925 e fazia parte de um amplo projeto de publicações a editar.

133 Faziam parte dos arredores de Lisboa, as aldeias de Carnide, Benfica, Ameixoeira e Olivais, entre outras, hoje freguesias importantes da cidade.

cidade cosmopolita, como era o caso do passeio público e do hipódromo do Campo Grande. As obras de Norberto Araújo (1940) e de Fernando Pessoa (1992 [1925]), por seu lado, incidem essencialmente sobre os percursos históricos que a cidade monumental proporciona, desprezando de certa forma a outra Lisboa, a Lisboa dos arredores, mas não menos rica. Foi a partir deste antagonismo de visões que se foi construindo a cidade.



Carta de 1899 que serviu de base ao levantamento topográfico realizado entre 1904 e 1911. O traçado a tinta encarnada representa a expansão urbana em 1948.

Legenda

Caso de estudo
Núcleos rurais/freguesias
Azinhagas
Vias centenárias
Vias centenárias estruturantes
Estrada Militar

Figura 20 | A cidade e o território
Fonte: Arquivo Municipal da C.M.L, elaboração própria (2010)

Lisboa é uma cidade com mais de três mil anos de existência[134], tendo sido sujeita a várias ocupações territoriais, fundamentalmente a romana e a árabe, que estão na origem de núcleos rurais importantes, como a Buraca, São

[134] PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. Vol. 8, n.º número 2 (2005), p.313-334.

Domingos de Benfica, Benfica, Carnide, Paço do Lumiar, Telheiras e Ameixoeira. Os vestígios dessa ocupação refletem-se na língua, na toponímia, nos traçados e aglomerados urbanos, nas antigas azinhagas[135], nos edifícios históricos, nas festividades e em muitas outras atividades, de entre as quais se destaca a olaria. A evolução urbana da cidade e a consequente transformação territorial foram destruindo muitas destas referências.

A Figura 20 representa a planta da cidade de Lisboa em 1899, o traçado a sépia a expansão urbana até 1943 e as linhas azuis os antigos caminhos de interligação entre a cidade (círculo azul) e os antigos núcleos rurais (círculos mais pequenos) que são hoje freguesias importantes: as "Freguesias do termo de Lisboa" (NICOLAU, JORGE MANUEL S., 2012).

Neste seu percurso, a cidade vai expandindo os seus limites urbanos e incorporando um vasto território rural que tem uma forte identidade histórica, patrimonial e cultural. Muitas destas aldeias são hoje freguesias importantes da cidade de Lisboa, daí que a memória da cidade também esteja intimamente ligada à memória física e cultural destes núcleos, hoje completamente urbanos. Segundo Francesco Indovina (2006), a cidade é o somatório da morfologia (forma física, paisagem urbana e património urbano) com a condição urbana (sociabilização, serviços sociais, vida quotidiana e cultura). A análise macroscópica do território, assente na cartografia antiga, proporciona uma visão abrangente do crescimento da cidade e permite perceber de que forma a cidade foi crescendo ao longo dos anos.

É importante repensar a cidade atual de maneira diferente, com espírito aberto e proativo, sem dogmas e preconceitos dos erros do passado. Tem de existir uma alteração de paradigma na análise dos problemas urbanos. É fundamental preservar toda esta memória coletiva, potenciadora de identidade e fazê-la refletir no projeto urbano — a cidade do futuro é aquela que se está a construir hoje (BORJA, 2003).

---

135 Segundo o Dicionário de Português Online, Léxico.pt, a palavra azinhaga deriva do árabe "*az-zinaiqâ"* e significa caminho ou trilho campestre situado entre muros. É interessante verificar que tendo sido a Península Ibérica (Al-Andalus) um Califado Árabe durante quase dois séculos (756-929), esta palavra só exista no léxico português.

3.2 Escalas e tempo da intervenção urbana

> *"A sociedade contemporânea transforma-se rapidamente e, arrastados por esta evolução, por vezes avaliamos mal quanto mudaram, em tão pouco tempo (…) No domínio do urbanismo apercebemos-nos ainda mais dificilmente das mudanças porque o conjunto edificado propriamente dito evolui de forma relativamente lenta (…)"*[136]

As intervenções urbanísticas e arquitetónicas são provavelmente aquelas que maior impacto têm na sociedade na medida em que interferem diretamente na vida dos cidadãos. As suas ações perduram no tempo, pautando o território por décadas, o que condiciona as intervenções futuras no tecido urbano. No entanto, contrariamente a outras áreas específicas do conhecimento, nomeadamente, a sociologia, a antropologia e a biologia, onde o trabalho de campo é fundamental, tanto o urbanista como o arquiteto ignoram ou tendem a ignorar este facto (CHOAY, 2007 [1965]).

Projetar um bairro ou um edifício é intervir diretamente num *habitat*, com consequências diretas na vida e nos destinos dos que o habitam, cujos resultados só serão visíveis a longo prazo. A cidade é um ecossistema e, como todos os ecossistemas, carece de uma observação atenta, cuidadosa, de modo a evitar desequilíbrios que poderão ser fatais para a sua estrutura "ecológica" (FRANCO, 2008). Normalmente a elaboração de projetos em áreas urbanas consolidadas não é antecedida, por parte do projetista, de uma vivência *in loco* da zona a intervir e o resultado do seu trabalho também não é habitualmente monitorizado, de modo a entender quais são os impactos da sua intervenção a médio e longo prazo. Não basta fazer algumas visitas ao local para se ter a noção do espaço físico, é necessário vivê-lo e senti-lo, caso contrário, a dimensão social do espaço urbano é esquecida. Daí que muitos dos conflitos sociais que hoje se verificam nas nossas cidades acabem por ser o reflexo de políticas urbanas levadas a efeito, nos últimos cinquenta anos, quer na área do realojamento quer da regeneração urbana — a cidade está cheia de não lugares (AUGÉ, 2005).

[136] ASCHER, p.19

Não se pretendem cidades perfeitas, mas cidades vividas. No entender de Jane Jacobs (2007 [1961]:5), um bairro de sucesso é aquele que consegue conviver razoavelmente com os seus problemas, sem que estes o destruam. Por analogia, poderíamos transpor esta afirmação para a cidade de sucesso, ou seja, aquela cidade que consegue interagir razoavelmente com os seus bairros, administrando-os de uma forma dinâmica e integradora, relacionando-os entre si, convivendo com os seus problemas, mas nunca pondo em causa a sua autonomia como espaço de identidade coletiva e cultural onde o património físico e social são parte integrante do património da cidade. Teresa Sá (2012:29) levanta a questão "Ainda há bairros na cidade?", pois os bairros são muito mais do que uma visão sincrónica da cidade, eles são a sua dimensão temporal. É a partir dessa dimensão, das suas transformações no tempo, que se vão criando fronteiras entre o passado e o presente que permitem observar as mudanças da cidade e da sociedade. Daí que a memória da cidade esteja e tenha estado desde sempre vinculada à memória dos seus bairros, positiva ou negativamente, tornando-os num elemento chave para o seu desenvolvimento e expansão. A sua função na estrutura urbana de Lisboa é, de tal forma importante, que o conceito de bairro se foi alterando ao longo do tempo, estando em permanente revisão.



Legenda

1 Cidade do Porto - Bairro da Ribeira. *Elaboração própria (2004)*
2 Cidade de Lisboa - Bairro de Alfama. *Elaboração própria (2009)*
3 Cidade de Florença - Mercado Central, Via dell'Ariento. *Elaboração própria (2007)*
4 Cidade de Barcelona - Ramblas. *Elaboração própria (2010)*

Figura 21 | Os bairros da cidade tradicional
Fonte: Elaboração própria (2010)

Contrariamente ao que sucede nas cidades do norte da Europa, é nas cidades mediterrâneas que os *bairros* têm um papel fundamental no seu desenvolvimento e organização social (Solá-Morales, 1996). Dificilmente se pode pensar em cidades como Lisboa sem as associar aos seus bairros (Bairro Alto, Alfama, Mouraria, Alvalade e outros). O mesmo acontecendo com Barcelona (Bairro Gótico, Bairro do Raval), Paris (Quartier Latin, Luxembourg, Montparnasse) ou em Florença e Siena, entre outras. A Figura 21 ilustra o

quotidiano de algumas destas cidades, vinculadas à imagem dos seus bairros e aos ícones que os caracterizam e que fazem parte da sua paisagem urbana.

Os projetos do urbanismo moderno pretendiam a construção de uma nova sociedade segundo a ética do compromisso social (MARIA MONTANER, 2009:24), com critérios e conceitos urbanos/arquitetónicos que serviram de orientação a operações urbanas, realizadas em cidades europeias e americanas, após a segunda guerra mundial. Os impactos causados por esta lógica racionalista/funcionalista, no planeamento urbano do século XX teve repercussões incalculáveis (HALL, 2009 [1988]:241), daí que seja fundamental repensar a nossa forma de atuar na cidade. François Ascher (2010) entende que a Europa ocidental já conheceu duas revoluções urbanas, a cidade da Renascença e dos Tempos Modernos e a cidade da Revolução Industrial, no entanto, as mudanças que hoje se vivem na sociedade prefiguram uma terceira revolução urbana, a terceira modernidade.

As cidades são projetadas à distância, não interessando o seu património físico, histórico ou social. Muitas operações urbanas que estão a ser realizadas, são projetadas em *ateliers* europeus e americanos por um grupo restrito de arquitetos, numa estratégia economicista financiada por um grupo restrito de investidores (BOURDIN, 2011). Que implicações e impactos terão no futuro estas *cidades genéricas* (KOOLHAAS, 1995) construídas sobre interesses económicos e desprovidas de qualquer identidade territorial e social? Não se sabe, mas poder-se-á antever pelo que se está a passar em várias cidades europeias, com as alterações económicas provocadas pela globalização.

A cidade genérica é um dos raros conceitos que explicita a posição da arquitetura e do planeamento urbano no contexto do processo da globalização (HAJER, 1999). Estas cidades, quando projetadas em função de uma determinada realidade económica, transformam-se em estruturas rígidas com uma inércia física que as impede de reagir quando surge uma outra realidade económica completamente diferente. É um problema que está a afetar a Europa há já algumas décadas, nomeadamente, os seus bairros operários construídos numa outra realidade económica — a da cidade industrial. Qual o papel destes bairros na cidade pós-industrial, associada ao de cidade fragmentada (SALGUEIRO, 1998)?

Na imagem seguinte [Figura 22], exemplificam-se quatro intervenções urbanas distintas, realizadas em quatro cidades europeias (Lisboa, Londres,

Berlim e Paris), todas elas com uma mesma leitura formal em termos de edificado.



Legenda

1 Cidade de Lisboa - Bairro da Expo
2 Cidade de Londres - Isle of Dogs
3 Cidade de Berlim - Potsdamer Platz
4 Cidade de Paris - La Defence

Figura 22 | Os bairros da cidade genérica
Fonte: Internet

A cidade tem várias escalas de observação, diferentes limites, que resultam do entendimento que cada um dos intervenientes tem sobre o espaço urbano em particular e sobre a cidade em geral. A cidade do urbanista é vista à macro-escala, de cima para baixo, a três dimensões, inserida num sistema de eixos cartesianos (x,y,z). No entanto, não é pela sua georreferenciação que as cidades se distinguem, mas pelo seu nome, pela sua identidade e memória coletiva, associado a um património urbano que se foi consolidando ao longo dos séculos, vinculado à vida dos seus cidadãos.

O tempo urbano é diferente do tempo social, levando a que os nossos projetos sirvam a mais do que uma geração, onde as realidades económicas e sociais podem divergir. Na cidade tradicional tudo é mais fácil, o bairro é vivido em função do tipo de trabalho que aí se realiza e as festas que aí decorrem remetem também elas para o tipo de trabalho realizado, assistindo-se desta forma a uma mistura profunda do social e do cultural (RÉMY, 2004 [1992]:54). Estes bairros representam, por natureza, um microcosmos no território urbano, com características específicas, que podem ser físicas, físicas e sociais ou só sociais. São estruturas urbanas que se adaptam às diferentes realidades económicas, porque reproduzem as características do conjunto da cidade (RÉMY, 2004 [1992]:73). São bairros, salvo raras exceções, que estão ligados ao seu núcleo histórico e transportam dentro de si uma identidade coletiva que faz parte da memória da cidade .

A mudança de paradigma é urgente, sendo necessário adotar uma nova leitura do espaço físico e social, compreendendo a cidade na sua microescala e

não na macro onde tudo parece igual. A cidade tem uma história e uma narrativa que é fundamental perceber para depois se poder intervir. A unidade de bairro permite vários ritmos e escalas de intervenção diferenciados, tendo como consequência uma renovação constante do espaço urbano.

O arquiteto domina a escala do edifício, da rua e do quarteirão. A sua formação académica transmite-lhe competências que vão desde a teoria da arquitetura, passando pelo urbanismo, pela história, pelas tecnologias, pelas ciências sociais e terminando no projeto. No entanto, na maior parte das vezes, não faz uso da sua formação humanista e focaliza-se essencialmente na função e na estética, esquecendo tudo o resto. Não entende que a vida entre os edifícios pode ser muito mais importante e interessante do que qualquer combinação de betão colorido (GEHL, 2009 [1971]:30), porque a cidade do desejo é a cidade que se faz desejada e que estimula os nossos sentidos.

Em contraponto, o sociólogo tem uma outra visão, entende a cidade como um espaço de interação social, ao estudar as relações sociais dentro do espaço urbano. A perceção dos impactos sociais causados pelo projeto urbano poderá ser fornecida pelo sociólogo ao arquiteto. Esta área específica do conhecimento poderá ser uma das ferramentas do Arquiteto/Urbanista, pois o seu trabalho de investigação é de importância fulcral para a monitorização de qualquer intervenção urbana, desde que o mesmo não termine no ato da conclusão da operação.

O espaço urbano é o cenário sobre o qual se movem os atores sociais, económicos, institucionais. O etnógrafo, complementarmente ao sociólogo, tenta perceber de que forma o ser humano interage com o espaço físico que o rodeia, recorrendo à observação direta. Esta visão do espaço urbano leva-nos a uma outra questão que está relacionada com o conceito de *limite*. Qual o limite da intervenção urbana? Efetivamente, para o geógrafo, para o urbanista e para o arquiteto a definição de limite[137] é de extrema importância, atendendo a que é necessário perceber onde começa e onde termina a intervenção.

O limite pode ter várias aceções. Pode ser uma unidade quantificável, pode ser físico, administrativo e simbólico. Para Paul-Levy e Segaud (citados por Silvano (2001:65)), o limite permite, por um lado, particularizar o espaço e, por outro, dar-lhe sentido. Esta particularização do espaço promove a construção de identidades culturais, sendo importante analisar o papel do espaço na sua constituição. Ao conceito de cidade e de bairro esteve desde

[137] Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo IV, página 2279, "limite" significa "linha que determina uma extensão espacial ou que separa duas extensões; linha de demarcação; raia (…)" (Capítulo 1)

sempre associado o conceito de limite. No entanto, à medida que as cidades vão crescendo e se vão compactando, a noção de limite vai-se diluindo, tornando-se confusa, deixa de existir a "barreira física", o vazio urbano, que separa um bairro de outro, ou uma cidade de outra. No início do século XX, a cidade de Lisboa tinha os limites perfeitamente definidos, à semelhança de outras cidades europeias. Começava no Rio Tejo e terminava na 1.ª circular, junto à linha de baluartes. Hoje, os limites físicos da cidade, a norte, não são percetíveis, atendendo ao contínuo urbano. O limite da cidade já não é físico, mas administrativo. Existe uma mudança de escala, quer a nível da cidade quer a nível de bairro.

A cidade de hoje é o resultado de sucessivas intervenções levadas a efeito, desde a sua formação. É difícil ao cidadão comum e até aos técnicos aperceberem-se das transformações que a malha urbana vai sofrendo. Por um lado, não temos uma visão abrangente da cidade e, por outro, como refere Ascher (2010), o conjunto do edificado evolui de forma relativamente lenta. O tempo urbano é diferente do tempo social. O tempo urbano é relativo e varia em função da posição relativa do observador face ao "objeto" cidade e do tempo de observação. Na análise urbana importa articular as várias escalas de observação: *a macro, a mesoescala* e *a microescala.*

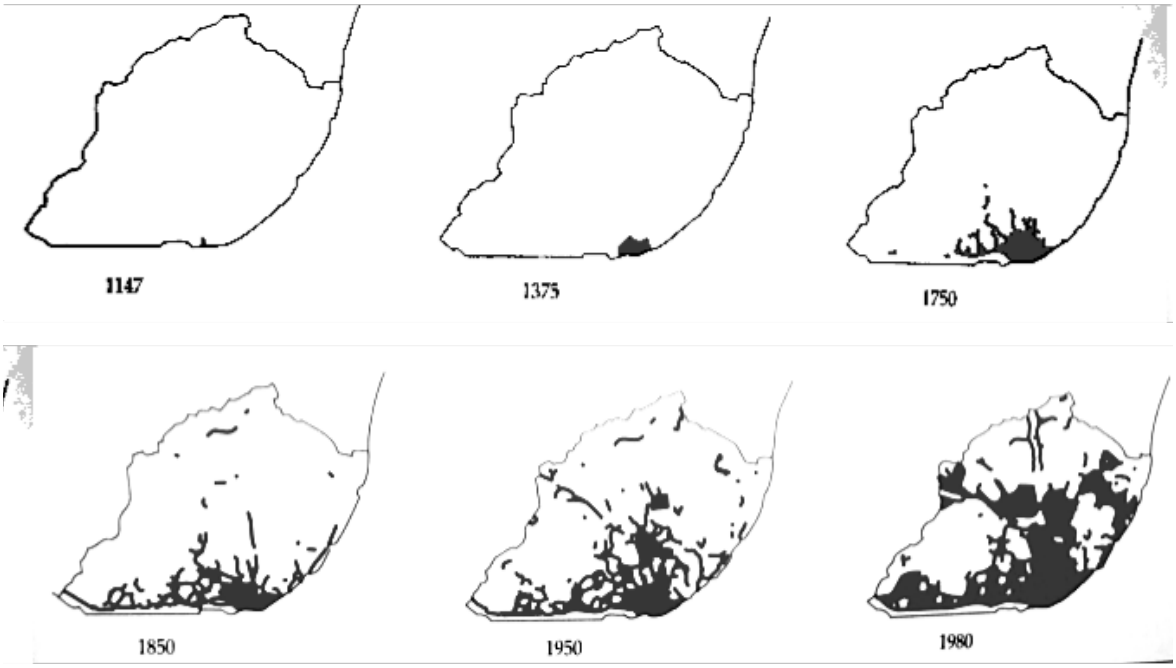


Figura 23 | Evolução do tecido urbano de Lisboa

Fonte: ROSA, Walter - Para Além da Baixa: Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, 1998.

Na macroescala (escala da cidade/concelho), o tempo do urbano diverge do tempo social. O cidadão comum não tem a percepção das transformações urbanas que a cidade vai sofrendo no seu todo. A sua noção do espaço urbano, enquanto conjunto, é limitada pela sua posição relativa, enquanto observador, em relação ao objeto cidade. Estas transformações só são observadas quando se comparam cartas topográficas, ou ortofotomapas da cidade, na sua globalidade, em diferentes períodos temporais.

Na Figura 23, é possível observar a evolução da cidade de Lisboa, desde 1147 até à década de 80 do século XX. No início, resumia-se a um bairro (Alfama/Mouraria), onde, o limite urbano coincidia com o limite físico — a cidade entre muralhas. O tempo urbano coincidia com o tempo do social, porque, cidade tinha uma escala que era visível e percepcionada — a dos seus cidadãos.

A cidade foi crescendo e as suas transformações também e, gradualmente, a cidade foi-se consolidando e expandido os limites físicos da sua área urbana, os cidadãos começam a deixar de percepcionar a cidade como um todo, passando de uma posição absoluta, para uma posição relativa na sua relação com a cidade, enquanto espaço de vivência coletiva. É interessante verificar que todas estas transformações se vão atenuando à medida que o conjunto urbano vai crescendo e compactando, aproximando-se dos limites territoriais da cidade. Nessa fase, a cidade transforma-se num objeto “imutável”, porque qualquer transformação que ocorra no seu território (e estão constantemente a acontecer) não é visível nesta escala de observação.

A *mesoescala* (a escala local, que poderá ser p.e. a freguesia) ou escala intermédia é percepcionada pelo cidadão comum. As transformações urbanas são visíveis, mas não são sentidas, de uma forma geral, pelo observador, que continua a ter uma posição relativa de observação em relação ao território, uma vez que as transformações urbanas não o afetam diretamente. Uma freguesia tem muitos bairros e cada bairro pode ser composto por uma diversidade de pessoas, grupos sociais e modos de vida.

A cidade, nesta escala de observação, é mais dinâmica, quer em termos urbanos quer em termos sociais, porque o tempo do urbano tende a convergir com o tempo do social. O cidadão sente as mudanças, pois os limites físicos são mais perceptíveis. O território tem uma narrativa urbana que o cidadão identifica e que lhe permite favorece a sua apropriação, ao interiorizá-lo e senti-lo, pela sua relação mais direta, contrariamente ao que sucede na sua relação com a cidade em geral, que funciona por impulsos, como por exemplo,

na ida de casa para o trabalho, na deslocação ao cinema ou ao teatro, ao médico, entre outras. É, nesta escala de intervenção, que estruturas territoriais como as praças, os edifícios, as feiras e os elementos simbólicos do território ganham uma importância fundamental — a cidade à escala humana.

O cidadão tende a participar mais ativamente na vida da freguesia, até pela relação histórica entre freguesia e paróquia[138]. O início da formação das "primitivas freguesias" vem desde o período Romano, com a cristianização da Península (PAULETA, 1997). No século XIX, as paróquias assumem-se como estruturas de organização administrativa do território. Esta função é definida inicialmente na organização administrativa de Mouzinho da Silveira — *Decreto N.º 25 de 26 de novembro, de 1830* (SÁ, 1985), no qual salienta a sua importância e que é *"(...) necessário para o bom regimento, e policia dos Povos que haja em todas as Parochias alguma Authoridade local, que possua a inteira confiança dos visinhos, e que seja especialmente encarregada de prover, e administrar os negócios, e interesses particulares dos mesmos: Manda a Regência, em Nome da Rainha, que, em quanto por Lei Constitucional não for definitivamente estabelecida a nova ordem e administração municipal, se guardem as seguintes disposições (...)"*[139], que posteriormente será incorporada na reforma administrativa de Rodrigo da Fonseca em 1835[140].

Esta relação de proximidade físico-administrativa permite ou pode permitir, se o poder político assim o entender, uma interação dinâmica entre o património físico e social.

A Figura 24 representa a freguesia de Carnide, em finais do século XIX, onde são visíveis as antigas quintas, as azinhagas e o património existente. Grande parte destas quintas já não existe, os seus terrenos foram urbanizados e loteados e deram origem a diferentes formas de ocupação urbana.

Partindo da análise do território *in loco* e cruzando-a com a cartografia antiga e com as novas plantas georreferenciadas, complementadas com as imagens de satélite, é possível redesenhar os percursos rurais, redescobrindo-os no território construído. Esta "linguagem" territorial permite-nos uma outra visão do espaço urbano, muito mais rica, porque a identidade coletiva está ligada à memória do território. Vítor Matias Ferreira (2004:74) entende que

---

138 Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, o termo *"freguesia"* e *"paróquia"* eram sinónimos porque serviam para designar os "fregueses" do pároco. O termo *"freguês"* deriva da expressão latina *filius eclesiae, filigrés* que designa paroquiano.

139 Preâmbulo do decreto N.º 25; Regência da Terceira — Juntas de Paróquia.

140 Lei de 25 de abril.

é, na redescoberta deste património urbano e na sua discussão, possível distinguir entre a generalizada urbanização e a específica urbanidade — *"Não se tratando obviamente de expressões sinónimas, percebe-se melhor a sua diferença através de um posicionamento que procura ilustrar algumas das determinantes que têm conduzido o processo de urbanização contra a urbanidade".*[141] Ora, o Arquiteto/urbanista necessita de toda esta informação para poder intervir na cidade.

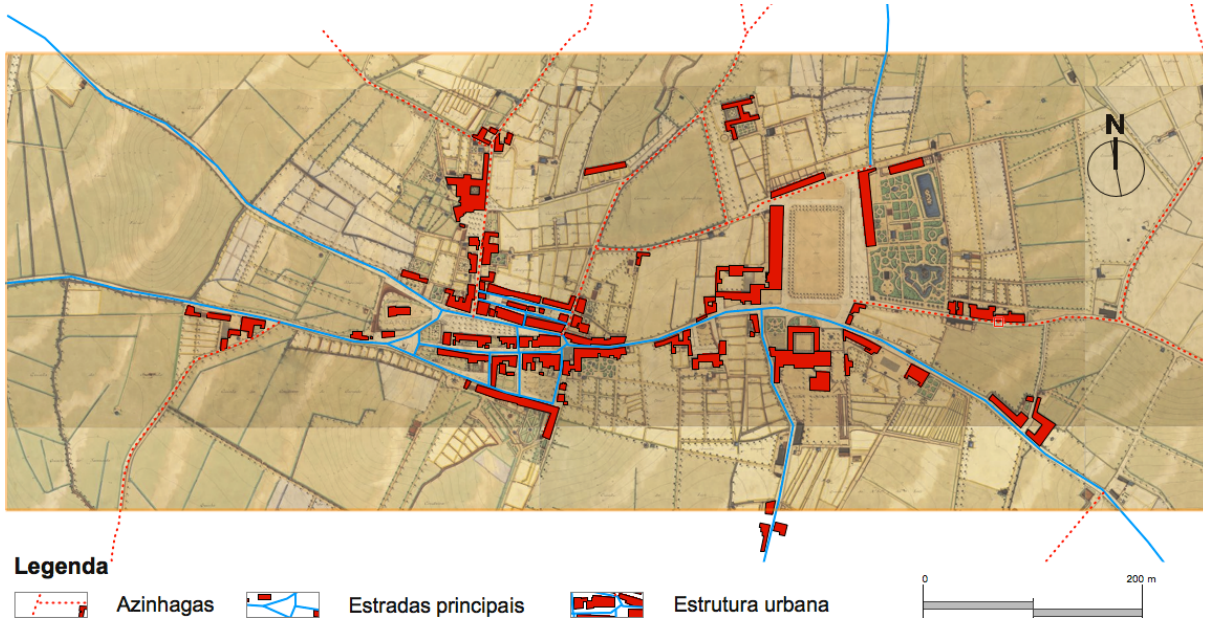


Figura 24 | A freguesia de Carnide (1904-1911)
Fonte: Adaptada a partir de CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911

A freguesia de Carnide, independentemente das grandes transformações a que o seu território esteve sujeito nos últimos cinquenta anos, mantém este património físico e cultural que marca a sua identidade. Este é um dos motivos pelo qual se escolheu e, principalmente, um dos seus bairros como referencial empírico desta investigação. Caminhar pelas ruas e pelas azinhagas de Carnide é voltar atrás no tempo, porque a cidade tem muito mais para oferecer do que aquilo que conseguimos percepcionar (LEFEBVRE, 1992 [1974]).

A *microescala*, ou escala de bairro, é a que mais interessa, enquanto espaço de intervenção[142], por excelência, porque é nesta que o tempo urbano coincide com o tempo social. Todas as transformações que ocorram no espaço físico afetam diretamente o cidadão que assume uma posição absoluta em

[141] In, FERREIRA, Vítor Matias - **Fascínio da Cidade**. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais (ISCTE), 2004.
[142] Sempre interligada com a mesoescala uma vez que ambas se complementam.

relação ao objeto; ele apropria-se do espaço físico que o rodeia por interagir com esse espaço diariamente, tanto física como socialmente. Daí que, contrariamente ao que acontece nas outras escalas de observação, a escala do edifício, da rua e do quarteirão assumam uma outra dimensão — a dimensão humana, já que o indivíduo está contextualizado no bairro.

Nesta escala de observação existem determinados fatores que ganham uma dimensão preponderante para o residente, que não têm o mesmo impacto nas outras escalas de observação. No ato de projetar, o arquiteto/urbanista procura ter em conta algumas destas especificidades: os eixos visuais, os elementos simbólicos do território, a escala do edifício, a dimensão da rua, a sociabilidade, entre outras, que podem variar em função dos interesses coletivos, da população residente e do espaço em questão. O projeto torna-se mais complexo, devido às variáveis e condicionantes que esta leitura socioespacial do território aporta. Jan Gehl (2010:33) realça a importância da escala e dos sentidos, no ato do projeto, ao referir que *"The natural starting point for de work of designing cities for people is de human mobility and the human senses because they provides the biological basis for activities, behavior and communications in city space."*[143]



Figura 25 | A cidade na microescala.
Fonte: Elaboração própria (2012)

[143] *"O ponto de partida natural no ato de projetar cidades para as pessoas é a mobilidade humana e os sentidos humanos, pois fornece a base biológica para as atividades, comportamento e comunicação no espaço da cidade"* (tradução livre). In, GEHL p. *33*

A cidade na sua microescala tem uma dinâmica que é impossível de encontrar nas outras escalas de observação. A Figura 25 apresenta uma sequência de imagens que pretendem refletir esta singularidade que é possível encontrar na cidade, *in loco.* É uma cidade de contrastes dos novos, mas também dos velhos bairros; das novas avenidas e das antigas azinhagas; a cidade inclusiva e excludente em simultâneo, a cidade da cultura e das manifestações coletivas em suma — a cidade na sua escala humana. Todos os bairros são diferentes, independentemente da sua época de construção. Têm uma história e muitas outras "estórias" que estão intimamente ligadas com a vida dos seus residentes, que se foi construindo e consolidando ao longo dos tempos.

3.3 Síntese conclusiva

As cidades são estruturas urbanas que, à medida que vão crescendo, adquirem uma dimensão física e social que as tornam "imutáveis", "genéricas" e "indiferenciadas". O processo de urbanização levou à destruição de referenciais físicos, como os antigos caminhos, que determinam os seus limites territoriais, e só através da georreferenciação é possível perceber e delimitar esse território.

A Figura 26 representa o ortofotomapa da freguesia de Carnide, que se situa no limite norte da cidade de Lisboa. Nesta carta, estão marcados os limites físicos da cidade e da freguesia. A linha azul representa o limite territorial do concelho, que topeja com o de Odivelas e o da Amadora (da esquerda para a direita). As outras duas linhas representam a variação dos limites da freguesia que ocorreu entre os recenseamentos de 2001 e 2011. A azul claro, a delimitação considerada nos censos de 2001 e a amarelo torrado, em 2011.

A primeira delimitação era percetível a "olho nu" porque estava referenciada nos caminhos/estradas/azinhagas, no entanto, a segunda já não o é, porque os limites não coincidem com nenhuma forma de ocupação territorial. O Centro Comercial Colombo (1997) pertence agora a duas freguesias, a de Carnide e a de Benfica. O mesmo sucedeu com o Cemitério de Benfica. Não são, contudo, claros os critérios que foram usados nesta delimitação e as opções tomadas a este respeito.



Figura 26 | Ortofotomapa da freguesia de Carnide
Fonte: INE (2012)

Contrariamente ao que sucede nesta escala de observação (macroescala, onde parece que tudo é igual), a cidade da microescala está em constante transformação; é uma cidade diferenciada e diferenciadora, porque cada bairro tem o seu ritmo e ciclo de vida, o que o torna único no tecido urbano da cidade. Cada bairro tem uma identidade própria que o define e caracteriza e que é necessário preservar. Os limites físicos do espaço urbano são identificáveis, ou porque coincidem com os limites visuais do observador/residente, ou porque existem elementos simbólicos no território que só o habitante do bairro consegue identificar. A cidade é aqui concebida como um espaço provisório, em constante transformação, que se vai adaptando às novas realidades socioeconómicas. Deste modo e na qualidade de arquitetos é possível fazer coincidir o tempo do urbano com o tempo do social e intervir no espaço urbano (bairro) em função das necessidades e expectativas dos seus residentes. Estamos perante um tipo de intervenção contínua, multidisciplinar e multi-escalar em que todas as áreas do conhecimento são chamadas a intervir, conciliando na sua intervenção várias escalas de observação

Intervir na cidade à escala de bairro é, também, intervir na cidade no seu todo, onde cada bairro preserva a sua identidade e a sua memória coletiva. Uma cidade que sabe preservar a sua memória, os seus valores, as suas especificidades e o seu património físico e social é uma cidade que está preparada para enfrentar os desafios que o futuro lhe reserva, uma vez que o futuro começa já hoje.

CAPÍTULO 4
O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, procede-se à explanação da estrutura geral do plano de investigação que presidiu a este estudo, nomeadamente a metodologia de investigação, assim como as técnicas de recolha e análise de dados utilizadas, abordando-se ainda as razões da escolha do Bairro Padre Cruz, localizado na freguesia de Carnide, concelho de Lisboa.

4.1 Estratégia técnico-metodológica: justificação e pertinência

Tendo como ponto de partida o Bairro do Padre Cruz a investigação estrutura-se segundo duas vertentes: a análise física e social, do bairro (macroescala), estando sempre presente a sua relação com a freguesia de Carnide (mesoescala). Pretende-se desta forma, uma visão abrangente e integradora do contexto urbano onde o bairro está inserido, procurando apreender, por um lado, se a morfotipologia do bairro potencia a relação de vizinhança e o sentido de identidade dos seus residentes e, por outro, se o espaço urbano influencia e singulariza as práticas sociais. A Figura 27 esquematiza sinteticamente o desenho da investigação e as áreas específicas do conhecimento a que se recorreu, tendo como objetivo responder às questões de partida e confirmar ou infirmar as duas hipóteses previamente definidas.

Contrariamente ao que sucede em outras áreas específicas do conhecimento, nomeadamente nas ciências exatas, onde o resultado da investigação é observável em "tempo real", tal não se verifica no urbanismo. Os resultados das intervenções urbanas só muito *a posteriori* são visíveis, daí que, nesta área do conhecimento, se esteja perante um tipo de investigação ex-*post facto.* O que levámos a efeito foi um tipo de investigação empírica e sistemática, na qual o investigador não tem um controlo direto sobre as variáveis independentes, ou porque os factos já ocorreram, ou porque são intrinsecamente não manipuláveis KIRLINGER (1980:69). Neste contexto, o método de estudo de caso pareceu o mais adequado, em primeiro lugar*,* por *se* estar perante um tema transversal a várias áreas da ciência, onde se incluem o Urbanismo, a Arquitetura, a Sociologia e a Etnografia urbana, entre outras. Para Robert K. Yin (2005:19), *"os estudos de caso representam a estratégia*

preferida quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos ou quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto de vida real", como é o caso.

Em segundo lugar e atendendo ao tipo de investigação em curso, seguir-se-á uma abordagem qualitativa em detrimento de uma abordagem quantitativa, embora ambas não se excluam, corroborado por GOODY (1995b : 21) quando diz existirem pelo menos três áreas onde se deve aplicar uma abordagem qualitativa: na pesquisa documental, na etnografia e no estudo de caso.

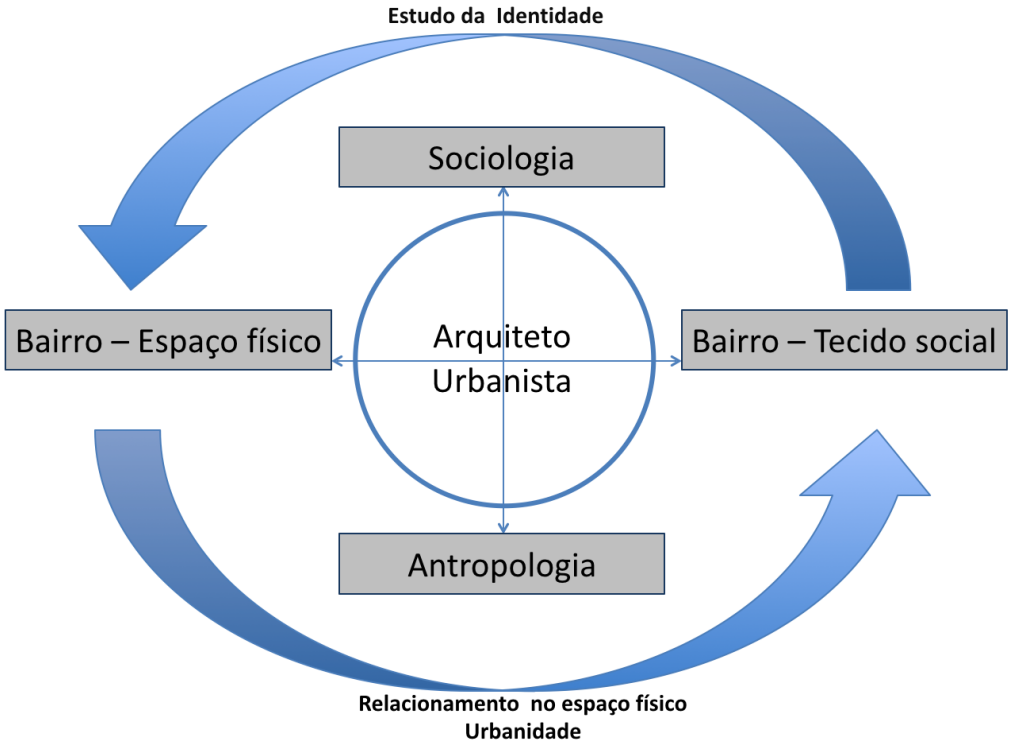


Figura 27 | Desenho da Investigação
Fonte: Elaboração própria (2011)

As evidências para um estudo de caso assentam, fundamentalmente, em seis fontes de observação (YIN, Robert K., 2005:108): na documentação existente, em registo de arquivo, em entrevistas, na observação direta, na observação participante e em artefactos físicos ou culturais. Neste estudo, utilizaram-se quase todas estas fontes, com exceção dos registos de arquivo e dos artefactos físicos.

Neste sentido, a forma operativa que se encontrou para desenvolver e aplicar este método está representada graficamente nos diagramas seguintes

[Figuras 28 e 29]. Como é possível verificar, todo o trabalho se desenvolveu em quatro fases distintas:

A primeira, na identificação do caso de estudo [Figura 28], com uma pesquisa mais abrangente, à escala da cidade (macroescala). Nesta fase, interessou principalmente a análise morfológica e tipológica da cidade para se compreender historicamente a sua evolução urbana, as políticas urbanas associadas e os bairros que se construíram em consequência da implementação dessas políticas.

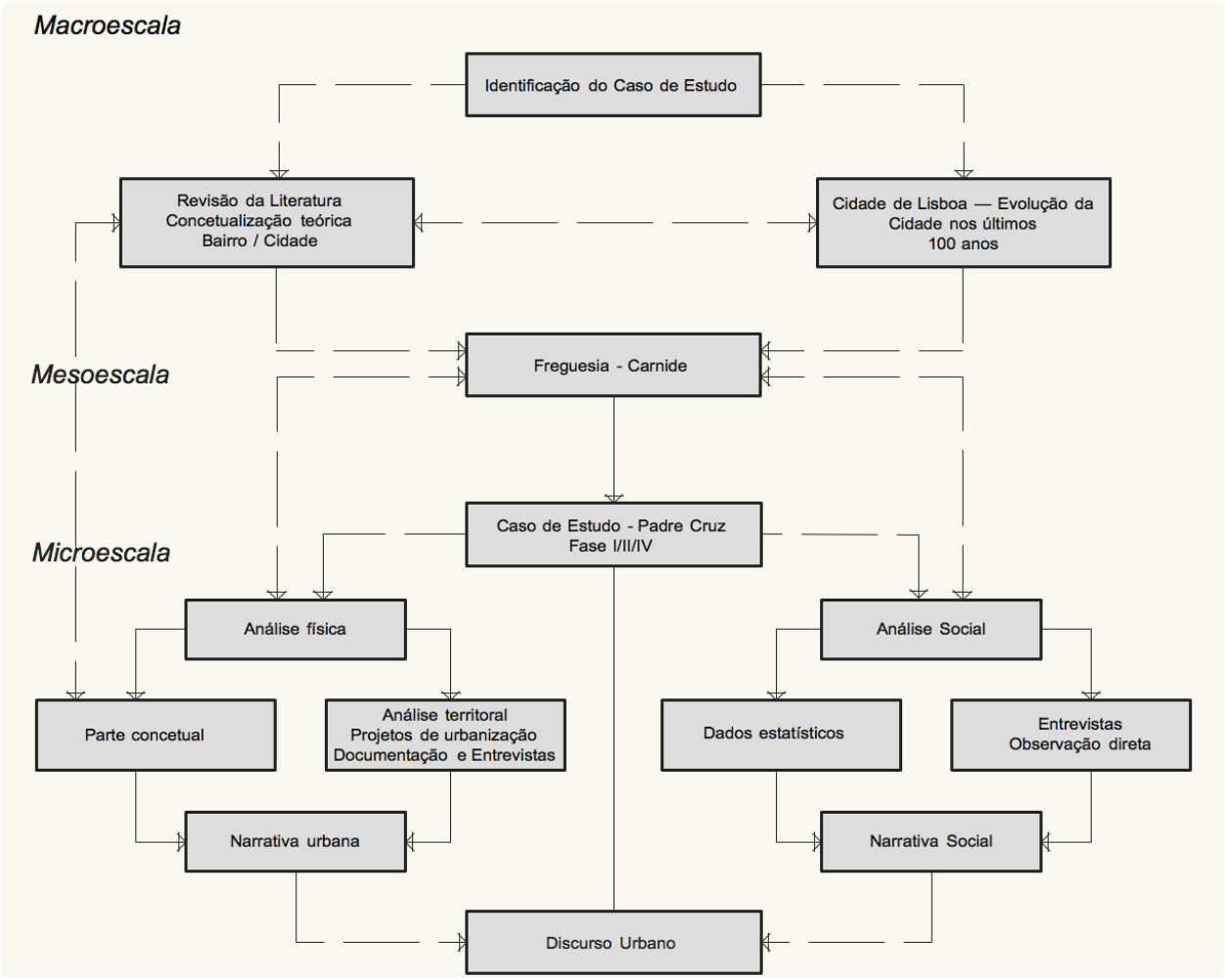


Figura 28 | Diagrama das fases da análise empírica
Fonte: Elaboração própria (2014)

A segunda, na aproximação ao caso de estudo, recolhendo informação mais precisa sobre a freguesia de Carnide (mesoescala) e nas suas relações com o Bairro Padre Cruz. A terceira e a quarta fases são o culminar de todo o processo, porque incidem diretamente sobre o caso de estudo (microescala),

na procura de evidências empíricas que permitam, validar as hipóteses, de acordo com o diagrama da Figura 29.

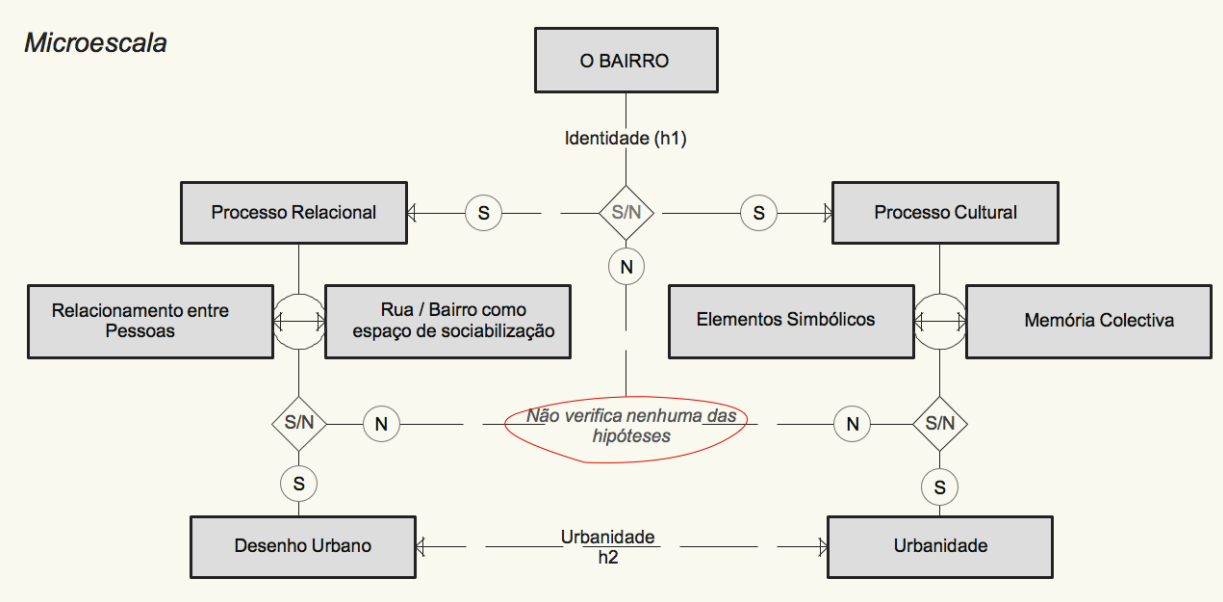


Figura 29 | Diagrama das fases da análise empírica: condições para validação das hipótese
Fonte: Elaboração própria (2014)

Na análise socioespacial foi necessário mobilizar uma diversidade de técnicas de investigação, a saber:

i) para além da análise crítica à bibliografia sobre a temática em estudo, analisaram-se elementos gráficos (cartas militares, planos de urbanização, plantas da cidade de Lisboa, ortofotomapas e imagens de satélite) e documentos audiovisuais (filmes, fotografias e gravuras). Na recolha de toda esta informação consultou-se os arquivos da Câmara Municipal de Lisboa (arquivo fotográfico, intermédio e histórico), fez-se pesquisa na Biblioteca Nacional, na rede de Bibliotecas da Universidade de Lisboa (Faculdade de Arquitetura e de Letras), na rede de Bibliotecas Municipais, via catálogo electrónico, no Gabinete de Estudos Olisiponenses e no Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. Recorreu-se, também, ao Instituto Nacional de Estatística (INE) para recolha de dados estatísticos sobre a população residente e, por último, à Junta de Freguesia de Carnide para recolha de informação sobre as associações e coletividades que se encontram sediadas na

freguesia e no bairro. Desta forma, foi possível consolidar o enquadramento teórico e o modelo de análise.

Na caracterização sincrónica e diacrónica do Bairro Padre Cruz, foi ainda necessário consultar e analisar documentos históricos: artigos das Revistas do Gabinete Técnico de Habitação (GTH); Atas Municipais, mais concretamente a de 19 de fevereiro de 1959 (Anexo VI); Consulta da escritura de aquisição do terreno da “Quinta da Penteeira" por parte da Câmara Municipal de Lisboa, em 1958 (Anexo V); Fichas de realojamentos da responsabilidade da Polícia Municipal (Anexo VII e IX); Processos de atribuição de casas (documentos que instruem o processo) - abril de 1963 (Anexo IV); Planta de Urbanização das Fases I e II da autoria da D.S.U - 3.ª Repartição de Obras Municipais (1960); Planta de Urbanização da Fase IV, da responsabilidade do GTH; Projetos desenvolvidos pela EPUL para a zona das “Alvenarias”, e Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do QREN.

ii) Procedeu-se ainda à análise de alguns dados estatísticos ao nível da freguesia e do concelho entre 1900 e 2011.

iii) De forma complementar, procedeu-se a uma análise, ainda que sucinta, das políticas de habitação que estiveram na origem dos diversos bairros municipais, com especial incidência nos denominados provisórios do Estado Novo, o que está na génese do Bairro Padre Cruz. O estudo dos diferentes projetos de urbanização e respetivas memórias descritivas (quando disponíveis) permitiu compreender as diferentes fases de intervenção no bairro — nomeadamente os conceitos e objetivos que eram pretendidos pelos técnicos que os conceberam — procedeu-se ao cruzamento e comparação dessa informação com as entrevistas realizadas. Em complementaridade, visitaram-se algumas cidades europeias, onde se pode assistir e registar as operações de intervenção urbana realizadas ou em curso, nomeadamente, em Barcelona, Madrid, Paris, Hamburgo, Berlim, Copenhaga, Oslo, Londres, Manchester, Zurique, Basileia e Amesterdão. Estas incursões permitem ter uma perspética comparativa sobre a temática, baseada na observação direta dos espaços — na microescala da cidade e que complementam, de certa forma, a revisão da literatura abordada no Capítulo 2. Apesar da diversidade de intervenções, subsiste um

elemento transversal a todas elas, observável quando se percorrem todos estes espaços, a escala de intervenção — a escala Humana.

iv) Para além disso, fez-se um reconhecimento pedonal de toda a freguesia, desde o núcleo antigo até aos diversos bairros de promoção pública ou privada, procedendo-se a registos fotográficos do património físico e social, utilizando, por exemplo, as azinhagas (sempre que possível), como elo de ligação entre os diferentes "territórios". Realizou-se ainda o registo fotográfico de elementos notáveis, como edifícios, eixos visuais, nomes de ruas e vivências coletivas. Em suma, elementos que permitem reconstituir toda uma narrativa urbana que faz parte da memória coletiva de Carnide.

v) A análise resultante destes quatro primeiros níveis de recolha e análise de informação foi cruzada com a realização e análise de entrevistas, de cariz semi-estruturado, aos residentes, políticos, arquitetos, sociólogos, líderes de associações e representantes de instituições envolvidos em projetos ligados ao bairro. No fundo, são interlocutores-chave na produção e reatualização do discurso urbano, cujo conceito será explanado já a seguir. A partir das narrativas produzidas pelos entrevistados, procurou-se também reconstituir o percurso realizado diariamente pelos residentes.

Apesar de existir um guião com questões pré-definidas, nas entrevistas permitiu-se alguma liberdade ao narrador para falar das suas vivências pessoais e, nesse sentido, foi possível reconstituir a memória do bairro a partir da memória pessoal e social de cada morador. No entanto, a entrevista foi sempre orientada no sentido de levar o entrevistado a falar sobre o bairro, sobre as transformações que o mesmo foi sofrendo ao longo do tempo e também sobre as expectativas face ao seu futuro.

As entrevistas foram realizadas por um técnico da Junta de Freguesia de Carnide, em estreita colaboração com o nosso projeto[144]. Iniciaram-se em 2010 e ficaram concluídas em 2012,

[144] Convém salientar que esta conjugação de interesses surgiu na sequência de um convite que endereçado à Junta de Freguesia de Carnide, uma vez que se percebeu que estava a ser desenvolvido um trabalho de recolha de informação, junto de moradores do bairro, de técnicos e políticos, com o objetivo de proceder à recolha de elementos (físicos e simbólicos) que permitissem "preservar a memória do bairro" e tendo como objetivo principal a publicação do livro *Histórias e Memórias do Bairro Padre Cruz* de FREITAS, Fátima - **HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO BAIRRO PADRE CRUZ — Construir a cidade à escala humana**. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2013b.

tendo sido transcritas em 2013. Durante esse período foram obtidos mais de 75 registos áudio que fazem parte do espólio do bairro e que poderão ser utilizados em outros trabalhos de investigação. O guião da entrevista (ver anexo X) organizou-se em torno de três núcleos temáticos: a história pessoal, "estórias" e memórias do bairro e expectativas sobre o futuro do bairro.

O universo dos entrevistados pretendeu englobar uma diversidade de informantes cuja "referência geracional" e antiguidade correspondem a uma ou a diferentes fases do Bairro (mas com acentuada dominância das primeiras fases de 1959-60 a 74 e de 1975 a 1990). Daí que, na lista dos entrevistados, se incluam maioritariamente moradores, ex-moradores, mas também vereadores, responsáveis autárquicos, técnicos de diferente áreas de intervenção, professores, agentes de segurança, comerciantes, sacerdotes, dirigentes associativos e desportivos, que, de algum modo, tiveram ou mantêm uma ligação direta e influência nos destinos do bairro. Todas as conversas foram gravadas com o conhecimento e autorização de cada um (excetuam-se três conversas com técnicos da EPUL e da Câmara Municipal de Lisboa); em alguns casos, a transcrição foi apresentada posteriormente ao entrevistado para que a relesse e comentasse.

Neste trabalho de investigação, não se incluíram todas as entrevistas realizadas, mas apenas aquelas que se afiguraram ricas em conteúdo e relevantes para a comprovação das hipóteses de pesquisa. Nesse sentido, para a análise da "Narrativa Social", recorreu-se a uma "amostra qualitativa" (GUERRA, 2006) de 21 indivíduos do universo total dos entrevistados, subdividindo-se em 15 moradores (atuais e antigos) e 6 técnicos.

Realizou-se ainda uma observação direta, complementar às entrevistas, que permite obter uma leitura do território em "tempo real". As entrevistas permitem aceder à análise do significado em torno das pertenças identitárias e da memória face ao bairro, descrever e interpretar aspetos não facilmente observáveis; por seu turno, a observação permite apreender aspetos não verbalizados, o "não dito" pelos entrevistados, aceder de forma relativamente espontânea a eventos e acontecimentos não provocados pelo investigador.

Para além da observação direta, assumiu-se também a posição de observador participante. Em tempos residimos no bairro e, na atualidade continuamos a visitá-lo de forma frequente. Paralelamente, durante o período que durou a investigação, participámos em alguns eventos ligados à "vida do bairro", nomeadamente, em reuniões do Grupo Comunitário e numa série de acontecimentos marcantes para os moradores. O material recolhido permite ter uma perspetiva real e temporal; próxima das transformações que o bairro tem sofrido ao longo do tempo.

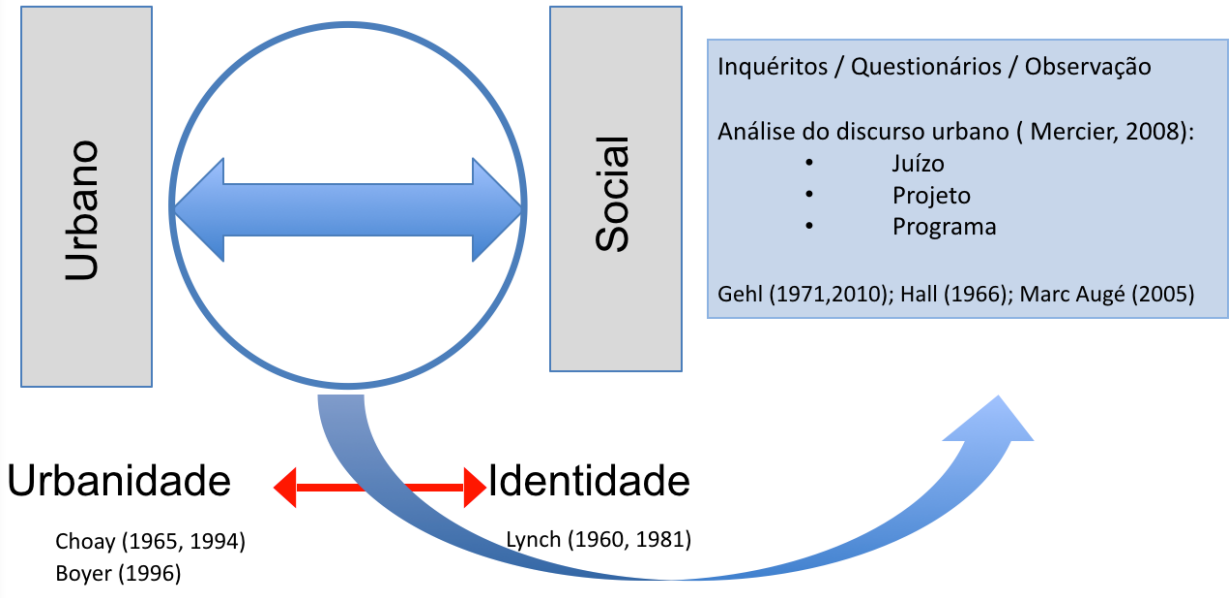


Figura 30 | Análise do discurso urbano

A Figura 30 esquematiza o processo de construção do discurso urbano, o qual resulta da conjugação da análise física do território (narrativa urbana) e das entrevistas dos intervenientes (narrativa social).

O conceito de discurso urbano, que aqui se retoma, tem por base o trabalho desenvolvido por Guy Mercier (2008) sobre o bairro de Saint-Roch, na Cidade de Québec, no Canadá, intitulado *Dimensão Cultural da Renovação Urbana — Uma análise retórica do urbanismo contemporâneo*, onde é feita uma análise crítica das estratégias e do trabalho desenvolvido pelos urbanistas, na renovação urbana, praticada nos velhos bairros das cidades da América do Norte.

Segundo Mercier, o movimento de renovação urbana destruía os velhos bairros e os novos planificadores urbanos construíam sobre a sua estrutura física e sobre o que representavam culturalmente. Esses projetos tinham um forte défice democrático, porque os residentes não participavam nesta transformação, era um processo que se baseava no "marketing" da cultura urbana. Para avaliar a nova planificação urbana levada a efeito no Bairro de Sain-Roch, Mercier encontrou uma forma de o fazer, recorrendo à análise das "narrativas urbanísticas". Cada narrativa é composta por três elementos: um juízo, um projeto e um programa. Em relação ao *juízo*, o narrador diz o que entende que está bem ou que está mal, do que gosta ou desgosta no bairro e na cidade, qual a sua causa e de quem é a culpa. Sobre o *projeto,* deverá dizer do que gostaria que se fizesse ou modificasse, segundo o seu ponto de vista. Em relação ao *programa,* o narrador identifica os agentes e os adversários desta transformação, antecipando o papel de cada um. Desta forma seria possível perceber o que fazer para estimular os primeiros e para resistir aos segundos.

Os atores sociais da vida urbana pronunciam-se sobre o bairro ou cidade (dependendo da escala) onde vivem. Nestas narrativas estão incluídos os discursos de todos os grupos de indivíduos que tecem considerações sobre a sua própria vida na cidade/bairro e não apenas as dos que tomam decisões.

No entanto, este trabalho levado a efeito por Mercier, embora importante na definição da estratégia, na medida em que introduz um novo conceito na análise do discurso urbano, é só uma parte da solução, já que exclui o arquiteto/urbanista do centro da discussão. Ele deixa de ser o principal interveniente, como até aqui, para passar a ser o último, o executor, segundo um programa pré-definido, ou seja, um figurante.

As obras de Kevin Lynch, *A Imagem da cidade* (1980 [1960]) e *A boa forma da Cidade* (2007 [1981]), são referenciais para esta pesquisa, por permitirem uma outra "leitura" do espaço urbano, assente na sua dimensão física. O primeiro livro interessa-nos particularmente porque (com base na investigação que Lynch fez sobre três cidades americanas), para além de fornecer alguns critérios fundamentais na interpretação do território urbano (*Legibilidade*, a *Construção da Imagem*, *Estrutura e Identidade mental)*, entende que a imagem física da cidade está diretamente relacionada com os elementos simbólicos de território que são geradores de i*dentidade* e promotores de *urbanidade*. Por outro lado, a metodologia seguida no seu trabalho é muito semelhante àquela que utilizámos, nomeadamente, no

reconhecimento de campo, a cidade i*n-loco,* e na realização de entrevistas. A segunda publicação é muito mais teórica e abrangente, centrando-se na organização formal da cidade, mas reconhecendo a importância do bairro na sua estrutura urbana.

Ainda essencial é a obra de Christine Boyer (1996), *The City of Collective Mermory,* ao evidenciar a importância do lugar da história na cidade contemporânea. A autora contrapõe a cidade do século XIX à cidade do século XX. Faz uma análise crítica, com base na observação de novos *ícones urbanos* e na transformação que alguns edifícios, espaços públicos e estruturas industriais foram sofrendo ao longo do tempo. Estas transformações são sustentadas em correntes estéticas ou ligadas a conceitos de desenvolvimento urbano, nos quais a cidade surge como um produto de consumo/imagem, onde se evidenciam os interesses económicos, nomeadamente, na década de sessenta e setenta do século passado, com impactos na "paisagem urbana", e consequentemente na sua identidade.

A historiadora entende que o estudo destes espaços públicos (que podem incluir eixos visuais ou elementos simbólicos) ou de edifícios deve ser efetuado dentro do contexto histórico em que foi produzido e qualquer alteração deverá ser feita dentro desse mesmo contexto. O trabalho de Boyer é importante para a perceção e análise espacio-temporal do território, na medida em que complementa a análise e a metodologia desenvolvida por Lynch.

4.2 Estudo de caso: razões de uma escolha

Lisboa é uma cidade milenar, na qual se reconhecem sucessivas camadas de ocupação, em torno da sua acrópole. Esta estrutura urbana que foi crescendo manteve-se relativamente contida durante séculos dentro das suas estruturas defensivas. Em termos de desenvolvimento urbano, efetivo, o crescimento da cidade começa a apontar para uma nova dimensão, apenas a partir de finais do século XIX, no entanto é na década de quarenta do século XX, com os Planos de Urbanização, que se estabelece uma visão mais abrangente para a cidade.

Esta atitude expansionista, consequência das políticas urbanas praticadas pelos governos de então, originada nas necessidades habitacionais, deu início a todo um processo de urbanização que se acentuou após o 25 de abril de 74 e

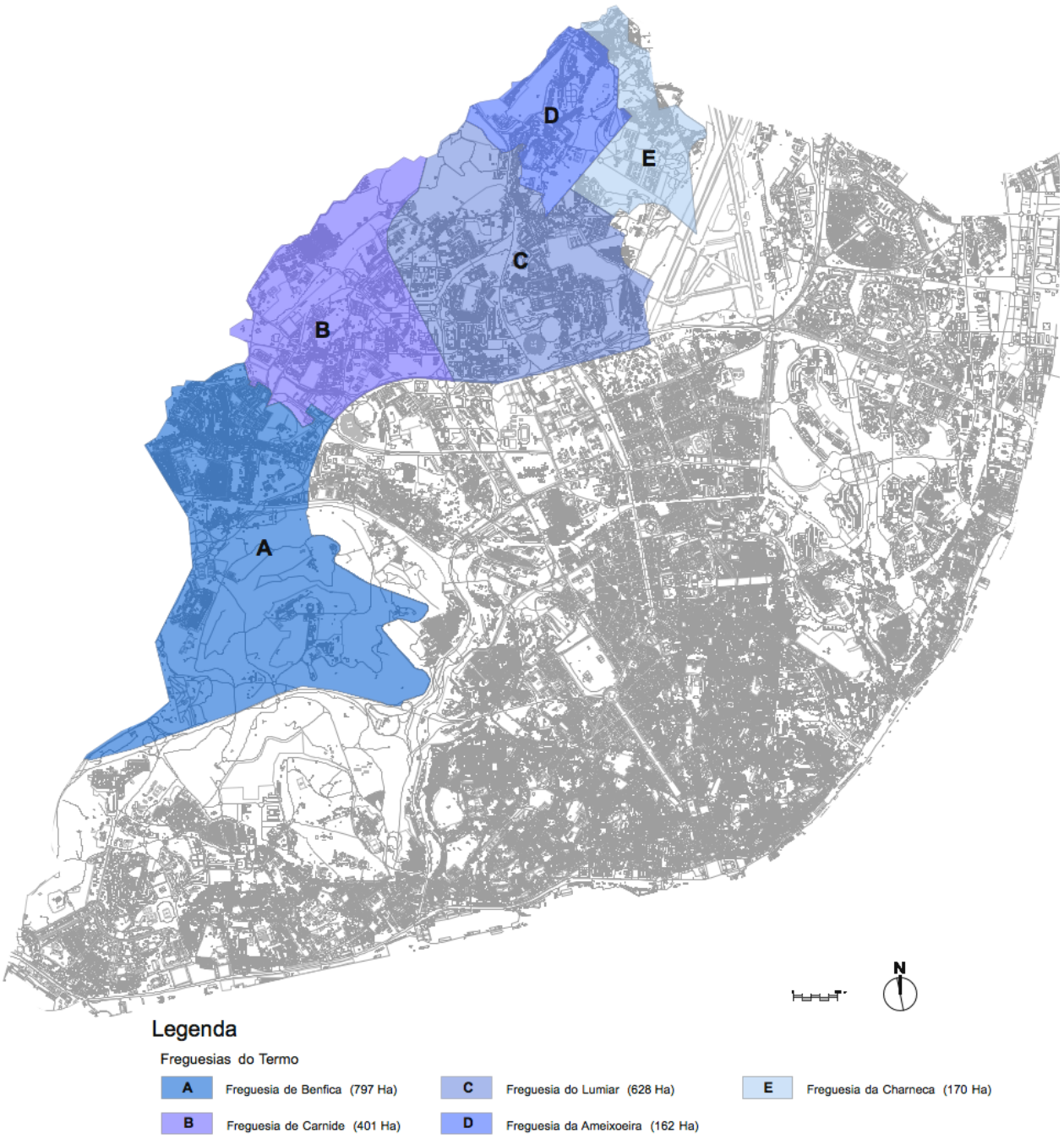


Figura 31 | As freguesias do Termo de Lisboa

Fonte: Adaptado a partir de CONSIGLIERI, Carlos, [et al.] - PELAS FREGUESIAS DE LISBOA - O termo de Lisboa. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Educação, 1993.

que "aglutinou" uma vasta área de território rural. Este território constituído por pequenos aglomerados urbanos, periféricos, como Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira e Charneca, formam hoje um conjunto de freguesias importantes, denominadas como as freguesias do termo de Lisboa. Estas freguesias,

representadas na Figura 31, constituem 25% do território da cidade, segundo os Censos de 2011, abarcando 22.47% da sua população residente.

Foi um crescimento que se iniciou com o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL-48), e que se acentuou a partir da década de setenta do século XX, onde se incluem as operações de loteamento levadas a efeito pela Câmara Municipal de Lisboa, através do seu Gabinete Técnico de Habitação (GTH) e pela Empresa de Urbanização de Lisboa (EPUL), tendo como objetivo a construção de habitação social. Nos anos oitenta e noventa, todo este processo se intensificou, com a implementação de programas específicos de realojamento (PIMP/PER), paralelamente a outras operações privadas de loteamento. Presentemente, alguns destes bairros estão a ser objeto de programas especiais de requalificação urbana (BIP/ZIP), nomeadamente o Bairro Padre Cruz.

As freguesias do termo de Lisboa - Variação da população residente

Cidade /Freguesia	1900	1930	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Lisboa	351 210	591 934	802 830	796 044	807 937	663 394	564 657	547 733
Benfica	4 030	10 661	23 161	40 552	51 586	47 099	41 368	36 821
Carnide	1 813	2 482	4 263	8 736	13 370	14 768	18 989	23 316
Lumiar	2 405	4 885	11 004	19 910	29 645	35 790	37 693	41 163
Ameixoeira	396	629	2 017	6 586	11 004	10 605	9 644	11 863
Charneca	1 024	3 692	3 302	7 325	9 574	9 572	10 509	9 935
Total	9 668	22 349	43 747	83 109	115 179	117 834	118 203	123 098
Variação percentual da população das freguesias em relação ao concelho	***2,75%***	***3,78%***	***5,45%***	***10,44%***	***14,26%***	***17,76%***	***20,93%***	***22,47%***
Variação percentual da população do concelho		***68,54%***	***35,63%***	***-0,85%***	***1,49%***	***-17,89%***	***-14,88%***	***-3,00%***

Tabela II | Freguesias do Termo de Lisboa — Variação da População Residente (1900-2011)
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Carnide (2012).

Estamos perante uma zona da cidade que manteve toda a sua estrutura urbana de finais de oitocentos, inalterada até ao segundo quartel do século XX, que evoluiu lentamente nos vinte anos seguintes e "explodiu", em termos urbanos, nas décadas de oitenta e noventa, alterando completamente a sua estrutura física. Podemos verificar na Tabela II que, entre as décadas de sessenta e setenta, a população residente duplicou nestas freguesias, passando de 43.747 para 83.108 habitantes e voltou a duplicar nas duas décadas seguintes, contrariamente ao que sucedeu em relação à população do

concelho. Em termos comparativos, verifica-se que houve uma ligeira estagnação da população residente, nas décadas de sessenta e de oitenta, e uma regressão acentuada na década de noventa, em que o concelho perde 243.280 habitantes, ou seja, cerca de 18% da sua população. Com exceção da freguesia de Benfica, todas as outras ganham população, nomeadamente a de Carnide. Os gráficos I e II permitem ter uma percepção visual desta realidade.

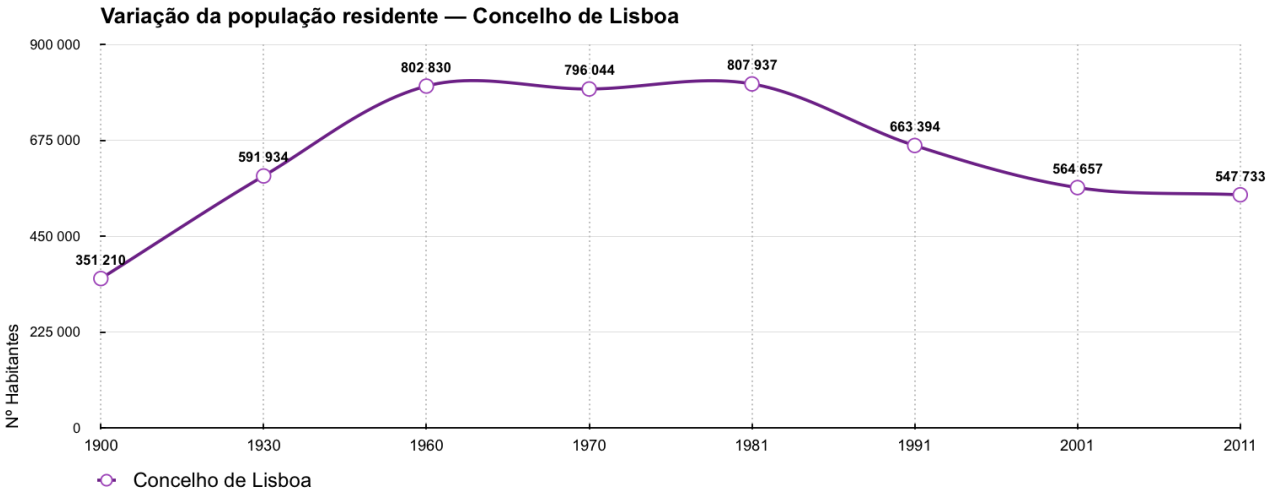


Gráfico I | Concelho de Lisboa — Variação da População Residente (1900-2011)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Carnide (2012).

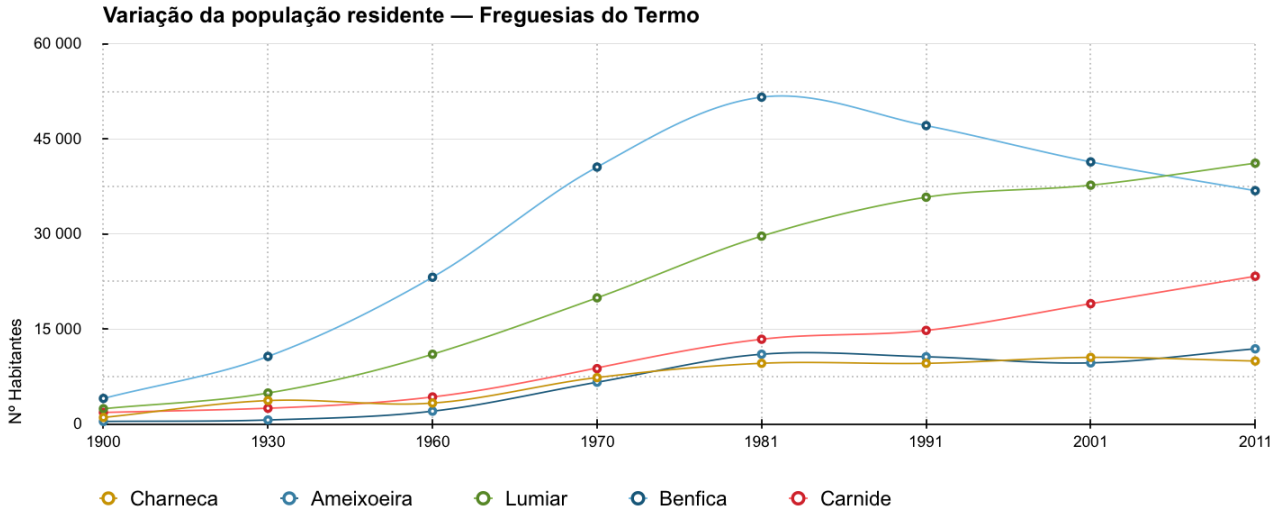


Gráfico II | Freguesias do Termo de Lisboa — Variação da População Residente (1900-2011)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia de Carnide (2012).

Esta situação interessa particularmente, porque permite uma leitura morfotipológica e socioespacial da evolução do território. A análise feita incide sobre os últimos cinquenta anos, a partir da década de sessenta, altura em que a expansão e desenvolvimento urbano ganha uma maior expressividade, como

é possível verificar nos gráficos anteriores. No entanto, a abrangência temporal vai para além desse período, de modo a se poder enquadrar e contextualizar todo o processo.

Convém relembrar que, ao escolher o "caso", o investigador estabelece um fio condutor lógico e racional que guiará todo o processo de recolha de dados (CRESWELL, 1994). De referir ainda que normalmente não se estuda um caso para compreender outros casos, mas sim para compreender o "caso" escolhido.

O Bairro Padre Cruz foi escolhido como caso de estudo e contextualiza-se na freguesia de Carnide. Esta escolha deve-se a três ordens de razões:

a) Em relação à freguesia, pela sua diversidade social e urbana. De um pequeno núcleo feudal, de finais de oitocentos, é hoje uma das freguesias mais importantes da cidade, quer em termos patrimoniais quer em termos sociais, não só pelo número de habitantes, que, segundo o último recenseamento é de 5.513 residentes, mas, sobretudo, pela sua dinâmica social e associativa que acaba por se difundir no próprio tecido social do Bairro Padre Cruz.

b) O bairro, pelas suas características específicas, foi um dos Provisórios do Estado Novo, que esteve sujeito a diversas operações urbanísticas nos últimos cinquenta anos, ao abrigo dos programas PIMP/PER. Atualmente, está a ser alvo de uma operação de regeneração urbana, ao abrigo dos programas BIP/ZIP, que irá destruir por completo o núcleo antigo das "Alvenarias", o qual está na génese do próprio bairro (1962). Estamos assim perante um pequeno "laboratório" à escala da cidade..

c) Por último e para além das particularidades da freguesia, em geral, e do bairro em particular, importa referir o conhecimento obtido pela participação na vida do bairro e da freguesia, ao longo de 24 anos, entre 1964 e 1988. Durante este período, que atravessa duas fases políticas marcantes da nossa história, o antes e o pós 25 de abril de 1974, participámos ativamente na vivência quotidiana do bairro, incluindo atividades ligadas à paróquia (antes do 25 de abril), em outras associações e coletividades do bairro e da freguesia, como é o caso do Carnide Clube e da Sociedade Dramática de Carnide — Grupo de Teatro de Carnide. Ora esta posição permite ter uma visão sincrónica e diacrónica sobre a sua evolução. Desta forma assistimos em tempo real às grandes transformações que se verificaram nesta zona da cidade, bem como nos territórios adjacentes.

Esta análise, embora centrada no Bairro Padre Cruz, permitirá compreender os efeitos das políticas urbanas e dos projetos de loteamento associados a essas políticas, levadas a efeito nas últimas décadas pela autarquia. Para além disso, permitirá analisar os seus impactos e levar a perceber, se existiu uma mudança na estratégia seguida por parte da edilidade, nos últimos anos, no relacionamento com a população do bairro e com os outros atores socioinstitucionais que nele intervêm.

Neste sentido, este trabalho procurou apreender os fenómenos em análise nas várias escalas – micro, meso e macroescalas. À escala da cidade (macro-escala) interessou principalmente a análise morfotipológica da cidade para se compreender historicamente a sua evolução urbana, as políticas urbanas e os bairros que se construíram em consequência da implementação dessas políticas. A mesoescala corresponde à aproximação ao caso de estudo, recolhendo informação mais precisa sobre a freguesia de Carnide e nas suas relações com o Bairro Padre Cruz. A microescala corporiza-se na análise do caso de estudo, nomeadamente na procura de evidências empíricas que permitam validar as hipóteses [Figura 29].

Na microescala de observação, para além da análise morfotipológica, considerou-se a vivência social dos espaços observados, de modo a se perceber o tipo de relacionamento, tendo como referência o trabalho desenvolvido por Jan Gehl (2009 [1971])(2009 [1971]).

A informação obtida foi sistematizada e organizada em duas tabelas de dupla entrada: uma que permite sintetizar toda a análise das narrativas urbanas, resultante da análise das entrevistas e da observação direta efetuada no bairro; a outra deriva da primeira e permite aferir sobre a refutabilidade das hipóteses.

A primeira tabela sintetiza transcrições das entrevistas realizadas — Análise da Narrativa Social (Anexo II). É uma tabela descritiva que relaciona o discurso dos entrevistados com o espaço físico que os rodeia, ou seja, o que os “atores” pensam do bairro. São transcrições que resultam da análise de cada uma das entrevistas, onde foi possível encontrar um conjunto de palavras-chave, transversal a todos os entrevistados (bairro, rua, relações de vizinhança/solidariedade, associativismo, elementos simbólicos e vida de bairro), que permitem qualificar o seu relacionamento com o espaço urbano.

Na tabela intitulada “Discurso Urbano - Tabela Síntese” (Anexo III), foi possível aferir o sentido de identidade das diferentes fases de intervenção urbana, levadas a efeito no Bairro Padre Cruz. Nesta tabela sintetizam-se elementos que permitem retirar as conclusões necessárias sobre as hipóteses colocadas inicialmente. Percebe-se pela sua leitura que existe uma relação direta entre a sociabilização do espaço urbano e a criação de relações de vizinhança. Consequentemente, surge associado a este processo relacional toda a componente cultural com o reconhecimento de elementos simbólicos e de uma narrativa coletiva que consubstancia a memória do lugar.

O material recolhido por via da técnica da observação e por via da realização das entrevistadas aparece analisado e interpretado nos capítulos 5 e 6.

CAPÍTULO 5

FREGUESIA DE CARNIDE — O LUGAR DA MEMÓRIA

Ao longo deste trabalho, tem-se vindo a salientar a importância do lugar na consolidação de uma memória coletiva, que se vai perpetuando no tempo e que é geradora de identidade. A partir da análise física e social de Carnide e dos elementos simbólicos associados a esse mesmo espaço é possível obter diferentes narrativas[145], em função do narrador e das fontes, que se complementam e que se refletem no discurso urbano (Capítulo 4).

Neste capítulo, pretende-se mostrar não só a importância do lugar na consolidação da memória coletiva, mas também o inverso, ou seja, de como essa memória coletiva influencia a consolidação e a preservação desse mesmo lugar, entendendo assim o lugar como formador da memória. Por outro lado, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto a nível individual como coletivo (POLLAK, 1992:204), daí que um lugar com memória seja um lugar com identidade.

Para os residentes do Bairro Padre Cruz, o "lugar de Carnide" assume especial importância na formação e na consolidação da sua identidade. Carnide foi sempre um referencial para os moradores do bairro, que, direta ou indiretamente, aludem à sua história e memória, enquanto cenário saudosista, idílico e relacional.

5.1 Do " sítio de Carnedi" a Freguesia de Carnide

Localizado a noroeste da cidade de Lisboa, o "sítio de Carnide" é um dos povoados mais antigos do país. O seu território estava, inicialmente, inserido numa vasta zona rural, que se prolongava até ao vale de Odivelas, onde se situam as Ribeiras de Caneças/Odivelas e da Paiã, subafluentes do Rio Trancão. A navegabilidade destes cursos de água, associados à riqueza dos seus terrenos, levaram a que, mesmo antes da ocupação romana, este território

145 *"Este coreto foi feito por serralheiros, por pedreiros (…) pela malta de Carnide, dizia o meu pai. Aquilo foi feito há mais de oitenta anos, e o meu pai é que contava: quem fez o coreto não foi a Câmara, foram os de Carnide. Os serralheiros de Carnide!"*. Rogério Cipriano, In FREITAS, Fátima - **BALCÕES COM HISTÓRIA**. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2013a. (pág.9)

tenha sido alvo de ocupações dispersas que vão desde o período do Calcolítico ao Neolítico Final[146].

As descobertas, no núcleo antigo da freguesia, de vestígios dessa ocupação, nomeadamente, no Alto do Poço (1908) e no Largo do Jogo da Bola (1933), onde foram encontrados silos para cereais em forma de pote, escavados no solo, não se sabendo, no entanto, a sua origem e o período (CONSIGLIERI*, [et al.]*, 1993:59), comprovam a sua antiguidade.

Por outro lado, a existência de silos significa que estamos perante uma região agrícola importante. Entre os séculos VIII e XII, período em que o território esteve sob o domínio árabe, houve um crescimento da atividade agrícola, assente em pequenos "Casais", com as suas hortas e pomares, transformando esta região no "celeiro de Lisboa" (FRIAS, 1994:17).

A própria etimologia da palavra reforça a antiguidade do lugar, uma vez que não se consegue chegar a nenhum consenso sobre a origem do nome. Alguns autores tentam relacionar a etimologia do topónimo com uma suposta origem céltica (carn = monte de pedras, túmulo). Outros sugerem a derivação de *quercus* (do *lat.* carvalho) com o sufixo *etum*, depois transformado em ide, por alteração moçarábica. Frei João de Sousa, no seu livro *Vestígios da Língua Arábica*, publicado em 1799, refere que o termo deriva de *tújH Carniet*, que significa *"(...) vizinha de outra povoação (...)"*[147]. No entanto, persistem incertezas quanto à origem do termo. Já a evolução do nome não deixa qualquer dúvida, porque o mesmo se encontra referenciado em diversos documentos: Carnede (1187); Carnedi (1197, 1220); Carnyde (1259) e Carnide (1311) (CONSIGLIERI*, [et al.]*, 1993).

Com a Reconquista Cristã, em 1149, verifica-se um significativo aumento da população, porque os mouros expulsos ou os que abandonaram a cidade fixaram-se aqui. Em 1259, o Mosteiro de São Vicente de Fora delimitou, na proximidade de uma das suas quintas, 32 courelas, em proveito de 29 povoadores ou colonos, promovendo o desenvolvimento desta região. No "Foral de Carnyde"[148], considerado por alguns autores uma verdadeira carta de povoamento, estão registados o nome destes 29 colonos, as suas obrigações e

---

146 Estas conclusões surgem na sequência da Investigação desenvolvida sobre o povoado fortificado do Calcolítico, na Serra da Amoreira. Para mais informações consultar o sitio da DGPC http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69697

147 In, http://archive.org/stream/vestigiosdalingo00sous/vestigiosdalingo00sous_djvu.txt

148 Nome dado ao documento original que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, S. Vicente de Fora, m.3, n.º 36

foros. Cristãos e muçulmanos acabarão por se fundir, dando origem a uma população homogénea (FRIAS, 1994:17).

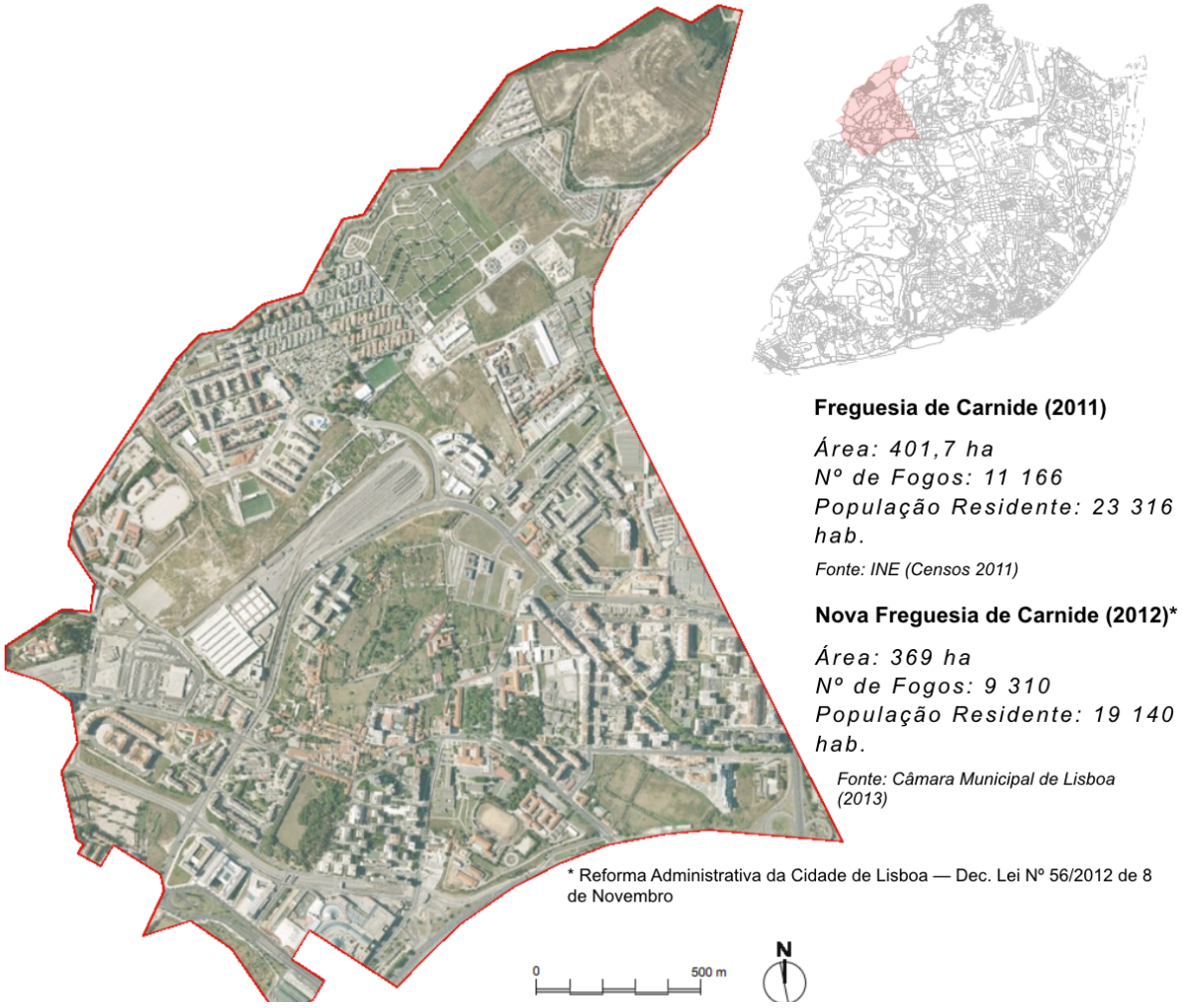


Figura 32 | A Freguesia de Carnide: localização e caracterização
Fonte: elaboração própria (2014)

A freguesia de Carnide é uma das mais antigas da cidade de Lisboa. A sua origem está, desde 1297, ligada à grande paróquia rural que aí se constituiu — Paróquia de São Lourenço de Carnide, no reinado de D. Dinis. Faziam também parte desta paróquia os territórios da Pontinha e do Casal Falcão, que se estendiam até aos limites de Odivelas. Em 11 de setembro de 1852, a freguesia é integrada no recém criado concelho de Belém (antiga Freguesia de Santa Maria de Belém) e, aí, se mantém até à data da sua extinção. A reforma administrativa do município de Lisboa, aprovada pela *Carta de Lei em 18 de julho de 1885* e complementada pelo decreto-lei de 8 de outubro, volta a reintegrar ambas as freguesias no concelho de Lisboa.

A reforma administrativa de 1959, determinada pelo Decreto-Lei n.º 42142, de 7 de fevereiro, procede à reorganização administrativa da cidade de Lisboa e surge na sequência da revisão do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa.

As transformações urbanas a que a cidade esteve sujeita nos últimos anos, com a abertura de novas vias de comunicação e com o desaparecimento de referências territoriais que assentavam nos velhos caminhos, levam a que seja necessário proceder a uma nova redelimitação das freguesias existentes, adaptando-as ao novo *layout* da cidade e à criação e extinção de outras, atestadas no diploma: *"São vários os casos de bairros e quarteirões cortados ao meio por linhas divisórias outrora definidas por azinhagas e vedações de prédios rústicos de que já hoje não restam vestígios. Além do ilógico de tal divisão, que não respeita as unidades geográficas nem as mais elementares regras de urbanística, ela está cheia de imprecisões e casos duvidosos."*[149]

Com esta reforma, a cidade de Lisboa passa a contar com 53 freguesias. Foram extintas duas no centro da cidade — a de São Julião e a da Conceição Nova — criaram-se 12 e reajustaram-se os limites das restantes, de entre as quais se destaca a freguesia de Carnide. Convém salientar que, a partir desta data, deixa de haver correspondência entre a divisão civil e a eclesiástica, ou seja, o limite da freguesia já não corresponde ao limite da paróquia.

Em relação à freguesia de Carnide, são estabelecidos os seguintes limites: *"Partindo do ponto da estrada de circunvalação (futura 1ª circular) mais próximo do canto noroeste do Cemitério de Benfica, segue, para noroeste, pela estrema do concelho, até à grande radial que prolongará a Avenida de António Augusto de Aguiar; continua, para sueste, pelo eixo daquela radial, até ao seu cruzamento (projectado) com a II circular; prossegue, para oeste, pelo eixo da II circular, contorna, por noroeste, as instalações do Estádio do Sport Lisboa e Benfica, acompanhando, depois, novamente na direcção oeste, a linha divisória entre as Quintas da Luz, de Carnide e do Bom Nome (a norte) e as Quintas da Granja de Baixo, da Granja de Cima e do Charquinho (a sul); ao chegar ao cemitério de Benfica, rodeia-o, pelo noroeste, até atingir o ponto de partida"*[150].

Mais recentemente, a 8 de dezembro de 2012, é publicada a Lei n.º 56 que procede à reorganização administrativa de Lisboa. A legislação aprovada tem como objetivo a implementação de um novo modelo de gestão, mais descentralizado, que permita uma melhor afetação e racionalização dos recursos humanos e uma maior eficácia no relacionamento com os cidadãos.

149 Decreto-Lei n.º 42142

150 Idem, pág. 154

Visa também reajustar a dimensão geográfica das atuais freguesias, promovendo uma maior e mais equilibrada dimensão. Nesse sentido, com este novo mapa administrativo, o concelho de Lisboa vê reduzidas para 24 o número de freguesias. São fundidas 43 em 13 novas unidades administrativas, mantidas 10 com a redefinição dos seus limites, nas quais se inclui Carnide, e é criada uma nova, a do Parque das Nações.

Com esta nova delimitação, Carnide vê reduzida a sua área territorial em 8%, passando de 401.7ha para 369ha. Com base na extrapolação efectuada pelo município para a população residente, a nova freguesia de Carnide perde 18% dos seus habitantes, passando de 23.316 (INE - censos de 2011) para 19.140 (CML, 2012).

Em relação aos limites físicos, a freguesia confronta a sul com a Avenida dos Condes de Carnide, a Avenida Marechal Teixeira Rebelo, a Avenida Lusíada e a Avenida General Norton de Matos; a nascente com a Azinhaga da Torre do Fato, a Estrada do Paço do Lumiar, a Azinhaga dos Lameiros e a Rua do Rio Zêzere; a norte/poente é o limite do concelho.

5.2 Caracterização física e social

Na história de Carnide podemos considerar três períodos chave, preponderantes para a consolidação da freguesia enquanto espaço de relevo na história da cidade. Estes períodos estão associados a dinâmicas sociais, relacionadas com acontecimentos históricos, políticos e religiosos, que foram consolidando o seu tecido urbano.

Os dois primeiros são de especial importância, não só porque estiveram na sua génese e consolidação física, mas porque balizaram o desenvolvimento da aldeia, durante os séculos seguintes. São momentos marcantes que estão ligados aos edifícios, às ordens e aos eventos religiosos. Por outro lado, permitem aferir sobre a importância da memória coletiva na consolidação do lugar. Um dos exemplos mais elucidativos é a construção do Santuário da Luz, em que a edificação acontece porque existe uma suposta fonte milagrosa, a fonte da Machada, cuja história se foi perpetuando no tempo, passando de

geração em geração[151], configurando uma narrativa sobre a origem do lugar. O terceiro é consequência do Terramoto de 1755, porque consolida física, social e economicamente a freguesia de Carnide.

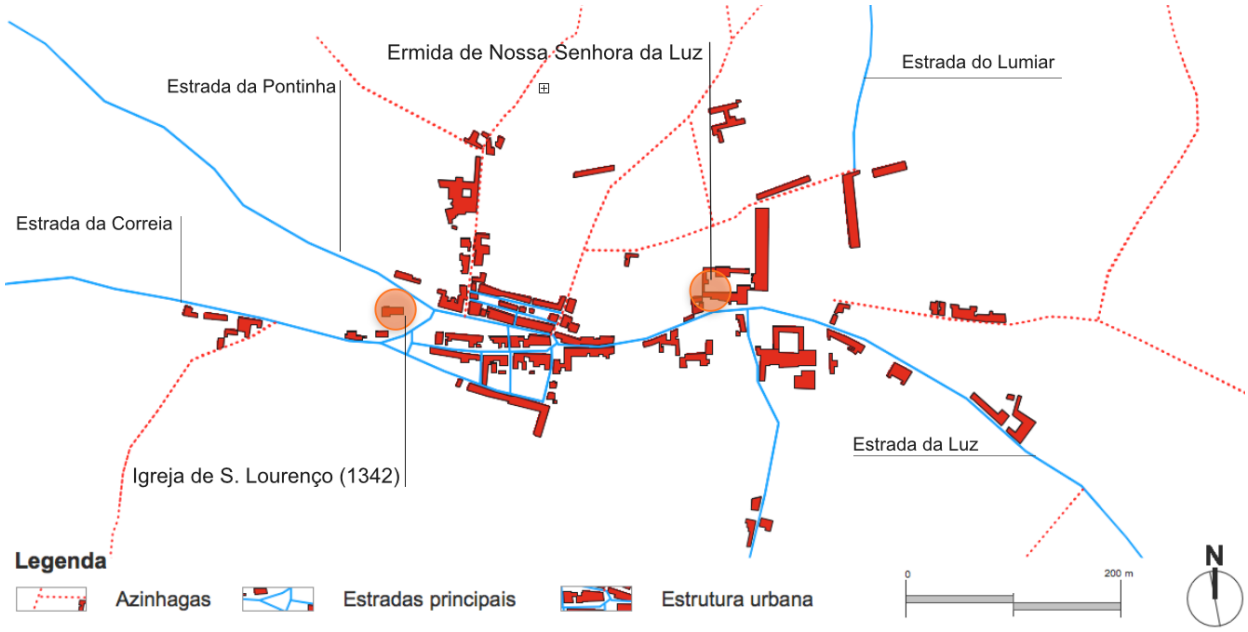


Figura 33 | Vila de Carnide em 1900
Fonte: Elaboração própria (2014)

O primeiro período inicia-se com a formação da paróquia rural, com a construção da Igreja de São Lourenço, em 1342, que, segundo alguns historiadores, teria sido edificada num local ermo, situado geograficamente no centro da paróquia e numa zona de fácil acesso. Como se pode ver na figura Figura 33, a igreja é construída entre a Estrada da Pontinha e o início da Estrada da Correia, no Largo do Malvar. É precisamente a partir desse ponto, para nascente, que se irá desenvolver o núcleo urbano de Carnide, até à Fonte do Machado, onde mais tarde foi edificada a Ermida de Nossa Senhora da Luz, em 1463. Durante os séculos seguintes, é sobre este eixo e delimitada pelos dois edifícios religiosos que a consolidação urbana de Carnide se fará.

O segundo período acontece no reinado de D. João III (1521-1557), já no século XVI, com a doação da ermida e do Hospital à Ordem de Cristo. Este facto prestigiou-a, incorporou-lhe novo património e ligou-a definitivamente à

[151] Pero Martins, cruzado, natural de Carnide, ficou prisioneiro aquando da tomada de Tânger, no reinado de D. Afonso V. Reza a história que foi graças à intervenção milagrosa de Nossa Senhora que se conseguiu libertar. A virgem, que em sonhos lhe apareceu, disse-lhe para ir ao lugar de Carnide e junto à fonte da Machada lhe erguesse uma Ermida. FRIAS, Hilda Moreira - **A Arquitectura Régia em Carnide**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0876-3.

Casa Real (CALADO*, [et al.]*, 1993:22). As festividades religiosas, que até então tinham um caráter popular, as festas do Espírito Santo[152], foram substituídas pelo culto a Nossa Senhora da Luz, aquando da construção do santuário em substituição da primitiva ermida.

Foi da responsabilidade da Infanta D. Maria (1521-1577) — filha de D. Manuel I e de sua terceira mulher, D. Leonor de Áustria, e irmã de D. João III — a construção deste santuário que, para além da Igreja, tinha, em anexo, um convento e um moderno hospital para servir os peregrinos. Este complexo religioso, que se iniciou em 13 de junho de 1575, segundo o projeto do arquiteto Jerónimo Ruão, a quem a Infanta recomendou que fizesse uma das melhores obras da Europa (FRIAS, 1994:29), foi de particular importância porque atraiu muitos operários, que contribuíram para um aumento significativo da população residente. É a partir deste período que se começa a consolidar a aldeia de Carnide.

A visibilidade do santuário, proporcionada pelas romarias em torno do culto a Nossa Senhora da Luz, pela própria Infanta, que foi viver para o sítio da Luz, onde adquiriu uma quinta e várias casas e pela Feira da Luz que surge associada a esse culto, transformam esta região num espaço apetecível para a nobreza que residia na capital. Daí o grande número de quintas e de palacetes que se foram construindo em torno do santuário.

Em 1620, a população estimada era de 1012 habitantes. No entanto, com a conclusão das obras do santuário (1596), uma parte dos operários que aí se fixou foi trabalhar para outras zonas da cidade, em palacetes e obras régias, que, entretanto, se iniciavam, levando a um decréscimo populacional de 25%, fixando-se em 759 habitantes.

O terceiro período é consequência do tremor de terra de 1755: o Santuário da Luz fica praticamente destruído e deixa de ter a importância de outrora, como lugar de culto[153]. A igreja conserva apenas algumas partes da primitiva edificação e do convento; só ficou o andar térreo, atualmente ocupado pelo

---

152 "Documentos dos séculos XIII e XIV referem a existência de uma Ermida do Espírito Santo que tinha anexa uma pequena gafaria. O culto do Espírito Santo, difundido durante o século XIII, perdurou na região, até ser completamente absorvido pelo novo culto da Senhora da Luz, no século XVI, depois da reorganização da Igreja no âmbito do Concílio de Trento. É, pois, remota a origem de fenómenos de romarias e peregrinações que atraíam ao local população dispersa pela paróquia e muitos forasteiros vindos de longe. Os marítimos (pescadores e navegadores) eram devotos do Espírito Santo e, em 1437, deram início à procissão anual do Sírio do Cabo à pequena ermida local" In, http://www.jf-carnide.pt/freguesia/a-freguesia/historia-e-curiosidades/

153 As festividades religiosas em torno do culto à Senhora da Luz foram-se mantendo ao longo dos anos, mas com menos vigor. A Feira da Luz, que se realiza anualmente, é um exemplo disso, porque nasce associada ao culto — procissão e romaria que se realizam todos os anos em setembro.

Colégio Militar. No entanto, a freguesia volta a ganhar relevo quando vários nobres se refugiaram aí, em quintas e palácios, construídos em torno do santuário e ao longo das estradas de acesso à Luz — Estrada da Luz e do Lumiar — e a Carnide (Estrada da Pontinha). No entanto, esta fixação foi temporária até os seus palácios urbanos na capital estarem construídos (CALADO*, [et al.]*, 1993), como se pode observar na Tabela III, já entre 1798 e 1820, a freguesia perde 1.134 habitantes.

Freguesia de Carnide — Fogos e População (variação)

Ano	População	Nº Fogos	Famílias	Fonte
1620	1 012			Junta de Freguesia de Carnide
1736	659	196		
1758	1 461	255		
1755	1 727			
1798	2 204			
1820	1 070	337		
1840	1 204	349		
1864	1 126	302		
1878	1 179	278		
1890	1 734	337		
1900	1 813	351		INE
1911	1 483			
1921	2 550			
1931	2 482			
1941	3 211			
1951	3 351			
1961	4 263			
1971	8 325	2200	2238	
1981	13 370	4274	3590	
1991	15 375	5411	4506	
2001	18 989	8417	6501	
2011	23316	11166	9064	

Tabela III | Freguesia de Carnide: tabela da variação da população e do número de fogos de 1620 a 2011
Fonte: INE, J.F.Carnide, elaboração própria (2014)

As quintas trouxeram uma nova dinâmica económica e social. Neste período, assiste-se a um aumento populacional da freguesia e a uma consolidação do seu tecido urbano, que se desenvolve a partir da Rua Direita

(parte edificada da Estrada da Pontinha), com um traçado ordenado, que se consolida durante o século XVIII e que se mantém praticamente inalterado até hoje (núcleo histórico). Tratam-se de habitações com uma arquitetura tradicional, de um ou dois pisos, cujo acabamento, embora simples, varia em função das características sociais do residente. A sua população era constituída essencialmente por artífices, serviçais da nobreza e dos conventos e agricultores.

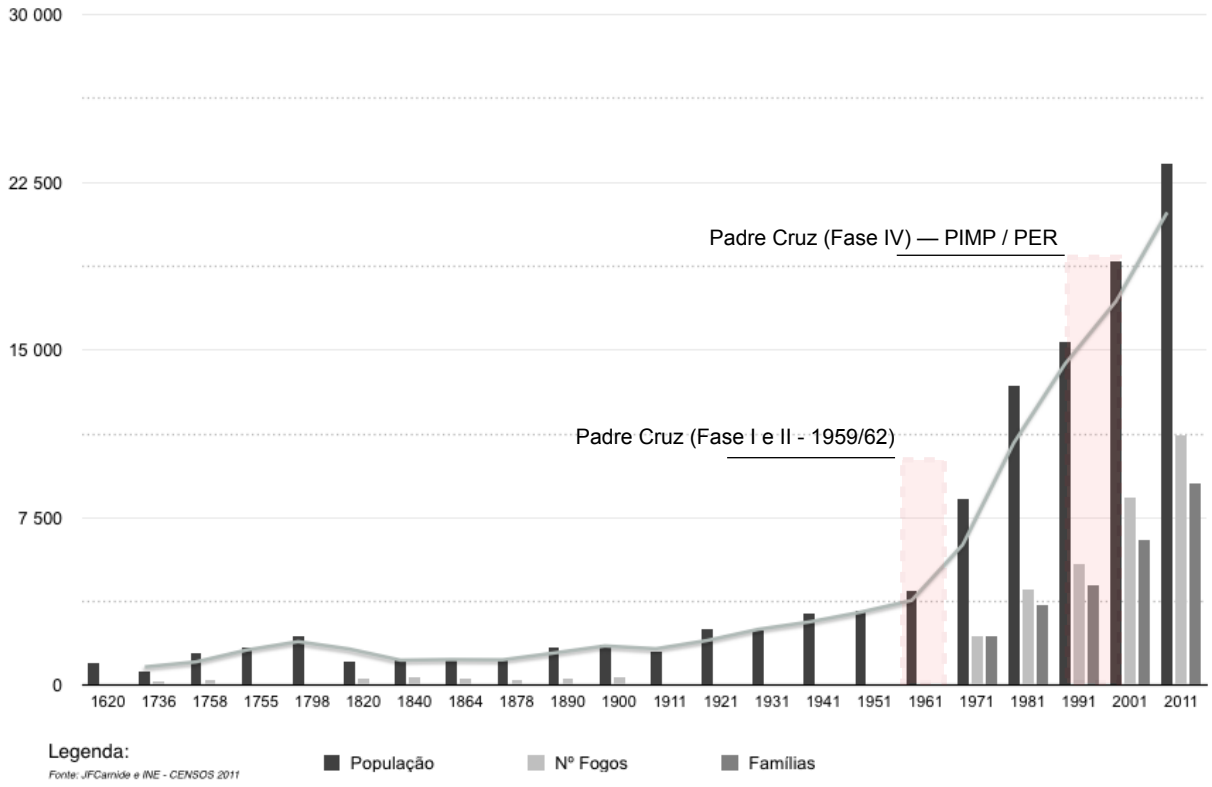


Gráfico III | Freguesia de Carnide: gráfico da variação da população e do número de fogos de 1620 a 2011
Fonte: INE, J. F. Carnide, elaboração própria (2014)

A estrutura urbana da freguesia de Carnide altera-se muito lentamente nos séculos seguintes [Gráfico III]. Entre 1758 e 1900, verifica-se um aumento do número de fogos (96), mas, pelo contrário, assiste-se a uma redução da população. Só a partir de 1921 é que a população residente[154] estabiliza e começa a crescer de forma consistente, a partir de 1931. Para esta consolidação do tecido social da freguesia, contribuem dois fatores importantes: a inauguração do Elétrico n.º 13, em abril de 1929, e a revolução urbana a que a cidade de Lisboa esteve sujeita nas décadas seguintes (conferir Capítulo 2). A freguesia fica assim ligada ao centro da cidade por transportes

154 Entre 1900 e 1911, a freguesia de Carnide vê a sua população reduzida em 25%, passa de 1.813 para 1.483 habitantes. Nos dez anos seguintes volta a cresce 75%.

públicos. O Eléctrico n.º 13 (Praça dos Restauradores — Carnide[155]), irá ser um elemento estruturante para o desenvolvimento económico e social de toda esta zona, bem como das zonas adjacentes, nomeadamente da Pontinha, já no concelho de Odivelas (na altura de Loures).

No Gráfico III (página anterior) é possível visualizar a variação da população de Carnide, desde 1620 até 2011. Verifica-se que, entre 1931 e 1961, a população tem um crescimento constante, em termos médios. No entanto, a partir dos anos sessenta, esse crescimento é exponencial. Este acréscimo populacional tem a ver com as dinâmicas associadas à construção de novos bairros: alguns camarários (Bairro Padre Cruz, Bairro da Horta Nova e Bairro Novo de Carnide — Bairro da Polícia, como é conhecido), outro de promoção pública (Bairro da Quinta da Luz) e outros ainda pertencentes à iniciativa privada, na sua maioria condomínios, conforme informação disponibilizada pela Junta de Freguesia de Carnide (2011), 60% da sua população vive em bairros municipais.

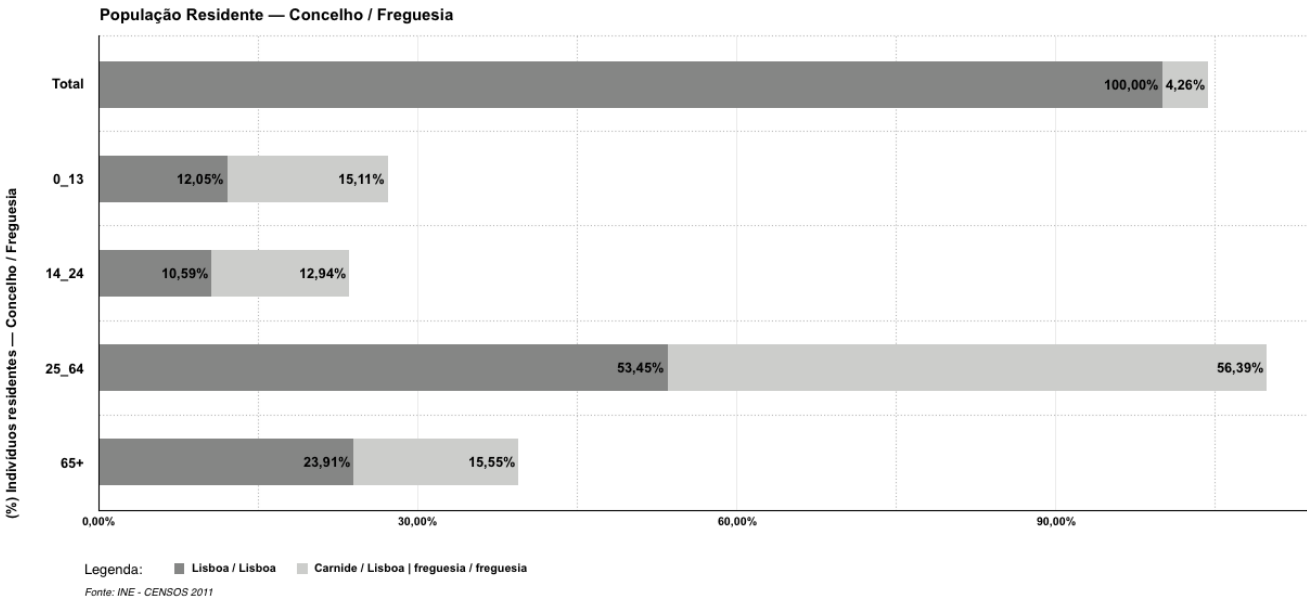


Gráfico IV | Freguesia de Carnide: Gráfico da População Residente (%)
Fonte: INE - Censos 2011, elaboração própria (2014)

Segundo os censos de 2011, a população residente representava 4,26% da do concelho [Gráfico IV]. Desta população 56,39% encontra-se em idade ativa (25-65 anos) e só 15% é que tem mais de 65 anos. Praticamente em todos

[155] Estes percurso manteve-se até maio de 1960, época em que foi alterado devido à recente inauguração do Metropolitano de Lisboa (dezembro de 1959)

os indicadores, mas fundamentalmente nos da idade, emprego e formação, Carnide está acima da média da cidade [Gráfico V].

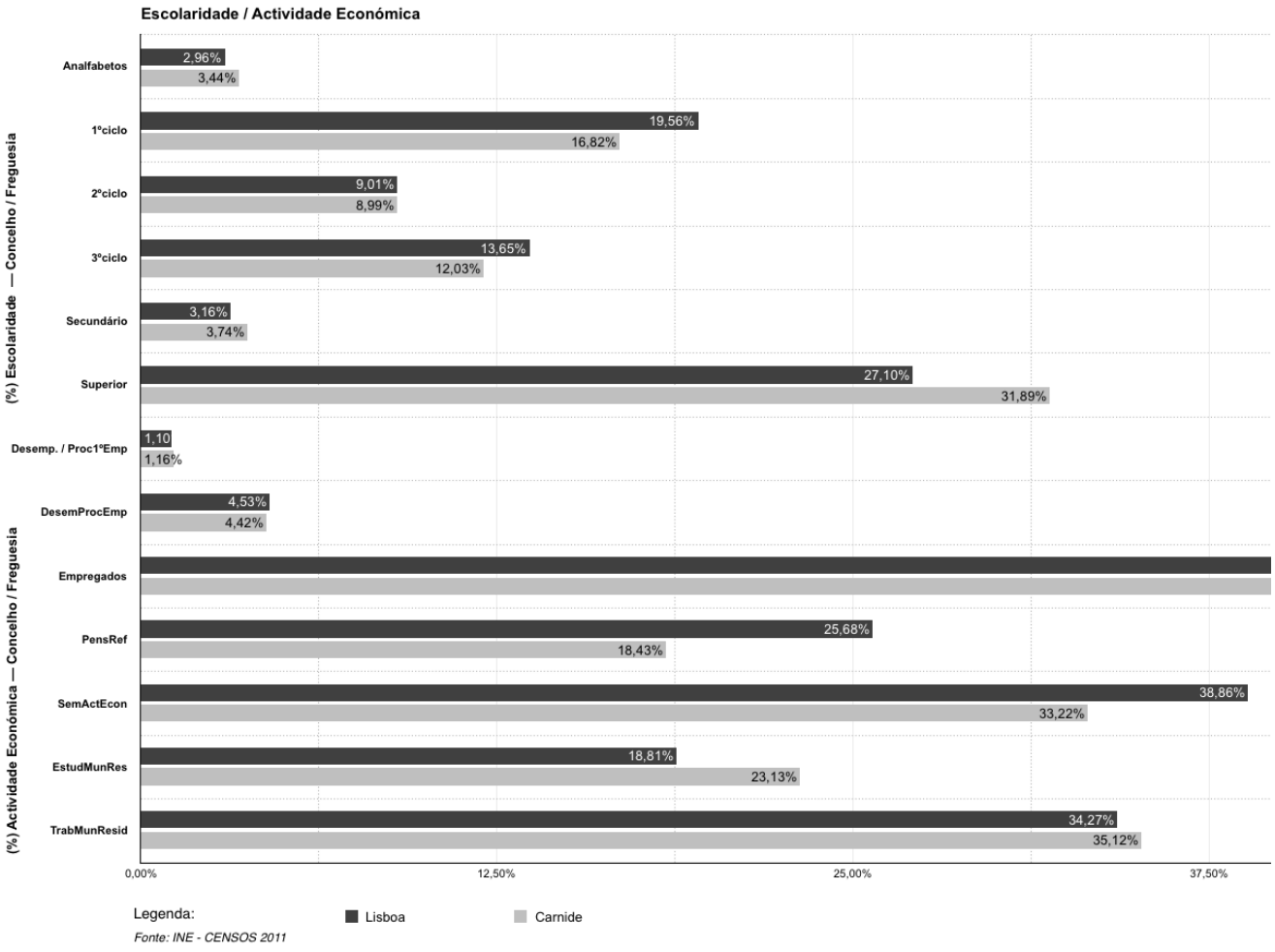


Gráfico V | Freguesia de Carnide/Concelho: Escolaridade / Atividade Económica (%)
Fonte: INE - Censos 2011, elaboração própria (2014)

A localização periférica da freguesia, verificada até final da década de oitenta, foi resolvida com a construção de novas vias de comunicação e com o reforço da rede de transportes públicos. Esta situação, aliada a uma bolsa de terrenos por urbanizar (antigas quintas), criou as condições necessárias para a construção de novos equipamentos urbanos, na sua maioria de promoção privada.

As imagens seguintes refletem graficamente as transformações físicas que o território sofreu, e que se refletiram na variação populacional da freguesia.

Na Figura 33 (página 152), estão representadas as estruturas físicas, marcantes, que pautavam o território no início do século: os principais

itinerários, as azinhagas e os edifícios notáveis. Esta carta servirá como elemento referenciador para as cartas seguintes.

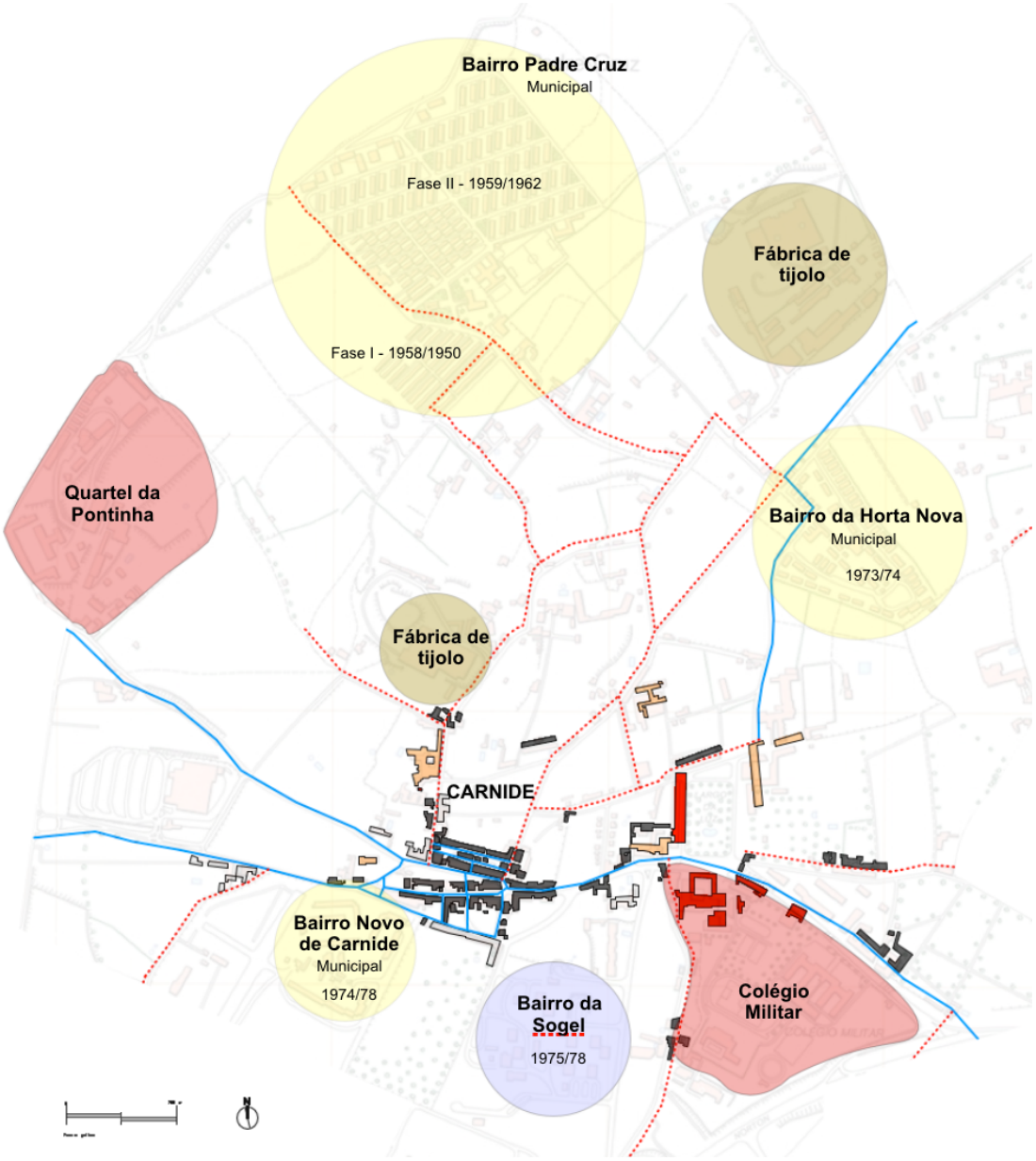


Figura 34 | A freguesia de Carnide em 1979
Fonte: Carta Militar 1979; elaboração própria 2014

A Figura 34 resulta da sobreposição da carta anterior (estrutura urbana e caminhos) sobre uma Carta Militar de 1979. Desta forma, consegue perceber-se a evolução urbana da freguesia e do edificado construído. Verifica-se a existência de 3 bairros municipais e de um outro de promoção privada. Em termos urbanos, a freguesia sofreu poucas alterações e manteve praticamente toda a sua morfologia — ainda continuam a ser os antigos caminhos a demarcar

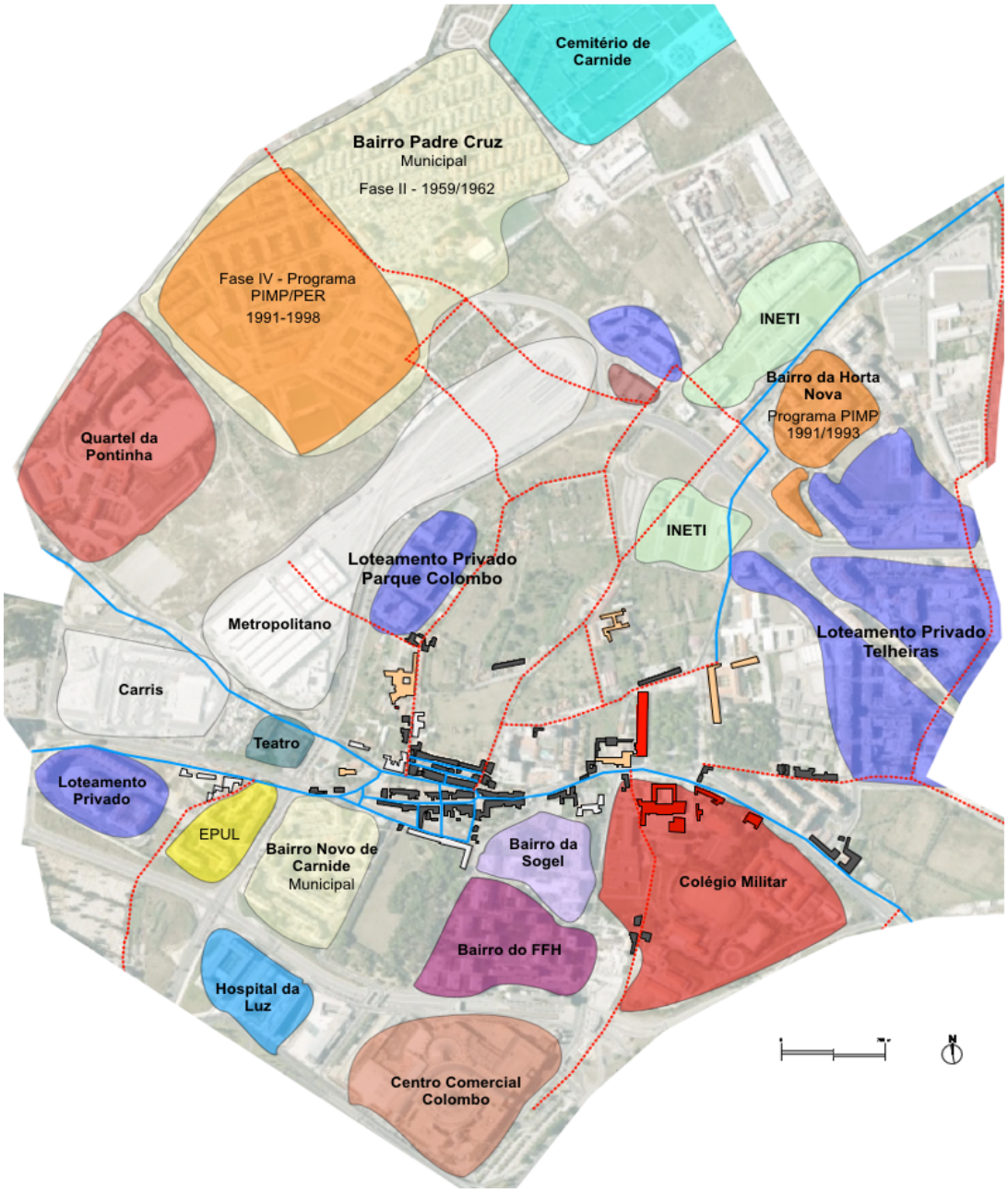


Figura 35 | A freguesia de Carnide atual
Fonte: elaboração própria (2014), sobreposição sobre imagem de satélite (Google Earth 2007).

as propriedades e a servir de elo de ligação entre as quintas, as fábricas e os bairros construídos, fora do seu núcleo urbano, nomeadamente, o Bairro Padre Cruz, edificado vinte anos antes.

A Figura 35 representa o território atual e mostra precisamente o contrário. Esta imagem de satélite (2007), sobre a qual sobrepusemos manchas referentes a operações de loteamento, apresenta-nos um espaço reconfigurado e "fragmentado" com uma narrativa urbana diferente, como se pode ver na imagens da Figura 36.

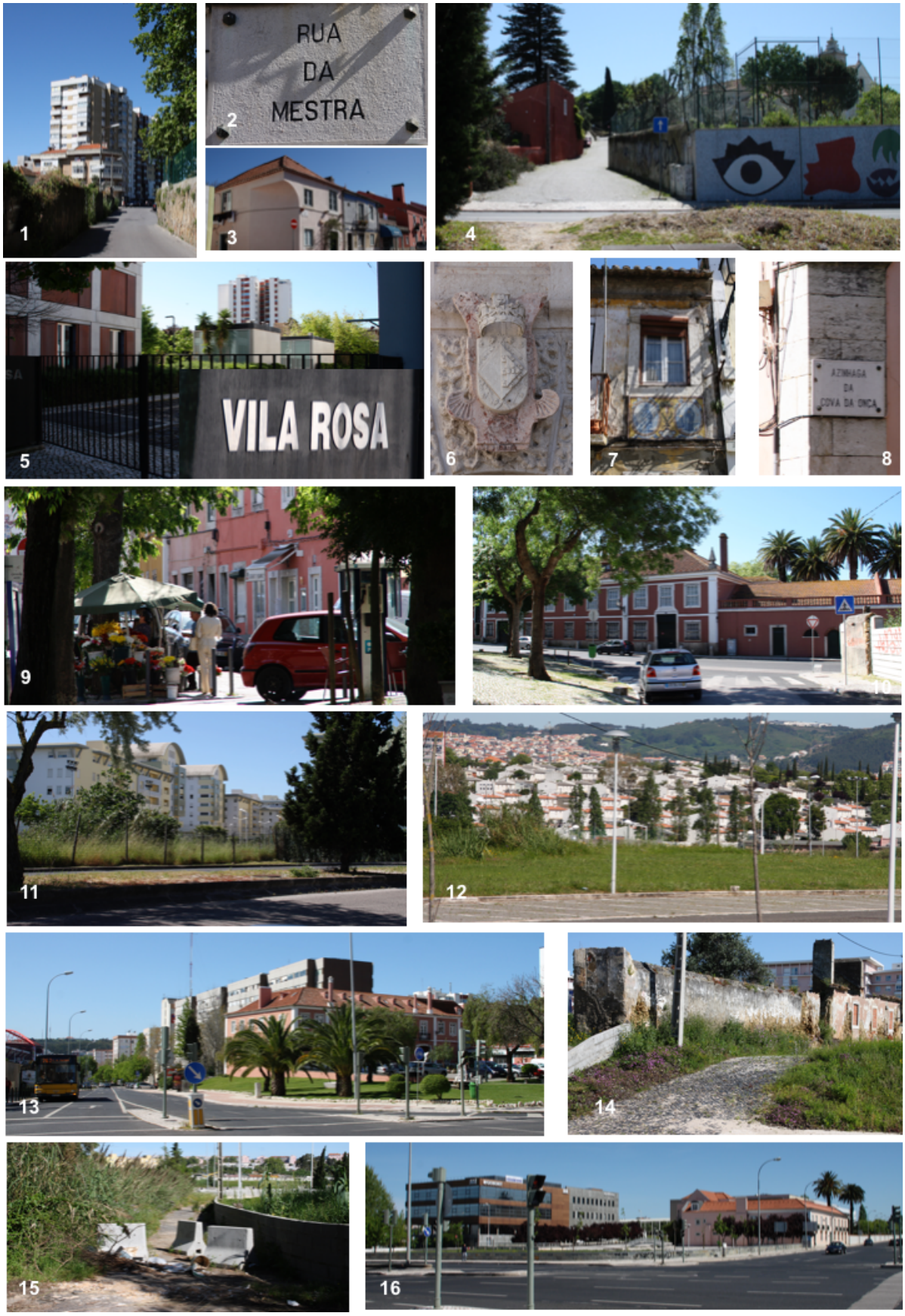


Figura 36 | As novas morfotipologias urbanas
Fonte: elaboração própria (2011)

Legenda

1 Azinhaga das Carmelitas.
Caminho que parte do Largo da Luz e termina na entrada da quinta do Convento de Santa Teresa de Jesus, da Ordem das Irmãs Carmelitas Descalças.

2 Rua da Mestra - A toponímia como parte da memória colectiva.

3 Edifício de habitação junto ao Largo do Coreto.
A fachada do edifício teve de ser "desbastada" para que o eléctrico pudesse dar a volta.

4 A Estrada da Pontinha interrompida pela radial de Carnide.

5 Vila Rosa - Condomínio privado.

6 A Infanta Morreu solteira - Brasão que adorna a fachada lateral da Igreja da Luz, sobre a fonte.

7 Quinta dos Azulejos - Fachada emblemática do edificado da Quinta.

8 Início da Azinhaga da Cova da Onça.
Via interrompida pela Av. Cidade de Praga (radial de Carnide)

9 Largo do Coreto - Praça central da Vila de Carnide onde se localiza o Carnide Clube.

10 Palácio dos Condes de Carnide - Quinta do Malva (Largo do Campo da Bola).

11 Os novos bairros - Vista sobre o Parque Colombo.

12 O Provisório do Estado Novo - Vista sobre o Bairro Padre Cruz, núcleo da alvenarias.

13 Av. do Colégio Militar
Esta avenida vem substituir a Azinhaga da Fonte que se encontra dentro do Colégio Militar

14 Troço da Azinhaga do Cerrado - O território como palimpsesto.

15 Interrupção da Azinhaga dos Cerejais.
Azinhaga que ligou o centro de Carnide ao Bairro Padre Cruz até finais da década de noventa do século passado.

16 As novas encruzilhadas - Início da Estrada do Lumiar, cruzamento com a radial de Carnide.
Esta estrada iniciava-se no Largo da Luz mas foi interrompida pela nova reorganização territorial

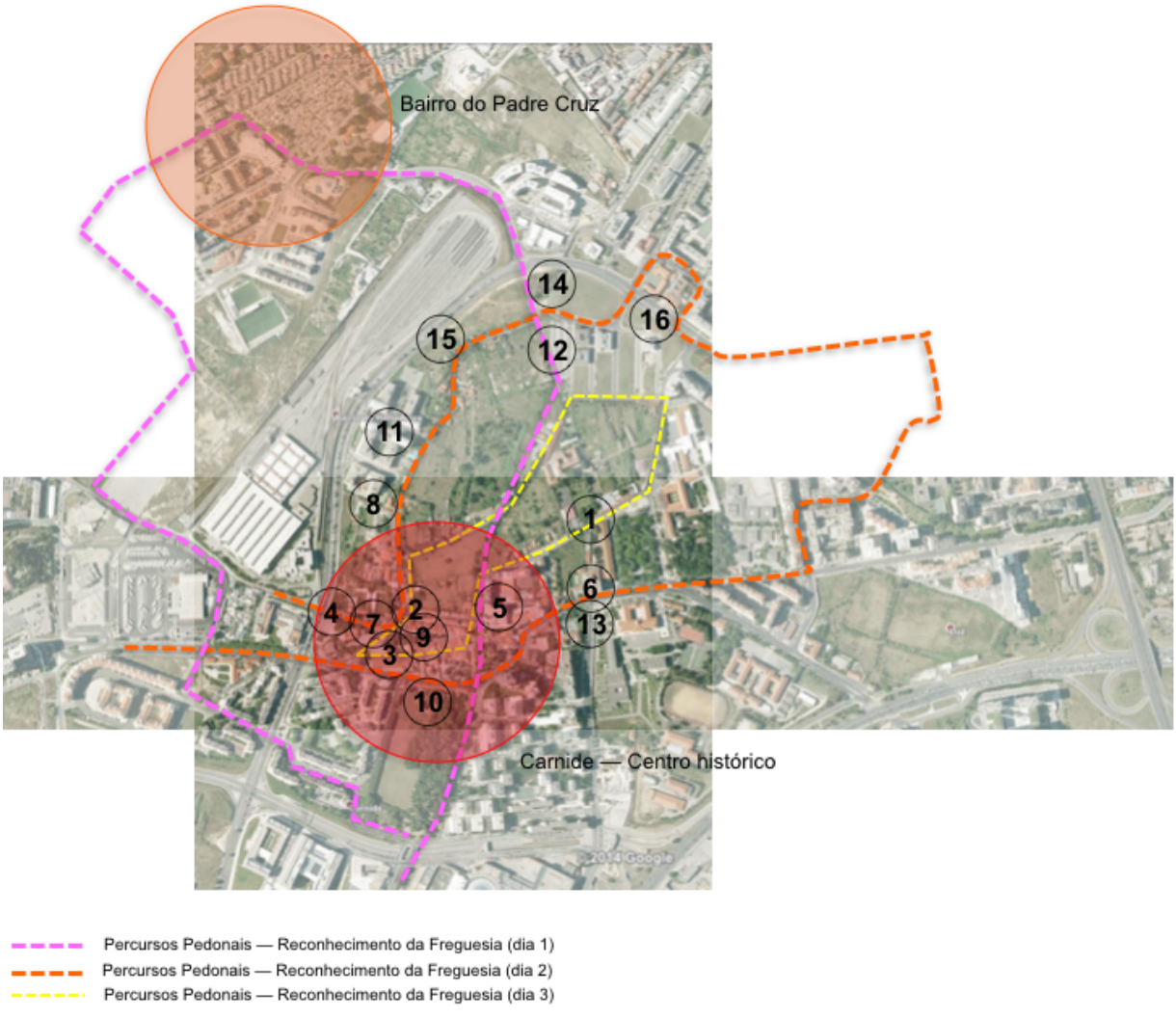


Figura 37 | Os percursos - Localização das imagens
Fonte: elaboração própria (2011)

Em vinte anos, a freguesia de Carnide e toda a envolvente alteraram-se radicalmente, tanto em termos morfológicos como tipológicos. Para além dos novos loteamentos realizados ao abrigo de programas de realojamento, como os PIMP e PER (Bairro Padre Cruz e Bairro da Horta Nova) e de outros de iniciativa privada (Urbanização de Telheiras e do Parque Colombo), surgem novos equipamentos como o Centro Comercial Colombo, o Hospital da Luz, o Metropolitano de Lisboa, o parque tecnológico do INETI, a estação rodoviária da Carris e o Teatro Armando Cortez (Casa do Artista).

São construídas novas vias de comunicação (Avenida Marechal Teixeira Rebelo, Avenida dos Condes de Carnide e Avenida Cidade de Praga), que interligam estas novas infraestruturas. Todas estas transformações urbanas aniquilaram por completo os antigos caminhos e criaram um território fragmentado e um tecido urbano heterogéneo e descontextualizado. Esta nova realidade urbana está refletida na Figura 36, que agrupa um conjunto de fotografias, tiradas em abril de 2011, aquando da realização do segundo percurso pedonal [Figura 37] — reconhecimento do centro histórico.

Um exemplo do que foi referido é caso do Bairro Padre Cruz, que, outrora estava ligado ao centro de Carnide pela Azinhaga dos Cerejais e, neste momento se encontra “isolado” [Figura 36; fotografia 15]. A Radial de Carnide veio interromper estas ligações ancestrais. O mesmo sucedeu com a Estrada da Pontinha que, durante séculos, foi um dos elementos estruturantes do território, na ligação de Lisboa aos concelhos a norte e que, agora, se encontra interrompida pela radial de Carnide [Figura 36; fotografia 4].

Todavia, independentemente das alterações profundas, a freguesia tem conseguido preservar o seu “casco” histórico, transformando-o num elemento gerador de identidade e indutor de urbanidade, a partir da memória coletiva, contrariamente ao que sucedeu em outras do concelho[156], que viram os seus núcleos históricos reduzidos a um conjunto de edifícios que não passam de simples figuras de estilo, numa narrativa urbana que há muito desapareceu.

Num curto período de tempo (cerca de vinte anos) e fruto de uma atitude política que tem vindo a ser implementada pelo poder local, em colaboração com o movimento associativo de Carnide, com a paróquia e com instituições de solidariedade social, foi possível à freguesia criar a sua centralidade, assente numa identidade própria e numa cultura cívica bem enraizada e que tem irradiado para os bairros envolventes.

156 Locais como Ameixoeira, Lumiar, S. Domingos de Benfica, Buraca e Olivais Velho.

Um dos fatores, que tem contribuído para a consolidação desta memória coletiva e para a sua perpetuação no tempo, tem sido, para além do património físico, histórico, cultural, o seu movimento associativo. O associativismo é efetivamente um elemento preponderante que diferencia esta freguesia de outras da cidade.

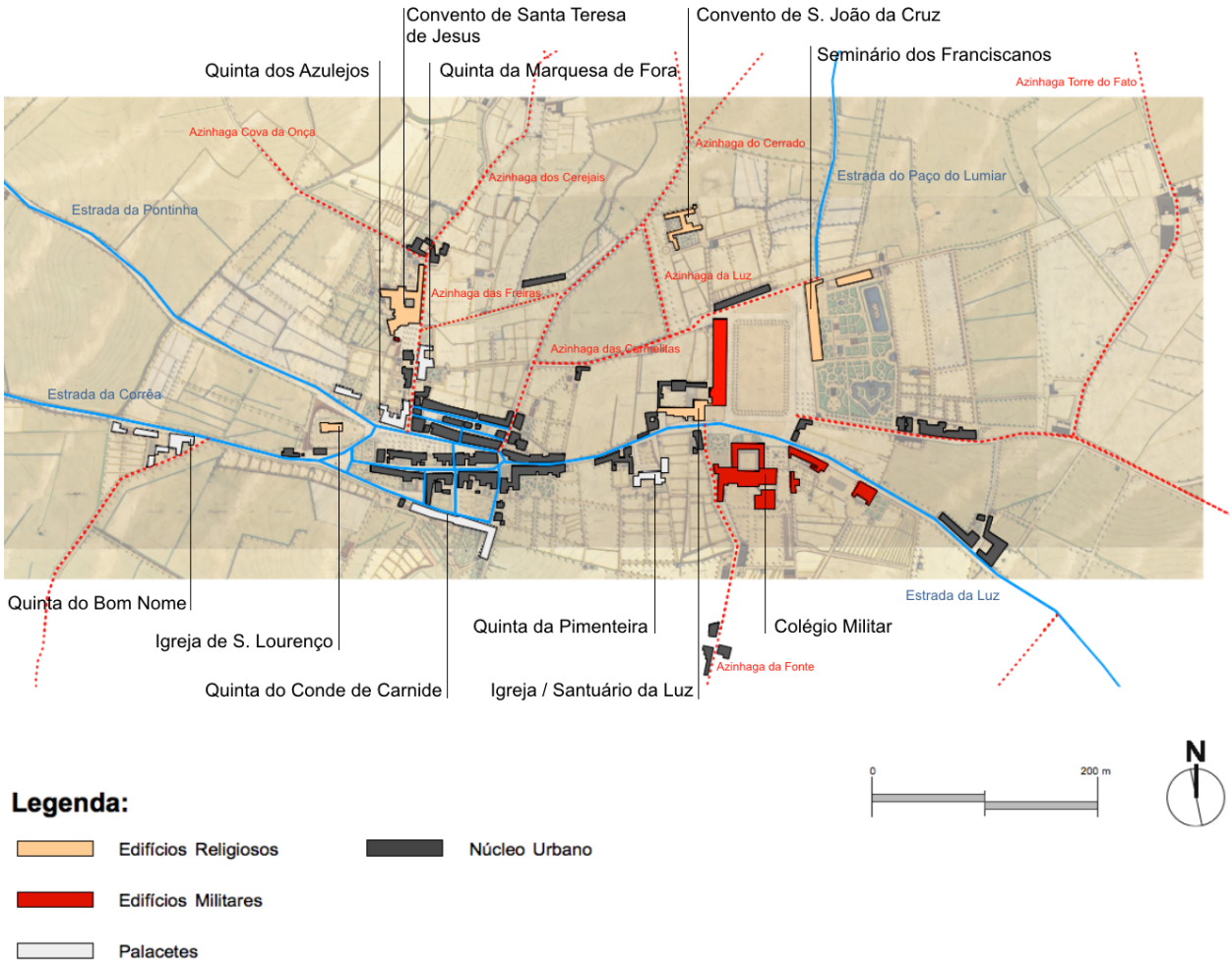


Figura 38 | A freguesia de Carnide 1904: o território como narrativa
Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911; (elaboração própria 2014)

Senão vejamos, Lisboa é uma cidade com um património histórico invejável, que não se centra exclusivamente na "Lisboa monumental" e no centro histórico, mas que se encontra disperso por diferentes freguesias, outrora núcleos rurais de relevo, como S. Domingos de Benfica, Paço do Lumiar, Lumiar e Ameixoeira. Este património existe, mas será que foi gerador de identidade ou promoveu a urbanidade nas zonas onde está inserido? Basta visitar estes locais para se perceber que são zonas fragmentadas,

completamente "absorvidas" pelos novos loteamentos e que passam despercebidas quando nos cruzamos com elas. Por conseguinte, algo de diferente aconteceu em Carnide e que promoveu o contrário.

Em Carnide, assistimos à conjugação de dois fatores que foram preponderantes para a consolidação da memória do lugar: o primeiro tem a ver com o património físico [Figura 38], enquanto elemento catalisador que potencia a identidade e promove a urbanidade (a relação dentro do espaço); o segundo a sua população que ao interiorizar toda esta carga histórica, foi desenvolvendo sentimentos de identificação que a leva a relacionar-se entre si e a criar movimentos associativos.

A primeira associação surge em 1886, quando um grupo de republicanos pretende possibilitar o ensino nocturno às crianças desfavorecidas e a adultos iletrados — a Associação de Instrução Primária de S. Lourenço de Carnide. Esta associação será extinta dez anos mais tarde, para dar origem a uma outra, a Associação Auxiliadora de Instrução em Carnide (1907), vulgarmente conhecida por "Escola Noturna" (FIGUEIREDO, 2006:23). Foi, provavelmente, uma das primeiras escolas noturnas de Lisboa, senão a primeira[157], que contribuiu para combater o analfabetismo e, reforçar o sentido de identidade e a autoestima da população. É com orgulho que, ainda hoje, os residentes mais velhos de Carnide olham para o edifício degradado e abandonado, da Rua do Norte e o identificam como a "Sua Escola Noturna"

São estes movimentos, numa primeira fase informais, que estão na origem das coletividades que se constituíram a seguir à implantação da República, nomeadamente a Sociedade Dramática de Carnide (1913) e o Carnide Clube (1920). A primeira, com uma maior orientação cultural, e a segunda, mais vocacionada para o desporto. No entanto, embora fossem duas coletividades que se complementavam entre si, sempre existiu uma grande rivalidade entre ambas. O Carnide Clube era mais elitista do que a Sociedade Dramática de Carnide — a própria localização refletia esta diferenciação social. A primeira tem a sua sede no centro da vila, no Largo do Coreto, num edifício doado pelos Condes de Carnide, e a segunda, fixou-se numa vacaria nos arredores, na Azinhaga do Serrado. Até à década de 60, eram as únicas coletividades existentes e ambas tiveram um papel importante na consolidação e difusão dos

157 Segundo o sítio da *internet* da Associação "O Direito de Aprender" — http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=526&Itemid=30 — sobre as Universidades populares em Portugal na I República, a primeira Academia de Estudos Livres surge em 1889 e passa a assegurar, a partir de 1904, o funcionamento do ensino diurno e noturno na Escola Marquês de Pombal, este último destinado a adultos.

valores identitários de Carnide que serviram de referência para todas as outras que se seguiram.

Não se pode deixar de falar do poder político local e do papel crucial em todo este processo — os presidentes de junta que, nos últimos vinte/trinta anos, governaram a freguesia contribuíram em muito para a preservação do património material e imaterial de Carnide. Este é um aspeto importante porque, ao longo dos últimos anos, Carnide tem sido um exemplo na implementação de uma política de proximidade e de uma gestão participativa, defendendo os interesses da sua população residente.

A importância da mesoescala (escala da freguesia) justifica-se não só como complemento da microescala (escala de bairro), porque a contextualiza em termos físicos e sociais, mas também porque permite interpretá-la segundo uma linha temporal. O estudo desta linha temporal permite perceber os momentos marcantes que criaram pontos de descontinuidade que originaram uma inflexão nas narrativas urbanas, a partir das quais surgem outras narrativas, que podem criar um novo discurso urbano, completamente diferente do anterior, isto é, que podem revelar uma orientação e conteúdo diferentes ao nível do sentido de identidade dos residentes, o que só é visível a longo prazo (mais do que uma geração).

Na Figura 39**,** procurou definir-se uma linha temporal de Carnide, sendo o tempo inicial (t_0), o início da formação do lugar, e o tempo atual (t_4) — o presente. Estes períodos coincidem com as diferentes fases que marcaram a sua origem e consolidação. É possível verificar que, entre o período (t_0-t_1), correspondente à consolidação urbana da freguesia e o (t_3), aquando da construção de alguns bairros camarários, como o Bairro do Padre Cruz (1959-62;1993-1999), Bairro da Horta Nova (1973) e Bairro Novo de Carnide (1980), conhecido pelo Bairro da Polícia, entre outros de iniciativa privada, o território mantinha intacta toda a sua morfologia, embora tenham sido produzidas pelos novos edifícios diferentes narrativas visuais. Estamos perante uma nova linguagem urbana (discurso urbano), imposta pela morfotipologia do edificado. No entanto, passados quinhentos anos, continuam a ser os antigos caminhos e as azinhagas os elementos estruturantes do território; eles cerzem-no. É sobre estes elementos estruturantes que a vida da freguesia se desenrola, que as “estórias” se fizeram história e os edifícios consolidam a memória do lugar. São eles, portanto, os promotores da urbanidade e da identidade, porque todos convergem para Carnide e daí para o centro da cidade.

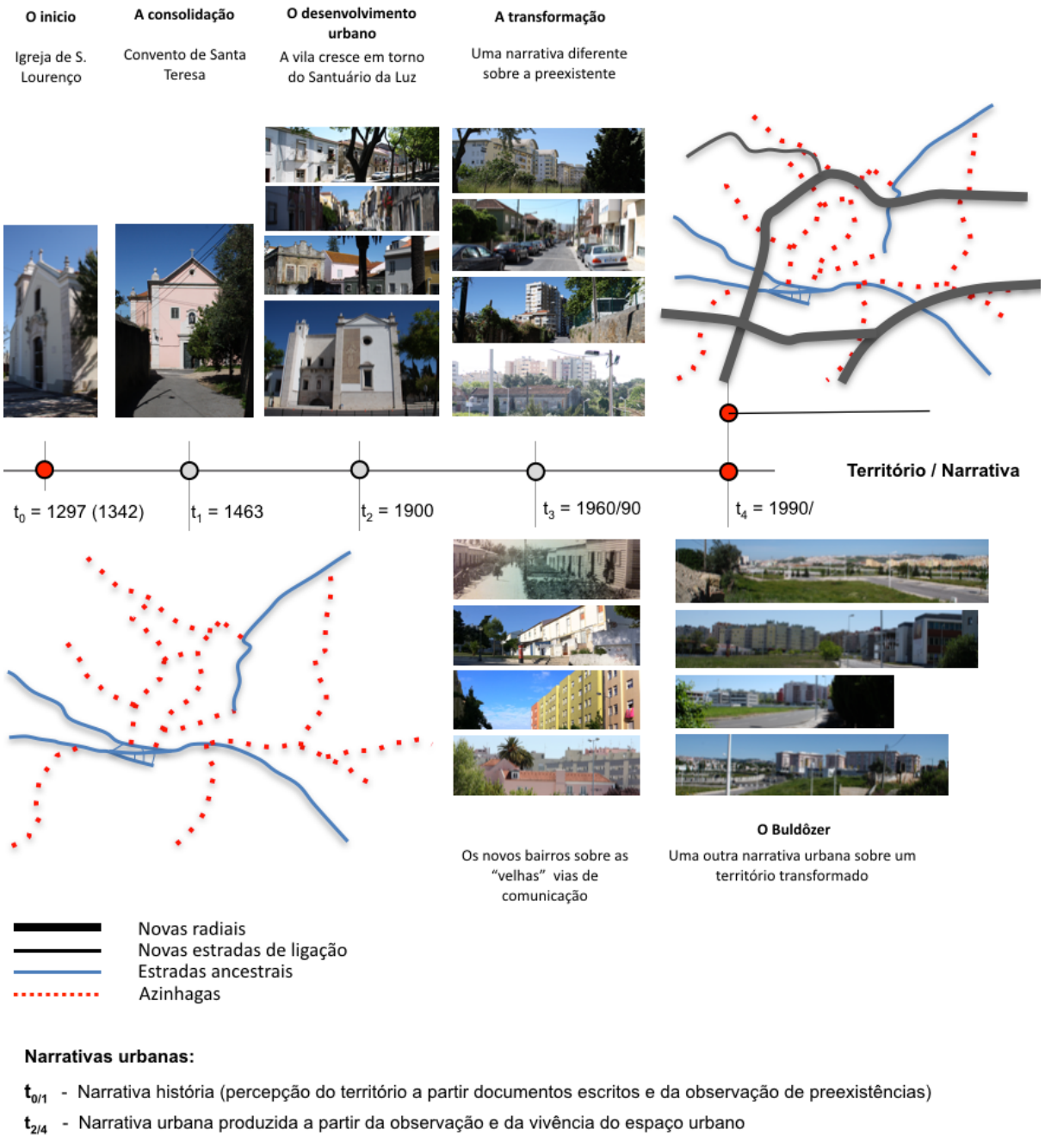


Figura 39 | Palimpsesto — O território como narrativa; cronologia urbana de1297 amo presente
Fonte: elaboração própria (2014).

A partir da década de noventa (t_4), esta situação inverte-se. Assistimos a uma alteração morfológica do território; as novas vias de comunicação transformam-no. Os antigos caminhos deixam de ter a importância de outrora e as azinhagas praticamente desaparecem. Toda esta situação leva a que o núcleo histórico de Carnide fique isolado (passa a ser uma "peça de museu") e perde toda a sua importância enquanto espaço aglutinador. Ora, este "romper"

com o passado, interrompendo uma matriz identitária que se foi construindo e consolidando durante séculos, produz um descontínuo urbano que fragmenta as referências identitárias em torno da freguesia.

Para as gerações mais recentes, o núcleo histórico de Carnide passará a ser mais um dos muitos lugares de Lisboa que são conhecidos, não, pelo que foi no passado enquanto espaço de uma memória que faz parte da memória da cidade, mas, unicamente, pela restauração e gastronomia que caracterizam o local.

A análise que se fez da freguesia permite, enquanto arquitetos/urbanistas, perceber a morfogénese do território e de como este evoluiu em termos urbanos. Este é um dos princípios fundamentais para a elaboração e implementação de qualquer projeto de urbanismo ou de arquitetura, na medida em que permite encontrar referências territoriais (físicas e simbólicas) que interligam esse mesmo projeto com a envolvente, criando uma nova "narrativa" que evolui a partir da anterior. Desta forma, é possível construir um novo discurso urbano coerente, integrador, e que reforçará o sentido de identidade da freguesia. O que aconteceu foi precisamente o inverso, a estrutura viária antiga foi interrompida pelas novas vias, promovendo uma descontinuidade urbana, ou seja, a relação entre o centro histórico da freguesia e os bairros existentes, que era feito pelos antigos caminhos (uma grande parte pedonal) deixou de o ser, assistindo-se a um corte numa relação identitária ancestral e, por conseguinte, a uma quebra de urbanidade.

Uma pergunta se coloca, poderia ter sido feito de outra forma? Efetivamente podia, com benefícios económicos e sociais para a freguesia, em particular, e para o concelho de Lisboa, em geral. Bastava criar acessos desnivelados nos atravessamentos das novas vias de comunicação, evitando dessa forma a interrupção desses caminhos, mantendo as ligações antigas e promovendo, dessa forma, a integração urbana.

A edilidade tem construído, durante os últimos anos, ciclovias, que tentam interligar diferentes zonas da cidade, fomentando a urbanidade e o bem-estar dos seus residentes. Ora, por que não recuperar algumas da antigas azinhagas (as mais importantes), ou o que ainda resta delas, para este fim?

Imaginemos um roteiro turístico de Lisboa — a Rota da Azinhagas — que interligasse os antigos núcleos rurais (dos quais já se referiu alguns, mas existem outros) numa viagem cultural (NICOLAU, JORGE MANUEL S.; FERREIRA, CARLOS H., 2012). Os residentes da freguesia ou da cidade

poderiam, dessa forma, aproveitar esses caminhos ancestrais (ou o que ainda resta deles), que passam despercebidos no meio das novas edificações, para conhecerem o território onde vivem — o novo e o velho.

Estes "novos" percursos, integrados numa política abrangente de regeneração urbana da cidade, poderiam dar a conhecer os núcleos urbanos que se encontram completamente "isolados", permitindo interligar uma grande parte do território da cidade. Seriam peças fundamentais na reconstrução e reconversão dos antigos palacetes e de outras referências territoriais: as noras, as quintas, as antigas habitações, que ainda ladeiam estes caminhos.

As histórias e "estórias" associadas a muitos destes percursos e aos seus edifícios, pela referência ao lugar ou àquilo que o lugar foi no passado, são o guião para estas viagens que ligam o passado ao presente, reforçando a nossa memória coletiva e o nosso sentido de identidade.

"La cultura urbanística del siglo XXI tiene solo respostas y conceitos dispersos para abordar la ciudad de múltiples dimensiones que hoy nos desafia, esta ciudad dispersa y discontinua, fragmentada en una pluralidade de núcleos y de formas. Ante la nueva ciudad emergente, parece no caer el passado mitificado ni el presente caótico. Se trata más bien de construir, con el apoyo de la cultura urbanística acumulada y de la experimentacíon en situaciones reales, un urbanismo renovado."[158]

Este capítulo sobre a freguesia de Carnide vem reforçar a importância da da mesoescala no estudo da cidade. Como tem sido referido ao longo deste trabalho, os bairros não são peças isoladas no território da cidade, daí que seja fundamental perceber a sua envolvente urbana e social de modo a podê-las contextualizar. A informação obtida leva-nos a perceber o que diferencia a população do Bairro do Padre Cruz da de outros bairros da cidade em termos de identidade e de memória coletiva, mais concretamente a dos residentes fundadores.

158 BORJA p.98

CAPÍTULO 6

BAIRRO PADRE CRUZ : UM LABORATÓRIO NA CIDADE

Localizado a noroeste da cidade de Lisboa, na freguesia de Carnide, o Bairro Padre Cruz é delimitado a norte pela Estrada Militar, a poente pelo Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, a sul pela Radial de Carnide / Oficinas do Metropolitano de Lisboa e a nascente pelo Cemitério de Carnide.

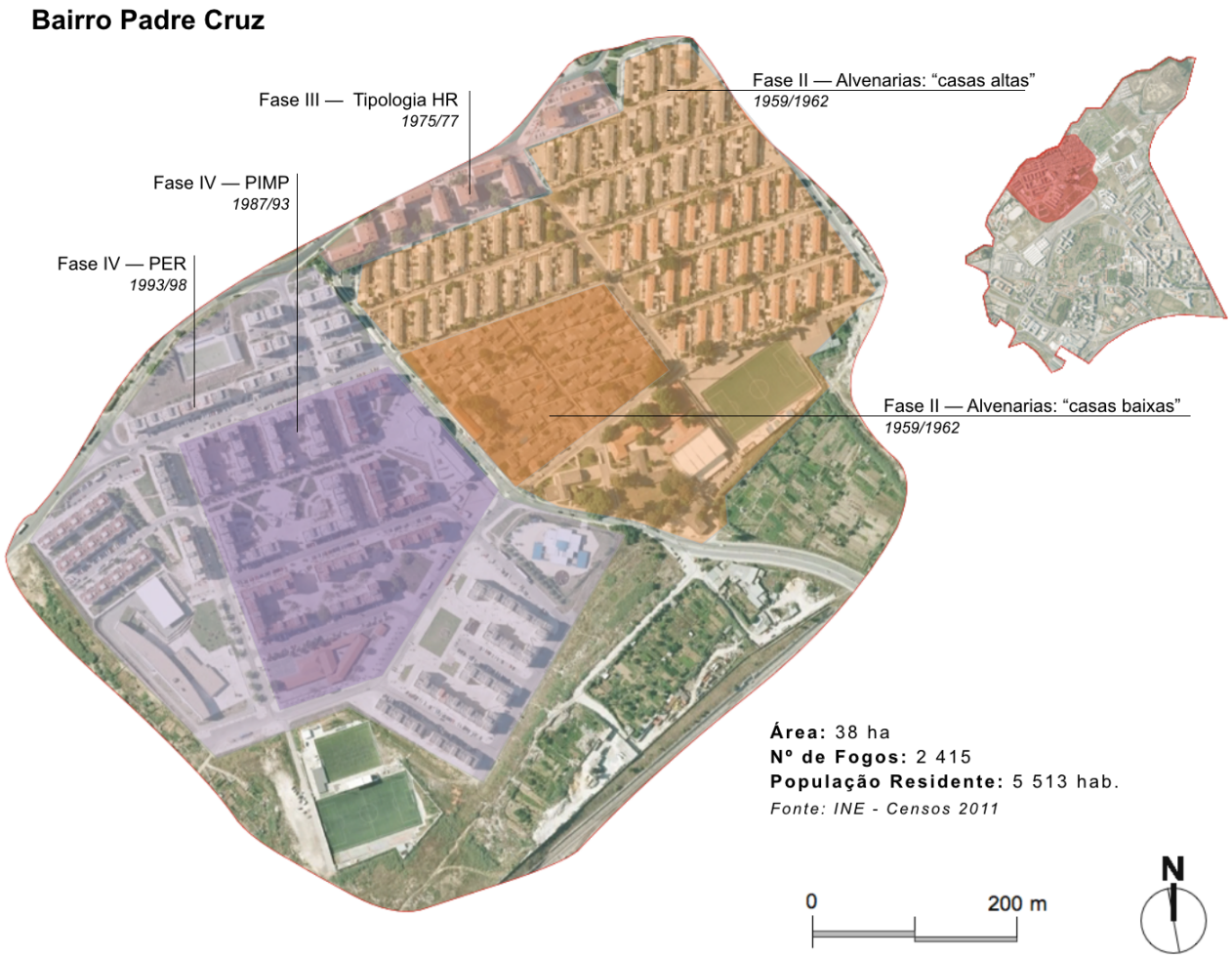


Figura 40 | Bairro Padre Cruz: Localização/Caracterização
Fonte: elaboração própria (2014)

É um bairro municipal, sobre administração da GEBALIS, que foi objeto de diversas operações de loteamento desde a sua origem, em 1959, e que está, atualmente, a ser alvo de uma operação de regeneração urbana que passa pela construção de um novo loteamento, que culminará com a demolição do núcleo inicial, conhecido por "Alvenarias".

Segundo o último recenseamento, a população do Bairro Padre Cruz representava 23,6% da população de Carnide, no entanto, com a última reestruturação administrativa das freguesias, esse valor subiu para 28,8%, o que representa mais de um quarto da população da freguesia. Ter-se-á em conta os valores dos Censos de 2011, uma vez que o valor da população residente atual foi obtida por extrapolação, através dos serviços técnicos do município[159].

Nesse sentido, o Bairro Padre Cruz é um caso de estudo interessante que permitirá analisar, de uma forma aprofundada, tanto as políticas, como os projetos de loteamento associados a essas políticas, produzidos nas últimas décadas pela autarquia, e perceber que impactos é que estas transformações tiveram no seu tecido social, sendo assim possível corroborar (ou não) as duas hipóteses que se colocaram no início da investigação.

Para além disso, analisar-se-á se a nova proposta urbana, que está a ser implementada, reflecte a estratégia política defendida pela edilidade na *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024*, na promoção de um urbanismo participativo/ negociado. É importante verificar se esta nova proposta traduz as expectativas da população, ou, pelo contrário, se assiste mais uma vez à implementação de um projeto urbano imposto, em que os moradores não são valorizados como atores no processo.

Neste capítulo, far-se-á uma caracterização física e social do bairro, assim como as narrativas sociais, tendo em vista a apreensão dos sentidos do(s) discurso(s) urbano(s).

6.1 Caracterização Social e Física

6.1.1 Caracterização Social

O Bairro Padre Cruz está identificado pelo município de Lisboa, como um dos Bairros de Intervenção Prioritário (BIP). Segundo o relatório, que acompanha a "Carta dos BIP/ZIP", aprovada em julho de 2010, onde estão definidos, quer a metodologia quer os critérios utilizados para identificação

[159] Informação recolhida no sítio da Câmara Municipal de Lisboa, nos dados referentes à (Nova) Freguesia de Carnide.

destes bairros[160], percebe-se que a sua referenciação resulta do cruzamento de indicadores socioeconómicos, urbanísticos e ambientais. Segundo o mesmo relatório, um Bairro de Intervenção Prioritário (BIP) é um bairro onde se concentram carências sociais, degradação habitacional, falta de equipamentos e de transportes.

No que diz respeito ao Bairro Padre Cruz, entendemos que o mesmo está bem servido de transportes e de equipamentos urbanos, daí que, por exclusão de partes, o maior problema seja o fator social e a degradação do seu parque habitacional na zona das "Alvenarias". No entanto, convém referir que esta degradação teve como consequências as políticas seguidas pelas sucessivas equipas autárquicas, nos últimos 40 anos, que simplesmente se esqueceram destes moradores, por entenderem que se tratava de um bairro provisório.

Na análise seguinte, apresentar-se-ão alguns indicadores sociais que permitem caracterizar a população do bairro, quer em termos globais, quer em relação às diferentes fases construtivas. Estes dados terão sempre, como valores de referência, os dados estatísticos da freguesia e do concelho.

Indivíduos Residentes por Grupos Etários

	Total	0_13	14_24	25_64	65+
Lisboa	547 733	65 988	58 013	292 772	130 960
Carnide	23 316	3 524	3 017	13 149	3 626
Padre Cruz	5 513	774	831	2 765	1 143
Fase II - Alvenarias	**2 047**	**269**	**280**	**967**	**531**
Fase III - 1975	447	39	44	255	109
Fase IV - PIMP+PER	3 019	466	507	1 543	503

Tabela IV | Tabela comparativa dos indivíduos residentes por Grupos Etários — Bairro/Freguesia/Concelho
Fonte: INE (Censos 2011), elaboração própria (2014)

Como é possível verificar nas Tabela IV e V, residem no Padre Cruz 5.513 habitantes, ou seja, 23.64% da população da freguesia de Carnide, que se encontram distribuídos da seguinte forma: 37.13% nas "Alvenarias"— Fase II, 13.14% nos HR — Fase III (prédios de 5 pisos construídos em 1974/1975) e 54.67% na IV Fase — "Bairro Novo".

[160] Este relatório surge na sequência do Programa Local de Habitação (PHL), aprovado pela autarquia em final 2009, a partir da resolução do Conselho de Ministros 145/2005 de 2 de agosto.

Na comparação do valor percentual dos indivíduos residentes, por grupos etários, entre o Bairro Padre Cruz, a freguesia de Carnide e o concelho de Lisboa, verifica-se que, a nível etário, só na percentagem da população ativa, entre os 25 e os 64 anos, embora ligeiramente, a população do bairro está abaixo da do concelho. Apresenta também uma população mais jovem, que a da cidade e da freguesia, e só no que diz respeito à terceira idade (+65 anos), é que os valores apresentados, embora inferiores aos do concelho, são superiores aos da freguesia.

(%) Indivíduos Residentes por Grupos Etários

	Total	0_13	14_24	25_64	65+
Lisboa / Lisboa	100,00%	12,05%	10,59%	53,45%	23,91%
Carnide / Lisboa | freguesia / freguesia	4,26%	15,11%	12,94%	56,39%	15,55%
Padre Cruz / Lisboa	1,01%	1,17%	1,43%	0,94%	0,87%
Padre Cruz / Carnide | bairro / bairro	23,64%	14,04%	15,07%	50,15%	20,73%
Fase II - Alvenarias / bairro	**37,13%**	**13,14%**	**13,68%**	**47,24%**	**25,94%**
Fase III - 1974 / bairro	8,11%	8,72%	9,84%	57,05%	24,38%
Fase IV - PIM+PER / bairro	54,76%	15,44%	16,79%	51,11%	16,66%

Tabela V | Comparação percentual dos indivíduos residentes por classe etária — Bairro/Freguesia/Concelho
Fonte: INE (censos 2011), elaboração própria (2014)

Na análise comparativa das diferentes fases construtivas, verifica-se que as Fases II e III são aquelas que apresentam uma população mais envelhecida, cujas percentagens são superiores às do concelho e às da freguesia, inversamente ao que sucede com a Fase IV. Esta situação é natural porque se tratam dos primeiros habitantes do bairro. Em relação aos outros intervalos etários, constata-se que a Fase III é aquela que tem uma maior percentagem de população em idade ativa (57.05%), acima dos valores da freguesia e do concelho, no entanto apresenta valores baixos nos intervalos etários dos [0-13] e [14-25] anos, quer em relação às outras fases do bairro quer em relação à freguesia e ao concelho. Na Fase IV, verifica-se o inverso, 32.23% da população tem menos de 24 anos e só 17% tem mais de 64. Outro aspeto interessante que é possível atestar, relaciona-se com as idades dos residentes das “Alvenarias”, no intervalo etário dos 0 aos 14 anos, onde contrariamente ao que seria de esperar, por se tratar do núcleo inicial, apresenta uma população mais jovem do que a da freguesia e a do concelho. No entanto, quando nos debruçamos sobre outros indicadores estatísticos, como a escolaridade e o

emprego, verifica-se que este é um dos problemas que afeta a sua população residente.

No que confere ao ensino, percebe-se no Gráfico VI que a população do bairro tem um nível de escolaridade que diverge, em alguns parâmetros, dos da freguesia e do concelho. Por exemplo, apresenta uma taxa de analfabetismo de 8.78%, que é o triplo da média do concelho e mais do dobro da freguesia, por outro lado, só 1.38% da população é que tem um curso superior, quando a média da freguesia é de 31.89% e a do concelho 27.1%. A maioria dos residentes tem a escolaridade básica (1º e 2º ciclo) e só 4% é que conclui o ensino secundário.

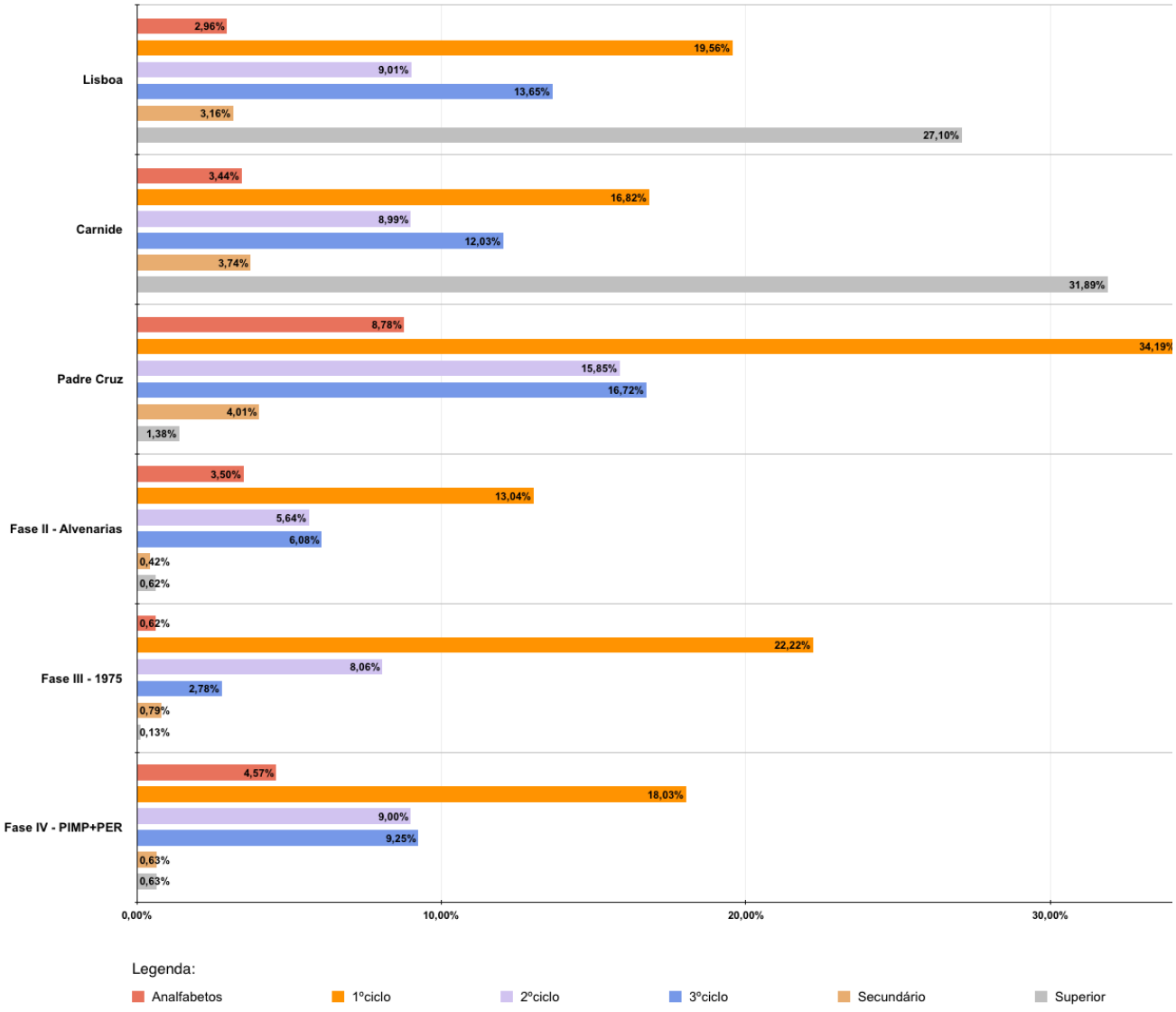


Gráfico VI | Nível de Escolaridade: Gráfico comparativo Concelho/Freguesia/Bairro

Fonte: INE (censos 2011), elaboração própria (2014)

Em relação aos indicadores económicos, verifica-se pela análise dos dados estatísticos do Gráfico VII, que o bairro, em termos globais (nas diferentes fases), apresenta alguns valores dissonantes dos da freguesia e do concelho. O número total de desempregados é praticamente o dobro, 9.74%, sendo que 42.63% da sua população não tem qualquer atividade económica; mais dez ponto percentuais que a freguesia, embora esteja em linha com o concelho. O número de empregados está 9.37% abaixo dos percentuais da cidade e 12.47% da freguesia, o que é relevante. Em relação à percentagem de estudantes (19.06%) os valores estão ligeiramente acima dos do concelho (18.81%), mas mesmo assim, abaixo dos da freguesia (23.13%).

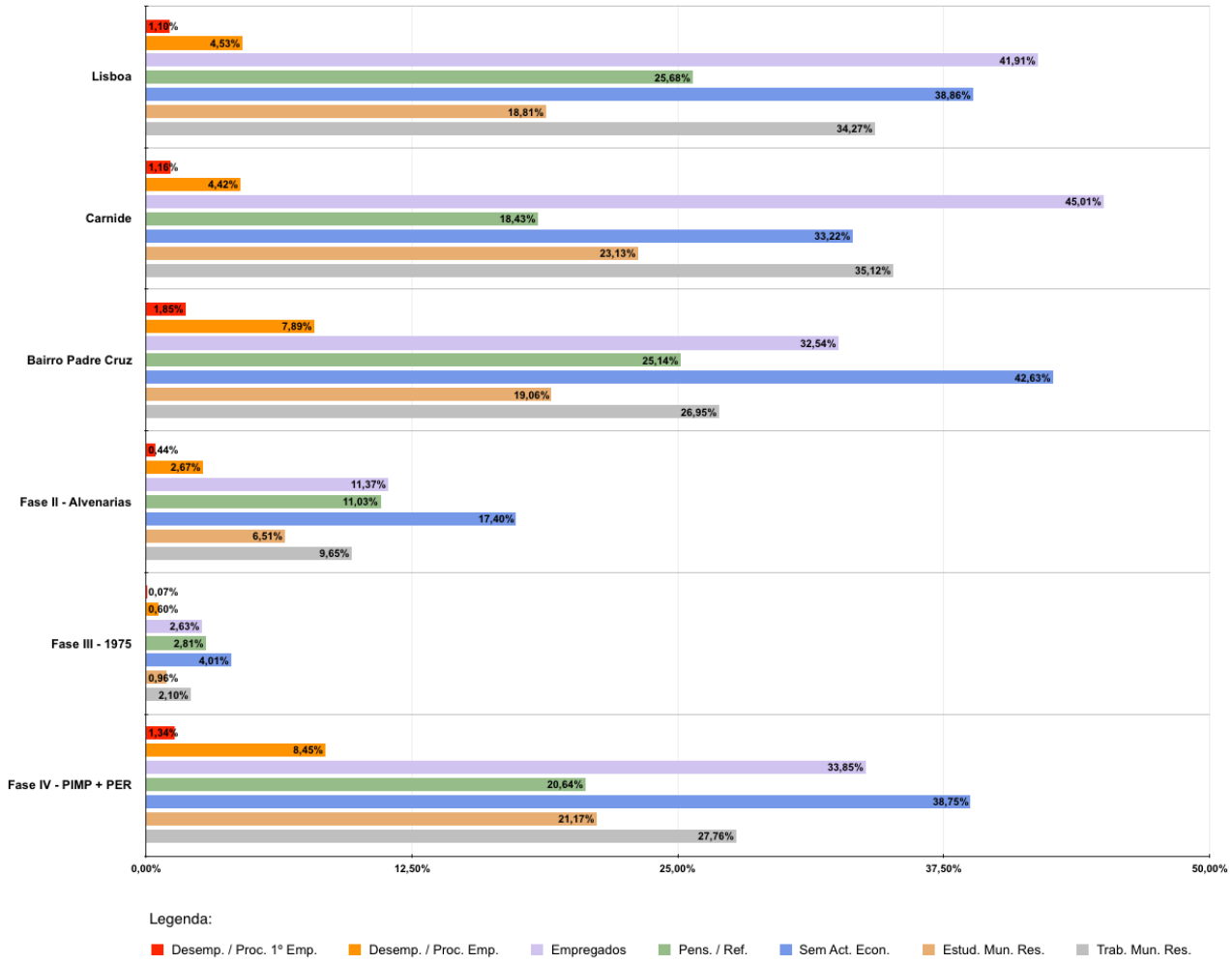


Gráfico VII | Atividade Económica: Gráfico comparativo Concelho/Freguesia/Bairro
Fonte: INE (censos 2011), elaboração própria (2014)

Desta análise, é possível observar que estamos perante uma população que, face aos indicadores socioeconómicos que apresenta, se encontra numa posição discrepante face à freguesia de Carnide. No entanto, os dados

estatísticos são elementos quantificadores, que, por si só, não permitem qualificar uma determinada população. Daí que, quando se olha para os resultados vê-se números e não pessoas. Portanto é importante conhecer quem mora no bairro e perceber de que forma se relacionam entre si. Ora, desta vivência do espaço urbano, é possível retirar algumas ilações e uma delas tem a ver com os residentes do núcleo das alvenarias.

Efetivamente é um bairro que apresenta uma população vulnerável, envelhecida, que, em parte, foi "marginalizada" pelo seu contexto urbano. No entanto, quando se proceder à análise física do bairro, e se transcrever alguns dos trechos das entrevistas aos moradores e aos técnicos que aí trabalham, percebe-se-á que é uma população dinâmica, que participa ativamente na resolução dos seus problemas.

"O *Bairro Padre Cruz é um bairro com história porque há aqui gente que mora há muito tempo. Mas é curiosa a junção destas duas situações – a da existência de uma tradição com moradores que têm história no bairro com experiência no bairro de 40 ou 50 e mais anos – e, depois, a experiência de outras pessoas que vieram de outras partes da cidade, muito mais recentemente(...).*"[161]

Um dos traços que marca esta população é o seu arreigado sentido de identidade que se manifesta culturalmente, quer nas atividades relacionadas com a vida de bairro quer no relacionamento interpessoal. É um aspeto fundamental que está no âmago desta investigação — a relação entre o projeto urbano e o reforço do sentido de identidade, cuja análise se fará de seguida.

6.1.2 Caracterização Física

A sua génese: "O Bairro da Quinta da Penteeira". O projeto urbano como elemento segregador

As obras preconizadas pelo PDUL 59, tendo em vista a resolução dos problemas rodoviários, como a construção da nova ponte sobre o Tejo e a edificação de novos equipamentos urbanos, levam à necessidade urgente, por parte do Ministério das Obras Públicas, de proceder à aquisição de terrenos para esse fim. O Decreto-lei n.º 41454, publicado no Diário do Governo, n.º 42,

[161] In, Técnico (4): técnica municipal, sexo feminino, trabalha na biblioteca do bairro há 5 anos; (entrevista realizada na Biblioteca Natália Correia, em abril de 2010)

Série I, de março de 1958, propõe a desocupação do Bairro das Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada, para aí edificar a Cidade Universitária.

Construído numa zona expectante, vinte anos antes, o Bairro da Quinta da Calçada, ao abrigo do programa das "Casas Desmontáveis" — Decreto Lei n.º 28912, de 12 de agosto de 1938, vê os seu terrenos serem "absorvidos" pela "nova cidade". A necessidade urgente desta "malha urbana" leva o governo a assinar um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa, para a sua cedência (SILVA, 1994:134), comprometendo-se a autarquia a realojar os seus moradores, no prazo máximo de dois anos.

"Considerando que há necessidade urgente de realojar previamente as famílias que habitam naquele bairro e que foi escolhido local para construir o novo bairro, situado nos terrenos municipais da Quinta da Penteira, em Carnide;

Considerando a conveniência em adoptar para este bairro também soluções transitórias, por não haver viabilidade técnica e financeira para executar no curto prazo necessário as obras de urbanização da zona em causa, de modo a permitir uma solução definitiva para este realojamento"[162]

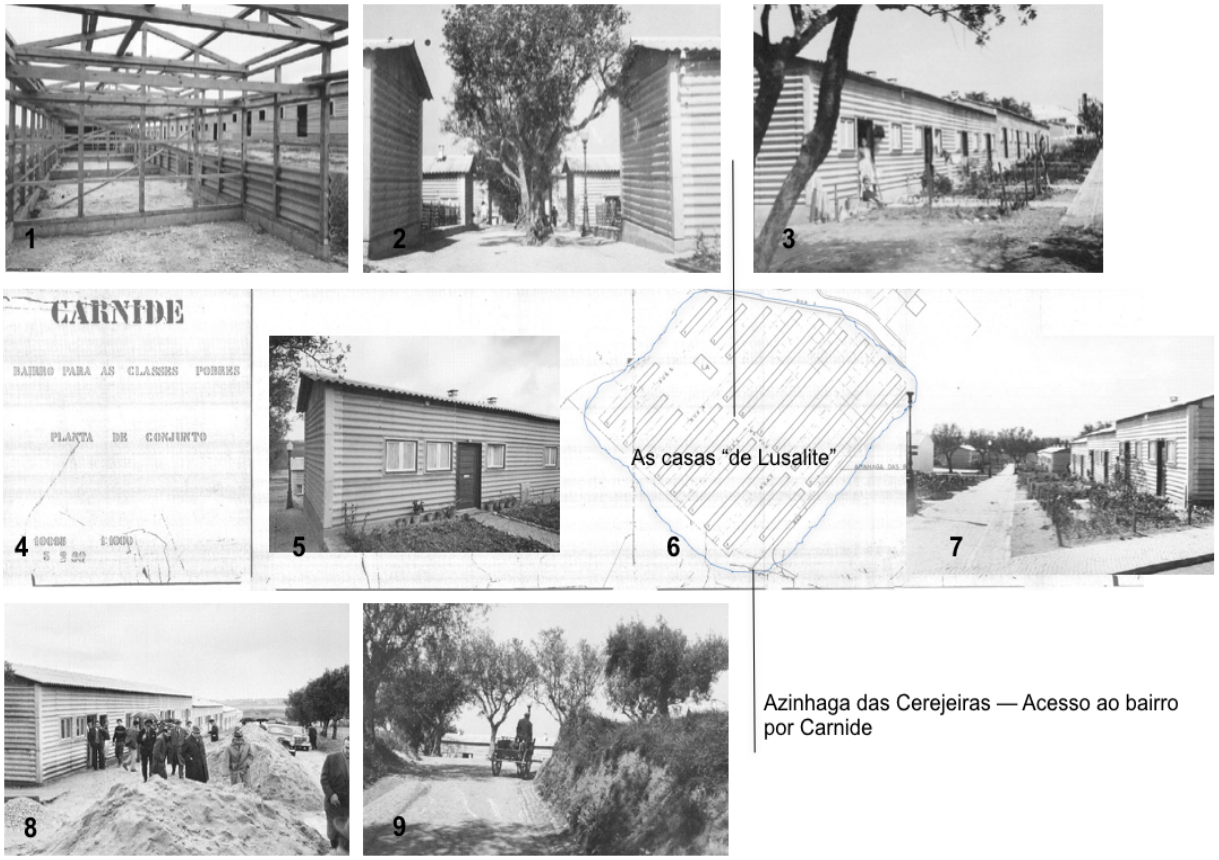
Em 18 de junho de 1958, a autarquia adquire os terrenos da Quinta da Penteeira, por escritura pública realizada no décimo segundo Cartório Notarial de Lisboa, pelo valor patrimonial de três mil e quinhentos contos (pago em três tranches pela edilidade) [Anexo V], para a construção de um Bairro Provisório, ao abrigo do decreto anterior – Bairro das casas desmontáveis da Quinta da Penteeira, para satisfazer os compromissos assumidos com o governo. Em 19 de fevereiro de 1959, é aprovada, em sessão de Câmara, a Empreitada n.º 243/58, no valor de 4.632.574$00, para a construção de 224 casas em chapas de fibrocimento (Fase I).

A primeira fase fica concluída no ano seguinte, em 1959, com a construção de 200 casas pré-fabricadas com uma estrutura de madeira, forradas com chapa de Lusalite (paredes e cobertura), daí que esta zona do bairro tenha ficado conhecida por "Casas de Lusalite".

Foram construídos 200 fogos, à entrada da quinta, no final da Azinhaga das Cerejeiras, numa estrutura urbana constituída por quatro ruas calcetadas, paralelas entre si e à Azinhaga das Bruxas (Rua 1) — que limitava o bairro a sul, numeradas de 1 a 5, conforme se pode ver na Figura 41, em pequenos

[162] In, Atas da Câmara Municipal de Lisboa , reunião de 19 de fevereiro de 1958, p.15

lotes[163]. As casas foram edificadas em correnteza, com um pequeno quintal, na zona frontal, que servia de horta, e outro, nas traseiras, onde se encontravam os tanques para lavar a roupa, que confinavam com uma pequena regueira. Esta regueira construída em calçada tinha duas funções: uma era a da separação dos lotes a tardoz e a outra, mais técnica, para a recolha de águas (das lavagens e pluviais), canalizando-as para o esgoto.



Legenda

1 Estrutura de madeira que receberá as chapas de lusalite.
2 Imagem de conjunto — Rua 5 A
3 Idem, da Rua 3 (posteriormente Rua do Rio Ocreza) — Vista sobre a Igreja; o bairro e os novos habitantes.
4 Brochura da Câmara que acompanha todos os elementos gráficos.
5 Casa de Lusalite, aquando da conclusão.
6 Layout do Bairro.
7 Rua 4 (Rua do Rio Alviela) — O bairro, as casas e as hortas.
8 Construção da Rua 1 (Rua do Rio Almansor), sobre a Azinhaga das Bruxas.
9 Acesso ao bairro pela Azinhaga das Cerejeiras.

Figura 41 | O Bairro das Casas Desmontáveis da Quinta da Penteeira (1958-1959)
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, elaboração própria (2014)

[163] Aquando da conclusão do Bairro, fase 1 e 2, a numeração foi substituída por nomes de rios portugueses. A Rua 1 passou a chamar-se Rua do Rio Almansor e as restantes: Ponsul, Ocreza, Alviela e Sever.

Em termos tipológicos, foram edificados 128 fogos com uma tipologia T2 (dois quartos) e 72 de tipologia T3 (três quartos), com áreas que variavam entre os 27,8 m2, para os primeiros, e 32,7 m2 para os segundos, respetivamente, com rendas de 100$00 e 120$00. É importante referir que o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), aprovado em 1951, propunha, como áreas mínimas para o T2, 72 m2 e para o T3, 91 m2. Esta fase destinou-se exclusivamente ao realojamento parcial dos habitantes do Bairro da Quinta da Calçada.

Em 1960, inicia-se a segunda fase com a construção das "casas de alvenaria". Esta nova fase diferenciava-se da primeira, não só pelas características específicas dos materiais aplicados, mas também pela proveniência dos moradores realojados.

Estamos perante pessoas oriundas de diferentes zonas da cidade, nomeadamente de Alcântara, desalojadas pelas obras da ponte e de outros locais da cidade, cujas habitações, que pertenciam ao património municipal, se encontravam em muito mau estado de conservação. Todos elas funcionários municipais com baixos recursos económicos que viviam em habitações sem o mínimo de condições.

Fase II do Bairro Padre Cruz: um novo experimentalismo urbano e uma nova tipologia na Cidade

> *"(…) sobre o problema das casas desmontáveis em lusalite, afigura-se-nos, sr. presidente, que a título algum é de aconselhar tal construção, isto porque as condições de salubridade que as mesmas proporcionam aos seus moradores (…) não podem ser aceitáveis em qualquer época, e muito menos quando já se ultrapassou os meados do século XX. Construirem-se residências, inestéticas, anti-higiénicas e com caráter provisório, poderia alguém pensar erròneamente que os mentores de tal orientação estão à margem das realidades sociais. (…)"*[164]

As críticas produzidas por alguns dos vereadores na Assembleia Municipal, representam uma inflexão política quanto à implementação da segunda fase do bairro. Entre estas destacam-se as do Dr. Baêta Henriques, cuja posição se apresenta em epígrafe, e do Dr. Manuel Vicente Moreira, aquando da aprovação da empreitada para a execução da primeira fase do

[164] In, Atas da Câmara Municipal de Lisboa , reunião de 19 de fevereiro de 1959, p.16 e 17

bairro[165], em 19 de Fevereiro de 1959, quer em relação ao modelo seguido, de bairro provisório, quer aos materiais aplicados — inadequados para o fim a que se destinam.

As intervenções efetuadas por estes dois vereadores levam a que o presidente da Câmara, Álvaro de Salvação Barreto[166], se explique quanto à opção tomada (estas explicações podem ser consultadas nas atas anexadas), referindo que a mesma, embora indo contra os valores defendidos pela edilidade quanto à empregabilidade de materiais de pouca duração, só se aplicava tendo em conta o caráter excepcional da operação.

Percebe-se, pela leitura das actas [Anexo VI] que estamos perante um problema político, de segregação social, visto que o vereador Manuel Vicente Moreira põe em causa, precisamente o caráter excepcional da operação e o empenho da edilidade, na resolução do problema, respondendo ao Presidente e a outros vereadores que estavam de acordo com a medida, desta forma:

"A discrepância é concernente quer á época em que já se deveria ter efectuado o estudo para edificar com caráter definitivo, quer ao modo de agora realojar rapidamente. Referiu-se o presidente ao prazo legal de dois anos para resolver a questão, quando o decreto se refere a seis anos e mesmo no decurso de dois anos poderá edificar-se empregando outro material, por exemplo tijolo. Quanto à transferência das habitações para fora da cidade (...) parece não ser fácil nem humana a sua execução quando os moradores exercem profissão na capital (...) Se se considerarem como manchas, os agrupamentos de habitações pertencentes ao Governo, a designação terá coerentemente de aplicar-se ao bairro camarário do Caramão da Ajuda, onde atualmente se constroem mais 48 casas. Posteriormente aos exemplos citados, o Estado edificou moradias nos Olivais-Norte. É que estas têm cabimento em determinados casos, até mesmo segundo critério eclético do Gabinete de Estudos de Urbanização (...)"[167]

O projeto de loteamento que orientou os trabalhos da segunda fase não apresenta a assinatura de qualquer arquiteto, contrariamente ao que acontecera em outros bairros municipais construídos na época. A própria legenda da planta de conjunto não tem logótipo ou indicação de quem foi o autor. No entanto, nos projetos de execução surge a charneira da DSUO

---

165 O Dr. Baêta Rodrigues e Manuel Vicente Moreira rejeitam a proposta. O primeiro entende que a proposta deveria ser retirada uma vez que não tinha sido consultada a Comissão Municipal de Higiene, sublinhando que não haveria nenhum vereador, que fosse médico, engenheiro ou arquiteto, que a aprovasse.

166 As atas da Assembleia Municipal não referem o nome do presidente. Atendendo à responsabilidade política do ato só poderia ser o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

167 In, Atas da Câmara Municipal de Lisboa , reunião de 19 de fevereiro de 1959, p.26

(Departamento de Saneamento Urbanização e Obras) — 3ª Repartição de Obras Municipais.

Na análise do projeto (planta de conjunto e dos pormenores construtivos dos fogos), percebe-se que a solução encontrada teve em atenção algumas das críticas efetuadas pelos vereadores (referidas anteriormente), aquando do lançamento da primeira fase, nomeadamente, na transformação de um bairro com caráter provisório em transitório/definitivo e na alteração dos materiais aplicados, de modo a resolver os problemas de falta de salubridade.

No Relatório de Gerência Municipal da Câmara Municipal de Lisboa, relativo aos anos de 1959-1960, citado por Fátima Freitas (2013b:27), pode ler-se em relação ao Padre Cruz (pp.40-41), no que concerne às casas para as "classes economicamente débeis", alínea b) que:

"Foi adjudicada em primeiro lugar uma empreitada para construção de casas desmontáveis, com o aproveitamentos de materiais já existentes, constituídas por estruturas resistentes de madeira com revestimento a fibrocimento pelo lado de fora (...) Seguidamente estudou-se um tipo de construção em Alvenaria, de um único piso, de dimensões reduzidas procurando-se melhor condições de conforto e habitabilidade (...) Trata-se de uma construção e tijolo, de características ligeiras dada a conveniência de se adoptarem soluções transitórias, visto a urbanização estudada para a zona em causa não poder ser definitiva (...)As dimensões dos seus compartimentos são um pouco reduzidas (...) mas estão dentro dos limites razoáveis"[168].

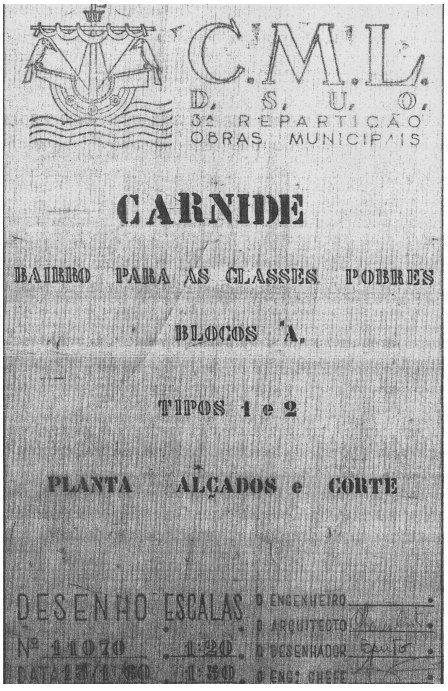


Figura 42 | Brochura dos elementos gráficos do projeto.

Como se pode verificar, o Bairro Padre Cruz enquadra-se dentro dos bairros construídos para as "classes pobres", mais concretamente uma subclasse, os "economicamente débeis". Deixa de ser um bairro provisório para se transformar num bairro de transição.

[168] In, Atas da Câmara Municipal de Lisboa , reunião de 19 de fevereiro de 1959, p.16. Nesta página, verifica-se não ser verdade que se tenham aproveitado materiais existentes para a construção da 1ª fase do bairro.

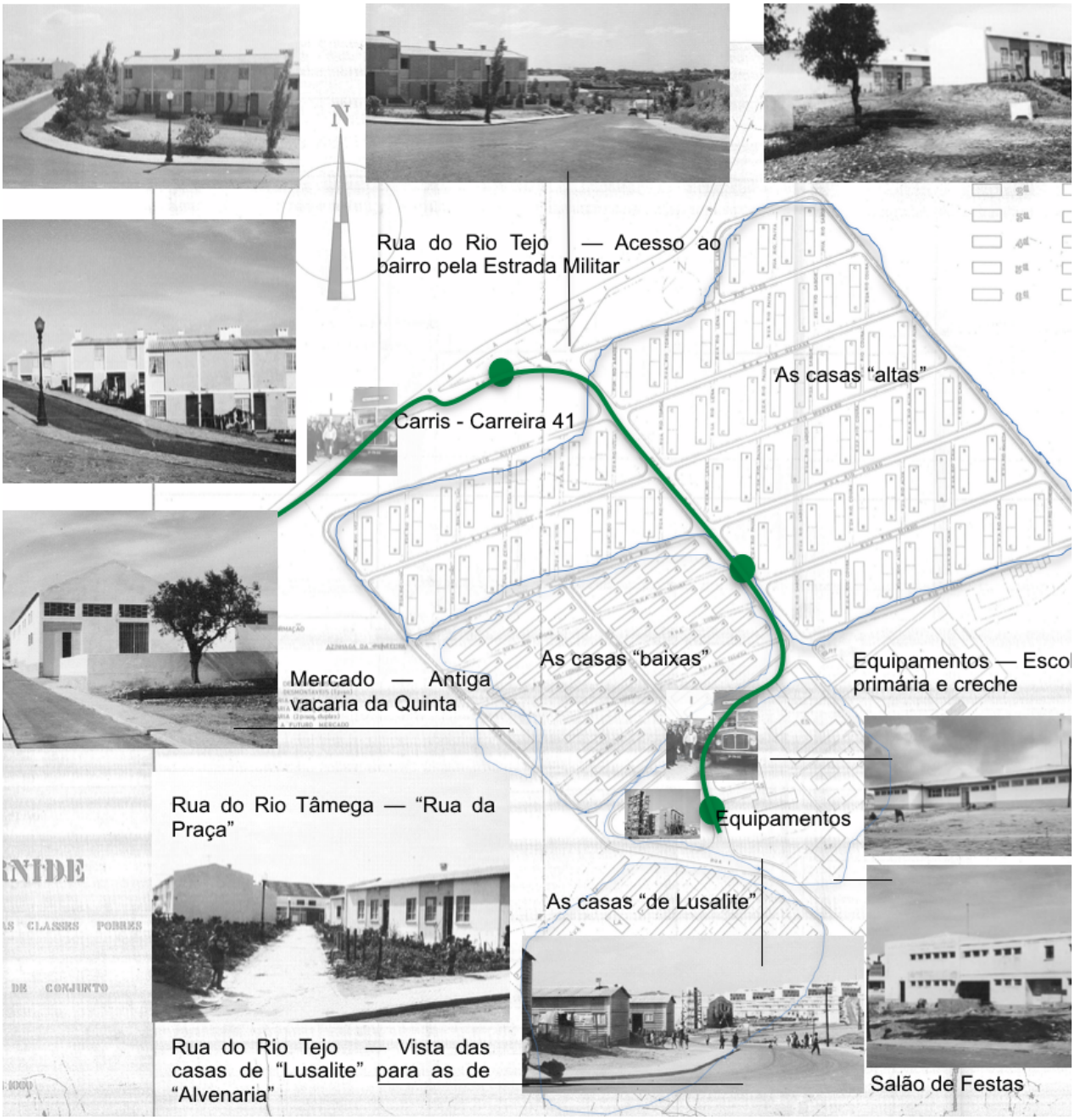


Figura 43 | O Bairro Padre Cruz Fase II — "As Alvenarias" (1959-1962)
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (2013), Goulart, Eduardo (1963), elaboração própria (2014)

Em termos urbanos, o projeto do Padre Cruz apresenta alguns aspetos interessantes, de entre os quais se destacam: a simplicidade construtiva, a orientação solar, a "ventilação" dos espaços urbanos, a qualidade dos espaços verdes (comparativamente a outros bairros municipais) e os equipamentos coletivos. O desenho formal reflete uma mistura de diversos conceitos, traduzindo-se numa espécie de "colagem urbana", porventura realizada de uma forma não consciente, embora não haja qualquer memória descritiva e

justificativa que o explique, quer em termos conceptuais quer metodológicos, que pretendem resolver um problema político/urbano de realojamento social. No entanto, pela leitura das atas, do relatório de gestão e da comunicação apresentada pelo Dr. Manuel dos Santos Ferreira (1966), sobre O Desenvolvimento Comunitário de Lisboa, realizada no Congresso Hispano-Luso-Americano e Filipino de Municípios, entende-se que se está perante uma decisão política que pretende a realização de uma "nova experiência urbanística", a dos bairros de transição.

"A população de Lisboa dispõe de dois tipos de bairros sociais: os bairros de transição em que a população é preparada para habitações que mais tarde lhe serão atribuídas, em arrendamento, com caráter definitivo e os que enquadram estas casas definitivas e podem designar-se por bairros de fixação (...) Para fugir a este estado de coisas tentou-se num bairro novo (o do Padre Cruz) de cerca de 1100 fogos uma experiência de desenvolvimento comunitário urbano, e dela se obtiveram já resultados muito válidos para a solução actual dos problemas de assistência, nos casos em que esta se mostre deseducativa."[169]

Logo independentemente da época, dos conceitos ou as ideias de quem os produziu, importam principalmente os resultados e os objetivos políticos que se podem alcançar, numa visão pragmática de ver a sociedade (NICOLAU, JORGE MANUEL S.; MENDES, MARIA MANUELA, 2015).

Percebe-se a incorporação das teorias da *Cidade Jardim* de Ebenezer Howard — *City in Hortho*, preconizadas por Raymond Unwin e Barry Parker (1909) e implementadas na maior parte dos bairros de "casas económicas", que se construíram em Lisboa, entre 1932 e 1948, Bairro da Serafina, Caramão da Ajuda, Alto da Ajuda, Encarnação, entre outros, contudo, sem o formalismo destes e onde o jardim é substituído por um pequeno quintal que, durante muitos anos funcionou como horta.

Atendendo aos baixos recursos económicos das famílias residentes, que mal tinham dinheiro para comer, esta era uma das formas de subsistência. O quintal da frente funcionava como horta e, no das traseiras, eram construídas pequenas capoeiras destinadas à criação de coelhos e de galinhas.

A ruralidade dos moradores do bairro rapidamente os fez ocupar os terrenos adjacentes onde se construíram verdadeiras hortas comunitárias que lhes ocupavam os seus tempos livres, não por passatempo, mas por

[169] FERREIRA, p.100

necessidade, evitando dessa forma comportamentos desviantes. Uma grande parte destas hortas foi destruída aquando da construção do Cemitério de Carnide.

As referências aos ideais do Movimento Moderno e da Carta de Atenas também são aqui evidentes e refletem-se na simplicidade das formas geométricas, na orientação solar dos edifícios e na existência de um "Centro Cívico". Na racionalidade do desenho urbano e na tipologia de alguns fogos/blocos (B e C) são visíveis os conceitos preconizados por Le Corbusier, em que a forma segue a função e onde a ordem ocupa um lugar determinante, muito ao gosto do regime — *"Afirmamos que o homem, funcionalmente, pratica a ordem, que seus atos e seus pensamentos são regidos pela linha recta e pelo ângulo reto (...)"*[170].

Como é possível verificar na Figura 44, a estrutura urbana é simples; assenta num esquema hierárquico de ruas, rodoviárias e pedonais que, em função da orografia do terreno, o divide em socalcos, criando plataformas que são distribuídas simetricamente em torno de um eixo central — a Rua do Rio Tejo. Cada plataforma, por sua vez, é subdividida em partes iguais, por vias pedonais (segmentos de reta), calcetadas, com uma orientação predominante sul-norte, onde serão implantados os lotes/quintais destinados exclusivamente à habitação.

Assim, em termos organizacionais, toda a malha urbana assenta numa via estruturante, orientada predominantemente a sudeste (SE-NW) que se distingue hierarquicamente das outras, não só pela sua largura, mas porque as interceta a todas. É uma rua de distribuição que permite ligar as Azinhagas das Cerejeiras e das Bruxas[171], à Estrada Militar e sobre a qual circula a Carreira n.º 41 da Carris [Figura 43].

Morfologicamente, esta fase do bairro divide-se em duas zonas distintas: a das "casas baixas", onde foram implantados os lotes para as moradias de um piso, e a das "casas altas", para as moradias de dois pisos — tipo duplex. Estas duas zonas distiguem-se, não só pela tipologia do edificado mas também pela organização das ruas. Contrariamente ao que sucede na zona das "casas altas", as ruas das "casa baixas" são planas, têm uma orientação nascente-poente e ligam diretamente a Rua do Rio Tejo à rua do mercado. A malha urbana é muito parecida com a das "casas de Lusalite".

---

170 CORBUSIER, Le - **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1925]. p.19

171 A primeira com ligação a Carnide e a segunda ao Paço do Lumiar.

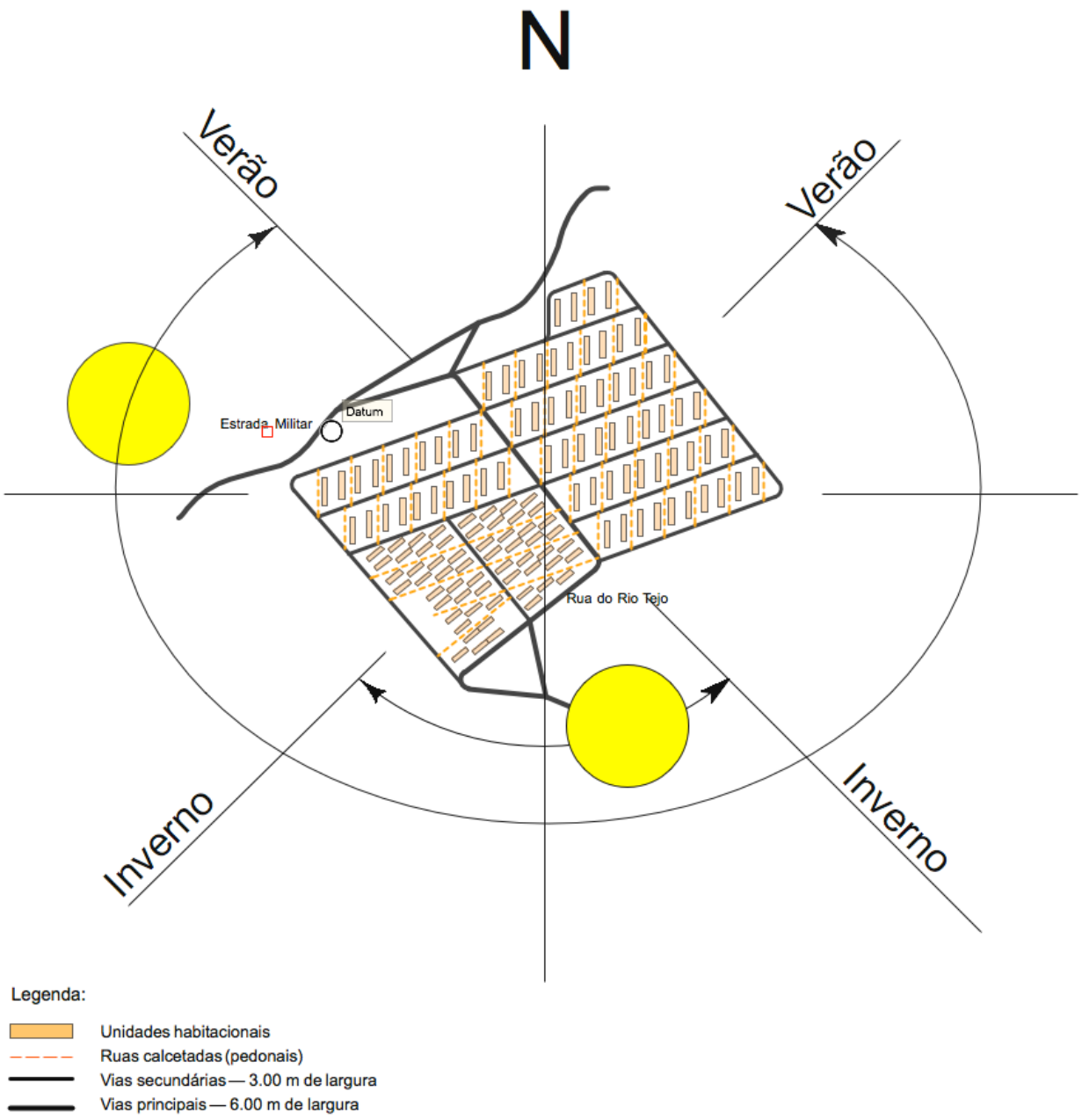


Figura 44 | Orientação solar do bairro.

A orientação cardeal das ruas e das habitações é outro aspeto interessante que convém referir. Esta situação não acontece por acaso e demonstra que existe uma preocupação por parte do projetista, no aproveitamento dos ventos e das brisas dominantes[172], para ventilação dos espaços urbanos, para além de permitir uma correta exposição solar dos edifícios. Esta é a primeira função defendida pela Carta de Atenas: *"assegurar*

[172] Durante a primavera e verão, dominam predominantemente os ventos do quadrante norte e noroeste (ALCOFORADO et al, 2006; LOPES, 2003), no entanto, sopram também de este e de sudoeste, mas com menos intensidade nos meses de junho, julho e agosto.

aos homens moradias saudáveis, isto é, locais onde o espaço, o ar puro e o sol, essas três, condições essenciais da natureza lhes sejam largamente asseguradas."[173]

Poder-se-ia pensar que se está perante uma situação casuística, uma vez que não há qualquer registo que possa corroborar esta interpretação, contudo, existe um pequeno pormenor concetual, que faz toda a diferença.

Como se pode observar na Figura 44, onde estão assinaladas todas as ruas do bairro, verifica-se a existência de pontos de descontinuidade entre as ruas pedonais (a tracejado laranja), na transição entre os patamares das "casas altas". Esta ligeira mudança de plano permite evitar que as ruas se transformem em "túneis de vento", provocando um efeito desagradável e de desconforto na população. Nas "casas baixas", este problema não se coloca, porque os ventos dominantes sopram no sentido contrário. No entanto, a depressão causada pela corrente de ar, ascendente, da rua do Rio Tejo, produz um efeito de sucção que permite a "ventilação" destas vias pedonais.

Antes de se concluir a análise sobre o projeto de loteamento do Bairro Padre Cruz, convém referir um outro aspeto interessante que pode ser fundamental na consolidação da memória e da identidade do bairro, nomeadamente o conceito do espírito do lugar. Este conceito, utilizado na década de setenta, pelos pós-modernistas italianos, mais concretamente pelo movimento "La Tendenza", do qual Aldo Rossi é um dos percursores[174], recupera o *genius loci,* não, no sentido dado pela cultura romana, de veneração e de culto, mas nas referências físicas ou simbólicas que o lugar pode gerar. Para Rossi (2001 [1966]) o "locus" significa a relação que existe entre uma certa situação local e as construções aí localizadas.

No caso do Bairro Padre Cruz, essa situação não é evidente no desenho, mas, de facto, parece existir uma intenção de ligar o novo projeto urbano às referências territoriais existentes [Figura 45].

A sobreposição da nova malha urbana sobre a cartografia existente[175], permite observar que a estrutura viária tem como referência o eixo orientador da Azinhaga da Penteeira. Por outro lado, a Rua do Rio Tejo, a via principal do bairro, tem o seu início no cruzamento da Azinhaga das Bruxas com a Azinhaga

173 In, Carta de Atenas, publicação de 1933. Documento traduzido pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional.

174 Aldo Rossi, juntamente com Carlo Aymonino, Vittorio Gregori, Giorgio Grassi e Giancarlo de Carlo, formam, na década de setenta, este movimento neo-racionalista, também conhecido por Escola de Veneza.

175 Cartas 5S; 6S;5T e 6T In, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA — Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911

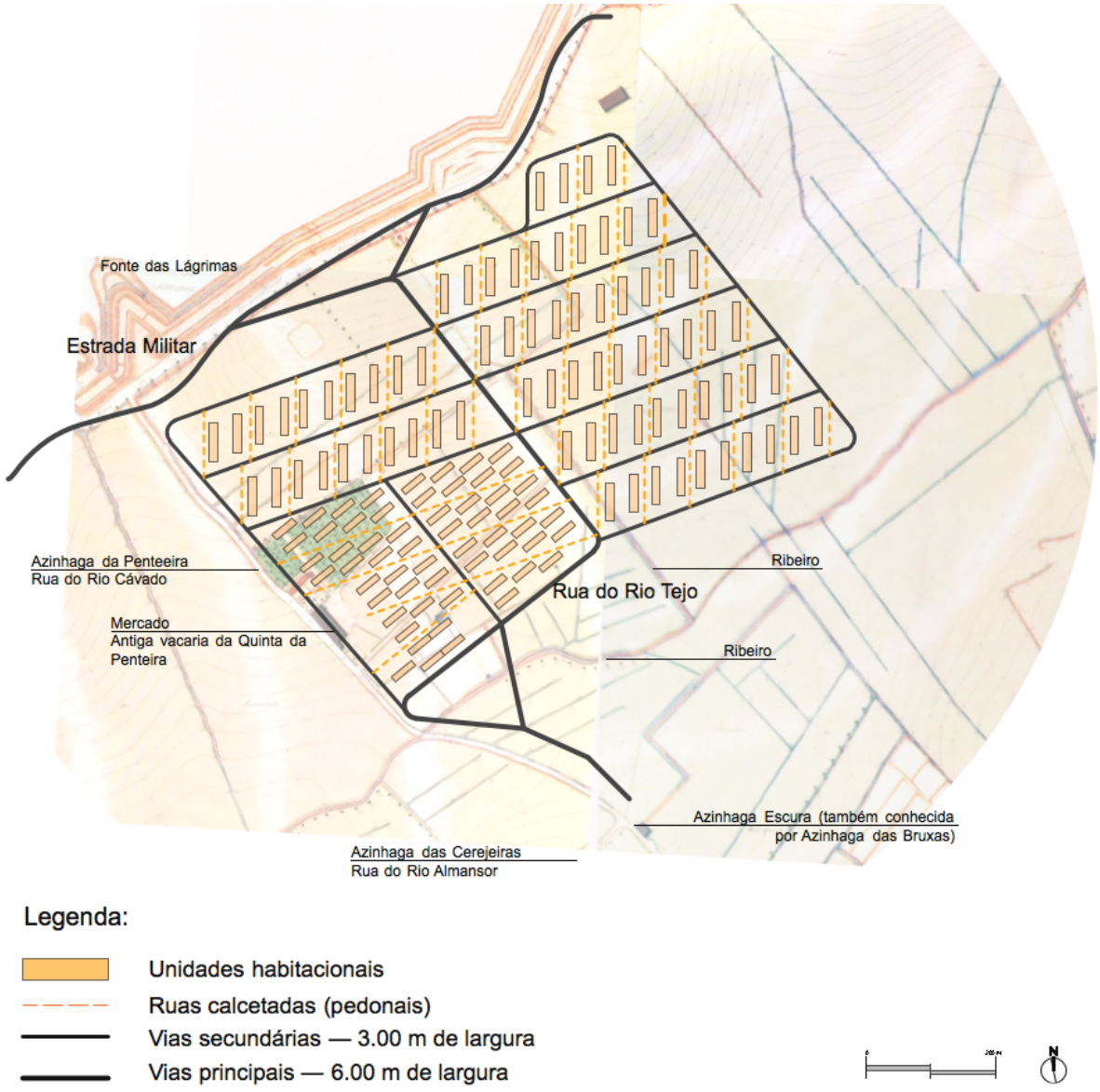


Figura 45 | A morfologia do lugar e a estrutura urbana do bairro

Fonte: Sobreposição sobre carta CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Levantamento da Planta de Lisboa, 1904-1911; elaboração própria (2014)

das Cerejeiras; no primeiro troço, até à ribeira, sobrepõe a Azinhaga da Penteeira, depois inflete para nascente, sobre o curso de água, até encontrar uma segunda linha de água, que desce a quinta e que a divide geometricamente, alterando, nesse ponto, o seu percurso, para norte, até ao alto da Penteeira. Desta forma, o seu traçado é moldado pelas linhas de água e, provavelmente, é daí que advém a ideia, de se dar o nome de um rio a essa rua — Rio Tejo. Nas entrevistas, alguns dos residentes referiram que as ruas do bairro têm o nome de rios de Portugal porque aí existiam muitas linhas de

água. É importante dizer que, no Bairro do Caramão da Ajuda e na primeira fase do Padre Cruz, a norma era a numeração das ruas.

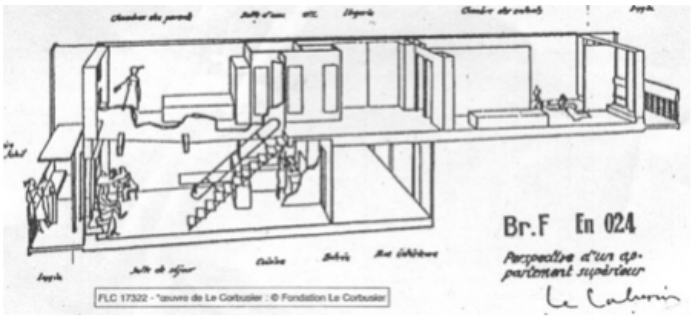
Outra referência ao lugar resulta do aproveitamento da antiga vacaria para a implantação do mercado do bairro. Estes são alguns elementos físicos que pelo seu simbolismo continuam, ainda, de diversas formas, a fazer parte da memória coletiva e da identidade do bairro (ÉFFE, 2010, FREITAS, 2013a).

A segunda fase iniciou-se durante o ano de 1959 e terminou em 1962. Neste período, são construídos 917 fogos em alvenaria, com uma cobertura em fibrocimento. São projetados três tipos de fogos: os do tipo A, com um só piso, e os do tipo B e C, com dois pisos, em duplex. São habitações com uma arquitetura e uma construção muito simples, com tipologias que variam entre o T1 e o T4. As áreas não diferem muito das "casas de Lusalite": 28.63 m^2 para o T1; 35.12 m^2 para o T2; 58.00 m^2 para o T3 e 69,60 m^2 para o T4, os três últimos em duplex. Em termos de implantação seguiram os mesmos critérios da primeira fase do bairro.

Quando se analisaram as plantas originais dos apartamentos em duplex, verificou-se que também aqui existe uma aproximação aos ideais do movimento moderno, mais concretamente à *Unité d´habitation de Marseille* de Le Corbusier. Na Figura 46, compara-se a planta de um apartamento tipo, da unidade de habitação de Marselha, com a de um dos fogos duplex, do Bairro Padre Cruz — "casas altas". Ambas têm precisamente a mesma área, o mesmo tipo de distribuição, o mesmo pé direito, a mesma escada "de tiro" e, por coincidência, a proteção da escada é feita imitando a famosa "harpa Corbusiana", só que, em vez de ser em ferro, é executada com prumos de madeira com 0,07x0,04. As diferenças verificam-se ao nível do piso superior, porque estamos perante estruturas construtivas diferentes, contudo, a métrica é idêntica como se pode verificar na fachada — As imagens da Figura 46, têm todas a mesma escala, sobre elas foram colocados rectângulos amarelos com a mesma área, para permitir efetuar esta comparação.

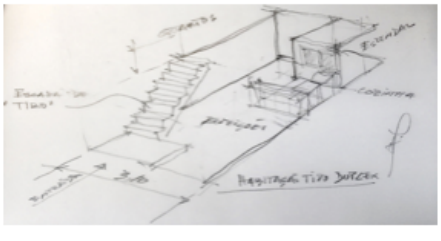
Assim sendo, estamos perante um processo construtivo inovador para a época, porque é modelar e promove a *standartização*. Só desta forma foi possível construir 917 fogos em dois anos. Pode comparar-se, metaforicamente, cada rua a um edifício de 10 pisos, só que rebatido, sem caixa de escada e sem elevador. O resultado é muito mais interessante como se demonstrará.

O Bairro Padre Cruz é provavelmente o único ou um dos únicos bairros de Lisboa que teve todos os seus equipamentos urbanos concluídos (Mercado,

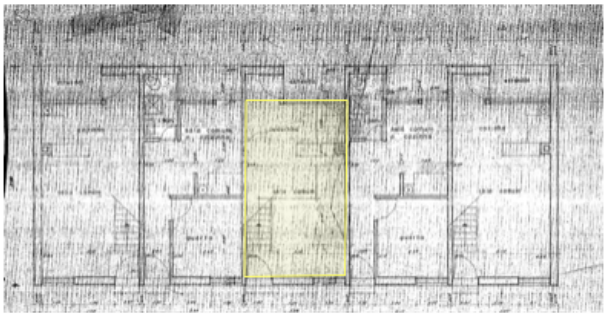


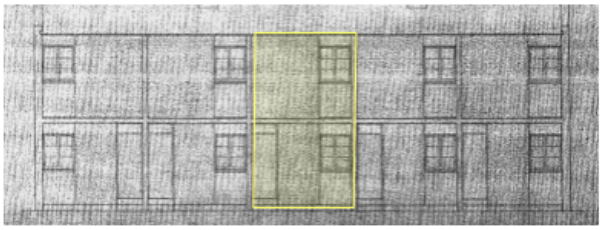


Le Corbusier – Unidade de habitação de Berlim (1957)
Fonte: Elaboração própria (2006)

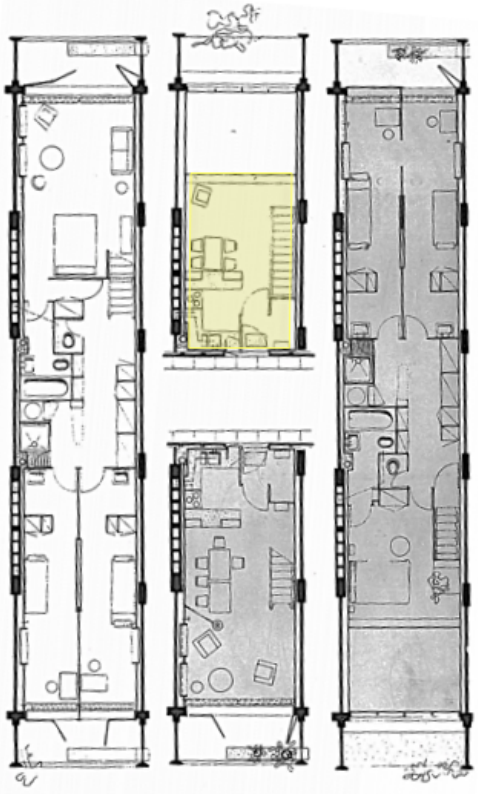


Fogos Tipo B - Perspectiva
Fonte: Elaboração própria (2014)





Câmara Municipal de Lisboa - Fogos tipo B



Le Corbusier – Unidade de habitação de Marselha (1957)



Unidade de Marselha - Foto da Fachada
Fonte: LEWENDUSKI, Thomas

Figura 46 | O Bairro e a *Unité d'habitation de Marseille*
Fonte: Elaboração própria (2014)

Escola Primária n.º 167, Creche, Posto Médico, Biblioteca Municipal de Carnide, Salão de Festas e Capela) aquando da sua inauguração em 17 de novembro de 1962. Nesta data, estiveram presentes, para além do presidente da edilidade, o General França Borges, também o vice-presidente Aníbal David,

o diretor das finanças Vicente Rodrigues, o Bispo de Tiara e o capelão do bairro, o Padre Francisco (mais tarde Bispo de Santarém), para além de outras individualidades e representantes da Ação Social. Nesta mesma data é inaugurada e "abençoada" a Carreira n.º 41 da Carris, que passa a ligar o Bairro à Praça dos Restauradores, ao centro da cidade.

Devido às inúmeras figuras públicas presentes e pela representatividade hierárquica (as três principais figuras de topo da autarquia), percebe-se a importância política deste ato. O Bairro Padre Cruz surge como uma nova experiência política e urbana na cidade. Pretendia-se com este novo bairro a implementação de uma nova experiência de desenvolvimento comunitário.

Nesse sentido, as políticas de realojamento eram extremamente rígidas e impunham determinados tipos de conduta, e se o morador não as cumprisse era automaticamente desalojado do bairro. Todo o processo era acompanhado e coordenado pela Polícia Municipal. Os "interessados" tinham de obrigatoriamente escrever um requerimento, dirigido ao Comandante da Polícia Municipal de Lisboa, para se habilitarem a uma casa, num destes bairros (Anexo VI). Caso o morador se qualificasse, era obrigado a assinar um documento com as suas proibições e obrigações (Anexo VI). Uma das proibições era a de não poder admitir na casa, onde fosse residir, qualquer pessoa que não fizesse parte do agregado familiar.

As regras e o controlo físico dos residentes eram feitos por um fiscal residente (todos os bairros tinham um) que transmitia à Comissão Administrativa dos Bairros Municipais todas as irregularidades. Caso os moradores não cumprissem algumas das suas obrigações, poderiam ser desalojados pela Comissão e enviados para um outro bairro: o "bairro de castigo", como referiram alguns residentes nas entrevistas.

O "Bairro Novo" (habitação social): urbanismo em contexto de democracia

Após o 25 de abril 1974, assiste-se a um aliviar do controlo por parte da polícia municipal. Os residentes começam então a ocupar os quintais com construções parasitas (anexos clandestinos), de forma a obviar os problemas prementes provocados pela falta de espaço.

Desde a sua construção que a população do bairro foi aumentando, de tal forma que chegavam a coabitar, em média, cerca de seis pessoas numa

pequena habitação T2 (27,8 m^2). Nos Censos de 1980, participamos no recenseamento à população do bairro e chegámos a encontrar agregados com mais de uma família a residir (pais, filhos e netos) e outros, nomeadamente, nas "casas de Lusalite" em que viviam mais de dez pessoas dentro da mesma habitação, em condições de higiene indescritíveis.

É em parte para resolver alguns destes problemas que são construídos, no topo norte do bairro, entre 1974 e 1975, 10 edifícios em galeria, conhecidos por tipologia HR, com 5 pisos, iguais aos edificados dos Olivais Sul — Célula F, para desdobramento e realojamento das famílias numerosas. Esta fase, considerada a Fase III, não é relevante para este estudo, uma vez que não se assistiu a qualquer operação de loteamento. Os blocos inseriram-se na malha urbana existente, entre as ruas do Rio Guadiana e do Rio Sado e a Estrada Militar e são mais um "apêndice" ao bairro, que é assumido com naturalidade pela população residente. São "filhos" do bairro que o assumem na sua plenitude, só que moram em casas diferentes.

A Fase IV inicia-se, na década de 90, com a construção de um novo núcleo urbano, nos terrenos adjacentes ao bairro – a poente, entre a rua do Rio Cávado e o Regimento de Engenharia n.º 1, da Pontinha, construída ao abrigo dos programas PIMP (Programa de Intervenção a Médio Prazo) e PER (Programa Especial de Realojamento). Este projeto foi desenvolvido e implementado pela equipa do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa (GTH), incluindo a fiscalização e o acompanhamento das obras de construção pela arquiteta responsável.

O projeto inicia-se em 1980 e, um ano mais tarde, em 1981, é aprovado pelo município o Plano de Urbanização do Bairro Padre Cruz. Por falta de verbas, o loteamento só será levado a efeito dez anos mais tarde e ao abrigo dos planos referidos anteriormente, na sequência da legislação produzida sobre habitação social. Nesse sentido, o Decreto-Lei 237/85 de 5 de julho[176], que define as características técnicas, relativas à conceção do projeto e à qualidade de construção, leva a que sejam introduzidas algumas alterações ao projeto inicial, contudo, em termos formais as variações são praticamente nulas.

---

176 Este Decreto-Lei, surge na sequência da legislação anterior aprovada sobre habitação social, nomeadamente a Portaria n.º 50/83, de 17 de maio, que a define; o Despacho n.º 41/MES/85, que fornece uma série de recomendações técnicas para apreciação e aprovação dos projetos e, por último, o Decreto-Lei n.º 366/85 de 5 de julho que define os acórdãos de colaboração entre a Administração Central e os Municípios para a realização de realojamentos da população, que vive em barracas.

É um loteamento de rutura, como salienta a arquiteta responsável ao dizer que *"(...)a linguagem arquitetónica resulta propositadamente diferente entre as duas zonas do bairro; Isto é propositado porque entendo que a nossa cidade faz-se por um somatório de contrastes, de variedade e de diversidade (...)"*[177]. Este novo loteamento, que é identificado pelos moradores como "o Bairro Novo", distingue-se visualmente do "antigo" pela escala de intervenção e pela tipologia do edificado.

Estamos perante uma malha ortogonal de vias, que divide o espaço a lotear em quarteirões de dimensão variável, sobre os quais foram implantados edifícios de habitação com uma volumetria que varia entre os cinco e os seis pisos de altura. É uma proposta que, em termos de desenvolvimento urbano e na tipologia do edificado, apresenta uma linguagem pós-moderna e racionalista. Recupera os elementos de composição formal da estrutura urbana, numa mistura de conceitos desenvolvidos por Aldo Rossi (2001 [1966]) e aprofundados por Robert Krier (1991 [1975]).

As ideias de Rossi manifestam-se na pureza das formas geométricas que compõem o espaço público dentro do quarteirão e, também, na tipologia do edificado[178], que surge como elemento singular na constituição da forma. Quanto a Krier, o seu pragmatismo sobressai na organização formal do conjunto urbano e na forma de como cada um dos espaços se interligam entre si.

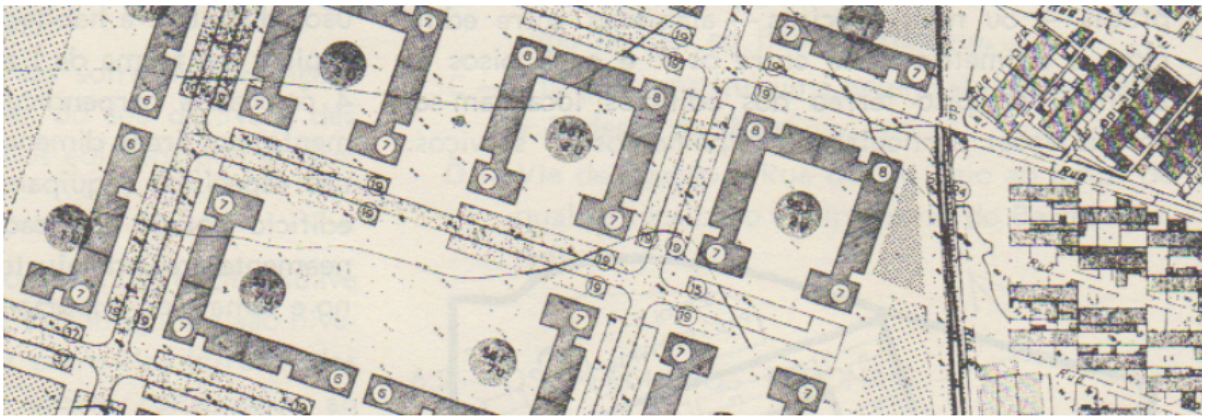
Na Figura 47, juntaram-se alguns dos elementos gráficos do projeto que ajudam a compreender este argumento. Da esquerda para a direita, na primeira imagem, pode observar-se a incorporação das formas geométricas, puras, no desenho do espaço público; na segunda, uma perspetiva desse mesmo espaço, realçando a importância formal do edifício na composição do quarteirão; em baixo, a tipologia gera a forma e, em cima, o conjunto urbano como resultado — *"Uma aposta foi, de facto, o quarteirão (...) Tentar que a praça fosse o que era dantes, confinada e rodeada pelas fachadas dos edifícios, que a rua fosse confinada pelos edifícios."*[179]

---

177 Excertos da entrevista à Arq. Maria Rosa Leitão, realizada por Fátima Freitas, na Biblioteca Natália Coreia, no Bairro Padre Cruz, em outubro de 2010. Este documento encontra-se em anexo.

178 Neste caso específico, o termo tipologia aplica-se ao conceito defendido por ROSSI, que associa a forma ao modelo do edifício, que se repete, e não no sentido da sua função tipológica, No entanto embora Rossi entenda que a função não deva condicionar a forma, neste caso concreto, verifica-se que existe uma associação entre as duas.

179 Idem,



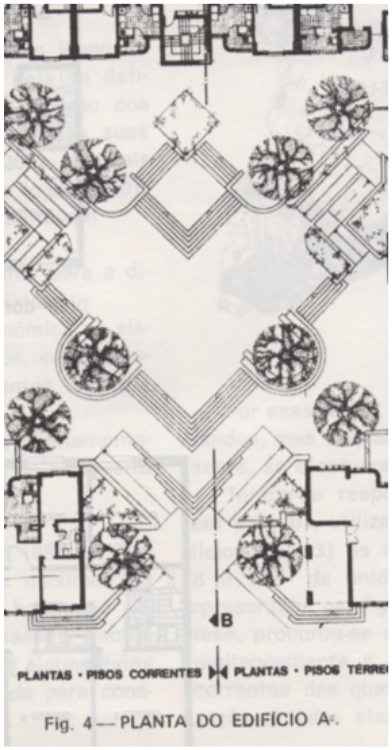


Fig. 4 — PLANTA DO EDIFÍCIO A.

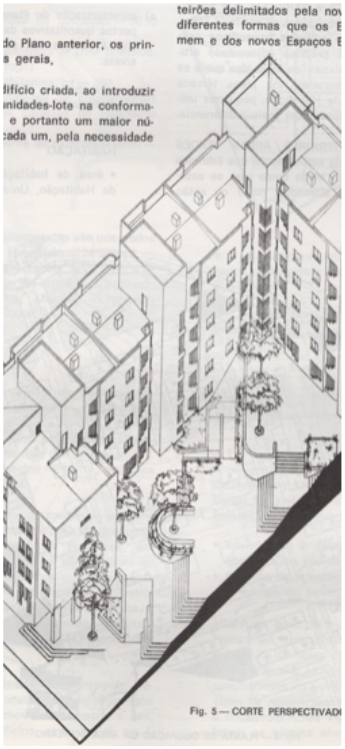
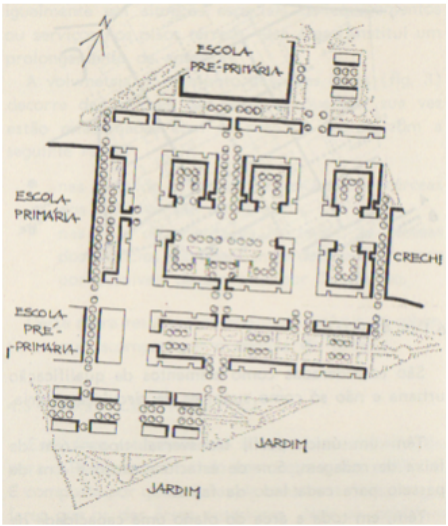


Fig. 5 — CORTE PERSPECTIVADO



Fig. 3 — AS UNIDADES-LOTE NA CONFORMAÇÃO DOS EDIFÍCIOS.





Projecto: Arquitecta Maria Rosa Leitão
In, Boletim do GTH, Vol. 6, nº 39/40, 2º Sem. 1980/1º Sem. 1981

Figura 47 | A morfotipologia do "novo Bairro"
Fonte: LEITÃO, Maria Rosa

Este foi um dos primeiros trabalhos da arquiteta Maria Rosa Leitão e, ao ser questionada sobre o "surgimento do desafio do Padre Cruz", respondeu: *"Estava a concluir o curso quando faço parte de um grupo que fazia vistorias nos bairros municipais, na parte de alvenaria, que era a única que existia. Foi assim que vim até aqui (...) Durante esse período é esse o contacto que tenho*

com o bairro (...) após o 25 de abril, talvez por 1978"[180]. Em termos concetuais é um projeto que se enquadra dentro das teorias dominantes sobre a cidade, como já foi referido. Contudo, a falta de experiência aliada a uma relação "de repulsa" em relação ao núcleo antigo — *"As vistorias no bairro eram uma coisa bastante penosa. (...) Este era um dos exemplos típicos da problemática dos realojamentos – na periferia, e com a estrada a delimitar fronteiras entre concelhos"* — levam a descurá-lo em termos urbanos e sociais. Considera-o igual a todos os outros da sua "categoria", portanto, não teve em conta a identidade e a memória coletiva. Hoje, reconhece que este bairro é singular, diferente ao assumir que *"é diferente, sim. No mais isento olhar, sinto que é diferente, sim. Talvez pelo que lhe disse, mas também por outras coisas que não sei explicar."*

Outro aspeto relevante que ressalta da entrevista, de entre muitos outros, é a falta de conhecimento por parte da arquiteta, sobre o destino dos fogos que estavam a ser construídos — *"Não houve nunca, do ponto de vista do realojamento, ligações ou informação entre esta zona, a edificar, e a que já existia. Eram elementos que não tínhamos. Lembro-me de ter conversas com a Maria Vilar Diógenes*[181] *e nós não sabíamos muito bem a quem se destinavam estes fogos... Esse era um problema que se punha."*. Esta dúvida, que tem sido uma constante ao longo dos tempos, continua a ser colocada: *Para quem construímos?*

Este é um assunto fulcral porque, enquanto arquitetos, se não conseguirmos dar uma resposta cabal à questão, nunca estaremos em condições de encontrar uma solução urbana adequada. Sobre a replicação do modelo urbano implementado no Bairro Padre Cruz, a Arquiteta afirmou: *"Mais bairros assim, não. Com esta quantidade de fogos. Não consigo compreender como é que depois deste ainda se foi fazer o bairro da Ameixoeira. Não consigo compreender."*[182]

Nesta entrevista Maria Rosa Leitão realça outros aspetos relevantes que se enquadram dentro da problemática levantada no Capítulo 1 e que permitem compreender a morfotipologia atual da cidade de Lisboa, bem como de outras cidades do país, quer em termos urbanos quer em termos sociais.

É uma "fase" que se inicia em finais da década de oitenta, com a aprovação do Decreto-Lei 226/87 de 6 de junho, que revoga o diploma anterior

---

180 Idem, Ibidem

181 Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, na época.

182 In, Maria Rosa Leitão

(Decreto-Lei 366/85 de 11 de setembro), e estabelece o regime de cooperação entre a administração central e a local, em programas de habitação social para arrendamento. Esta legislação tem como único objetivo o realojamento a custos controlados. É, neste contexto, que surge a construção desta nova fase do Bairro Padre Cruz, bem como da maior parte dos bairros de habitação social que se construíram a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Percebe-se também na entrevista que, com esta nova legislação, se assiste a uma alteração da política habitacional praticada pela edilidade no que diz respeito a estes tipo de bairros camarários, no qual se enquadra o Padre Cruz, que estavam sobre a alçada do GTH — *"Conversámos muito sobre as soluções e perspetivas para estes bairros. Depois saíram regulamentos para a construção da habitação social e havia uma série de categorias de recomendação, em termos de áreas a afetar e populações alvo (...) Por exemplo, nos Olivais houve a possibilidade de mesclar classes sociais – situações de maior carência com outro tipo de população(...)."*[183]

A mudança de estratégia, que passa pela massificação da construção para realojamentos, impede que a mesma se faça de uma forma integradora. Colocada a questão à autora do projeto: Por que não foi introduzido o conceito/ ideia de mescla social no parque habitacional? surge a resposta: *"Porque foi todo pensado para realojamento (...) isto começou por ser... PIMP e depois virou PER e, quando isto foi feito, já toda a gente sabia que construir assim massivamente "habitação para realojamento" levava guetos de todo o tamanho"*[184]. Segundo estas palavras, depreende-se que existe uma diferença operativa entre estes dois programas, contudo, em termos formais o projeto tem a mesma linguagem urbana.

O último aspeto é de especial interesse porque nos remete para uma outra dimensão, a do projeto. Aquando da construção das "Alvenarias", também a ideologia predominante, em termos de realojamento, era similar. Isto é, não estavam previstas intervenções de *social mixing.* Assim sendo, estamos perante conceitos semelhantes, mas produzidos em épocas distintas, com políticas, recursos económicos e formas de implementação diferentes. Ora, esta situação conduz a uma outra dimensão — a do projeto urbano e as implicações que o mesmo pode ter no reforço do sentido de identidade.

183 Idem,

184 Idem, Ibidem,

6.2 Zona das "Alvenarias": território, desenho urbano e identidade

Uma das questões que levou à escolha do Bairro Padre Cruz e, mais concretamente a zona das "Alvenarias", foi por se entender que é um bairro dentro de outro bairro, não só porque tem uma morfotipologia própria, por ter sido construído numa época distinta, mas, principalmente, porque gerou uma identidade e uma cultura de bairro própria — *"Na zona de alvenaria, a ideia de bairro faz todo o sentido."*[185] O reconhecimento desta identidade própria é transversal a todos os entrevistados: técnicos, políticos e moradores, sendo de destacar o testemunho de uma técnica que acompanhou o processo inicial de realojamento e que revelou que o *"bairro tem características muito particulares. Com os realojamentos, o bairro é uma manta de retalhos, inclui várias identidades"*[186].

Este testemunho é de particular importância já que reforça o conceito defendido por Pierre George (1983), em relação ao limite de bairro, que pode, muitas vezes, ser simbólico. É o cidadão que identifica esse limite, não são os técnicos — *"(...) a nossa filha que tem 4 anos brinca e joga à bola na rua. E eu estou descansado porque lhe expliquei: aquelas escadas não sobes, aquela rua não desces. Este é o teu canto, brinca aqui"*[187]. Estes aspetos vêm reforçar a importância da microescala na determinação desse limite.

A análise do discurso urbano atendeu a vários níveis de análise. No primeiro, procedeu-se ao enquadramento do bairro no contexto da freguesia, analisando o território na sua mesoescala, atendendo às transformações físicas e sociais ao longo do tempo. Esta análise forneceu uma narrativa urbana, que permitiu ter consciência da importância física, social e simbólica que o território assume na criação e consolidação da identidade e da memória coletiva por parte dos seus residentes. Num segundo nível de análise pretendeu-se perceber se os projetos urbanos aí implementados tiveram efeitos diretos no reforço do sentido de identidade dos moradores. Esta análise foi feita em relação a Carnide e também relativamente à zona das "Alvenarias" do bairro

---

185 In, Técnica (3); técnica da área social, exerceu funções no bairro entre 1973 e 1990 (entrevista realizada em abril de 2010).

186 Idem,

187 In, Morador (5); sexo masculino, 47 anos, antigo residente que nasceu e morou no bairro até se casar, posteriormente saiu de casa por esta ser pequena. Não existiam outras livres no bairro — Fase II (entrevista realizada em abril de 2010).

Padre Cruz. O que diferenciava o bairro da zona das “Alvenarias” de todos os outros, semelhantes entre si e ao abrigo de programas de realojamento? Esta foi uma questão que emergiu desde o início deste processo de pesquisa.

Este “Provisório do Estado Novo” tinha algumas características específicas que o diferenciavam de todos os outros “provisórios”, nomeadamente o desenho urbano e a heterogeneidade geográfica e cultural da sua população, visto que em termos sociais, há uma certa homogeneidade.

No que concerne ao projeto, é de referir as suas singularidades que o distinguem dos outros bairro provisórios, na medida em que propiciava e fomentava o relacionamento interpessoal, como se demonstrará.



Legenda

1 Bairro da Boavista
In, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa o outro bairro - Os provisórios do Estado Novo, 1999, pág.13

2 Bairro do Quinta da Calçada
Arquivo Municipal Lisboa; Goulart, Eduardo, 1938

3 Bairro Padre Cruz — Fase I
In, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa o outro bairro - Os provisórios do Estado Novo, 1999, pág., pág. 43

Figura 48 | “Os Provisórios do Estado Novo”

Na Figura 48, é possível observar algumas diferenças que se passarão a explicitar, entre os projetos do Bairro da Boavista e da Quinta da Calçada, similares entre si, e o do Padre Cruz

Em termos urbanos todos têm um elemento em comum: a escala humana da rua que une as habitações e o respetivo “quintal”. Para além de outras diferenças construtivas, existe um fator concetual de extrema importância que diferencia o Padre Cruz. Nos dois primeiros, as casas estão implantadas em xadrez, ao alçado principal de uma opõe-se sempre o alçado posterior da outra, o que não se verifica no Padre Cruz. Aqui, todas elas têm o seu alçado principal voltado para a mesma rua.

Com base na análise do projeto, e em virtude do contexto político da época, não se encontra outra explicação para esta distribuição em xadrez, que não seja a de condicionar o relacionamento interpessoal dos residentes, ou seja, as pessoas viviam de "costas voltadas" umas para as outras. Este plano segregador não facilitava as relações de sociabilidade, nomeadamente de vizinhança, promovendo o isolamento dos moradores. No entanto, esta configuração do edificado tinha um senão, pois dificultava o controlo físico do bairro. Existiam sempre "recantos" que geravam insegurança, nomeadamente durante a noite. Estes bairros tinham um fiscal responsável pelo seu controlo físico e social e esta organização espacial não era favorável a esse controlo.

Neste aspeto o desenho urbano do Padre Cruz resolve este problema, porque as casas estão dispostas em correnteza, gerando um outro dilema: as pessoas eram de certo modo compelidas a relacionarem-se entre si, uma vez que as casas estavam dispostas "frente a frente".

A ideologia do regime e a sua atitude segregadora, patente no projeto urbano e na exiguidade das habitações (os quintais são maiores do que as casas), fomenta a utilização dos espaços exteriores, como o quintal e a rua, como prolongamento do seu espaço privado, em consonância com uma perspetiva nostálgica, face ao passado rural dos habitantes que assim podem reconstituir um certo sentido de "comunidade". Durante o ano, quando o tempo o permitia, principalmente nos dias e noites quentes de verão, os residentes utilizam estes espaços públicos; montam os fogareiros na rua, fazem os seus grelhados e convivem uns com os outros. A este propósito, um dos moradores afirmou *"todas estas pessoas têm muita prática do fogareiro e isso não só isso serve de convívio"*[188].

A intensa convivência nos espaços públicos é ainda, no dia de hoje bem visível no núcleo das "Alvenarias". Percebe-se que, em cada rua, as relações de vizinhança são fortes.

Diz outro morador *"O bairro era muito comunitário e ainda temos isso na minha rua. E é isso que não quero que se perca. (...) Compro sardinhas a mais porque já estou a contar oferecer à vizinha."*[189].

As ruas, para além da paróquia e das coletividades de bairro que entretanto se foram constituindo, surgem naturalmente como espaços de convivência coletiva e de manifestações culturais. Durante as Festas de Lisboa,

188 In, Morador (5)

189 In, Morador (2); sexo feminino, 65 anos, residente há 48 anos no bairro — Fase II (ex-moradora do Bairro da Boavista, entrevista realizada em abril de 2010)

o bairro ganha um colorido especial. Todas as ruas eram enfeitadas com fitas coloridas, em todas existiam fogueiras e todas elas "competiam" entre si.

Um dos moradores entrevistados acrescentou que o *"Santo António era aqui vivido intensamente…íamos à papelaria, comprávamos papelinhos e cordel e enfeitávamos as ruas… e tudo era feito com muito gosto."*[190], corroborado por outro morador: *"Era uma alegria constante e em cada rua se fazia um baile. Na altura dos santos, ui, isso então era todos os dias"*[191].

Para além do desenho urbano do Bairro Padre Cruz, que privilegiava a escala humana, pela sua organização espacial patente na escala e hierarquização das ruas, existe um outro fator que convém realçar: o da toponímia. As ruas do Padre Cruz têm, no "Bairro das Alvenarias", todas elas o nome de um rio de Portugal. A principal rua é a Rua do Rio Tejo e as outras três, hierarquicamente mais importantes, denominam-se Rio Douro, Rio Mondego e Rio Guadiana.

Este aspeto, independentemente da carga ideológica associada a esta hierarquização das ruas, foi de especial importância, porque a maioria dos residentes identificava-se com o novo espaço onde vivia, pela ligação emocional que os aproximava da sua terra natal. Cada rua tinha um significado muito especial e relembrava as origens geográficas dos residentes, como é possível verificar pela perspetiva de um dos moradores, "*As minhas origens estão na Beira, no campo. As dos meus pais, também (…) Encontrámos neste Bairro o bucolismo que tínhamos na terra natal, aqui mantinha-se de alguma forma. Estávamos na cidade mas com memórias do campo (…)"* [192]

A diversidade cultural destas gentes era partilhada nas relações de vizinhança que se iam criando. Ao longo dos anos, toda a troca de experiências e de conhecimentos foram forjando e consolidando novas referências identitárias, múltiplas e diversas entre os moradores, construindo dessa forma uma memória coletiva — *"(…) a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenómeno coletivo e social, ou seja, como um fenómeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes."*[193]

---

190 In, Morador (5)

191 In, Morador (9); sexo feminino, 57 anos de idade, residente nas "casas altas" desde os 17 anos — Fase II (entrevista realizada a 7 de abril de 2010).

192 In, Morador (1), sexo masculino, 61 anos, reside há 50 anos no bairro — Fase II (entrevista realizada a 6 de maio de 2010).

193 POLLAK, Michael - Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Vol. Vol. 5 nº 10 (1992), p. 200-2015.p.2

Outro dos aspetos que foi fundamental para a consolidação da identidade e da memória coletiva do bairro foi a sua localização periférica. Esta leitura resulta, não só da análise das entrevistas, mas também da observação participante efetuada. É interessante verificar as implicações que determinado tipo de condicionantes têm na relação entre o social e o urbano. Neste caso concreto, a condicionante inicial foi a inexistência de transportes públicos, porque promoveu o relacionamento interpessoal, ou seja, existem dois elementos urbanos que potencíam a relação de identidade, um é a rua e o outro é a azinhaga (NICOLAU, 2011).



Figura 49 | O território como elemento gerador de Identidade
Fonte: CâMARA MUNICIPAL DE LISBOA, Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911; (elaboração própria 2014)

Na Figura 49, pode observar-se a localização periférica do bairro em relação ao centro da freguesia. Aquando da construção das primeiras habitações e até 1967, data da inauguração da carreira n.º 41 da Carris, em

novembro do mesmo ano, o bairro encontrava-se completamente isolado. Durante esse período, os residentes do bairro que trabalhavam em diferentes zonas da cidade tinham necessidade de se deslocar todos os dias, de e para o centro de Carnide, onde apanhavam o eléctrico n.º 13, no Largo do Coreto, para os seus locais de trabalho em diversas zonas da cidade. Não deixa de ser elucidativo o depoimento de um dos residentes: *"Quando para aqui viemos só havia o desejado 13, em Carnide (...) Passava tudo isto a pé, ia a pé pelas azinhagas, lá ia com os termos do almoço (...)"*[194].

Este movimento pendular, pedonal, representado na figura anterior, a traço de ponto laranja, fazia-se fundamentalmente pela Azinhaga dos Cerejais, que assumia uma posição de elevada centralidade, na medida em que ligava o núcleo da freguesia ao bairro. Situação que se manteve mesmo após a inauguração da carreira 41, pela escassez dos transportes, até à revolução de 74.

Neste percurso diário que durava sensivelmente 20 minutos, não só os moradores se relacionavam, como iam fortalecendo as relações de vizinhança e de solidariedade, também pelo facto de estarem sujeitos a um certo isolamento social e geográfico. O Bairro de Carnide (na época só existia o núcleo histórico) foi fundamental para esta consolidação identitária, porque para além da riqueza histórica, cultural e religiosa da freguesia, que iam incorporando, era em Carnide que se realizavam uma série de acontecimentos lúdicos e pastorais associados às festividades da freguesia, como a Feira da Luz e, fundamentalmente, o exame da quarta classe. Desta forma mantinham um contacto permanente com as gentes locais. *"Toda a gente andava a pé. Íamos para a Feira da Luz... Quando eu ia para as freiras*[195] *a minha mãe dizia: falem de alto, falem de alto uns com os outros para fazer de conta que vai aqui muita gente...Toda a gente ia a pé para Carnide."*[196]

Esta situação particular foi desenvolvendo nos moradores uma autoestima coletiva. O Bairro Padre Cruz nunca foi um apêndice da freguesia mas sim uma parte integrante. Desta análise fica claro que, tal como tinha acontecido com as gentes de Carnide, o "Lugar de Carnide" esteve na génese da identidade do

---

194 In, Morador (4)

195 Referência às Irmãs Carmelitas Descalças, sediadas no Convento de Santa Teresa de Jesus, localizado na Rua do Norte, em Carnide, no início da Azinhaga das Cerejeiras. Durante muitos anos, alguns dos residentes do bairro punham os seus filhos nas "freiras" para ocuparem o seu tempo livre. Aqui tinham contacto com a religião e aprendiam a ler e a escrever.

196 In, Morador (8); sexo feminino, 81 anos, reside no bairro há 47 anos, dos quais 29 nas "Casas de Lusalite"— Fase I e, posteriormente, foi realojada no "Bairro Novo — Fase IV" (entrevista realizada em abril de 2010).

Padre Cruz. As características específicas da freguesia permitiram aos residentes do bairro encontrar referências históricas e culturais, que fomentaram a sua autoestima, evitando dessa forma que toda a conotação negativa associada a este "provisório do Estado Novo", os afetasse. Carnide foi sempre um "porto de abrigo" para a sua população.

Realça-se a importância da perceção de limite e do sentido de lugar, através das narrativas, que constituem elementos a ter em conta no ato do projeto urbano.

6.3 A dimensão Social do Espaço Urbano

Como referido no início desta dissertação, aquando da colocação das hipóteses, é fundamental perceber quais são os impactos diretos das operações urbanas no território da cidade. Pretende-se saber que tipo de interações se geram a partir do desenho urbano produzido, ou seja, se a morfotipologia do Bairro Padre Cruz potencia a relação e o sentido de identidade dos seus residentes (hipótese 1) e se o desenho urbano é um elemento fundamental para a criação de urbanidade da cidade (hipótese 2).

A visão do espaço urbano, enquanto técnicos, ou assenta numa análise quantitativa ou qualitativa, dependendo da especificidade do olhar e da formação do técnico que a produz. Contudo, os resultados são sempre redutores, porque só incluem um ponto de vista, que é o do técnico.

O Padre Cruz é um exemplo desta atitude pragmática, que se vem perpetuando até à atualidade. É considerado um bairro de intervenção prioritária (BIP), segundo critérios estabelecidos pela edilidade, um dos quais é urbanístico. Para este critério contribuiu o estado de degradação em que se encontra o núcleo das "Alvenarias". Contudo, esta degradação é consequência do esquecimento a que este bairro e outros têm sido votados por parte dos poderes públicos. Este bairro, que sempre foi encarado como uma estrutura urbana "provisória", para os técnicos, é um bairro sem referências de autor, é inestético e inseguro. Sobre este ultimo aspeto, um dos agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP), da esquadra do bairro destacou que *"no inicio de setembro, quando começava a escola, os professores iam pedir todos apoio*

policial, porque tinham medo... passada uma semana já estavam todos integrados e não precisavam de mais nada."[197]

Importa, ainda, correlacionar as representações dos residentes sobre o bairro onde vivem com as dos técnicos que aí intervêm. Como referido no Capítulo 4, a investigação em urbanismo é do tipo *Post-Facto,* portanto só *à posteriori* é que se percebe o verdadeiro resultado da intervenção urbana. Neste momento é possível aferir os impactos sociais das duas operações urbanísticas e daí retirar as devidas conclusões.

A partir da leitura das entrevistas, identificou-se um conjunto de palavras e frases chave, que permitiram relacionar o discurso do narrador com o desenho urbano. A partir dessas palavras/frases, decompôs-se cada uma das entrevistas, o que aparece resumido na tabela da Análise da Narrativa Social [Anexo II], de modo a se obter uma leitura sobre o espaço urbano.

Do cruzamento das entrevistas com a análise documental já efetuada, ressaltam três aspetos relevantes em relação ao Bairro Padre Cruz, na sua globalidade, e às "Alvenarias" em particular:

i) a importância do lugar na consolidação da memória coletiva;

ii) o bairro já não é só uma estrutura física, é um elemento simbólico, que surge como reflexo das referências identitárias partilhadas pelos moradores, ou seja, o conceito de bairro, enquanto paisagem urbana, coincide com o conceito de bairro em termos de conteúdo social (ROSSI, 2001 [1966]). Portanto, segundo (RÉMY, 2004 [1992]: 99) está-se perante um bairro tradicional — *"A vida desses bairros está carregada de memória coletiva"*. O que é interessante porque se assiste à transformação de um "bairro provisório/de transição", onde foram realojadas pessoas de diferentes zonas da cidade, num bairro tradicional, com uma identidade singular. Ora, passados vinte anos, esta situação não se verifica no " Bairro Novo", como salienta uma das técnicas que trabalha no bairro — *"O bairro tem características muito particulares. Com os realojamentos, o bairro é uma manta de retalhos, inclui várias identidades (...) Na zona de alvenaria, a ideia de bairro faz todo o sentido"*[198]. Isto é, existem condicionantes que levam a que isto aconteça, o que nos remete para o terceiro aspeto;

iii) o do desenho urbano.

---

197 In, Técnico (7); agente sócio-institucional, sexo feminino. Conheceu o bairro aquando dos realojamentos da Fase I para a Fase IV e aí permaneceu durante 14 anos (entrevista realizada em setembro de 2010).

198 In, Técnica (2); técnica da área social. Exerceu funções no bairro entre 1991 e 2008 (entrevista realizada em Setembro de 2010).



Figura 50 | Bairro Padre Cruz — Imagem de conjunto
Fonte: Montagem sobre imagens de satélite — Google Earth (2007); elaboração própria (2012);

Aquando da análise dos projetos associados às diferentes fases, verifica-se uma mudança de escala da Fase II para a Fase IV. Em termos morfológicos, na primeira, o conceito de desenvolvimento urbano assenta num elemento básico da estrutura urbana — a rua; enquanto o segundo assume a escala do quarteirão. Verifica-se também uma mudança tipológica de uma fase para a

outra, em que se passa de pequenos fogos "unifamiliares", com 1 ou 2 pisos no máximo, para edifícios de habitação coletiva de múltiplos pisos. Acresce que é assumida uma rutura entre estas duas unidades urbanas, como foi realçado pela arquiteta responsável.

Na figura 50, é possível ver o conjunto urbano do Bairro Padre Cruz e ter a perceção das diferentes morfotipologias, quer em termos de desenho urbano quer em termos de edificado, das diferentes fases de construção; as imagens associadas a cada uma destas fases (apontamentos urbanos), realizadas em 2012[199], retratam precisamente essas diferenças.

Não pondo em causa a qualidade do projeto da Fase IV, este modelo de ocupação urbana, quer em termos morfológicos quer em termos tipológicos, não promoveu a identidade, conforme se pode aferir pelas entrevistas realizadas. *"As pessoas preferem viver em muito más condições a viverem nos prédios (...) O grande medo é que as tirem dali"*[200], refere um dos técnicos que acompanhou o processo de realojamento inicial do bairro. Segundo o mesmo técnico, algumas das pessoas que vieram de outras zonas da cidade, com a promessa de poderem voltar aos seus bairros de origem, fizeram-no na sua maioria — "*É muito diferente viver de um lado ou de outro lado da rua"*[201]. A mesma opinião é partilhada pelos residentes, quer das alvenarias quer dos novos edifícios. Eles percebem que existe uma diferença morfotipológica entre os dois "bairros" e que, neste modelo, o relacionamento interpessoal é diferente, porque não existe — *"As pessoas viviam ao lado umas das outras. Agora vivem por cima. E essa diferença é muito marcante. Isso simbolicamente é muito importante (...) No viver por cima, não há relações de vizinhança. Saio do elevador, e acabou"*[202]. Por outro lado verifica-se que a relação de vizinhança que existia entre vizinhos, no "bairro antigo", se perdeu, quando vieram habitar este "novo bairro". Um dos moradores das "casas de Lusalite" — Fase I do bairro que foi demolida e os seus moradores realojados nos novos edifícios — refere que no "bairro novo" — *"Não tenho relações de vizinhança. Nem boas nem más. Conheço-as porque eram quase todos vizinhos lá de baixo. As pessoas quando vieram morar para os prédios... não sei... pensam*

---

199 Neste momento já não corresponde à realidade porque, entretanto, uma parte das "Alvenarias" já se encontra demolida de acordo, com o novo projeto de loteamento. Os círculos a vermelho representam essa zonas e as letras o tipo de equipamento a ser construído; Edifícios de habitação coletiva (A) e Equipamento social (B).

200 In, Técnica (2)

201 Idem

202 In, Morador (2)

que são ricas... algumas mudaram completamente."[203] Um outro residente caracteriza o bairro como sendo dois "mundos" completamente diferentes — *"Não me identifico com o bairro desta maneira (...)"*[204] e salienta dois aspetos interessantes, o primeiro já referido anteriormente, de que a "*propriedade vertical separa as pessoas (...)"* e o segundo o de "*terem criado neste bairro um gueto"*[205]*,* provocando um fenómeno de "guetização", como ela refere. Esta noção de gueto já tinha sido salientada pela arquiteta Maria Rosa Leitão, quando se referiu a outros bairros construídos após o Padre Cruz, nomeadamente o da Ameixoeira.

Existe uma convergência de opiniões quanto a este modelo de desenvolvimento urbano (Fase IV). Referimo-nos a um modelo, porque foi dessa forma que a arquiteta o assumiu em termos concetuais — *"Esta zona nova do Bairro Padre Cruz obedece a uma construção-tipo ou padrão. Era um modelo padrão, uma espécie de Lego sempre com base no mesmo projeto-tipo"*[206]*,* ou seja, estamos perante um modelo morfotipológico que não gera identidade. Os residentes não se relacionam entre si, porque o projeto, contrariamente ao "bairro antigo", não promove essa interação, não a provoca. Um dos residentes do núcleo inicial, salienta que *"havia uma identidade de bairro muito forte, as ruas funcionavam como rios solidários"*[207], ora, no "bairro novo" não existem "ruas", existem elevadores e essa é a grande diferença. As pessoas não socializam nos elevadores, mas sociabilizavam nas ruas das "Alvenarias", era aí que decorriam os eventos mais importantes das suas vidas. Um dos moradores relembra que o *"espírito de entreajuda, as boas relações de vizinhança (...) Cada rua era uma família. (...) Se uma vizinha tinha um problema, as outras 19 vinham perguntar o que tinha acontecido (...)."*[208] A autora do projeto percebeu isso, no dia da entrega das chaves aos primeiros realojados do bairro de "Lusalite", quando um deles afirmou que "*quem fez aquele prédio deveria ser obrigado a viver lá dentro! "*[209]

Passados vinte anos, o "bairro novo" (Fase IV), não conseguiu gerar uma identidade própria, como reconhece um outro técnico: *"A perceção que eu*

---

203 In, Morador (8)

204 In, Morador (3); sexo feminino, 35 anos, solteira, foi viver para o bairro em 1982, para as "Casas de Lusalite-Fase I", onde residiu 10 anos e em 1992, foi realojada no "Bairro Novo - Fase IV" (entrevista realizada em 2010).

205 Idem,

206 In, Maria Rosa Leitão

207 In, Morador (1)

208 In, Morador (7); sexo masculino, 38 anos, ex-morador, residiu no bairro durante 27 anos, saiu após ter casado; entrevista realizada em Abril de 2010.

209 In, Maria Rosa Leitão

tenho destes novos realojamentos é que mantêm antigas relações Campolide com Campolide, Lumiar com Lumiar...mantêm as afinidades sociais e familiares que tinham lá, transpuseram para cá e por isso não há verdadeira integração neste Bairro." [210]

A falta de referências de pertença tem sido retratada pelos técnicos e moradores, foi aferida nos eventos realizados no bairro Padre Cruz, referidos nos Capítulos 1 e 4, em que se esteve presente, seja na defesa dos seus interesses (Grupo Comunitário) seja na participação em eventos pontuais. Os residentes, que participaram ativamente nestas atividades, eram praticamente todos das "Alvenarias", ou, se não eram, tinham lá residido anteriormente. Nestes eventos, foi possível comprovar que o sentido de identidade dos residentes do núcleo inicial se alterou quando foram morar para os "prédios altos". O sentido de união e a coesão são muito difusas, é como se vivessem noutra zona da cidade, e as relações de vizinhança, alicerçadas em anos de vida comunitária já não existem, o que é normal — *"Mas eu dava-me bem com as minhas vizinhas mas nunca fui a casa de ninguém. Não tinha tempo. Era na rua que nos encontrávamos."*[211] Todo o relacionamento humano acontece na rua, entre os edifícios, frente a frente e não de cima para baixo (GEHL, 2009 [1971]).

É importante salientar que, embora a primeira versão de *Life Between Buildings,* de Jan Gehl, tenha sido publicada em 1971, os conceitos defendidos pelo autor estão presentes em muitos dos projetos urbanos realizados nos últimos anos, quer nos países do norte da Europa, quer em outros países, sendo reatualizados na sua última obra *Cities for People,* publicada em 2010. No prólogo da edição castelhana, o professor Enrique Peñalosa[212] realça a importância da obra de Gehl, como sendo um trabalho que explora as necessidades que temos enquanto seres humanos, na nossa relação com a cidade, sendo esta concebida apenas como um meio para uma forma de viver. Refere também Penãlosa que o livro é uma mensagem para os arquitetos, lembrando-lhes que, muito mais do que ganhar prémios, a sua função é a de servir o ser humano.

A partir da observação, Jan Gehl (2009 [1971]) desenvolveu uma série de esquemas que permitem interpretar a forma como os cidadãos se relacionam

---

210 In, Técnica (5); agente sócio-institucional, conhece o bairro desde 1960-61, assistiu à inauguração da Igreja, voltou ao bairro em 1981, até ao presente (entrevista realizada em 2010).

211 In, Morador (8)

212 Economista e historiador na universidade de Duke nos Estados Unidos.

entre si dentro do espaço urbano. No diagrama de Gehl [Figura 51] são claras as condicionantes urbanas que potenciam, ou não, a sociabilização dentro de um determinado espaço urbano.

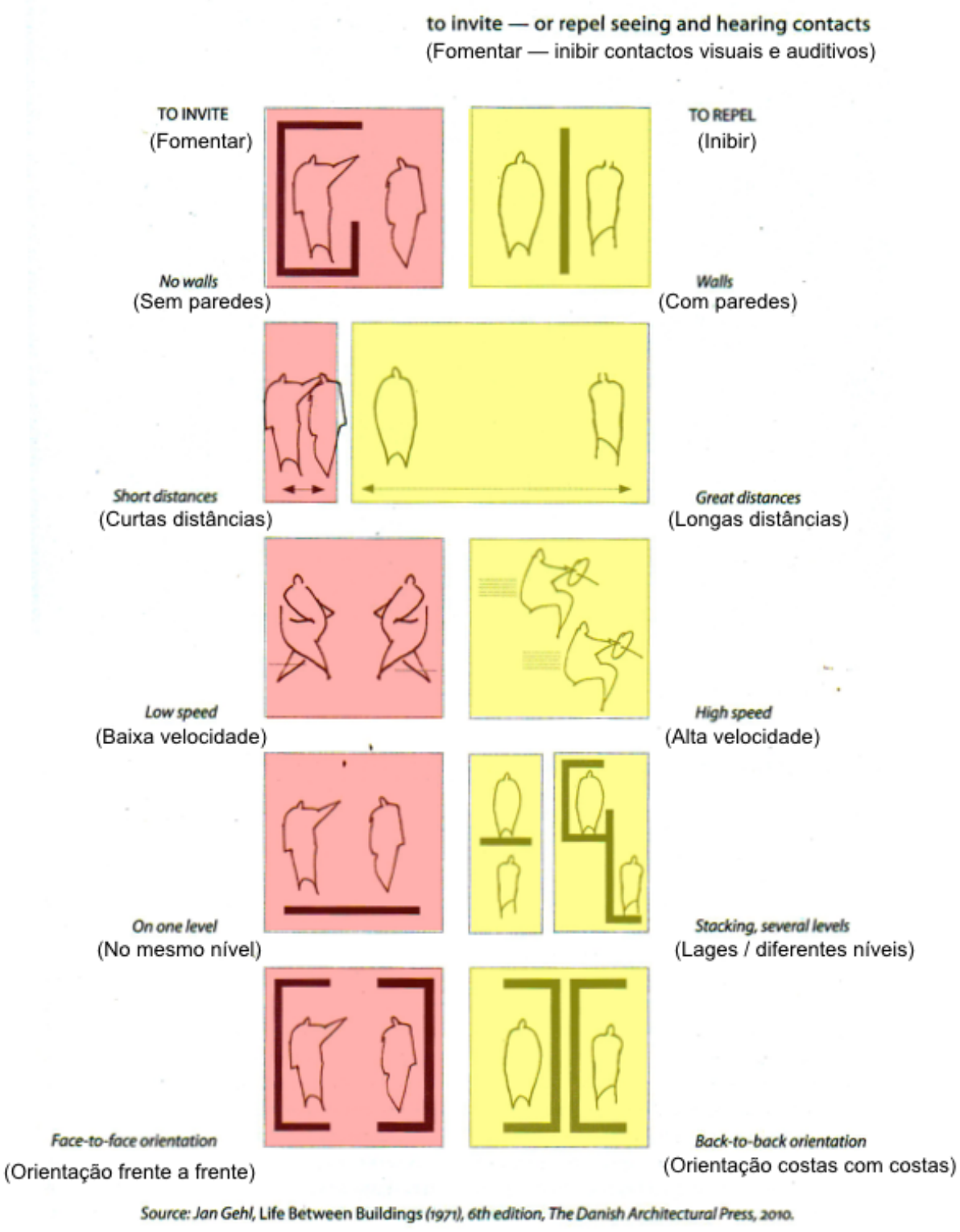


Figura 51 | Diagrama de Gehl: Os sentidos e a comunicação
Fonte: GEHL, Jan -Cities for People - Island Press, London 2010, p.237

Tendo como ponto de partida essa imagem, proceder-se-á à comparação dos dois loteamentos do Bairro Padre Cruz, as “Alvenarias” e o “Bairro Novo” e, dessa forma, aferir-se-á se existe correspondência direta entre o que os residentes dizem e sentem em relação ao espaço onde vivem e o esquema desenvolvido por Gehl, que sintetiza os cinco requisitos fundamentais para inibir ou fomentar o contacto físico “entre edifícios”, nomeadamente, a existência, ou não, de obstáculos que inibam a sociabilização, a largura da ruas, a preponderância de caminhos pedonais, em detrimento do trafego automóvel e as características físicas do edificado.

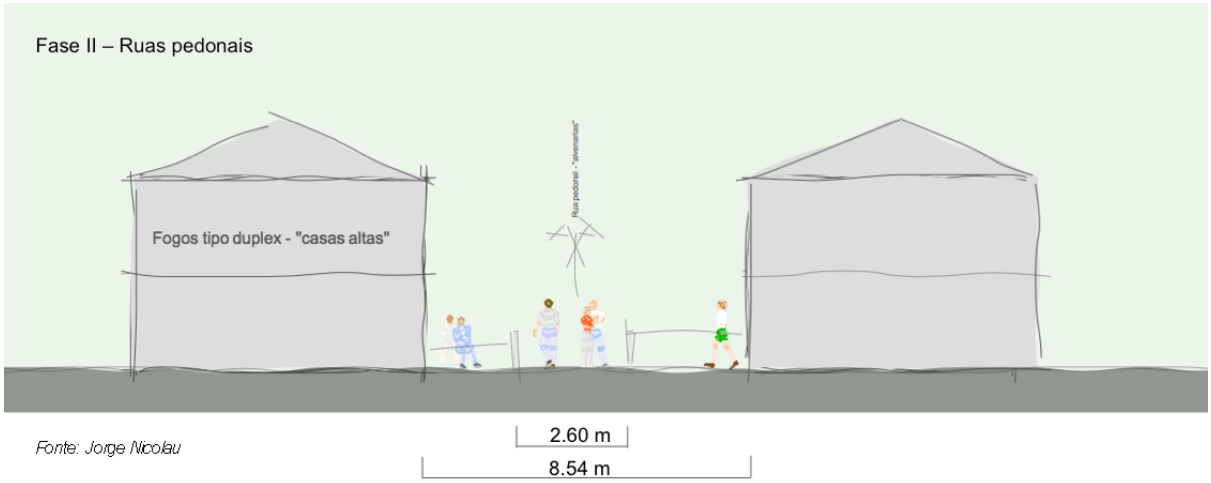
Sobre este esquema [Figura 51], colocou-se rectângulos de cor amarela e rosa, que relacionam entre si, a morfologia e a tipologia das duas fases construtivas — os amarelos referem-se às “Alvenarias” e a cor rosa aos edifícios em altura. Como se pode verificar no diagrama, o desenho urbano da Fase II (amarelo), segundo o esquema de Gehl, fomenta o contacto físico, visual e auditivo, contrariamente ao que se verifica nesta última, que o inibe.

O trabalho desenvolvido por Edward T. Hall (1986 [1966]) complementa esta observação, ao reforçar a importância dos sentidos na definição das distâncias[213], que resultam das modificações sensoriais relacionadas com o dinamismo do espaço físico. No caso concreto das “alvenarias”, verifica-se que a escala urbana assenta essencialmente na predominância da distância social, cujos limites se situam entre 1,20m e os 2,10m, para o modo próximo e entre 2,10m e 3,60m, para o modo longínquo. Esta é a distância das “negociações impessoais” porque marca a fronteira entre o modo longínquo da distância pessoal e o modo próximo da distância social (HALL, 1986 [1966]:140).

As ruas das “alvenarias”, pela sua dimensão (largura 2,60m), permitem uma relação muito estreita entre a distância pessoal e a distância social, quase uma fusão entre as duas. Estes “espaços públicos” funcionam, em parte, como prolongamento do espaço privado. É nesta interação constante entre os moradores, onde o público e o privado se mistura e se confunde, que se promovem as relações de identidade que são visíveis, tanto na defesa dos seus interesses coletivos como na entreajuda entre vizinhos. Um dos residentes das casas de “alvenaria” refere-se a uma das vizinhas da seguinte maneira: *“Ela ensinava-nos. Estava sempre gente a entrar e a sair da casa dela. Umas, antes*

213 Para Hall, existem quatro tipos de distâncias: a íntima (15 a 40 cm), a pessoal (45 a 125 m), a social (1.20 a 3.60 m) e a pública (acima dos 3.60 m). Dentro de cada uma destas distâncias, existem ainda duas subcategorias que são o modo próximo e o modo longínquo, os valores referidos referem a amplitude do intervalo.

de ir para a escola, outras, depois da escola… na mesa da sala havia sempre trabalhos que cada uma fazia para ir aprendendo (…).”[214]



Fonte: Jorge Nicolau

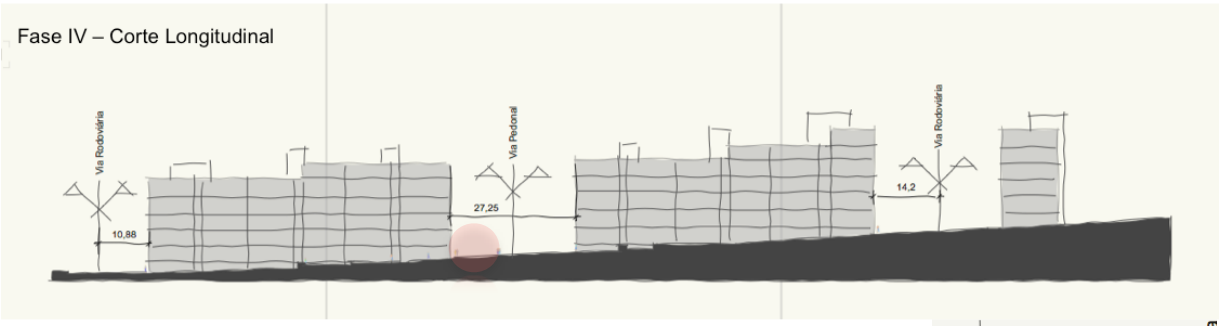
Figura 52 | Rua das “Alvenarias”: Corte esquemático
Fonte: Elaboração própria (2014)

A Figura 52 representa uma secção transversal tipo por uma das ruas do “Bairro das Alvenarias”, na zona das “casas altas”. Este corte esquemático permite percecionar, graficamente, o que se acabou de descrever. A sociabilização dentro destes espaços é constante, porque não existem barreiras que a inibam, físicas e visuais. Quando se entra numa destas ruas é como se tivesse entrado na casa de alguém: todos os nossos sentidos estão despertos.

Na fase IV verifica-se o contrário. Existem vários fatores que inibem o relacionamento interpessoal, nomeadamente, a tipologia dos edifícios, em altura e, a largura e hierarquização das ruas. Como se percebe no esquema de Gehl, as pessoas não se relacionam de baixo para cima, mas, sim, frente a frente. Acresce que a escala do novo loteamento, a distância entre edifícios e a hierarquização das ruas, com a supremacia do automóvel sobre o peão, não promovem o contacto físico. O corte longitudinal [Figura 53] pretende realçar esta situação; o círculo vermelho representa a escala do peão face à escala dos edifícios. Neste caso a “distância” dominante, utilizando os conceitos defendidos por (HALL, 1986 [1966]), é a *pública*. Tendencialmente, existe uma abstração e um alheamento por parte do indivíduo sobre o que se passa à sua volta. As relações de vizinhança tendem a perder a sua relevância com esta

[214] In, Morador (13); sexo feminino, 53 anos, reside no bairro há 48 anos, Fase II e Fase IV (entrevista realizada em Maio e Junho de 2010).

mudança de escala, como foi possível apreender a partir dos depoimentos de alguns entrevistados. Um dos moradores revela que *"(...) demorei 5 anos a adaptar-me ao bairro. Aquilo, no início, custou-me muito. Os vizinhos foram todas pessoas que vieram da Quinta dos Milagres. Eu continuo a falar com toda a gente. Mas são pouco comunicativos (...) Têm a mania que são ricos... parecem que ficaram ricos – digo-lhes muitas vezes isto a eles."*[215] Por outro lado, torna-se mais difícil criar novas relações, sendo mais difusas e escassas as interações sociais.



Fonte: Jorge Nicolau

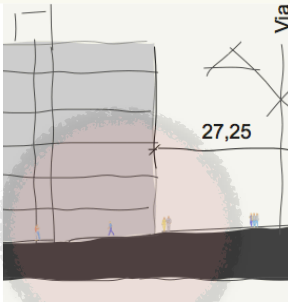


Figura 53 | Rua do "Bairro Novo": Corte esquemático
Fonte: Elaboração própria (2014)

Estamos perante duas abordagens urbanas distintas: a primeira que fomenta o relacionamento humano, criando relações de vizinhança e reforçando o sentido de identidade dos residentes; a segunda tem efeitos de sentido inverso. Por outro lado, se se tiver em consideração o conceito defendido por Augé (2005:67), quanto ao sentido de lugar e de não-lugar, poder-se-á afirmar que as "Alvenarias" constituem um lugar e o "bairro novo" um não-lugar — *"o lugar consuma-se através da palavra, da troca alusiva a certas senhas, na conivência e na intimidade cúmplice dos locutores (...) pode-se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar."*[216]

Retomando o projeto, a arquiteta responsável afirmou que pretendia criar uma rutura com o projeto existente. Essa rutura urbana é visível na comparação entre as duas malhas urbanas. Os técnicos e residentes confirmam

[215] In, Morador (6)

[216] AUGÉ, Marc - **Não Lugares - Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**. Lisboa: 90 Graus Editora, 2005. p.67

o enfraquecimento das redes de sociabilidade, nomeadamente quando os residentes transitaram de uma fase para a outra.

O "Bairro Novo" em vinte anos não forjou um sentido de união e de pertenças fortes, como é salientado pelos técnicos e moradores. Este é um aspeto fulcral que constitui elementos que nos ajudam a confirmar ou a infirmar as hipóteses colocadas.

A concluir, importa atentar sobre a intervenção de regeneração urbana que está em curso no Bairro Padre Cruz e que implicou a demolição de uma parte do núcleo das "Alvenarias", zonas A0 e A1 da [Figura 50]. Esta reflexão crítica surge como preâmbulo à conclusão desta dissertação, sendo importante aferir sobre a coerência do discurso político dos atuais governantes da edilidade, no referente à implementação de uma estratégia negociada de intervenção urbana. Isto é, até que ponto o novo projeto de regeneração urbana do Bairro Padre Cruz se insere no âmbito de um urbanismo participativo? Ou se, pelo contrário, se continua a assistir a uma imposição do projeto, *top-down,* como resultado de interesses económicos, assente numa política de gentrificação, associada à valorização do solo urbano deste bairro (DÍAZ ORUETA, 2006), em que os critérios de intervenção se resumem aos índices do Plano Diretor Municipal (PDM).

6.4 As intervenções mais recentes no Bairro Padre Cruz: urbanismo em contexto de cidade negociada

O projeto de requalificação urbana do Bairro Padre Cruz surge na sequência do relatório efectuado pelos técnicos do Pelouro da Habitação — "Caracterização Social do Bairro Padre Cruz", que esteve na origem da deliberação n.º 132/CM/2006, subscrita pela Vereadora Gabriela Seara, aprovada pela Assembleia Municipal (deliberação n.º 132/2006), em 6 de Abril e publicada no Diário Municipal n.º 633. Esta deliberação camarária dá ênfase à necessidade urgente de se proceder à requalificação urbana do bairro, tendo em atenção o seu estado atual — *"urge promover a reabilitação integral do Bairro Padre Cruz, no sentido da requalificação dos espaços, da melhoria das condições de habitabilidade e da de vida das pessoas aí residentes, elaborando*

um projeto a pensar fundamentalmente nas pessoas e nas suas necessidades e expectativas."[217]

O que o poder político pretendia não era a reabilitação física do núcleo das "Alvenarias", segundo as novas orientações concetuais do *Urban Renewal*, cujas políticas de regeneração urbana começaram a ser implementadas, desde finais da década de 70 do século passado, em diversos bairros de países Europeus e Norte Americanos, mas, sim, a construção de um novo núcleo urbano, arrasando por completo o existente. Os residentes das alvenarias seriam "realojados em cascata"[218], em edifícios semelhantes a muitos outros que foram construídos ao abrigo dos programas PER, destruindo por completo a génese do Bairro Padre Cruz e, consequentemente, a sua identidade e memória coletiva, — realojar muito a baixo custo — transformando o Padre Cruz num outro bairro.

Ora, este conceito de regeneração urbana, identificando por Noami Carmon (1999) como a "*era do Bulldozer*" , em que se assiste à imposição do determinismo físico, com ênfase no ambiente construído, em detrimento do social, estava e está completamente desfasado da realidade. Os custos económicos e sociais que se vieram a verificar são demasiados elevados — *"In the United Kingdom, the process started on a massive scale with the Greenwood Act of 1930"*[219]. Carmon considera três fases no Urban Renewal: a primeira que se inicia nos anos 30 do século XX era conhecida por *"era do buldozer"*, porque o objetivo era o de "arrasar tudo" para construir de novo. A segunda, acontece trinta anos depois, em finais da década de 60 e, contrariamente à primeira, propõe uma abordagem mais compreensiva, colocando a sua ênfase na análise social do bairro, reabilitando-o física e socialmente, mas não o demolindo. A terceira fase começa na década de setenta, em que a regeneração urbana surge associada à reconversão urbana de antigos equipamentos no centro da cidade, numa ótica economicista "business-like approach development".

Em 2006, começa a ser desenvolvido o projeto de loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz, pelo gabinete de arquitetura, GJP Arquitetos, por encomenda da EPUL [Figura 54]. Segundo os autores, este projeto pretendia dar continuidade à malha e estrutura urbana existente. Em termos

---

217 Diário Municipal n.º 633, de 16 de abril de 1966, Deliberação n.º 132/2006, p.20

218 Idem

219 CARMON, Naomi - Three generations of urban renewal policies: analysis and policy implications. **Geoforum**. Vol. 30 (1999), p.145-158. p. 146

morfológicos, os edifícios seriam implantados perpendicularmente à pendente do terreno, criando espaços canais que permitissem minimizar o impacto visual dos edifícios, tornando-o mais fluido nos usos, permeável e contínuo em termos pedonais. Esta proposta, aprovada em 2007, não foi implementada.



Figura 54 | GJP Arquitetos — Proposta de Urbanização para o "Bairro das Alvenarias"
Fonte: http://www.gjp.pt/?lop=projectos&list_mode=5&id=e2ef524fbf3d9fe611d5a8e90fefdc9c# acedido em 29.12.2014

Em agosto de 2009, na sequência da candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para regeneração urbana do Bairro Padre Cruz[220], dá entrada, na Câmara Municipal de Lisboa, o processo de licenciamento de uma nova proposta urbana (8/URB/2009).[221] Este novo projeto [Figura 55], que pretendia a introdução de *"princípios de intervenção fortemente humanizados, de forma a promover um bairro claramente integrado, incentivando a prática da sociabilidade, no reforço da identidade comunitária, propondo um novo conceito (...)"*[222], esteve em discussão pública nos dois meses seguintes: setembro e outubro de 2009. É uma proposta urbana que,

[220] Proposta liderada pela GEBALIS, cuja candidatura foi aprovada pelo município de Lisboa em 28 de maio de 2009

[221] Após a entrega da versão provisória deste documento foi possível perceber na comunicação social, nomeadamente, no artigo de Inês Boaventura intitulado "Com 20 novas casas começa a batalha pela reabilitação do Bairro Padre Cruz, publicado em 14 de Março de 2015 no Jornal *Público*, de que este projeto urbano seria abandonado, tendo-se optado por um outro com conceitos e morfotipologias completamente diferentes.

[222] In,CHAGAS, Inês Cristina Santana de Oliveira Pinheiro - Loteamento de Iniciativa Municipal: Memória descritiva e justificativa, EPUL, Câmara Municipal de Lisboa, nov. 2010, pág.9

pelo discurso dos técnicos, reflectido na Memória Descritiva e Justificativa, assentava num novo conceito de desenvolvimento urbano.

É importante referir que, em toda a fase de instrução processual que esteve na origem destes dois planos, nunca os moradores do bairro, a Junta de Freguesia ou as respetivas associações que aí operam tiveram qualquer participação. No entanto, a deliberação 132/2006 refere no ponto 1, alínea c), *"A adequação da intervenção às expectativas e necessidades dos moradores"*. Como é possível adequar um projeto às expectativas e necessidades dos moradores sem os ouvir? Mais uma vez se está perante a implementação de um projeto, *top-down*, dentro do mesmo espírito de todos os anteriores.

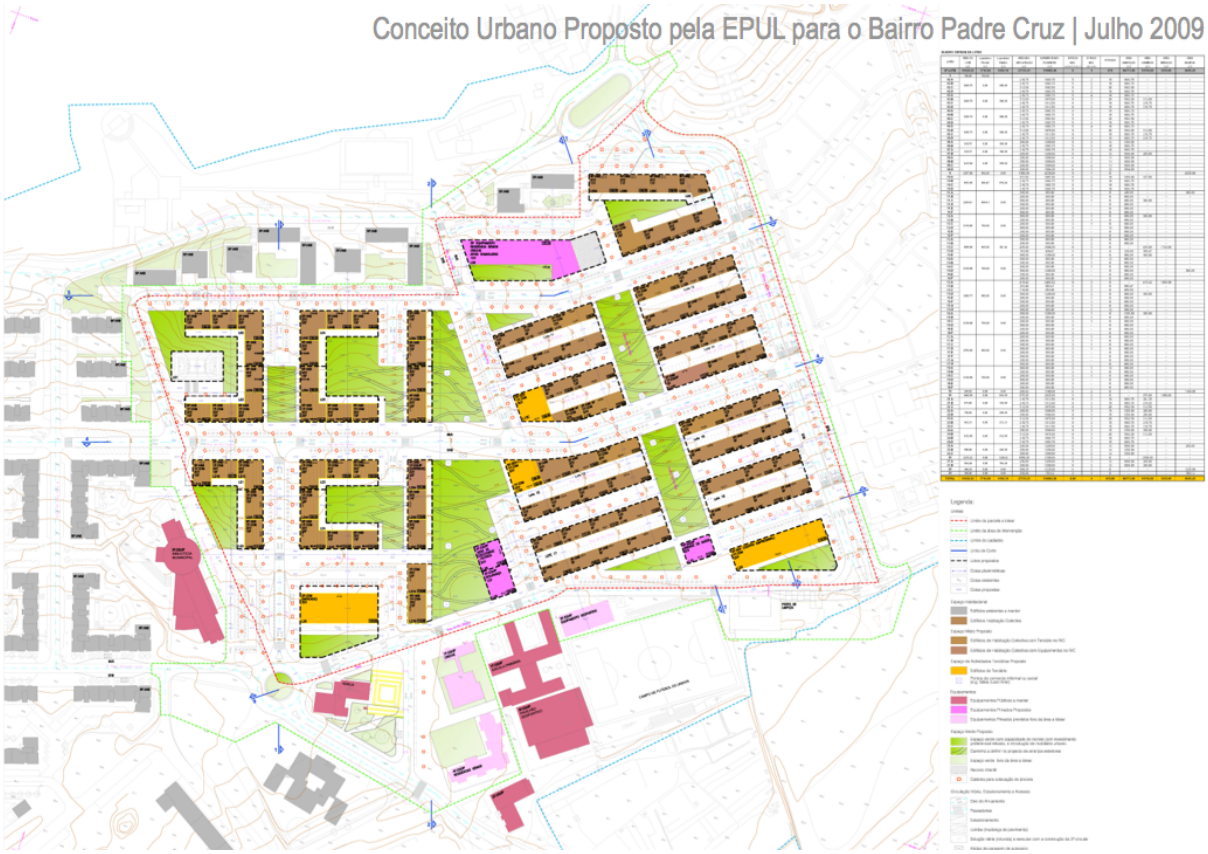


Figura 55 | Proposta de Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz — Procº n.º 8/URB/2009

Em 14 de dezembro de 2011, pelas 21 horas, realizou-se uma reunião do Grupo Comunitário do Bairro Padre Cruz, onde foi apresentada, pela arquiteta responsável do novo projeto, uma variante da proposta de Intervenção Urbana licenciada [Figura 56]. Neste evento, estiveram presentes representantes da GEBALIS, da SCML, da PSP, do PROACT—ISCTE, da Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, do Agrupamento de Escolas do Bairro, o

presidente da Junta de Freguesia, a presidente da Assembleia de Freguesia, entre outras associações e residentes.

A apresentação foi curta, demasiado técnica, com especial ênfase nos índices urbanos, tendo sido referido que eram inferiores aos da proposta inicial [Figura 55] e com menor densidade construtiva. Falou, sumariamente, das diversas fases da sua implementação [Figura 56]. Terminada a apresentação, foram colocadas questões pela audiência, salientando-se as levantadas pela população em geral, quanto ao realojamento em si, outra pela Presidente da Associação de Moradores, quanto às residências assistidas, manifestando a sua preocupação em relação às pessoas mais idosas do bairro. A última pergunta / preocupação foi colocada pelo Presidente da Junta e que tinha a ver com a operatividade dos realojamentos, na transição de uma fase para a outra, dirigida especificamente à técnica da GEBALIS, sobre o que se iria fazer ao edificado existente, reforçando a ideia da necessidade de o recuperar, de modo evitar o estado de degradação e permitir que o mesmo funcionasse como residência de transição entre fases.

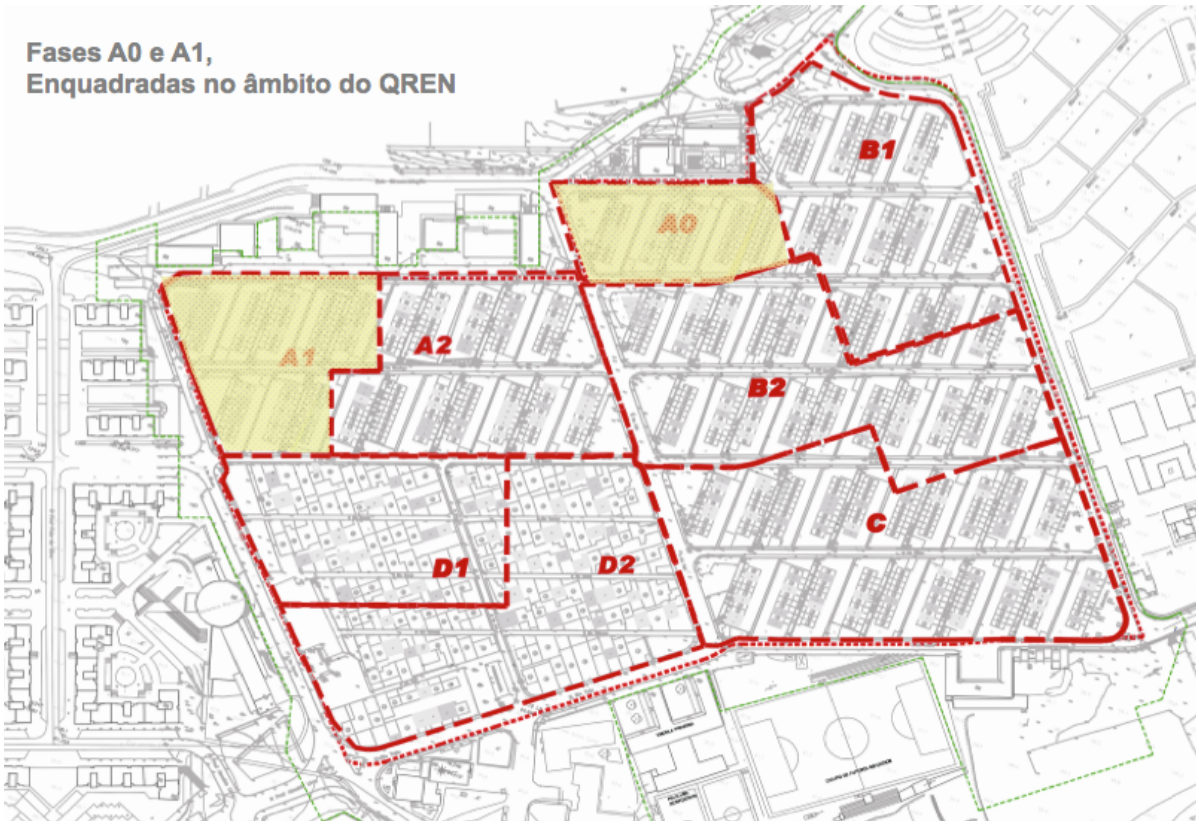


Figura 56 | Fases da operação de Regeneração Urbana
Fonte: CML (2009)

A versão final do projeto de loteamento foi apresentada em novembro de 2010 [Figura 57], ou seja, um ano antes daquela reunião, e as alterações efectuadas à proposta inicial [Figura 55] são muito ténues como se pode verificar na comparação entre projetos. As propostas são iguais, em termos de desenho urbano, e a única diferença é ao nível do equipamento proposto para a fase A0.



Figura 57 | Proposta de Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz — Versão final 2010
Fonte: CML (2010)

Em relação ao projeto em si, pela análise das peças escritas e desenhadas que o instruem, percebe-se que existem algumas incongruências no discurso, entre o que é referido na Memória Descritiva e Justificativa (MD) e as peças desenhadas que a acompanham. Vejamos dois exemplos.

i) No ponto 4. da MD, é referido que *"O presente projeto de loteamento introduz princípios de intervenção fortemente humanizados, de forma a promover um bairro claramente integrado, incentivando a prática da*

sociabilidade, no reforço da identidade comunitária"[223]. Ora, o que se verifica na proposta é a rutura total com o edificado existente, propondo a construção de uma série de edifícios em altura, com cota acima dos cinco pisos em alguns casos, "para realojamento em cascata", em núcleos habitacionais divididos por vias de circulação ou por espaços verdes, dentro do espírito definido pela *deliberação 132/2006.*

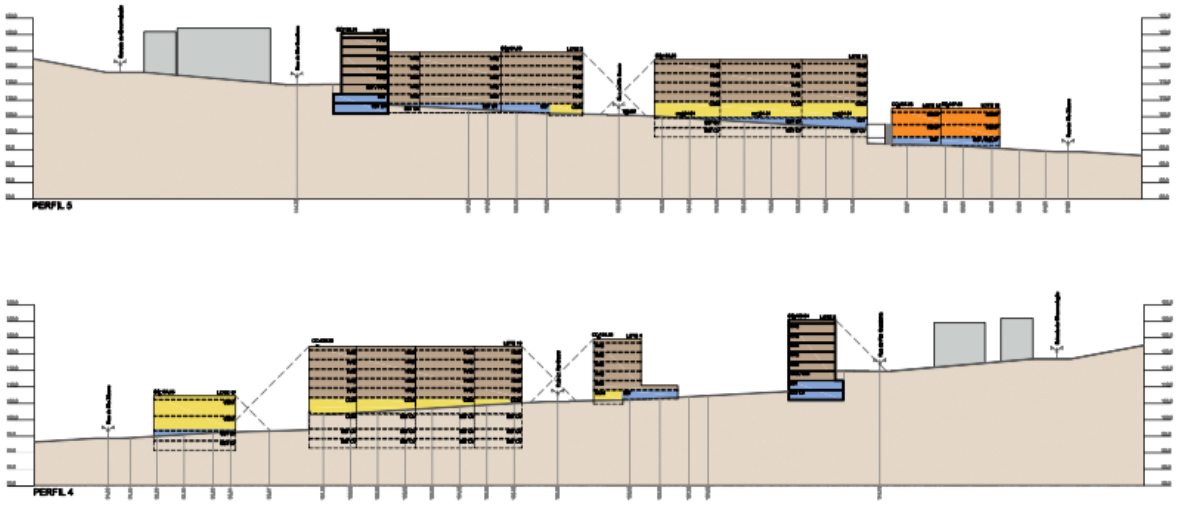


Figura 58 | Perfis Transversais do Loteamento
Fonte: CML (2010)

Na análise que se fez à Fase IV, foi possível verificar que este modelo de intervenção, realojamento em altura, não só não promoverá o reforço do sentido de identidade como o inibirá, devido às escassas interações sociais que proporciona, porque as pessoas não se relacionam de "baixo para cima".

ii) No ponto 5, é explicado o conceito urbano subjacente à elaboração desta proposta de loteamento e que, segundo a MD, levou ao abandono da proposta inicial [Figura 54]. Tal tem a ver com *"o conceito de sustentabilidade aliada à requalificação do tecido urbano, também associado à implementação de uma diversidade social, que elimine a imagem negativa associada aos bairros de realojamento."*[224]

Refere, ainda, a MD que tendo *"(...) em conta a situação particular desta operação, o seu caráter associado à regeneração urbana e a considerável*

[223] Chagas, Inês Cristina S.O.P.; Monteiro, Maria de Fátima — **Memória Descritiva e Justificativa do Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro Padre Cruz**, EPUL, 2010, p.9

[224] Idem, p. 11

dimensão que esta intervenção assume no tecido da cidade, este Bairro manifesta-se numa excepcional oportunidade para o desenvolvimento de um projeto ímpar, integrado no tema "Sustentabilidade Territorial" (...) Neste sentido, apresenta-se este modelo de Bairro Sustentável, como experiência piloto na cidade de Lisboa. Com referência o modelo "Cidade Jardim"(...)."[225]

Não se pretende proceder à análise desta proposta urbana, nem pôr em causa o trabalho desenvolvido pelos técnicos que a formularam, contudo, trata-se de uma intervenção que, a ser implementada, irá marcar o território, nesta zona da cidade, durante os próximos sessenta ou setenta anos, enquanto as estruturas físicas o permitirem. Daí que, como referido no Capítulo 3, esta intervenção terá impacto direto na vida das pessoas que aí residem, não só pelo desfasamento temporal da operação em si como pelo "caos" urbano que criará aos residentes, como é possível verificar pelas imagens seguintes [Figuras 59 e 60], no decurso das Fases A0 e A1.



Figura 59 | Inicio do novo loteamento - Fase A0
Fonte: Elaboração própria (janeiro 2015)



Figura 60 | Inicio do novo loteamento — Fase A1
Fonte: Elaboração própria (janeiro 2015)

[225] Ibidem, p.12

Se se analisar esta proposta, em função dos conceitos urbanos, e não do conceito como é referido na MD, que supostamente a orientam, não se enquadra em nenhum deles. O conceito de "Sustentabilidade Territorial" é bastante abrangente e surge associado ao Relatório de Bruntland (1987), segundo o qual, qualquer intervenção deverá ter em conta três aspetos fundamentais: a sustentabilidade física do território, o bem-estar social e a atividade económica.

Ora, estes valores deverão estar sempre implícitos em qualquer operação de loteamento, não só neste projeto, mas em todos. Por outro lado, a Memória Descritiva reforça ainda a ideia de um modelo de "Bairro Sustentável", como referência ao modelo de "Cidade Jardim", no entanto, são dois conceitos distintos, desfasados no tempo e que subentendem duas filosofias distintas de intervenção na cidade. As formas de interpretação deste último apontam para alguns princípios modernistas onde se assiste à imposição da "tirania do projeto" (conferir Capítulo 2) como forma racional do desenvolvimento urbano[226] *top-down*, com impactos negativos na cidade atual (CHOAY, 2007 [1965]), enquanto que o primeiro é precisamente o contrário, porque surge associado ao conceito de "Eco-Bairro" e mais concretamente de "Bairro durável", como forma de desenvolvimento urbano sustentável.

O conceito de "Bairro durável", como é referido em "*Les Cahiers de L'Observatoires de La Ville*, n.º 2" (2007)[227], reflete uma nova filosofia de desenvolvimento urbano, assente na unidade de bairro, onde se cruzam os princípios de sustentabilidade/durabilidade, física, económica e social. Daí que não possa ser abordado de uma forma simplista, devido à sua profundidade e abrangência, uma vez que envolve, para além dos residentes e dos políticos, diferentes disciplinas, por exemplo, o Urbanismo, a Sociologia, a Arquitetura, o Paisagismo, a Economia, os Transportes e as Tecnologias da Construção.

"É largamente reconhecido, que um bairro não pode ser durável, se não for concebido desde o seu início, como economicamente eficaz e socialmente equilibrado (...) A dimensão económica pressupõe que a sua conceção (construção de raiz ou reabilitação), não seja entendida somente como lugar da

---

226 Na cidade de Lisboa, o Bairro dos Olivais Norte é uma referência. O estudo e o projeto de urbanização é ainda efectuado pelo GEU (1955-58), no entanto, a Célula A é já projectado pelo GTH em1959 —CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Bairros Construídos ao Abrigo do Decreto-Lei 42454. **Boleim do GTH**. Vol. 20, 1º Semestre (1971).

227 Aconselha-se a leitura deste documento, não só pela reflexão que faz sobre o assunto, mas sobretudo pelas orientações que fornece enquanto documento de trabalho.

vida social, mas também de vida económica, permitindo e consolidando a criação de atividades económicas e de empregos locais"[228].

"Le caractère durable d'un quartier peut se juger à sa stabilité sociale, au désir de ses habitants d'y demeurer et, pour les plus jeunes, d'y vivre à leur tour. Cette stabilité n'est pas figée et s'enrichit du brassage et de l'ouverture. La durabilité d'un quartier implique donc son attractivité." [229]

Não basta referir que se está perante um eco-bairro, acrescentando para tal alguns espaços verdes, falar-se em política energética, ou dizer que as populações participarão ativamente no processo. O projeto deveria ser o resultado de processos negociados e não o ponto de partida para essa negociação.

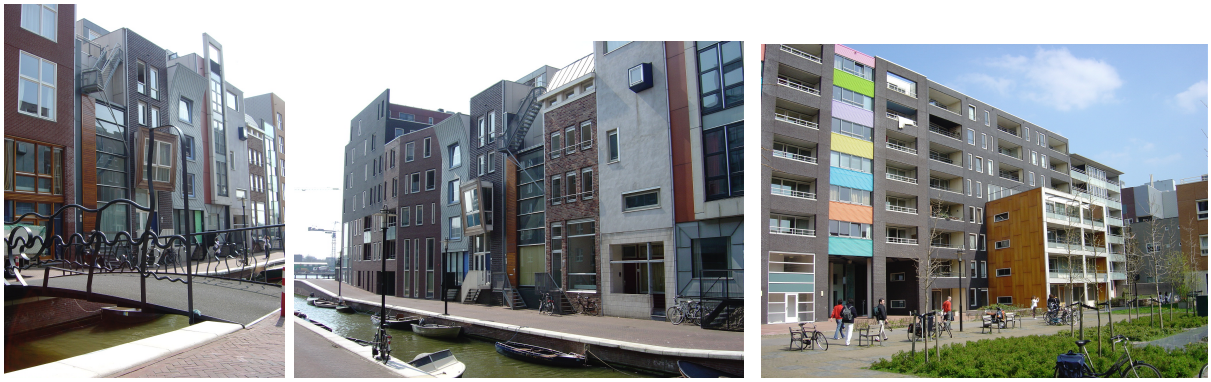


Figura 61 | Ilha do Borneo, Amsterdão - Reconversão urbana da zona portuária
Fonte: Elaboração própria (abril 2007)

Nos últimos anos visitaram-se diversos bairros em diferentes países europeus, construídos segundo este conceito. Um dos aspetos que sobressai nestes novos bairros é a grande diversidade de morfotipologia urbana, que resulta da discussão pública dos planos, como é o caso da Península do Bornéo, na Holanda [Figura 61], do Oerliger Park, Grün Stadt em Zurique [Figura 62] ou do Bairro Västra Hammen, em Malmö [Figura 63], associados a reconversões urbanas de grande escala, nomeadamente de áreas portuárias (Amesterdão, Copenhaga e Malmö), zonas ribeirinhas (Copenhaga) e zonas industriais (Oerliger Park e Västra Hammen).

---

[228] CHOULET, Ingrid Nappi; DRIANT, Jean-Claud - Durabilité social et économique des quartiers durables. In **Cahier de L'Observatoire de La Ville , nº 2 — Les quartiers durables: nouvel enjeu de la ville de demais?** paris: Observatoire de la Ville, 2007. p. 27-29. Tradução do autor

[229] VILLE, OBSERVATOIRE DE LA - **Les quartiers durable: Nouvel enjeu de la ville de demain**? Les Cahiers de L'Observatoire de la Ville 2. (2007). p.19 — "A sustentabilidade de um bairro pode ser avaliada pela sua estabilidade social, no desejo dos da sua população para lá morar e para os mais jovens, de o viverm também Esta estabilidade não é fixa e vai-se enriquecendo à medida que o processo se vai desenvolvendo e abertura. A sustentabilidade de um bairro implica também a sua atratividade." (Tradução do autor)

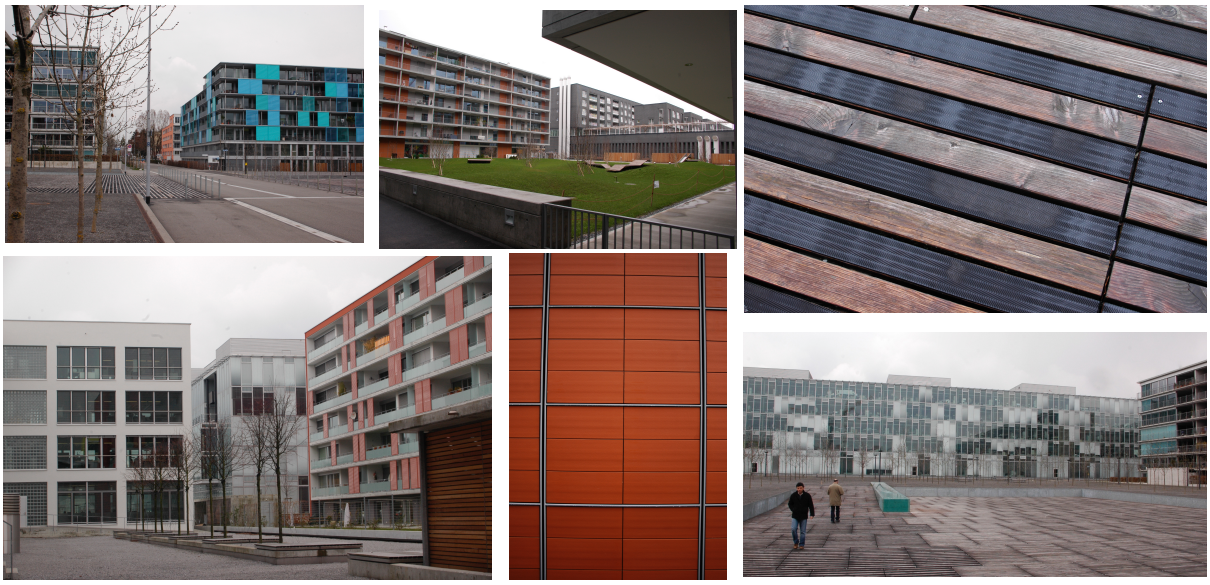


Figura 62 | Oerliger Park, Grün Stadt, Zürich - Reconversão urbana de uma zona industrial
Fonte: Elaboração própria (Abril 2009)



Figura 63 | Eco-Bairro Västra Hammen, Malmö, Suécia
Fonte: Elaboração própria (Abril 2013)

Os edifícios surgem na sequência dos planos e, como se pode verificar nas imagens [Figuras 61,62,63 e 64] utilizam na sua grande maioria, materiais com elevado nível de reciclagem, como as estruturas metálicas, a madeira e a incorporação de produtos reciclados como a borracha, o plástico (em alguns

pavimentos e equipamentos urbanos), e o vidro. De salientar que a implantação desses edifícios tende a respeitar a morfologia do terreno, evitando grandes movimentos de terra. A construção de caves é evitada, só ocorrendo quando estritamente necessário. Daí que o estacionamento se faça em silos, edificados à entrada dos núcleos habitacionais e integrados na envolvente urbana, passando despercebidos, porque são integrados na linguagem formal do bairro. A estrutura verde surge, geralmente, associada à composição formal do espaço público (dependendo dos casos), nunca de uma forma isolada, mas interligando as diferentes áreas do bairro, pautada por pequenos equipamentos urbanos, que fomentam a vivência social desses espaços, sempre de uma forma harmoniosa e integradora.



Figura 64 | Eco-Bairro, Copenhaga
Fonte: Elaboração própria (Abril 2013)

No caso concreto do Padre Cruz, o seu polígono de implantação encontra-se perfeitamente definido, o que sugere a existência de projetos de arquitetura[230], atendendo ao detalhe. Através dos cortes longitudinais [Figura 58] e da morfologia do edificado, poder-se-á acreditar que se está perante um modelo de desenvolvimento urbano tipificado, semelhante ao de muitos outros bairros sociais da cidade, nomeadamente: Ameixoeira, Alta de Lisboa, Bairro da Boavista, entre outros. São núcleos habitacionais construídos em blocos compactos de alvenaria e betão armado com 6 ou 7 pisos, tipo “caixote” (como é identificado pelos residentes), implantados em quarteirão ou em correnteza e separados fisicamente por zonas verdes ou pela rede viária. Esta situação irá

[230] Foi solicitado informalmente, à Junta de Freguesia de Carnide as peças desenhadas dos edifícios e de outros elemento gráficos ou escritos. Foi dito pela técnica que os elementos disponíveis em relação a esta operação de loteamento são nulos ou quase nulos. Portanto, a nossa avaliação é, de certa forma, condicionada e pode não ser a mais correta.

criar dentro do bairro unidades residenciais independentes, que quebrarão as relações interpessoais que hoje se verificam, à semelhança do que se verificou no processo de realojamento anterior aquando da construção da FASE IV. Por seu turno e como se pode comprovar, ir-se-á assistir, a médio prazo, a uma quebra no sentido de identidade dos seus residentes e à perda da sua memória coletiva. A orientação solar destes blocos habitacionais também não é a mais adequada porque, na sua maioria, estão voltados predominantemente a sul, quando na realidade deveria ser nascente-poente. Desta forma existe sempre uma fachada que não apanha sol. Por outro lado, a sua implantação, paralela ao declive do terreno, é desaconselhável porque serve de "barreira" ao escoamento natural das águas pluviais (superficiais e do subsolo), obrigando a cuidados redobrados na fase de construção, para evitar efeitos de capilaridade e a um consequente aumento de custos de produção.

Para concluir e voltando à análise do Projeto de Loteamento do Bairro Padre Cruz, pode referir-se que se está perante um *layout* que não se enquadra dentro do conceito filosófico que teoricamente defende, ou que pretende defender, mas que vai ao encontro de um discurso político necessário para a obtenção de parte do financiamento de fundos comunitários, ao abrigo do QREN.

Este processo surge, mais uma vez, de forma reativa, associado ao elevado estado de degradação das "alvenarias" e à pressão constante dos moradores, perante a situação existente. Foi o estado de impotência perante a situação e o sucessivo abandono a que estiveram votados por parte da edilidade, que levou a Comissão de Moradores do Bairro Padre Cruz a pressionar o então Presidente da Junta de Freguesia, de forma a aproveitar esta oportunidade que o QREN lhes oferecia — a construção de casas novas, em detrimento da proposta do Vereador Sá Fernandes, em 2006, da sua reabilitação.

Os resultados desta investigação permitem afirmar que a última opção seria a mais correta (manutenção do layout), porque, para além dos custos socioeconómicos associados e dos impactos físicos e sociais, seria aquela que se adaptaria melhor à realidade concreta. Para além disso, permitiria uma intervenção mais dinâmica, com diferentes fases e ritmos de atuação, em função das necessidades especificas dos residentes, adotando modelos tipológicos evolutivos, que permitiriam adaptar-se às necessidades da população (GRUIS, 2006).

Se assim fosse, utilizar-se-ia um modelo urbano (das “Alvenarias”), que teve resultados positivos, ao promover a identidade e a memória coletiva do bairro, perpetuando-as no tempo. A sua implementação seria enquadrada no contexto do urbanismo participativo, envolvendo residentes, técnicos, políticos, sociólogos, arquitetos, na busca de projetos evolutivos e de soluções técnicas que se adequassem às necessidades da população, economistas, na implementação de um modelo económico durável que permitisse empregar uma parte da população residente, e também a Universidade de Lisboa, entre outros.

Esta forma de intervenção urbana seria a que mais se enquadraria nos novos conceitos do *urban renewal,* permitindo a implementação de uma política que promovesse efetivamente o *social mixing* (THIBERT, 2007), na sequência do que está a ser praticado noutros países, evitando assim o risco de gentrificação que acompanha sempre um processo deste tipo (CARMON, 1999). Percebe-se pelo discurso político e por ações que estão a ser levadas a efeito, que não é esse o objetivo, contudo, atendendo à dimensão do projeto e aos custos económicos associados, o desfasamento temporal da operação urbana irá acompanhar diferentes governações municipais que poderão ter, ou não, os mesmos objetivos da atual.

Se se abstrair do aspeto atual do “Bairro das Alvenarias”, devido à degradação generalizada das habitações e dos espaços públicos, e se se focalizar no seu conceito urbano, não no programa político, que se descreveu no início deste capítulo, então, faz sentido referir que este bairro foi um bairro de sucesso no contexto da cidade. São dois os motivos que levam a esta conclusão: o primeiro, por ser um “Bairro Provisório do Estado Novo”, de “transição”, assim denominado, como uma nova experiência urbana no desenvolvimento comunitário dos Bairros Municipais de Lisboa (FERREIRA, 1966), verificando-se, passados cinquenta anos, que a “experiência” resultou e, fruto da sua vivência comunitária, é hoje, devido à singularidade da identidade e memória coletiva, um bairro tradicional (RÉMY, 2004 [1992]). O segundo remete para o conceito de Eco-Bairro. Ou seja, com base na análise física que se fez ao núcleo das alvenarias e relacionando-a com o que se acabou de escrever, pode-se concluir que o projeto de loteamento do “Bairro das Alvenarias” se poderia enquadrar dentro deste conceito. Poder-se-ia ainda acrescentar, dentro deste contexto, o pioneirismo dos habitantes do bairro no que concerne às hortas comunitárias, cuja prática se verifica há várias décadas

e que, só recentemente, está a ser implementado pelo município em diversas zonas da cidade.

Este bairro sempre foi visto pelos técnicos e pelos políticos, como um bairro de "barracas em tijolo" e nunca como um outro bairro. A sua imagem esteve sempre associada a um período político que marcou negativamente o país, durante 40 anos, e que, consequentemente, marginalizou a sua população, que foi segregada social e ideologicamente, mas que mostrou ser unida e resiliente enquanto comunidade, e conseguiu-o, pois soube construir uma identidade própria e uma memória coletiva alicerçada na solidariedade. Contudo, estes valores, que são a base de qualquer sociedade (LEFEBVRE, 2010 [1968]), nunca foram reconhecidos pelas chefias e técnicos do município, que, ao contrário, mantiveram um olhar distante[231] sobre o bairro, olhando apenas para o "invólucro" e jamais para o conteúdo. Os moradores também aqui foram marginalizados, porque os estudos que foram feitos incidiram sempre sobre as patologias do edificado e sobre o perfil social e demográfico da população, mas, nunca, segundo a outra vertente que é a dimensão humana e social do espaço urbano.

Se nada for entretanto alterado e se o plano continuar a ser implementado, de acordo com o Projeto de Loteamento [Figura 56], então, o Bairro Padre Cruz passará a ser mais um bairro de entre muitos bairros que pautam a cidade de Lisboa, com uma identidade difusa, onde a memória e a coesão coletiva se diluirá no tempo. Tal constituirá uma perda irreparável, porque é a destruição de um "microcosmos" que surgiu fruto da convergência de diferentes fatores que nunca mais se repetirão na história da cidade.

A identidade e a memória coletiva não se criam por decreto ou por desejo explícito dos técnicos. O que resultou num dado lugar, pode não resultar no outro, embora os procedimentos possam ser os mesmos. A população do Bairro Padre Cruz, na unidade das "Alvenarias", tem uma identidade e uma memória coletiva distintas das do Bairro da Boavista. Participa ou participava de uma forma diferente, na resolução dos seus problemas; tem ou tinha uma vida social diferente, contudo, eram pessoas que se inscreviam no mesmo extrato social e, na sua maioria, oriundas de bairros de barracas, tendo sido sujeitas às mesmas políticas urbanas e à mesma atitude segregadora do regime, como já foi aludido.

---

231 Com exceção desta equipa governativa, que o tem visitado frequentemente e que se apercebeu das suas características singulares. Pela primeira vez o bairro deixou de ser visto como um "provisório".

No entanto, aquando da construção dos outros Bairros das Casas Desmontáveis (Quinta da Calçada, Furnas, Boavista), a Câmara Municipal de Lisboa tentou, por via dos gabinetes de apoio social, fomentar uma política de dinamização social, enquadrada dentro dos interesses do regime, que passava pela promoção do desenvolvimento comunitário. Ora essa experiência não resultou (FERREIRA, 1966), daí que a construção do Bairro Padre Cruz, tenha sido assumida pelo regime e pela própria edilidade como uma nova experiência urbana, onde este modelo de desenvolvimento comunitário foi posto em prática com sucesso. Temos de reconhecer que, independentemente da carga ideológica associada e dos interesses políticos subjacentes, de facto, essa "experiência urbana" resultou; o Grupo Comunitário, as diversas Associações e Movimentos que se foram criando, ao longo dos anos, e o sentido reivindicativo e participativo dos moradores do bairro são o resultado visível desse sucesso.

CONCLUSÕES E PERSPETIVAS

O trabalho de investigação, que agora se conclui mostra a atualidade e a relevância da dialógica bairro-cidade, na qual o bairro se assume como estrutura de relevo na cidade contemporânea, quer pela sua identidade e memória coletiva quer por ser um elemento catalisador da urbanidade da cidade. Todo o percurso investigativo permitiu encontrar resposta às questões colocadas e confirmar e infirmar as hipóteses.

Neste trabalho, procurou ainda entender-se a consistência e a congruência do discurso político dos últimos anos, ou seja, se está ou não em sintonia com as expectativas geradas com a implementação de um modelo de intervenção urbana, assente numa estratégia onde o projeto urbano surge como resultado de um processo de negociação e, não tanto, como ponto de partida. No fundo, procurou dar-se resposta a uma problemática que tem sido transversal a diferentes gerações de arquitetos: *Projetamos para quem?*

Em relação questão (Capítulo 1), de que modo o Bairro se assume como um elemento catalisador de urbanidade na cidade? a resposta situa-se em torno da dialética cidade-bairro, entendendo-se que, com base na revisão da literatura efetuada (Capítulo 2) e, mais concretamente, na análise das políticas urbanas que estão a ser implementadas, tanto em Lisboa, como em outras cidades europeias e mundiais, o bairro tem hoje um papel de relevo que não tinha até ao terceiro quartel do século passado. O bairro era visto como um apêndice da cidade, um elemento estranho à sua estrutura urbana, não só pelos entraves que colocava à sua expansão, mas, sobretudo, pela carga ideológica e reivindicativa associada, que punham em causa um padrão que se pretendia unificador — a cidade como um todo. Esta alteração que se verificou, a partir da década de 70 do século XX, surge associada a uma mudança de paradigma na análise desta estrutura urbana, ganhando o bairro uma outra dimensão, a social. Assiste-se, assim, a uma mudança, na escala de intervenção, da cidade para o bairro. De forma gradual, o bairro foi assumindo um papel de relevo na cidade contemporânea, pelo seu simbolismo, identidade, e memória coletiva (Capítulo 3). O bairro é hoje, em muitas cidades e em Lisboa também, uma estrutura singular e diferenciadora no contexto da cidade global.

No caso concreto da cidade de Lisboa, verifica-se que existem diferentes tipos de bairros na cidade, com morfologias e tipologias distintas, que resultam da implementação de uma diversidade de políticas habitacionais produzidas

nos últimos cem anos, antes e depois do 25 de abril de 1974. Ora, é de evidenciar que alguns destes bairros têm uma vida social intensa, na medida em que os seus habitantes participam ativamente na vida de bairro, quer na discussão dos seus problemas, na organização e participação de eventos comunitários, quer na formação de associações, como é o caso do Bairro Padre Cruz. Contrariamente, existem outros em que se verifica precisamente o contrário.

É de sublinhar a existência de processos de "rotulagem negativa", por parte de técnicos, políticos e da sociedade em geral, em relação a determinado tipo de bairros, e que, na maior parte das vezes, está associada à sua imagem, estereótipos que recaem sobre a população e sobre o edificado que caracteriza os bairros de promoção pública. Os resultados desta investigação vieram comprovar precisamente o contrário, pois, muitas vezes, esse epíteto não corresponde à realidade, como foi possível verificar no caso concreto do Bairro Padre Cruz.

No que se refere à discussão em torno da dialética bairro-cidade, reafirma-se que não pode ser encarada de forma dicotómica, uma vez que o bairro e a cidade são duas estruturas que se complementam. Poder-se-ia, por analogia, usar a literatura para demonstrar a cumplicidade que existe entre estas duas entidades: a cidade é o livro e os bairros são os capítulos desse livro, que têm uma narrativa própria, que se interliga e que se reflete na história da cidade. Uma cidade sem bairros é uma cidade sem história, é um conjunto vazio.

Daí que o que é pertinente discutir não é só a dialética bairro-cidade, mas, sobretudo, os modelos e os impactos das formas de intervenção, que ajudem a promover propostas integradoras. Foi com este espírito que se desenvolveu o trabalho de investigação, a partir de um referencial empírico — o Bairro Padre Cruz, na freguesia de Carnide.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, um dos objetivos fundamentais foi o de tentar encontrar relações de interdependência e de causalidade, usando, para tal, a análise do discurso urbano (Capítulo 4), de modo a relacionar a vivência dos espaços com o desenho urbano e com a morfotipologia do edificado. Com base na análise deste caso de estudo e, mais concretamente, no *subcapítulo 6.1 — A dimensão Social do Espaço,* foi possível confirmar as hipóteses colocadas no início desta dissertação: Hipótese 1- *A morfologia e tipologia dos bairros de Lisboa potencia a relação de vizinhança e*

o sentido de identidade dos seus residentes; Hipótese 2 - *O desenho urbano é um elemento fundamental para a criação de urbanidade da cidade.*

Em relação à primeira hipótese (Capítulo 1, p.36), os dados recolhidos e analisados permitem a sua completa corroboração, porque, como foi possível verificar na análise das Fases I, II e IV , a morfologia e a tipologia destas fases de construção influenciou as relações de vizinhança e o sentido de identidade dos seus residentes. Por exemplo, no caso concreto do "Bairro das Alvenarias", verificou-se que o desenho urbano e a morfotipologia do edificado não só contribuíram para esse reforço como foram um dos fatores que estiveram na origem da sua identidade. Situação contrária, verificou-se na penúltima Fase (IV), no "Bairro Novo", cujo desenho urbano assentou num conceito diferente, passando da escala da rua para a escala do quarteirão, como elemento de composição formal, com uma tipologia do edificado completamente diferente, ou seja, a passagem de pequenas unidades familiares (fogos), com um ou dois pisos, que se relacionam diretamente através da rua, para edifícios em altura, onde a rua é substituída pelo "elevador". Por norma, as pessoas não se relacionam de "baixo para cima", mas, sim, "frente a frente".

Por outro lado, também foi possível verificar que as ruas do "Bairro das Alvenarias" funcionam "como rios solidários" porque são aí, nesses espaços públicos, que toda a "vida de bairro acontece", já que o desenho urbano promove essa sociabilização ao facilitar o relacionamento. Em relação ao "Bairro Novo" (Fase IV), verificam-se duas situações opostas. As pessoas não sociabilizam nas ruas ou, se o fazem, é com rara frequência, porque o desenho urbano não promove essa dinâmica, muito pelo contrário, inibe-a e a tipologia do edifício também não a promove. Daí que, perante essa dinâmica, seja natural que se tenha assistido a uma perda do sentido de identidade dos residentes que transitaram das "casas de Lusalite" para estas novas habitações, aquando dos realojamentos. Esta ideia é reforçada com os depoimentos dos técnicos que acompanharam o realojamento, depreendendo-se que esta parte do bairro nunca conseguiu ganhar uma identidade própria.

A segunda hipótese (Capítulo 1, p.36) confirma-se, dado que só existe urbanidade se existir sociabilização no espaço urbano, ou seja, a urbanidade traduz a relação recíproca entre a forma de um tecido urbano e a forma de convivência social (CHOAY, 2009 [1994]), como acontece concretamente no Bairro Padre Cruz.

O desenho urbano das "Alvenarias" fomentou as relações de vizinhança e promoveu a convivência social através da sociabilização que se verificava nas

ruas, já que o espaço público funcionava, muitas vezes, como o prolongamento do espaço privado. Esta situação foi um elemento fundamental para a criação de urbanidade. Por outro lado, no "Bairro Novo", aconteceu precisamente o inverso, o desenho urbano não fomentou a sociabilização no espaço urbano, logo não se facilitou a convivência social e, como consequência, não produziu urbanidade.

A partir desta análise, centrada num estudo de caso singular, é possível esboçar notas conclusivas que poderão ser consideradas como eixos estruturadores em futuras intervenções urbanas.

Efetivamente, o "Bairro" assume-se como uma estrutura urbana fundamental, elemento catalisador de urbanidade da cidade, porque a urbanidade é a virtude da singularidade (ARENDT, 2006). O bairro é singular e diferenciador, pela sua identidade e memória coletiva, o que remete, sobretudo, para a dimensão social da escala urbana.

Não existem apenas bons ou maus modelos de intervenção, no entanto, como foi possível perceber, existem uns que fomentam as relações de vizinhança e que promovem o sentido de coesão dos seus residentes, como é o caso do Bairro Padre Cruz, na unidade das "Alvenarias", e outros onde se verifica precisamente o contrário, como nos bairros construídos ao abrigo dos programas PIMP e PER. Nestes casos, depreende-se que o modelo adotado, quer em termos de desenho urbano quer na tipologia do edificado (realojamento em cascata, como é vulgarmente designado), que se resume à minimização dos custos do realojamento (alojar a maior quantidade de pessoas pelo menor preço), não funciona, como é possível verificar através do discurso dos técnicos e dos moradores entrevistados. Não se criam relações de vizinhança, (as pessoas sentem-se inseguras e não se relacionam nas galerias de circulação) e os materiais utilizados na construção destes blocos habitacionais, devido à sua qualidade, degradam-se com muita facilidade. Por outro lado, os próprios residentes não têm o cuidado que deveriam ter na sua preservação porque se sentem marginalizados e não se identificam com o espaço onde vivem. Numa das últimas viagens de estudo à Suíça, mais concretamente à cidade de Zurique, visitaram-se alguns edifícios construídos especificamente para habitação social que, pelas suas características físicas não se distinguem dos outros. Apresentam uma plasticidade de materiais interessante, perfeitamente integrados na paisagem, com espaços envolventes devidamente cuidados. O arquiteto responsável, ligado ao Politécnico de Zurique, questionado sobre os custos de produção associados a estas

operações, respondeu que esses valores não se resumiam ao acto de construir, mas, com a durabilidade e sustentabilidade do edifício a médio prazo. Nesse sentido, os materiais a incorporar teriam de ser de boa qualidade, para evitar o mínimo de intervenções na vida útil do edifício. Por conseguinte, só ao fim de dez anos é que esses custos seriam verdadeiramente aferidos.

Importa, ainda, salientar a importância do lugar, na construção de diferentes narrativas (urbanas e sociais), que se vão consolidando ao longo do tempo e que são a base da memória coletiva, indutora da identidade dos seus residentes. No caso concreto em análise, foi a partir da freguesia de Carnide e do seu património físico, social e cultural, que se começou a construir e a consolidar essa memória, pela urbanidade induzida por este antigo núcleo rural, que ocupa um lugar de relevo na história da cidade com reflexos na identidade do Bairro Padre Cruz.

Interessa convocar, para esta discussão, a ideia do sentido provisório da cidade nas diferentes escalas de observação, associadas a uma dinâmica temporal constante e consequente evolução e transformação (física e social) do seu território. Realça-se, neste caso, três escalas de observação: a macroescala (escala da cidade), a mesoescala (escala da freguesia) e a microescala (escala de bairro), às quais estão associadas dinâmicas de ação diferentes. Todas estas escalas têm por base a morfogénese do território. Numa primeira fase, a escala alargada, a cidade como um todo, o que permite obter uma visão abrangente do tecido urbano, das suas interligações e relações. Deste modo, evitar-se-ia a fragmentação do tecido urbano e a falta de coerência nas intervenções levadas a efeito na cidade. Esta estratégia permite compreender o território atual e, a partir dele, construir uma narrativa urbana alargada, que seja coerentemente inserida na envolvente e, não, como até aqui, um ato isolado. Se esta primeira escala serve para contextualizar o projeto ao nível da cidade, as outras duas escalas, pelo contrário, são muito mais específicas porque fornecem uma outra narrativa, assente nos elementos simbólicos do lugar, na sua memória e identidade, que deverão ser elementos estruturantes no discurso concetual do projeto, enquanto ponto de partida para a definição do conceito de intervenção a propor. Porém, é com base na análise da microescala e, mais precisamente no estudo do discurso urbano — resultante da conjugação da dimensão física, social e cultural do bairro e das necessidades e expectativas da sua população — que deve ser formulada a proposta de intervenção, a qual se deve refletir no desenho urbano, quer em

termos morfológicos quer em termos tipológicos, isto é, *saber para quem se projeta*.

Para concluir, reafirma-se a importância da análise do discurso urbano na elaboração deste trabalho de investigação, sem o qual não seria possível chegar às conclusões a que chegámos, porque a cidade tem múltiplas dimensões, onde se evidenciam a física e a social. A cada uma destas dimensões correspondem diferentes tipos de narrativas, como se pode também verificar nos capítulos anteriores.

Ora, a análise destas narrativas, que pode variar em função da escala de observação, é fundamental para a interpretação desse território. A sua importância resulta do facto de não sermos nós que as produzimos, mas sim os principais atores do espaço público, ou seja, as pessoas que vivem ou viveram a cidade e que deixaram o seu testemunho, quer através do património edificado quer em documentos escritos ou orais ("estórias") e ainda de outro tipo de documentação. Estas diferentes leituras, a que se decidiu chamar discurso urbano, permitem ter uma leitura coerente sobre o passado e sobre o presente e, dessa forma, formular uma proposta de intervenção urbana, coerente que vá ao encontro das necessidades da população, que reforce o sentido de identidade e que promova a urbanidade.

O discurso urbano permite identificar, quer através da narrativa urbana quer da narrativa social, elementos físicos e simbólicos do território, geradores de identidade. Tendo em conta o sentido provisório da cidade, em que o bairro se assume como uma estrutura de transição entre o passado e o futuro, com diferentes ritmos e tipos de intervenção, é importante garantir que este elementos geradores de identidade sejam preservados. No caso do Padre Cruz, podem referir-se alguns elementos geradores de identidade e que produziram uma memória coletiva: as azinhagas, o mercado, a escola primária da Rua do Rio Tejo, as ruas das "alvenarias", as associações desportivas e recreativas, a paróquia, a biblioteca e o salão de festas.

Ficou clara a incoerência do discurso, em torno das políticas urbanas, veiculado por alguns governantes da edilidade e pelo seu corpo técnico, que prometem a implementação de políticas de ação negociadas, promovendo uma gestão de proximidade, que teoricamente terá em conta as expectativas e necessidades dos cidadãos, num contexto de cidade democrática e de urbanismo participativo/negociado. Um exemplo desta incongruência manifesta-se na operação urbana cujo projeto se analisou (Procº n.º 8/URB/2009), onde o *layout* final e a tipologia do edificado não refletiram as necessidades da

população — o projeto nunca foi negociado, foi imposto. Inclusivamente a nova proposta que está a ser implementada, e que, como referido, foi conhecido através da comunicação social, não foi discutida com os moradores, foi simplesmente apresentada como sendo uma boa proposta. É um projeto estudado para o Bairro da Boavista e que, repentinamente foi desviado para o Padre Cruz.

É importante salientar que toda a estrutura urbana deste bairro municipal, com morfologias e tipologias diferentes, resulta das diferentes operações de loteamento a que esteve sujeito desde a sua construção. Foi esta uma das principais razões que levaram à escolha deste referencial empírico. Com base na investigação, foi possível analisar os resultados destas intervenções urbanas e os seus impactos no tecido social. Na verdade, o urbanismo produzido em contexto de ditadura, segregador, imposto de cima para baixo, sem discussão, com péssima qualidade construtiva, com espaços exíguos, mas com escala humana, conseguiu criar um tipo de projeto urbano, que pelas suas especificidades, promoveu uma interação permanente entre os cidadãos (positiva ou negativa). Esta situação permitiu que se forjasse no Bairro do Padre Cruz uma identidade própria, onde as memórias do bairro se perpetuam no tempo, reforçando o sentido de identidade dos residentes.

Por outro lado, o urbanismo produzido em contexto de democracia, também imposto de cima para baixo, sem discussão, com um projeto urbano completamente diferente, com uma construção de qualidade, mas em torres, gerou uma população indiferente e alheada das dinâmicas participativas que têm caracterizado o bairro.

Desta forma o desenho urbano e a tipologia do edificado surgem como elementos fundamentais na promoção e reforço do sentido de identidade dos seus residentes. Não interessa se o mesmo é produzido em contexto de democracia ou de ditadura. Contudo, o contexto de democracia, permite à partida, uma participação ativa da população, na elaboração de um projeto urbano que veja refletido as suas necessidades – um urbanismo participativo/ negociado (BOURDIN, 2010).

Esta pesquisa permitiu apontar futuras linhas de orientação que poderão ser o ponto de partida para outros trabalhos de investigação, em diferentes áreas do conhecimento.

Na área do urbanismo parece-nos pertinente:

i) analisar outros bairros da cidade de Lisboa, mobilizando uma abordagem multidisciplinar, como forma de entender a cidade atual (bairro a bairro), no sentido proativo de identificar os problemas e de encontrar respostas que passem pelo desenho de futuras intervenções integradas, onde haja uma complementaridade entre o social e a componente urbanística;

ii) proceder ao levantamento das azinhagas ou de troços, ainda existentes, destes antigos caminhos, que foram, outrora, estruturantes no tecido urbano da cidade, ao ligarem núcleos de relevo, como S. Domingos de Benfica, Benfica, Carnide, Paço do Lumiar, Lumiar, Ameixoeira, entre outros. Sobre estas antigas vias rurais, ainda é possível encontrar um vasto património ou vestígios dele, como antigas fábricas, palacetes, quintas, noras, fontanários, que vão surgindo quando observamos o território na microescala. No Capítulo 5, apresentamos algumas propostas sobre a sua aplicabilidade e sobre a sua pertinência em termos de investigação;

iii) perceber de que forma a Carreira n.º 41 da Carris, que foi propositadamente criada para servir a população do Bairro Padre Cruz, esteve na origem do urbanismo informal que se veio a verificar nos concelhos vizinhos, sobretudo, na Serra da Luz, no concelho de Odivelas. Este bairro de génese ilegal, pela sua dimensão está a ser objeto de um processo de reabilitação/ reconversão, também ao abrigo do QREN;

iv) investigar uma última pista que tem a ver com o nome do técnico responsável pelo projeto de loteamento inicial do Bairro Padre Cruz — zona das “Alvenarias”. Como referido no Capítulo 6, o seu nome não surge em nenhuma das peças escritas ou desenhadas, contudo, no seu *layout* estão refletidas, implicitamente, referências teóricas que revelam um conhecimento aprofundado na área. Daí que provavelmente, o seu projetista seja alguém com um conhecimento profundo neste domínio. A partir de uma investigação transversal que se está a realizar, nesta área dos Bairros das Casas Económicas para Famílias Pobres, encontrou-se associado a este tipo de projetos o nome do arquiteto Faria da Costa[232], nomeadamente, o Bairro para Famílias Pobres, desenvolvido para a Câmara Municipal de Pombal (1948), cuja tipologia dos edifícios também foi concebida por este técnico, dois anos antes (Casas para Pobres). São também da sua responsabilidade diferentes projetos de Urbanismo e de Construção de Bairros de Casas Económicas, uns para o Município de Lisboa, a cujo quadro pertencia, e outros para organismos

[232] http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Entity.aspx?id=a34edeeb-1d22-4f8b-ae46-368811ee28df, sitio acedido em 27 de janeiro de 2015.

governamentais, como, o Bairro das Casas Económicas do Vale Escuro (1947), o Bairro da Encosta da Ajuda (1947-53), o Bairro de Casas Económicas da Amadora (1949-52) e ainda, uma Unidade Residencial em Carnide, não datada, mas cujo projeto terá de ser anterior a 1966[233]. Ora, em Carnide a única unidade residencial que conhece, e que foi construída, nessa época, foi o Bairro Padre Cruz[234]. Contudo e por não se ter a certeza desta interpretação, deixa-se esta pista, para que possa ser aferida. Caso se venha a verificar esta coincidência, então o Projeto de Urbanização do Bairro Padre Cruz, núcleo da "Alvenarias", é da sua autoria, tal como o do Bairro de Alvalade, duas inovações no tecido urbano da cidade, mas para classes sociais bem distintas.

No domínio das relações de articulação entre ciências sociais e arquitetura e urbanismo, importa ressaltar que o processo de realojamento não pode terminar com a mera atribuição de uma habitação. É necessário analisar o pós-realojamento, nomeadamente os impactos de todo o processo e se o mesmo correspondeu às expectativas geradas. Também neste aspeto o Bairro Padre Cruz é um laboratório, porque todas as diferentes fases estiveram sempre associadas a operações de realojamento. Isto é, na primeira fase — "Casas de Lusalite", todos os realojados eram oriundos da "Quinta da Calçada" e, por isso, as relações de vizinhança e de interconhecimento mantiveram-se; na segunda fase — "Alvenarias", verificou-se precisamente o contrário. Os realojados vieram de diferentes zonas da cidade e não tinham quaisquer relações de vizinhança e nesse sentido promoveram-se novas interações sociais pelo facto de as pessoas não se conhecerem. Esta situação levou a que a população da Fase II tivesse uma dinâmica social diferente que contrastava com os da primeira fase; estes mantiveram-se sempre à parte.

Em relação à terceira fase de construção, não foi objecto desta investigação, uma vez que não se considerou relevante em termos urbanos. Por outro lado, entendeu-se que não se tratou de uma realojamento, no verdadeiro sentido da palavra; foi mais um desdobramento de agregados familiares que já viviam no bairro. Famílias que viviam na mesma residência (pais, filhos casados e netos) e que foram realojados em novas habitações.

Na quarta fase, verificam-se duas situações distintas: os realojamentos dos residentes das "casas de Lusalite" (segundo realojamento) e outros oriundos de diferentes zonas da cidade. Em ambos os casos tentaram replicar-

[233] O último trabalho de Faria da Costa aconteceu em 1966.

[234] Associou-se à designação de unidade residencial um "bairro" porque, caso contrário, surgiria a designação de moradia ou edifício de habitação coletiva.

se as relações de vizinhança de origem, no entanto, pela análise das entrevistas foi possível perceber que houve uma quebra nestas relações.

Com base na pesquisa que foi levada a efeito, é possível concluir que o único realojamento que, efetivamente, permitiu criar novas relações de vizinhança e que promoveu o reforço do sentido de identidade dos residentes, correspondeu à fase das “Alvenarias”.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel - **Antropologia da Cidade - lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, J.F, de; PINTO, J.M. - **A investigação nas ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1982.

ARENDT, Hannah - **Entre o Passado e o Futuro: oito exercícios sobre o presente político**. Lisboa: Relógio D' Água, 2006.

ASCHER, François - **Novos Princípios do Urbanismo**. Lisboa: Livros do Horizonte, 2010.

AUGÉ, Marc - **Não Lugares - Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**. Lisboa: 90 Graus Editora, 2005.

BALULA, Luís - Dialéticas Espaciais na Cidade Contemporânea: o poder integrador do desenho urbano. **Cidades, Comunidades e Territórios**. Vol. 15 (2007), p.55-62.

BATISTA, Luís Vicente - Cidade e Políticas Sociais de Habitação: Armadilhas Conceptuais e Metodológicas. **Cidades e Territórios, nº 3**. ISSN 1645-0639. (2001), p.71-81.

BENEVOLO, Leonardo - **A Cidade e o Arquitecto**. Lisboa: Edições 70, 1998.

BORJA, JORDI - **La Ciudad Conquitada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BOURDIN, Alain - **O Urbanismo Depois da Crise**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

BOYER, M. Christine - **The City of Collective Memory**. Massachusetts: MIT Press, 1996.

BRITAIN, G.; UNIT, S.E. - **Bringing Britain together: a national strategy for neighbourhood renewal**. Stationery Office, 1998.

BURGEL, Guy - **La revanche des villes**. Paris: Hachette Litérattures, 2006.

CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor Matias - **Lisboa - Freguesia de Carnide**. Novembro 1993: Contexto, Editora, Lda., 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - Bairros Construídos ao Abrigo do Decreto-Lei 42454. **Boleim do GTH**. Vol. 20, 1º Semestre (1971).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - **CARTA DOS BIP/ZIP: Relatório da Consulta Pública**. Lisboa: DMH/PLH, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - **Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024: Um compromisso para o futuro (documento síntese)**. Lisboa: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, DMRU-GLACC - **Relatório do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico de Alfama e Colina do Castelo**. Lisboa, 1997.

CAMARINHAS, Catarina - **L'URBANISME DE LISBONNE - Éléments de théorie urbaine appliquée**. Paris: L'Harmattan, 2011. ISBN 978-2-296-55952-3.

CARMON, Naomi - Three generations of urban renewal policies: analysis and policy implications. **Geoforum**. Vol. 30 (1999), p.145-158.

CASTELLS, Manuel - **La question urbaine**. Paris: François Maspero, 1972.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL - **Processo SAAL 1975-1976: Cronologia dos projectos e obras**. Coimbra: UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2007.

CHOAY, Françoise - El Reino de Lo Urbano y La Muerte da La Ciudad. In Ángel Martín Ramos, ed- **Lo Urbano**. Barcelona: UPC, 2009 [1994]. p. 61-71.

CHOAY, Françoise - **O Urbanismo - Utopias e realidades**. 6ª Edição. S. Paulo: Perspectiva, 2007 [1965].

CHOULET, Ingrid Nappi; DRIANT, Jean-Claud - Durabilité social et économique des quartiers durables. In **Cahier de L'Observatoire de La Ville , nº 2 — Les quartiers durables: nouvel enjeu de la ville de demais?** paris: Observatoire de la Ville, 2007. p. 27-29.

CONSIGLIERI, Carlos;*, [et al.]* - **PELAS FREGUESIAS DE LISBOA - O termo de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Educação, 1993.

CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Filomena; VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília - **PELAS FREGUESIAS DE LISBOA - O termo de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Educação, 1993.

CORBOZ, A. - The Land as Palimpsest. **Diogenes 31**. (1983), p.121.

CORBUSIER, Le - **Urbanismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1925].

CORDEIRO, Graça Índias - Territórios e identidades sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**. Vol. nº 28 (2001), p.1-16.

CORDEIRO, Graça Índias - **Um Lugar na Cidade: Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

CORDEIRO, Graça Índias - Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista pictórica. **Revista da Faculdade de Letras do Porto**. (2003), p.185-200.

COSTA, A. Celestino da - **Lisboa, A Evolução de Uma Cidade**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1951.

COSTA, António Firmino da - **Sociedade de Bairro - Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, António Firmino da - **Sociologia**. Lisboa: Difusão Cultural, 1992.

COSTA, António Firmino da; ALVES, João Emílio - Avaliação processual em reabilitação urbana: conceitos e instrumentos. **SOCIOLOGIA - Problemas e Práticas, Nº 22**. (1996), p.61-79.

COSTA, Isabel Dias; SUBTIL, Manuel Jorge - **Programas de Realojamento PER e PIMP: Relatório de Finalização**. Lisboa: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2013.

CRESWELL, Jonh - **Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches**. Thousand Oaks: SAGE Publications., 1994.

DÍAZ ORUETA, Fernando - Globalización, Espacio Urbano y Fragmentado. Los Muros de La Ciudad. In Gabino Ponce Herrero, Ed.- **La Ciudad Fragmentada**. Alicante: Univesidad de Alicante, 2006. p. 43-63.

ÉFFE, Fátima - **No meu Bairro aconteceu...** Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2010.

FERREIRA, Carlos H. - Projectar a Cidade entre Bairros: Lisboa um projecto de cidade em mudança. In Caleidoscópio- **A Cidade entre Bairros**. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

FERREIRA, Manuel dos Santos - O Desenvolvimento Comunitário de Lisboa. **Boletim do GTH**. Vol. 2, nº 11 — p. 68 a 108; 2º Semestre (1966), p.91-101.

FERREIRA, Maria Júlia - O Bairro Social do Arco do Cego - uma aldeia dentro de Lisboa. **Análise Social**. Vol. XXIX (3º) (1994), p.1270.

FERREIRA, Victor Matias - A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos 1930-40. **Análise Social**. Vol. XIX (77-78-79) (1983), p.693-735.

FERREIRA, Vítor Matias - **Fascínio da Cidade**. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais (ISCTE), 2004.

FIGUEIREDO, Paulo Fernando M. - **Movimento Associativo de Carnide**. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2006.

FRANÇA, José Augusto - **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura: Cidade de Lisboa**. 5ª. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. ISBN 972-24-0998-0.

FRANCO, Maria de Assunção R. - **Planeamento Ambiental para a cidade sustentável**. S. Paulo: Annablume, 2008.

FREITAS, Fátima - **BALCÕES COM HISTÓRIA**. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2013a.

FREITAS, Fátima - **HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO BAIRRO PADRE CRUZ — Construir a cidade à escala humana**. Lisboa: Junta de Freguesia de Carnide, 2013b.

FRIAS, Hilda Moreira - **A Arquitectura Régia em Carnide**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0876-3.

GEBALIS - **Lisboa o outro Bairro: Os provisórios do Estado Novo**. Lisboa: Cidades & Municípios Editora, Lda, 1999.

GEHL, Jan - **Cities for People**. Copenhaga: Island Press, 2010.

GEHL, Jan - **La humanización del Espacio Urbano - La vida social entre los edificios**. Barcelona: Editorial Reverté, 2009 [1971].

GEORGE, Henry - **Progress and Poverty — An Inquiry into the Cause of Industrial Depressions and of Increase of Want with Increase of Wealth: The Remedy**. N.Y.: Doubleday, Page & Co., 1879.

GEORGE, Pierre - **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Henrique Martins - DAS ATRIBUIÇÕES MUNICIPAIS NO DIREITO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS. **Boletim do GTH**. Vol. Vol. 2, nº 13 (1967), p. 159-210.

GONÇALVES, Fernando - **Urbanizar e construir para quem? a propósito do plano de chelas**. Lisboa: Afrontamento, 1972.

GRUIS, Vicent; VISSCHER, Henk; KLEINHANS, R.S, - **Sustainable Neighbourhood Transformation: Sustainable Urban Areas**. IOS Press, 2006.

GUERRA, Isabel - "As pessoas não são coisas que se metam nas gavetas". **Sociedade e Território**. Vol. 20 (1984), p.11-16.

GUERRA, Isabel - Políticas de Habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. **CIDADES - Comunidades e Territórios**. Vol. 22 (2011), p.41-68.

GUERRA, Isabel C. - **Pesquisa Quantitativa e Análise de Conteúdo**. Estoril: Princípia Editora, 2006.

HAJER, Marten - The Generic City. **Theory, Culture & Socity**. Vol. 16, n.º 4 (1999), p.137-144.

HALL, Edward T. - **A Dimensão Oculta**. Lisboa: Relógio D'Água, 1986 [1966].

HALL, Peter - **Cidades do Amanhã: Urbanismo**. 2ª Edição. S. Paulo: Editora Perspectiva, 2009 [1988].

HEALEY, Patsy - Planning through debate: the communicative turn in planning theory. **Town Planning Reviw**. Vol. 63, n.º Volume 63, Number 2 / 1992:Apr. (1992), p.143 -.

HENRIQUES, Ana; SOARES, Marisa - A polémica passou de moda, o shopping subiu de estatuto. **O Público**. (26 Outubro 2010).

HOWARD, Ebzner - **Garden Cities of To-morrow: A Peaceful Path to Real Reform**. MIT Press (MA), 1965 [1898].

JACOBS, Jane - **Morte e vida de grandes cidades**. S. Paulo: Martins Fontes, 2000. ISBN 85-336-1218-4.

JACOBS, Jane - **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1961].

KIRLINGER, F. N - **Metodologias da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU/Edusp, 1980.

KLEINHANS, Reinout - Social implication of housing diversification in urban renewal: A review of recent literature. **Journal of Housing and Built Environment**. Vol. 19 (2004), p.367-390.

KOOLHAAS, Rem - Generic City. In OMA- **S,M,L,XL**. Rotterdam: 010 Publishers, 1995. p. 1247-1264.

KRIER, Leon - **Arquitectura - Escolha ou Fatalidade**. Lisboa: Editora Estar, 1999.

KRIER, Rob - **Urban Space**. Hong Kong: Academy Editions, 1991 [1975].

LAFFONT, Robert - **L'aventure des Mots de la Ville**. Paris: Bouquins, 2010.

LAMAS, José - **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia, 2000.

LEFEBVRE, Henry - **De lo Rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1978 [1970].

LEFEBVRE, Henry - **O Direito à Cidade**. 2ª Reimpressão. S. Paulo: Centauro Editora, 2010 [1968].

LEFEBVRE, Henry - **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

LERNER, Jaime - **Acumpuntura Urbana**. Editora Record, 2003.

LEXICOGRAFIA, INSTITUTO ANTÓNIO HOUAISS DE - **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Lisboa: Circulo dos Leitores, 2002.

LYNCH, Kevin - **A Boa Forma da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007 [1981].

LYNCH, Kevin - **A Imagem da Cidade**. S. Paulo: Martins Fontes, 1980 [1960].

MARIA MONTANER, Josep - **Sistemas Arquitectônicos Contemporâneos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

MEEGAN, Richard; MITCHE, Alison - "It´s Not Community Roud Here, It´s Neighbourhood": Neighbourhood Change and Cohesion in Urban Regeneration Policies. **Urban Studies**. Vol. Vol. 38, n.º 12 (2001), p.2167-2194.

MENDES, Maria; FERREIRA, Carlos H.; SÁ, Teresa; CRESPO, José Luís - **A CIDADE ENTRE BAIRROS**. Lisboa: Caleidoscópio, 2012.

MERCIER, Guy - DIMENSIÓN CULTURAL DE LA RENOVACIÓN URBANA: Un Análisis Retórico Del Urbanismo Contemporáneo. **INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO**. Vol. Vol. 16, n.º 1 (2008), p.83-117.

MERCIER, Guy - DIMENSIÓN CULTURAL DE LA RENOVACIÓN URBANA: Un Análisis Retórico Del Urbanismo Contemporáneo. **INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO**. Vol. Vol. 16, n.º 1 (2008 [2003]), p.83-117.

MERCIER, Guy - The Rhetoric of Contemporary Urbanism: A Deconstructive Analysis of Central City Neighbourhood Redevolopment. **Canadian Journal of Urban Research**. Vol. 12, Nº 1 (2003).

MORUS, Tomás - **A UTUPIA**. Lisboa: Guimarães Editores, 2009.

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. - Defining the social economy and its governance at the neighbourhood level: a methodological reflection. **Urban Studies**. Vol. 42, Nº11 (2005), p.2071.

MUMFORD, Lewis - **A Cidade na História: suas transformações e perspectiva**. 4ª Edição. S. Paulo: Martin Fontes, 1998 [1961].

NEL, ORIOL - Contra la segregación urbana i per la cohesió social: la Llei de barris de Catalunya. In Barcelona, Disputació- **Ciutats en (re)construcció: necessitats socials, transformació i millora de barris**. Barcelona: Disputació de Barcelona, 2008.

NEL, ORIOL - Reflexiones sobre futuro de la ciudad. **La ciutat sostenible, "Urbanitats", 9**. (1999).

NICOLAU, Jorge Manuel da S.; MENDES, Maria Manuela - Urbanismo e Democracia: a cidade e o projecto — o projecto urbano como elemento segregador. In MENDES, Maria Manuela; SÁ, Teresa; CRESPO, José Luís; FERREIRA, Carlos; NICOLAU, Jorge M.S.- **Estudos Sobre a Cidade: Espaços Vividos, Espaços Construídos**. Lisboa: FA/CIAUD, 2015. ISBN 2183-4644. Vol. 1, p. 20-27.

NICOLAU, Jorge Manuel S. - Narrativas de Bairro numa cidade em mudança: O bairro como catalisador de urbanidade. In MENDES, Maria M; FERREIRA, Carlos H.; SÁ, Teresa; CRESPO, José L.- **A Cidade entre Bairros**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. p. 33-45.

NICOLAU, Jorge Manuel S.; FERREIRA, Carlos H. - **Neighbouhood's narratives as a cultural heritage - From country lanes to urban narratives: 6th International Conference of the International Forum on Urbanism**. Barcelona, 2012. ISBN/ISSN 978-84-8157-620-7.

NICOLAU, Jorge Manuel S.; FERREIRA, Carlos H. - **Reinvención de la ciudad desde el barrio - Las transiciones del tiempo físico Y social: XII NAERUS Conference - The city at a human scale**. Escuela Técnica Superior De Arquitectura - UPM, 2011.

Urbanismo e Democracia: a cidade e o projecto: o projecto urbano como elemento segregador: Estudos Sobre a Cidade — Espaços Vividos, Espaços Consreuídos. 2015, vol. 1, n.º 1. ISSN 2184-4644.

Nunes, João Pedro S. - Planeamento urbano e modernidade projectada. **FÓRUM SOCIOLÓGICO**. Vol. Nº 5/6 (2ª série) (2011), p.257-277.

PARK, ROBERT E. - A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento urbano no meio urbano. (1987 [1940]).

PAULETA, Carlos Mendes - AS FREGUESIAS - HISTÓRIA E ACTUALIDADE. **Finisterra**. Vol. XXXII, 64 (1997), p.145-148.

PEREIRA, Gaspar Martins - SAAL: Um programa de habitação popular no processo revolucionário. **História, Revista da FLUP Porto, IV Série**. Vol. 4 (2014), p.13-31.

PEREIRA, Nuno Teotónio - Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. **Análise Social**. Vol. XXIX (127) (1994), p. 509-524.

PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÂO, Manuela - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. Vol. 8, n.º número 2 (2005), p.313-334.

POLLAK, Michael - Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Vol. Vol. 5 nº 10 (1992), p.200-2015.

PORTAS, Nuno - **A cidade como arquitectura**. 3ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2007 [1969].

PORTAS, Nuno - Perspectivas para uma crítica. **Revista Cidade/Campo, nº2**. (1979).

RAMOS, Aluísio W. - ESPAÇO-TEMPO NA CIDADE DE SÃO PAULO: Historicidade e Espacialidade do "Bairro " da Água Branca. **Revista do Departamento de Geografia**. Vol. 15 (2002), p.67-75.

RAPOPORT, Amos - **Aspectos urbanos de la forma humana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane - **A Cidade Rumo A Uma Nova Definição?** 3ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 2004 [1992].

RIBEIRO, Nuno - Câmara Municipal de Lisboa promove tolera e sanciona clandestinos. **Diário de Lisboa**. (17 de Outubro 1986).

ROSSI, Aldo - **A Arquitectura da Cidade**. 2ª Edição. Lisboa: Edições Cosmos, 2001 [1966].

ROWE, Colin; KOETTER, Fred - **Collage City**. Cambridge: MIT Press, 1978.

SÁ, Teresa - "Ainda há bairros na cidade?". In MENDES, Maria M; FERREIRA, Carlos H.; SÁ, Teresa; CRESPO, José L.- **A Cidade entre Bairros**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012. p. 21-32.

SÁ, Victor de - A Reforma administrativa liberal que precedeu a de Mouzinho da Silveira. **Revista Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol. II (1985), p.201-216.

SABATÉ, Joaqín - PAISAJES CULTURALES: El patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desarrolo. **Revista Urban nº 9**. (2004).

SALGUEIRO, Teresa Barata - Cidade Pós-Moderna: Espaço Fragmentado. **Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4, jan./jun**. (1998), p.40-53.

SANT´ANA, Joel - História de um grupo de trabalho. **Boletim GTH**. Vol. Vol. 6 nº 39/40 (1980), p.244-245.

SECCHI, Bernardo - **A Cidade do Século XX**. S. Paulo: Perpectiva, 2009.

SIEBER, Tim - RUAS DA CIDADE E SOCIABILIDADE PÚBLICA: UM OLHAR A PARTIR DE LISBOA. In CORDEIRO, Graça Índias; VIDAL, Frédéric- **A RUA — espaço, tempo e sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 47-64.

SILVA, Carlos Nunes - **Políticas Urbanas Lisboa: 1926-1974**. Lisboa: Livros do Horizonte, 1994. ISBN 972-24-0878-X.

SILVA, Graciosa; BANHA, Inês - Extição da EPUL anunciada por António Costa. **Diário de Noticias**. (20 de Novembro 2012).

SILVANO, Filomena - **Antropologia do espaço**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

SIMMEL, George - **A metrópole e a vida dos espíritos**. Oeiras: Celta Editora, 2001 [1903].

SIMON, Pierre-Jean - **História da Sociologia**. Porto: RÉS, 1994.

SISTI, Claudia - Espaço público, tempo e espaço de uma mudança: Lisboa e Barcelona. **On the waterfront**. ISSN 11397365. Vol. 12, april (2009), p.11-21.

SOARES, Luís Filipe - Lisboa — As Bases do Novo Planeamento da Cidade (1990-1994). **Finisterra**. Vol. XXIX, n.º 57 (1994), p.147-156.

SOLÀ-MORALES, Manuel de - CONTRA EL MODELO DE METÓPOLIS UNIVERSAL. In Ángel Martín Ramos, ed- **Lo Urbano**. Barcelona: UPC, SL Edicions, 2009 [1996].

SOLÀ-MORALES, Manuel de; RUBIÓ - **Las Formas de Crescimiento Urbano**. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

SOUZA, M.J.L de - O bairro Contemporâneo: Ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. nº 51 (1989), p.139-172.

TAFURI, Manfredo - **Para una Crítica de la Ideología arquitectónica**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1972 [1969].

TALEN, Emily - Sense of Community and Neighbourhood Form: An Assessment of de Social Doctrine of New Urbanism. **Urban Studies**. Vol. 36, n.º 8 (1999), p.1361-1379.

TAVARES, Margarida da Conceição - **DOSSIER BAIRROS: A POLISSEMIA DA PALAVRA BAIRRO: estudo prévio**. Lisboa: Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2012. [Consult. 14 de Maio].

TEIXEIRA, Manuel C. - As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. **Análise Social**. Vol. XXVII (115) (1992), p.65-89.

THIBERT, Joel - **Inclusion and Social Housing Pratice in Canadian Cities: Following the Path from Good Intentions to Sustainable Projects**. Ontario: McGill University, 2007.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott; IZENOUR, Steven - **Learning From Las Vegas**. Cambridge, MA, London: MIT Press, 1977 [1972].

VIAVERDE, Jean - **La Société d'archipel ou les territoiores de village global**. Éditions de L'Aube, 1994.

VILAÇA, Eduardo - O "Estado da Habitação": Medidas sem Política num País Adiado. **CIDADES — Comunidades e Territórios**. ISSN 1645-0639. Vol. 3 (2001), p.83-92.

VILLE, OBSERVATOIRE DE LA - Les quartiers durable: Nouvel enjeu de la ville de demain? **Les Cahiers de L'Observatoire de la Ville 2**. (2007).

YIN, Robert K. - **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos**. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo I Guião das Entrevistas

Anexo II Análise da Narrativa Social

Anexo III Análise do Discurso Urbano “Alvenarias” (I)

Idem, “Bairro Novo” (II)

Anexo IV Processo de Atribuição de Casas

Anexo V Escritura do Terreno

Anexo VI Actas da Assembleia Municipal

Anexo VII Realojamento de Inquilinos Municipais

Anexo VIII Entrevista - Arq.ª Maria Rosa Leitão

Anexo IX Realojamento de Inquilinos (Anais)

CD - Contém todos os anexos e entrevistas realizadas referidos na tese.

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO III

ANEXO IV

ANEXO V

ANEXO VI

ANEXO VII

ANEXO VIII

ANEXO IX